SERGIO PAULO DO CARMO ALVES

OS PARCELEIROS DO JAMARI

(A produção do espaço agrário em Ariquemes - Rondônia)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo - 1988

OS PARCELEIROS DO JAMARI

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Geografia da Fa-
culdade de Filosofia, Letras e Ciên-
cias Humanas da Universidade de São
Paulo, pelo Bacharel em Geografia
SÉRGIO PAULO DO CARMO ALVES e sob a
orientação do Professor Doutor
ANTONIO ROCHA PENTEADO.**

São Paulo

1988

SUMARIO

	Página
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO/NORDESTE E NORTE	
A produção do Espaço Agrário no Nordeste.....	9
1. Nordeste Agrário-Açucareiro Escravocrata....	16
2. Nordeste Agro-Pecuário de Subsistência.....	16
3. Nordeste Agrário não Açucareiro.....	17
Arrumação Espacial do Nordeste e Norte em relação ao Sudeste.....	20
O Poder Hegemônico dos Centros Decisórios e a Defi- nição do Binômio: Centro-Periferia.....	31
NOTAS - CAPÍTULO 1	46
BIBLIOGRAFIA - CAPÍTULO 1	48
Capítulo 2 - A INCORPORAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO AMAZÔNICO	
Das Empresas Religiosas do Século XVI até os Sur- tos Monocultores dos Séculos XVII e XX	56
Surtos Monocultores do Cacau à Borracha.....	62
A Euforia Gomífera e a Definição de Novas Fronteiras.....	65
A Decadência da Borracha e seus Reflexos.....	71
As Raízes da Nossa Dependência Econômica e a Inte- gração do Espaço Amazônico	83
NOTAS - CAPÍTULO 2	103
BIBLIOGRAFIA - CAPÍTULO 2	111

Capítulo 3 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM RONDÔNIA

Rondônia, Espaço Fronteira ou Fronteira de Recursos.....	121
1. Povoamento espontâneo.....	125
a. Ocupação difusa e intermitente.....	126
b. Povoamento efetivo e rarefeito.....	135
2. Colonização Dirigida.....	148
a. Os projetos de Colonização e fundiários	151
Objetivos da Colonização em Rondônia.....	163
NOTAS - CAPÍTULO 3	171
BIBLIOGRAFIA - CAPÍTULO 3	200

Capítulo 4 - O ESTADO CAPITALISTA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ARIQUEMES

Os Zoneamentos táticos e os Projetos de Colonização.....	206
Os Projetos Colonização de Ariquemes até 1982.....	215
1. Gleba "Burareiro"	215
2. Projetos de Assentamento Dirigido Burareiro.	220
a. Projetos elaborados em função do cacau.	229
3. Projeto Integrado de Colonização Dirigida "Marechal Dutra".....	255
a. Marechal - armazém de mercadoria: força de trabalho.....	257
b. A questão creditícia.....	282
O Malogro Produtivo.....	288
a. A questão da produtividade.....	293
A Terra como Mercadoria e a Ciranda da Miséria....	304
Ariquemes, Aglomerado Urbano produzido pelos Projetos Rurais	328
NOTAS - CAPÍTULO 4	339
BIBLIOGRAFIA - CAPÍTULO 4	368
SÍNTESE CONCLUSIVA.....	375

INDICE DAS FIGURAS

Expansão dos Jesuítas no Norte do Brasil (Sec. XVIII)..	58
Expansão das Fronteiras Ocidentais.....	67
Núcleos Urbanos da Ferrovia Madeira-Mamoré.....	70
Região Norte (Amazônia)	96
Estado de Rondônia.....	102
Ocupação Difusa e Intermitente-RO (final do Sec XX -1940)..	129
Ocupação Difusa e Intermitente-RO (1940 - 1960)....	134
Incorporação da Região Norte (Amazônia).....	142
Projetos de Colonização de Rondônia - 1981.....	155
Projetos Fundiários - Estado de Rondônia - 1981....	162
Um Exemplo de Zoneamento Estratégico - 1981.....	165
A Produção do Espaço em Ariquemes Segundo a Ótica Estatal...	168
Ariquemes - Estado de Rondônia - 1984.....	169
Organização do Espaço Agrário em Ariquemes - 1983..	211
Produção Brasileira de Cacau - 1951/1980.....	232
Maiores Produtores Mundiais do Cacau (1951-1960)...	233
Produtividade da Cacaucultura Bahiana.....	237
Laudo Técnico - Chocolates Garoto S.A.....	249
Os Projetos de Ariquemes.....	255
P.I.C. Marechal e os Demais Projetos - 1982.....	258
Município de Ariquemes - Estado de Rondônia - 1986.	327
Vila Velha - Fotografia.....	329
Vila Nova - Fotografia.....	330
Planta da Cidade de Ariquemes.....	333
Banco do Brasil - Fotografia.....	334

INTRODUÇÃO

1. Justificativas

Porque "Os-parceleiros do Jamarí (A produção do espaço em Ariquemes - Rondônia)" ? - Uma série de fatos importantes atraem a atenção do pesquisador voltado para as relações: Espaço - Sociedade - Capital, principalmente quanto aos movimentos migracionais internos e as suas consequências, quer nas áreas de dispersão, quer nas áreas de atração. É evidente, pois, que esses acréscimos "quantitativos" implicam em mudanças, e re-arranjos do espaço, quer seja rural ou urbano. O estudo das "organizações espaciais", tendo em vista a acomodação de novos contingentes populacionais, pautam--se, nem sempre pelas necessidades regionais ou, simplesmente locais, mais sim, para atender o reclamo de forças maiores e a interesses exógenos. Assim, o espaço vai sendo "arrumado" como se fosse um segmento de outras regiões, fisiograficamente localizadas à centenas de quilômetros sobressaindo, desta maneira, o poder organizador de um Estado capitalista agindo como mediador entre o capital e trabalho. Através do Estado os migrantes são atraídos para novos espaços a serem incorporados ao capital hegemônico e, através desse mesmo Poder, o capital urde a teia e estabelece as condições e as inexoráveis regras das relações.

Entretanto o que mais atrai a atenção do pesquisador é a intensidade e a velocidade em que ocorrem esses fenômenos. A fúria da ocupação dos espaços parece ser, na concepção dos recém chegados, incompatível com os trabalhos de pesquisas da ocupação racional, do estabelecimento de infra-estruturas básicas ou de um planejamento regional. A moto-serra substituiu o machado e a foice, os tratores de esteira, a enchada e o fogo se encarregam de destruir a imensa massa folhear acumulada, numa inequívoca demonstração de que o imediatismo das ações depredatórias visam, acima de tudo, transformar aquela terra em mercadoria.

Ao entrar em contato com a cidade de Ariquemes, em 1980, podemos ver cenas semelhantes já vistas em algumas cidades do norte-paranaense, na segunda metade da década de cinquenta, com algumas diferenças fundamentais, entretanto. No Pa-

raná o café era o grande objetivo produtivo. Em Ariquemes, os objetivos fundamentavam-se num tripé de cultivos: cacau, seringueira e café. Outros fatos atraíram a minha atenção e curiosidade. A obtenção das terras, em Ariquemes se fazia por processos que iam desde as "licitações" públicas às doações mediante uma espécie de seleção. Além do que, era o Estado, através do Incra, quem determinava os tipos de cultivos e a concentração dos selecionados em áreas pré-escolhidas de acordo com a "teórica capacidade de trabalho, experiência e capitais disponíveis"; tratava-se, obviamente, de uma colonização dirigida. Mas a quem pretendia-se beneficiar? Quais eram os objetivos mediatos e imediatos? Realmente a abertura dessas novas frentes de expansão visava dar terras ao homem sem terra ou simplesmente ocupar espaços vazios, dentro da concepção funcionalista dos militares que ocuparam os destinos da Nação, durante duas décadas? Rondônia estava sendo "colonizada" para absorver os excedentes de mão de obra expulsas das regiões invadidas pelos cultivos, valorizado pelo mercado internacional, como o trigo e a soja e conseqüentemente mecanizadas, para atender a expansão dos interesses do capital agro-industrial? Ou simplesmente se estava atraindo uma grande massa de trabalhadores rurais para garantir a indispensável força de trabalho para as grandes empresas agro-pecuárias ali instaladas ou a instalar?

Essas indagações, a dinamicidade dos arranjos espaciais, o volume de capital e a extraordinária movimentação de massas trabalhadoras, são em suma, as justificativas para a escolha do tema e o interesse da pesquisa.

2. Áreas de Estudo

Ariquemes, alvo do presente estudo, é um município do Estado de Rondônia - Amazonas Ocidental, região Norte, se levarmos em consideração a divisão regional do Brasil estabelecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, encontrando-se na seguinte localização:

Longitude: 63° 02' 11,46"

Latitude : 09° 54' 36"

Este município está situado no km 201 da Rodovia BR-364 e possui uma população de cerca de 170.000 (cento e setenta mil) habitantes aproximadamente; sendo 98.000 no meio rural e 72.000 em sua sede urbana. Limita-se ao Norte com a capital de Porto Velho, ao Sul com o município de Jaru, a Leste com os Estados de Mato Grosso e Amazonas e a Oeste com Porto Velho, cobrindo uma área fisiográfica de 22.760 km² e o seu perímetro urbano ocupa um espaço de 42 quilômetros quadrados.

Algumas características físicas:

Clima quente-úmido, tipo climático AM da classificação de KOPPEN com médias mínimas de temperaturas em torno de 28 graus Centígrados e as máximas em torno de 35 graus Centígrados. Possui duas estações bem definidas, uma chuvosa, cujas médias oscilam em torno de 2.100 mm e outra "seca" com médias de 35 mm (junho, julho, agosto). A rigor, o período chuvoso inicia-se no mês de setembro chegando até o mês de abril, sendo conhecido em Ariquemes como em toda a Região Norte de Inverno, enquanto que a estiagem começa em maio e chega até agosto. Com uma altitude média de 200 metros acima do nível do mar, Ariquemes possui um relevo suavemente ondulado. Onde milhares de igarapés emprestam ao município a característica anastomosada, e uma excelente rede hidrográfica formada pelos rios Jamari, Candeias, Jacundá, São Francisco, Rio Preto, Rio Pardo, Quatro Cachoeiras e Rio Canaã e se constitui num importante eixo rodoviário do Estado, ponto de interligação da BR-364 (Cuiabá - Porto Velho) - BR-421 (Ariquemes - Guajará-Mirim) e a RO-1 (Ariquemes - Santarém - Estado do Paraná).

Ariquemes é o centro dos Projetos Fundiários, Burare-ro, Marechal Dutra e Machadinho, ambos de Assentamento Dirigido, além das áreas de licitação ou particular.

Segundo informações prestadas pelo Centro de Informações e Cadastro da Prefeitura de Ariquemes, em agosto de 1984, esse município, possuía:

345 estabelecimentos comerciais	89 indústrias
164 estabelecimentos de prestação de serviços	
38 médicos	17 dentistas

16 advogados

09 veterinários

10 economistas

14 bioquímicos

39 engenheiros

46 agrônomos

05 engenheiros florestais

18 administradores de empresas.

3. Objetivos

Objetivamos, com o nosso estudo, analisar a ação Estatal agindo na "produção dos espaços agrários de fronteira", dentro de uma perspectiva da Sociedade-Natureza-Capital.

Os nossos estudos não perderam de vista o método histórico, pois as amarrações e os comprometimentos de hoje, tem as suas origens em ações decorridas ao longo de um período, no qual foram se estabelecendo uma longa teia de dependências externas e a entronização de valores, não muito éticos que acabaram por convalidar determinados procedimentos e ações, como por exemplo: - O descaso para com a natureza; a volúpia pela riqueza e o preconceito contra o trabalho.

Foi nosso objetivo estabelecer as relações que mediram os fenómenos sociais e económicos, notadamente os movimentos migracionais e o direccionamento dos seus fluxos, atentos as causas reais que os impulsionaram, cautelosos em não se envolver, emocionalmente, com a concretude aparente dos fatos que, amiudamente, escamoteiam as forças que agem subjacentemente, adredemente camufladas sob rubricas de grande impacto como: "reforma agrária", expansão da fronteira agrícola, "povoamento dos espaços vazios", "desenvolvimento", etc. Com essas desideratas permanecemos fiéis ao propósito de procurar, incessantemente, as conexões entre causas e efeitos sempre dentro da perspectiva globalizante onde as partes, só poderão ser compreendidas quando inseridas num todo, num complexo de multiplas relações endógenas e exógenas cujo resultante é o espaço produzido.

Procuramos, outrossim, analisar os efeitos das ações governamentais consubstanciadas através dos Programas de impactos como:-

Programas de Integração Nacional; abertura das grandes rodovias de penetração; Colonização Dirigida e como o Poder tange multidões de "sem terra" às zonas insalubres e inóspitas

para favorecer grandes empresas e os grandes capitais.

Desmitificar resíduos conceituais, como ação imperiosa do meio condicionando a expansão das fronteiras de recursos nos espaços amazônicos e os "culturais" como entraves ao desenvolvimento mensurado até que ponto os interesses do capital escondem-se por detrás dos avanços e recuos das frentes colonizatórias, embasaram os nossos objetivos.

4. Metodologia e Procedimento de Pesquisa

A Produção do Espaço Agrário em Ariquemes - Rondônia - foi analisado dentro das relações que permeiam o Espaço - Total.

"Atualmente as relações entre as sociedades e seu espaço-suporte não mais tem caráter privilegiado mas dependem de uma determinação externa que tem o domínio deste espaço, da orientação de sua produção e do destino de seus habitantes.

Assiste-se, neste último quartel de século, a uma aceleração das mutações. Cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que ele não criou para produzir para outros aquilo de que não tem necessidade ou que não tem os meios de utilizar. Em razão desta passagem de uma multiplicidade de técnicas locais, geradas espontaneamente, para uma só tecnologia imposta em escala mundial, também o homem muda. Ele deixa de ser o homem "local" para se tornar o "homem" mundial". A escala local não é mais a das decisões que o afetam. Os espaços aparecem cada vez mais como se diferenciamdo por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise por seu desigual poder de atrair o capital. Tal como o homem, o espaço tornou-se mundial. O capital-por suas possibilidades de localização e suas necessidades de reprodução - se torna o intermediário entre um homem destituído e um espaço alienado" (Santos, 1979: 112).

Essas colocações serviram de diretrizes e fundamentaram o nosso trabalho, onde tratamos o espaço como instância social e tomado em sua totalidade.

- Que determinantes agiram direcionando a produção de um espaço agrário num município de um novo Estado da Amazônia Ocidental?

- Por que transladaram-se, em operações dolorosas, famílias inteiras do Sul, Centro Oeste, Sudeste, para as longínquas paragens amazonenses?

- E a identidade do homem com o espaço que "ele" criou?

- E a questão do lugar, com o qual mantinha raízes emocionais e psicológicas?

- Que estranhos mecanismos, arrancaram-lhe a terra e impõem métodos, técnicas e procedimentos, para os quais não está preparado?

- Que resultados esperar de "colonos" dependentes e submissos, camuflados de pequenos produtores, comprometidos com esquemas armados pelo capital - financeiro - o qual não entendem e não estão aptos a absorver?

- De uma agricultura de subsistência, de ciclo rápido, para culturas de mercado a requerer técnicas especiais e procedimentos adequados, num mundo em que os intemperismos, físicos e químicos, desafiam o seu conhecimento e seu saber nativo?

A presença dessas interações: sociais-econômicas-edáficas e dos resultados delas obtidos - através de observações de campo, contatos pessoais, entrevistas e a fundamentação numa vasta contribuição teórica - consubstanciaram os nossos métodos de pesquisa.

O Procedimento de pesquisa incluiu:

a) Trabalho de campo - Coleta, contatos pessoais, visitas à órgãos técnicos oficiais; Centros de informações e divulgação; entrevistas com técnicos, produtores, capitalistas, assalariados; pequenos, médios e grandes empresários; políticos e administradores.

b) Trabalho de gabinete - Tabulação de dados colhidos, confecção de gráficos, mapas e quadros estatísticos.

Levantamento bibliográfico específico, seleção, análise e anotações. Estabelecimento de linhas mestras de pesquisas.

A primeira etapa - Trabalho de campo - incluiu visitas a Rondônia em 1981, 1982, 1983, 1984, 1985 e 1986. Cada viagem teve uma duração média de 20 dias. Essas estadas na Amazônia Ocidental permitiram que entrássemos em contato com a surgente cidade de Ariquenes (Rondônia), fulcro de nosso trabalho, onde visitamos, entrevistamos e coletamos materiais junto a Prefeitura Municipal, Secretaria da Agricultura, Instituto Brasileiro do Café, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Sindicatos e Associações de Produtores e de Trabalhadores, Jornal "O Parceleiro", fundado em 1972. Nesse período contactamos com técnicos, administradores, secretarias de Governo, empresários, políticos, pioneiros, pequenos, médios e grandes produtores rurais, bem como os esperançosos migrantes que chegavam e os desesperados que se iam. Nesse longo inter-regno percorremos os travessões, linhas e trilhas registrando derrubadas, coivaramentos, etapas de plantios fases de colheitas, reuniões sociais, esportivas, religiosas e reivindicatórias. Todavia, faltava-nos o necessário "vivenciamento" que só foi conseguido pela nossa permanência no Estado de Rondônia no período de junho de 1987 à junho de 1988, período em que, prestando os nossos serviços profissionais junto ao Centro de Apoio Gerencial ao Pequeno Empresário de Rondônia (CEAG), tivemos o ensejo de percorrer todas as cidades desse Estado e vivenciar, diuturnamente, junto aos mais variados seguimentos sociais e deles extrair substanciais ensinamentos e cruentas constatações.

CAPITULO 1

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO / NORDESTE E NORTE

"A terra enfeudada açambarcava a energia humana disponível, aplicando-a exclusivamente a serviço dos senhores daqui e dali-mar. Obter o máximo de rendimento em riqueza e tributos era o objetivo da dominação, pouco se lhe dando atender às prementes necessidades dos que, desaquinhoodos, nada possuíam além de sua força de trabalho".

Alberto Passos Guimarães

A Produção do Espaço Agrário no Nordeste

Sujeito às oscilações cíclicas do mercado internacional, incapaz de modernizar-se para fazer frente às economias de mercado o Nordeste construiu, desde o Brasil Colônia, uma teia de relações de trabalho-capital e posse da terra, que iria caracterizá-lo até os dias atuais.

"O Nordeste é resultado da história política do Brasil no contexto da economia mundial. Portanto, não é o resultado da fatalidade, do destino, da natureza ou uma decorrência natural do desenvolvimento econômico, mas o resultado da ação política dos homens e da forma através da qual eles se apropriam e usam os recursos naturais e estabelecem relações entre eles. Neste sentido, o Nordeste e a seca são uma produção política" (IBASE, 1975:7).

Consagrou-se assim, no Nordeste, a monocultura canavieira que instalando-se em toda a franja litorânea estabelece uma diferenciação funcional quanto à produção agrária e, desde muito cedo, define uma divisão interna de trabalho com o consequente estabelecimento de classes sociais, também diferenciadas e incrivelmente distanciadas. A cultura canavieira dada a sua especificidade técnica não permite o estabelecimento de outras atividades agrárias, principalmente a criação que para desenvolverem-se embrenham-se no interior propagando-se nas zonas que, durante algum tempo, foram denominadas de agreste e sertão.

Separam-se desta maneira, atividades complementares, solidificando-se dependências zonais e reforçando a emergência de espaços econômicos especializados; tecnicamente heterogêneos e política e economicamente dependentes.

"Os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações devem ter sido grandes, pois o próprio governo português proibiu, finalmente, a criação de gado na faixa litorânea. E foi a separação das duas atividades - a açucareira e a criatória - que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente na própria região nordestina" (Furtado, op. cit.: 72).

Em termos de arrumação espacial, definem-se com muita clareza, o Nordeste agrário-monocultor-latifundiário que assenhoreia-se das terras mais próximas ao litoral e que, a cada crise ou oscilação desfavorável no mercado açucareiro, vai expulsando o seu expoliado excedente de mão-de-obra em direção ao interior onde, ocupando as zonas intersticiais espremidas entre os latifúndios que aí também já haviam se instalado, passa a desenvolver-se uma agricultura e pecuária de subsistência - de má qualidade - mas de extraordinária importância para a manutenção da estrutura política e agrária que se formava.

Essa estrutura econômica fundamentada na monocultura e no latifúndio enseja e entronização de uma aristocracia agrária infensa às mudanças sociais e insensíveis às transformações estruturais o que, aliás, justifica a presença de vertentes altamente contraditórias: como as presenças de

- . latifúndios improdutivos ao lado de

- . excedente de mão de obra agrária e, consequentemente, um dos mais baixos níveis de vida, no setor primário, já registrados no Brasil.

"A realidade fundiária do Nordeste notabiliza-se pela forte concentração da propriedade e do uso da terra. Neste panorama, destaca-se como característica marcante um duplo movimento. De um lado a constituição de imensos domínios e de outro, o fracionamento das pequenas unidades familiares. O Censo de 1980 revelou que no Nordeste, na categoria de mais de 1.000 ha, os estabelecimentos dispõem em média de 1.000 vezes mais área que os da categoria de menos de 10 ha... Na região como um todo, 67,8% dos estabelecimentos detêm o acesso a apenas 5% das terras com área inferior a 10 ha. Por outro lado, 4% dos estabelecimentos controlam 32,7% das terras com área superior a 1.000 ha" (Sudene, 1985:19).

As injustiças sociais, historicamente construídas, tornam-se ainda mais gritantes quando analisamos a questão referente a "categorias de produtores" onde se pode constatar que:

"Em 1980 existiam 2.450.700 produtores rurais no NE, dos quais 1.409.232 eram proprietários, 393.852 arrendatários, 126.210 parceiros e 511.052 ocupantes. Portanto cerca de 1.031.114 produtores não eram proprietários da terra que cultivavam..." (Sudene, op. cit.: 20/21).

Diante desses indicadores conclui-se que, os produtores nordestinos "sem terra" representam 42,7% do total dos que labutam na atividade agrária. Essa questão torna-se ainda mais incongruente quando constatamos que apenas 11,0 milhões (12,3%) dos 89,5 (milhões de hectares são utilizados com lavouras e que, a maior parte, (7,2 milhões de hectares) concentram-se nos estabelecimentos de com menos de 100 hectares. Por outro lado, estima-se que mais de 30 milhões de hectares, na região nordestina, não são utilizados e que os mesmos concentram-se em estabelecimentos de mais de 500 hectares de área total, segundo dados da Sudene, contidos na obra acima citada.

Os resultados dessas distorções tornam-se, ainda, mais graves quando constata-se que no setor renda, a massa de obreiros rurais, percebia por serviços prestados, diárias de Cz\$ 48,50 no Ceará e Cz\$ 84,70 em Alagoas, perfazendo médias em torno de Cz\$ 61,90 para todo o Nordeste brasileiro (segundo informações da Sudene, fundamentada em dados colhidos no 2º semestre de 1982). (Equivalente convertidos em cruzados).

Considerando-se que a população rural nordestina - tomando-se como referência o Censo de 1980 - representava 52,56% do total da região e 42,45% do total da população rural brasileira, pode-se concluir que a pobreza social do Nordeste é, hoje, muito maior do que se pode supor. Vejamos alguns indicadores, segundo o IBASE:

A expectativa de vida do nordestino aumentou de 46,4 para 52,5 anos entre 1970 e 1980, enquanto na região Sudeste ela subiu de 60,4 para 64,9 anos. O consumo de proteínas no Nordeste é de 57,75 gramas por habitante enquanto que no Rio de Janeiro é de 70 gramas e em São Paulo de 67,78 gramas. O consumo de calorias é de 1.713, contra 2.130 no Rio e 2.091 em São Paulo. No Nordeste - em 1980 - 54,4% dos assalariados ganhavam até um salário mínimo e 1,7 milhões de empregados urbanos (43% do total) não possuíam carteiras profissionais assinadas pelos empregadores e o subemprego, no ano citado, atingiu 5,7 milhões de trabalhadores, ou 45,6% da força de trabalho ocupada. (IBASE, op. cit.: 9)

"Apesar das mudanças ocorridas no Nordeste, desde o início da colonização até hoje, a terra continua concentrada nas mãos de poucos. Por isso, quando ocorre uma seca, os deserdados da terra que constituem a maioria da população rural são as primeiras vítimas a sentir as crueldades da seca. A ordem social existente persiste em não inte-

grá-los ao processo de desenvolvimento"
(Souza & Medeiros Filho, 1983:27).

A estrutura espacial nordestina, engendrada a partir do Brasil Colônia, resiste ao tempo através da perpetuidade do poder político nas mãos de uma oligarquia representada, primeiramente, pelos Senhores de Engenho e, posteriormente, pelos usineiros e coronéis agrários, passando por alianças e associações casuísticas, mas sempre com a mesma finalidade: - a preservação da estrutura oligárquica no poder. Esse continuismo e conservadorismo encontram-se presentes na atualidade. É o que se pode depreender quando se analisam os perfis dos Parlamentares, recém eleitos pelo Nordeste, que terão a responsabilidade de compor a Nova Carta Constitucional do Brasil. Se não, vejamos:

Dos 178 Parlamentares, inclusos Deputados Federais e Senadores - ideologicamente posicionados - 15 pertencem ou representam a esquerda (8,42%); 32 parlamentares situariam-se numa Direita (17,9%); 56 estariam representando uma posição de Centro (31,4%); 32 o Centro-Esquerda (17,9%) e o restante, 43 parlamentares, estariam enquadrados numa posição de Centro-Direita (24,1%). Ao se analisar a representatividade parlamentar, quanto às classes sociais e econômicas do Nordeste emerge, com violência, a presença oligárquica ou do poder econômico em absoluta restrição à classe obreira rural - que no Nordeste representa a maioria da população (52,56%); bem como a magra presença dos Sindicatos de Trabalhadores com apenas um representante, o do Sindicato dos Petroquímicos da Bahia - Deputado Federal: Mário Soares de Lima. Tabela 1.

Representatividade de Classes Sociais e Econômicas		
CLASSES	QUANTIDADE	PERCENTUAIS
Empresários e Industriais	20	11,2
Empresários Rurais	15	8,4
Usineiros	05	2,8
Profissionais Liberais	118	66,2
Banqueiros	01	0,5
Funcionários Públicos	19	10,6

Fonte: Quem é quem na Constituinte - Folha de São Paulo - São Paulo, 19 de Janeiro de 1987. (Caderno Especial).

O estudo desses indicadores parecem demonstrar que o Conservadorismo será atômica dominante na (letra) da Nova Constituição, pois o conjunto representativo dos parlamentares da direita (17,9%) aliado aos do Centro-Direita (24,1%) - totalizam a expressiva representatividade de (42,0%) da força parlamentar nordestina dentro do "novo" Parlamento brasileiro. Em suma ratifica-se o Poder político das oligarquias e sacramenta-se o conservadorismo, exatamente numa região altamente carente de transformações estruturais que objetivem eliminar o abismo entre os abastados e os miseráveis.

Dentro da ótica capitalista de arrumação espacial, o Nordeste continuará representando o formidável celeiro de abastecedor de mão de obra barata para suprir as suas próprias necessidades e as das outras regiões do país, urdindo novas formas de dependências, dentro da visão transnacional da economia.

As subordinações internas inter-zonais, a descapitalização crescente e progressiva das classes obreiras; o monopólio da terra e a contínua submissão do trabalho ao capital

vão definindo e redefinindo a complementaridade das "regiões brasileiras". Devido ao seu arcaísmo estrutural, o Nordeste que não se capitalizou durante o fastígio açucareiro, assume, dentro do pragmatismo funcional do capitalismo, o papel de produtor de matéria-prima, gêneros de primeira necessidade e abastecedor de mão de obra para as áreas carentes de força de trabalho farta e de baixo custo. A grosso modo não se estabelece um colonialismo interno, onde as regiões com maior crescimento econômico, caso os Estados do Centro Sul, desenvolvem-se a revelia ou às custas do empobrecimento nordestino. O que se estabelece é uma complementariedade que, começando no próprio Nordeste alcança e açambarca toda a economia brasileira, dentro das combinações e dos interesses internacionais.

Os usineiros do Nordeste continuarão recebendo subsídios, (só em 1985 receberam a título de subsídios 4 trilhões de cruzeiros) (Revista Veja, 24.04.85 - pág. 83) - e significativas verbas continuarão a ser canalizadas para esta Região, para que ela continue desempenhando as funções pré-estabelecidas historicamente e sacramentadas politicamente.

"... o Governo Federal investiu no Nordeste, até 1980, Cz\$ 90 bilhões (a preços daquele ano). O fracasso na realização das metas dos Programas especiais levou o Governo a gastar, em simples programas de emergência para os flagelados da seca que atinge a região desde 1979, Cz\$ 600 bilhões, ou quase seis vezes o valor daqueles investimentos. A preços de 1982, o Governo havia gasto até setembro de 1983 a quantia de Cz\$ 2,8 trilhões só no programa de emergência daquele ano. Contudo, isto tem sido insuficiente para evitar, dia após dia, que os mais de 2,7 milhões de pessoas empregadas nas frentes de emergência morram de fome e sede..." IBASE, op. cit.:15).

Analisando, historicamente, o processo evolutivo econômico-social do Nordeste, verificamos que as sucessivas fases por que passou a sua economia, o atrelamento a mercados endógenos, às dependências econômicas: as sofríveis relações de trabalho, passando pela monocultura, monopólio da terra, pobreza interna, descapitalização, etc., apresentam alguns momentos distintos como:

1. Nordeste Agrário-Açucareiro Escravocrata que sucumbe ante a força concorrencial da produção antilhana, despreparado para enfrentar as pressões concorrenciais internas, caso da corrida aurífera em direção às Gerais; Oeste e Sul do Brasil, que arrebatou do Nordeste a base sustentatória da sua economia: - a força de trabalho escravocrata, redirigindo o eixo de crescimento econômico.

"O período da mineração do ouro teve alguns efeitos importantes, entre eles: - a) o centro econômico da colônia transferiu-se do Nordeste para o Sudeste; b) a mão de obra migrou para as atividades mineiras, contribuindo para a estagnação das plantações de açúcar; c) os imigrantes portugueses chegaram para fazer negócios com poucos recursos de capital; d) o processo de urbanização teve início" (Chaloult, op. cit.: 24)

2. Nordeste Agro-Pecuário de Subsistência. Eclodido pelo exclusivismo do monopólio da terra, condicionado pelas relações expoliativas do trabalho servil e semi-servil e premido pela necessidade de suprir a zona açucareira com animais de tiro e alimentação, os excedentes populacionais buscam o "hinterland" onde intensificam a atividade criatória e a produção de alimentos básicos fundamentais, estabelecendo assim dependências zonais e uma inequívoca divisão social e interna do trabalho.

"A atividade pecuária surgiu induzida pela atividade açucareira. A sua expansão, no entanto, seria função da disponibilidade de terras a ocupar, antes que da procura de seus principais produtos - gado em pé e couro - nos mercados do litoral. Daí a baixa rentabilidade da pecuária comparativamente àquela do açúcar. Dado ao caráter eminentemente expressivo do criatório, este requeria uma mão de obra muito reduzida, recrutada entre indígenas e, na falta destes, entre a população livre da Colônia" (da Silva e Lima, 1982:34).

Essa débil e instável "economia do couro", num primeiro momento, abastecia o litoral açucareiro para logo após direccionar-se à zona mineradora fornecendo gado em pé e charque.

"Mas, não demorou muito para que o abastecimento da zona mineradora passasse a ser feito com mercadorias do Sul e da própria área das minas, onde se foi constituindo um setor de subsistência com vistas ao consumo interno da Capitania" (da Silva e Lima, op. cit.:35).

Não conseguindo solidificar-se nos mercados extra regionais, nem no interno, devido às oscilações do mercado açucareiro, expande-se aos mercados vizinhos, estabelecendo sofríveis equilíbrios até a sua decadência devido a eclosão da grande seca de 1790-92, e a sua liquidação ante o poderio concorrencial da indústria charqueira e do gado gaúcho.

3. Nordeste Agrário não Açucareiro. A associação de um conjunto de fatores, como por exemplos: - excesso de disponibilidade de mão de obra - levando fatalmente ao seu aviltamento e barateamento - aliado às condições edáficas muito favoráveis e, principalmente, como resultante da Revolução Industrial, com o conseqüente desenvolvimento da indústria têxtil na Inglaterra, o Nordeste agrário não açucareiro, converte, no dizer de Oliveira: "Num vasto algodão desde o Maranhão

à Bahia" (Oliveira, 1981:46/47).

A consorciação do algodão com a pecuária, permite a expansão linear dessas atividades e a consequente expansão numérica da força de trabalho rural. Entretanto as relações de produção continuariam dependentes do mercado interno e, portanto, sujeitas às suas oscilações, até culminar com a sua perda, suplantado que foi, mais uma vez, pela falta de competitividade ante uma economia de mercado que exige continuamente melhorias tecnológicas, produtividade e menores custos finais. Perdido o mercado exterior, volta-se ao mercado interno, onde passa a ocupar a posição de supridor eventual ou complementar, não conseguindo sequer, competir com os produtos oriundos das regiões sulinas, mormente as do Sudeste.

"Com estrutura de propriedade extremamente concentrada, débeis relações capitalistas de produção, com seus principais produtos (açúcar e algodão) marginalizados no mercado externo e, portanto, dependentes agora do mercado interno, porém com preços reduzidos, não poderia o Nordeste ter melhor desempenho. Mantendo cerca de 40% da população nacional em 1900, perfazia em 1907 cerca de 17% da produção industrial que, em 1939, já havia baixado para cerca de 10%. Após a "crise de 1929", quando o mercado nacional fica efetivamente reservado à produção nacional, o Nordeste sofreria mais um golpe: a reestruturação da economia paulista faria com que a economia de São Paulo se tornasse a maior produtora também de açúcar e algodão, justamente os dois produtos básicos exportáveis da economia nordestina" (Cano, 1985:55/56).

Essas sucessivas etapas econômicas, desarticuladas, compartimentadas e estanques uma em relação às outras, ou no dizer de Singer:

"Cada segmento local liga-se ao mercado metropolitano diretamente, mediante o fornecimento de produtos de subsistência e um segmento ligado àquele mercado. Deste modo,

apresenta-se a Economia Colonial segmentada em uma série de regiões, cada uma vinculada à economia da metrópole (ou à economia dos países industrializados), sem que haja relações comerciais significativas entre elas, denotando a inexistência de qualquer divisão de trabalho inter-regional no país. ... Com o desenvolvimento, a divisão de trabalho "internacional" é substituída por uma divisão de trabalho "intranacional". Este processo, quando não planejado, se dá pela transformação de um dos núcleos urbanos em "polo industrial" de todo o país. As demais regiões desenvolvem sucessivamente numa divisão de trabalho do tipo "campo-cidade" com este núcleo urbano privilegiado, que passa a ter o resto do país como mercado para os produtos de sua indústria. A integração da economia nacional não se dá de modo homogêneo, em todo país, não se especializando cada região de acordo com suas potencialidades produtivas; pelo contrário, geralmente uma única área se torna o palco da industrialização em sua fase superior, drenando das demais recursos e mão de obra" (Singer, 1968:8).

Pode-se concluir que a, precariedade das relações sociais e econômicas desenvolvidas no Nordeste onde a reinversão do excedente não se fez de forma a concentrar ou possibilitar acumulação de capital preparando-o para mercados concorrenciais - quer interno ou externo - essa região, como um todo, permite a hegemonia econômica do Sudeste.

Arrumação Espacial do Nordeste e Norte em Relação ao Sudeste

As atividades agrárias monocultoras desenvolvidas no Nordeste brasileiro responsabilizam-se, desde cedo, pelas relações que se encarregam de concentrar os meios de produção nas mãos de poucos, interferindo no processo distributivo da renda e, conseqüentemente, no desenvolvimento Regional enquanto que na Região Norte, as sucessivas etapas coletoras, ora da borracha, cacau ou das drogas do sertão, não permitiram, dada as suas peculiaridades, acumulação de capitais que viessem proporcionar a liberação das formas colonialistas de exploração do espaço. Todavia, é no Sudeste brasileiro onde, entre outros fatores que, o acúmulo de Capital de origem agrária, notadamente do café, impulsiona transformações estruturais que irão permitir a eclosão de um processo de industrialização, fator decisivo para a sua hegemonia.

"A industrialização de São Paulo dependeu desde o princípio, da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro do café. O cultivo do café começou nesse Estado muito depois das plantações levadas a cabo nas montanhas acima do Rio de Janeiro, no início do século XIX. Nos cinquenta anos seguintes, o comércio firmou-se na Europa e estimulou o surto de novas plantações, que avançavam cada vez mais para o Oeste. ...O café era a base do crescimento industrial nacional, primeiro que tudo, porque proporcionava o pré-requisito mais elementar de um sistema industrial - a economia monetária" (Dean, 1976:9/10).

O crescimento industrial transforma São Paulo num polo de desenvolvimento que galvaniza as demais regiões, cerceando-lhes iniciativas concorrenciais e fortalecendo dependências internas que irão acentuar, cada vez mais, os dese-

quilíbrios regionais e por em evidência a hegemonia do Sudeste (São Paulo), em relação às demais Regiões brasileiras.

"Processo cumulativo de crescimento, a industrialização provocou inicialmente forte concentração dos investimentos nas cidades do Rio de Janeiro e, posteriormente, São Paulo, cujo dinamismo tornou o resto do país obsoleto. Comandando as mais importantes regiões agrícolas do país - as regiões cafeeiras -, essas cidades constituíam o maior mercado consumidor nacional. Após a Segunda Guerra Mundial, estimulada pela ação estatal, a produção industrial se intensifica e diversifica com a implantação da indústria de base e de bens de consumo duráveis, ainda mais se acentuando a concentração nas duas cidades, especialmente São Paulo. ...Para São Paulo passaram a convergir algodão em pluma do Nordeste, juta da Amazônia, gado do Brasil Central, alimentos, além de carvão, madeiras, etc., provenientes do Sul. Intensos fluxos de população deslocam-se dos Estados do Leste e Nordeste, constituindo mão de obra fundamental para o crescimento do Centro" (Becker, 1982:17/20).

Esse "Centro" nacional de crescimento transforma-se num forte polo de atração cooptando populações não integradas ao processo desenvolvimentista e definindo, sobremaneira, os corredores e os fluxos migracionais internos.

A migração interna que já vinha aumentando, depois de 1930 tornou-se um fato evidente, que tinha a ver com a existência de uma população excedente, do ponto de vista, em última análise, das possibilidades de absorção pelo sistema dominado pela "plantation" nos vários desdobramentos. Todavia o fato é que na época - apesar de certos setores traírem certo receio sobre esse fato novo - boa parte desse movimento simplesmente permitiu a formação de um exército industrial de reserva" (Velho, 1979:151).

Grande parte desses migrantes concentraram-se nas cidades onde passam a desempenhar funções nas áreas de serviços, tornando possível, no dizer de Otávio G. Velho (op. cit.), a criação de economias externas para a indústria em crescimen-

to e permitindo a concentração de capital escasso nessas indústrias.

Os acréscimos populacionais que se registram no Sudeste, graças às modificações internas, principalmente as dirigidas à São Paulo, fazem com que a população paulista que era de 837.354 no ano de 1872 alcançasse, no ano de 1970, 17.958.693, ou seja: 44,52% de toda a população da Região do Sudeste e 19% da população do País, no ano em referência. (Souza Keller, 1977:156/157)

"Em termos de participação na população nacional o Sudeste tem, portanto, mantido uma posição estável desde as últimas décadas do século passado, concentrando desde então pouco menos da metade da população do País. As grandes correntes de imigração para o Sudeste sempre foram os nordestinos, principalmente as do Nordeste Oriental. Em 1970 estavam presentes no Sudeste 2.513.038 nordestinos, sendo 44,5% procedentes do Nordeste meridional (Sergipe e Bahia). A participação dos nordestinos, entre os imigrantes presentes na Região, vem aumentando: em 1940 essa participação aumentou para 76,6% e em 1970 para 81,1% (Souza Keller, op. cit.:211).

Todavia é no Estado de São Paulo onde concentra-se o maior volume das forças produtivas do país. No setor industrial, por exemplo, São Paulo possuía no ano de 1970 - 50.556 estabelecimentos industriais o que representava 30,6% dos estabelecimentos brasileiros e 59,2% do total dos estabelecimentos da própria Região Sudeste. Quanto ao pessoal ocupado nas indústrias, São Paulo detinha nas suas empresas industriais: 42,2% da força de trabalho de todo o Brasil e 68,6% da força de trabalho do Sudeste. O valor da produção industrial, bastante significativo, ressalta a força concentracionista regional, notadamente em São Paulo. Vejamos: - o valor da produção

industrial brasileira, em cruzeiros, - no ano em referência - foi de Cz\$ 118.427.561 e a do Sudeste, incluso São Paulo, - Cz\$ 92.673.208 - o que representou 78,2% da produção nacional, dos quais São Paulo, isoladamente produziu: Cz\$ 65.516.560 ou seja: - 70,6% da produção Regional e 55,3% da nacional. (Davidovich, 1977:557)

"Em 1970, embora o Nordeste e o Sudeste totalizassem respectivamente 30,2% e 42,8% da população brasileira, a participação relativa do primeiro na renda interna total era de cerca de 11,6 e a do Sudeste de 65,5%, indicando uma significativa diferença de renda per capita entre as duas regiões, favorecendo claramente o Sudeste. Essa disparidade aumentou no decorrer dos anos, considerando-se que, em 1970 a renda interna per capita do Nordeste representava apenas 25% da do Sudeste, enquanto em 1959, com um percentual populacional pouco maior, o percentual do Nordeste atingia 30%. O processo de acumulação de capital era muito claro, quando se observavam alguns dados ao nível estadual. Por exemplo, São Paulo participou com cerca de 39,3% da renda interna total em 1970, enquanto em 1959 a sua participação foi de 37,8%, indicando que houve uma concentração de capital no período apresentado e que um único Estado da Federação, São Paulo, tinha uma renda interna mais de três vezes maior do que a dos nove Estados nordestinos juntos. Em termos per capita, a renda interna de São Paulo era, em 1970, mais de cinco vezes maior do que a do Nordeste. No que tange à dimensão produtividade, constatamos que em 1970, a produtividade agrícola do Sudeste foi 2,5 vezes superior à do Nordeste, enquanto a sua produtividade industrial foi quase quatro vezes maior do que a do Nordeste, devido sobretudo ao maior grau de capitalização de seu setor secundário e à maior qualificação de sua força de trabalho" (Chaloult, op. cit.: 17).

A análise dos dois extremos de concentração de capitais, Estados Nordestinos e São Paulo, ressalta o controle hegemônico da produção capitalista destacando como este controle foi extremamente decisivo na divisão nacional do

trabalho e nos seus encaminhamentos segundo os interesses e as conveniências dos "Centros" decisórios e como se desencadeou esse processo de subordinação. Essas relações políticas e econômicas, brilhantemente abordadas por Vesentini que, após destacar poder de articulação de São Paulo sobre as economias regionais e a consequente divisão territorial do trabalho, a nível nacional, e a colocação do Nordeste como reservatório de força de trabalho para o Sudeste", enfatiza a tendência das regiões a se especializarem com vistas a atender às necessidades do Sudeste e se integrarem num mercado nacional.

"Assim com a crescente integração das Regiões num mercado nacional, o Sudeste, especialmente São Paulo, passa a ser a região da indústria, o Sul perde a sua posição relativa no setor industrial, mas passa a se especializar no setor agrícola, com vistas inclusive, a suprir o Sudeste; o Centro-Oeste passa a ser mais ocupado produtivamente, aumentando sua participação na renda agrícola e de serviços (que conheceu um aumento de 1,7% do total nacional em 1955 para 3,0% desse total em 1968, atribuíveis em grande parte a interiorização da capital federal); O Nordeste, apesar da rodovia Belem-Brasília, só começa ser mais fortemente integrado a economia nacional a partir de 1970" (Vesentini, 1984: 239/242).

Mas, na medida em que o capital estrangeiro começa a participar do processo de crescimento interno do Brasil e as dependências econômicas passam a ser estabelecidas com os organismos financeiros internacionais através de empresas transnacionais, a questão do "regionalismo" perde completamente a sua importância ou se presta, exclusivamente, para mascarar a teia de compromissos subjacentes que medram no bojo das preocupações dos analistas das economias regionais ou nacionais. A oligopolização da economia interna provoca um novo tipo de concentração ou, simplesmente estabelece vínculos e dependências muito mais comprometedores do que as concentrações havi-

das a nível espacial. Analisemos o texto de Wilson Cano:-

"Essa concentração não se manifesta apenas no nível espacial: está imbricada em forte oligopolização que se traduz pela presença quase absoluta em São Paulo dos quatro maiores estabelecimentos de cada segmento industrial. Manifesta-se inclusive a nível dos ramos: em 9 dos 21 ramos a indústria de São Paulo em 1970 concentrava mais de 2/3 da produção nacional e em 15 deles, mais de 50%. A concentração era menos significativa (madeira 19%, couros e peles 28% e fumo 36%) naqueles ramos que tem sua base mais vinculada à agropecuária regional. Embora o restante do país tenha tido expansão industrial bastante acelerada, sua base industrial é ainda muito estreita com fortes implicações negativas quanto aos aspectos de economias de escalas regionais e sobretudo, pela alta dependência que a indústria regional incentivada tem com São Paulo tanto no que se refere ao mercado para seus produtos quanto pela origem de seus insumos industriais" (Cano, op. cit.: 305/306).

Conclue-se que, a nível nacional, a modernização de setores "privilegiados" da economia incrementa um processo de industrialização dependente e encarrega-se de integrar as "regiões" brasileiras dentro da ótica do consumismo, isto é, criando necessidades novas, que grantam o mercado consumidor às indústrias instaladas no Sul, juntamente com as suas subsidiárias espalhadas no próprio Nordeste.

A produção, por exemplo, de bens de consumo duráveis que em 1949, representava apenas 2,5% do total, passa para 5,1% em 1959, alcança 9,3% em 1970 e chega a 13,5% na década de 80. É interessante notar que, nesse mesmo período (1960/1980),

"...o ritmo de crescimento de parcela dos domicílios equipados com bens de consumo duráveis foi muito maior no Nordeste que no País como um todo. Em 20 anos, os domicílios brasileiros com TV, por exemplo, cresceram 22,7 vezes, enquanto no Nordeste eles aumentaram 174 vezes" (Retrato do Bra-

Como se pode observar interessa, sobremaneira, expandir o mercado consumidor interno independentemente dos custos sociais que isso possa acarretar, ou das novas dependências que venham a ser estabelecidas. O advento do industrialismo integrando a nível da "dependência do consumo", introduz alguns itens de modernidade, o que nas economias arcaicas e deficitárias, tende a fortalecer - ainda mais - o abismo que separa as classes sociais pobres das abastadas não concorrendo, de modo geral, para a melhoria efetiva da qualidade de vida principalmente quando, tomando-se indicadores básicos a comparamos como Sudeste. Tomemos, por exemplo, os itens: domicílios dotados de iluminação elétrica, abastecimento de água potável e instalações sanitárias. Enquanto no Sudeste 57,8% dos domicílios possuem energia elétrica; 52,0% abastecimento de água e 68,2% instalações sanitárias, no Nordeste apenas 17,0% dos domicílios possuem energia, 18,5% água potável e somente 11,3% dos domicílios possuem instalações sanitárias. (Retrato do Brasil, op. cit.: 209).

Com a industrialização acelera-se o processo de urbanização concentrando-se, numa velocidade vertiginosa, a população nas cidades mormente nas áreas metropolitanas. Em termos estatísticos, saltam-se dos 31% dos anos 40 para 36% em 1950, atingindo 45% em 60 e na década de 70, chegamos a 56% da população habitando as cidades para, uma década após, alcançarmos 67%, ou seja: 79,8 milhões de indivíduos nos aglomerados urbanos.

Essa concentração faz-se, principalmente, em torno das regiões metropolitanas, notadamente no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte, que passa a agrupar 20% de todo o efetivo demográfico no país.

Esse brusco crescimento linear das cidades provoca diminuição na qualidade de vida elevando o número de favelas, onde, somente nas áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, salta de 268, do ano de 1971, para 1.395 em 1983, enquanto que a população favelada que era de 39.000 em 1971 subiu para 414.572 - tomando como referência apenas os dados relativos a São Paulo e fundamentando-se em dados referenciais publicados em (Retrato do Brasil, vol. 3, nº 37, p. 221), porquanto Claudio de Oliveira, maximiza essas informações, quando afirma:

"Faça as contas e descubra quantos habitantes de São Paulo, a maior cidade do Brasil, moram em condições precárias. Comece pelos favelados: há pelo menos 650 mil pessoas instaladas em 136 mil barracos, segundo estatísticas oficiais (a própria Prefeitura admite que o número correto, hoje é de um milhão); some agora toda a população dos cortiços: mais 3,4 milhões de habitantes, empilhados em 592 mil cômodos que abrigam, em média, sete pessoas cada um; por fim acrescente mais 3,5 milhões de pessoas que vivem em moradias erguidas em loteamentos clandestinos, potencialmente ameaçadas de perder a propriedade - que legalmente não possuem - a qualquer momento. Os números da conta indicam que dos onze milhões de habitantes de São Paulo, 7,5 milhões - quase setenta por cento - vivem mal ou em situação irregular. Isto equivale a quase toda a população da Suíça, ou a dois Paraguais inteiros de favelados, cortiçados e moradores em terrenos clandestinos" (Oliveira C., 1986:24).

A Administração Pública, de um modo geral, torna-se impotente para acompanhar com bens e serviços sociais a de-

manda demográfica e como já estabeleceu liames com o Poder econômico, principalmente o industrial, opta pelas prioridades sociais que incentivam o cosumismo e garantem demandas potenciais de bens de consumo, duráveis ou semi-duráveis, como os eletrodomésticos e seus derivados. Como um todo, os investimentos em infra-estrutura urbana, concentram-se nos setores que as privilegiam, como se pode observar na Tabela 2.

PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS DA ZONA URBANA QUE POSSUEM ALGUNS BENEFÍCIOS (1940-1980)						
INFRA-ESTRUTURA URBANA	REDE GERAL DE ESGOTOS	-	-	27%	22%	39%
	REDE GERAL DE ÁGUA	38%	39%	43%	54%	76%
	ENERGIA ELÉTRICA	47%	60%	72%	75%	88%
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	TELEVISÃO	-	-	09%	40%	79%
	RÁDIO	16%	-	61%	72%	73%
	GELADEIRA	-	-	23%	42%	65%
	AUTOMÓVEL	02%	-	-	13%	28%

FONTE: (RETRATO BRASIL, OP. CIT.: 27).

"Enquanto a rede de distribuição de energis elétrica cresceu continuamente, tanto para favorecer a instalação de indústrias como para permitir o consumo de bens duráveis relativamente sofisticados, apenas recentemente o abastecimento de água recebeu significativa atenção, mas não foi acompanhada pela necessária expansão das redes de esgoto, de custos muito mais altos, principalmente em função das dificuldades causadas pelo crescimento acelerado e caótico das cidades" (Retrato do Brasil, op. cit.: 218/220).

A expansão do processo de crescimento econômico não se faz de maneira harmônica ou equitativa e nem premia, fundamentalmente o social isto é, não investe ou aplica em setores que propiciem, verdadeiramente, uma real melhoria na qualidade de vida das populações carentes. Muito pelo contrá-

rio, tende a concentrar-se nos segmentos que, direta ou indiretamente, vão de encontro às necessidades de expansão do setor industrial. É a submissão do Estado ao poder do Capital. E isto pode-se verificar nas "prioridades" governamentais que se estabelecem em todo o território, onde os investimentos públicos concentram-se em determinadas áreas como: asfaltamento rodoviário em detrimento da modernização e implantação ferroviária e vias aquáticas ou são aplicadas em embelezamento urbano; ruas de lazer; iluminação de vias públicas; fontes luminosas em detrimento de escolas, creches, hospitais, centros de serviços sociais; estradas rurais ou vicinais, setores produtivos ou, simplesmente, em sistemas de esgotos.

É evidente que em cada ação administrativa ou plano elaborado existe a onipotente presença de poderosos grupos econômicos direcionando-os através de tácitas imposições políticas ou através de um profundo trabalho de "merchandising". No momento em que o Brasil, em nome do "desenvolvimento", escancara a sua economia ao Capital externo, a política de incremento conjuntural, por ser mais ágil e permitir retorno financeiro mais rápido, passa a ser a tônica dominante nas ações administrativas. Torna-se assim, o país, o paraíso das multinacionais que se apossam de setores primaciais de nossa economia, como podemos depreender da leitura do texto de Paulo Freire:

"Se tomarmos o conjunto das firmas cujo capital é superior a um milhão de dólares há quatro setores em que as empresas de origem estrangeira detém mais de 60% do total do capital social: - a indústria do fumo, a indústria de material de transporte, a indústria de construção elétrica e a indústria de borracha. Nos demais setores a participação do capital internacional é inferior a 50%, mas continua crescendo. Esses

dados são apenas uma representação de que o desenvolvimento do país se faz em associação estreita com o capital estrangeiro. Na realidade, hoje em dia, é o capital monopolista que determina não somente o desenvolvimento da empresa privada, como também do poderoso capitalismo do Estado com o qual está largamente associado. (o grifo é nosso) (Freire, 1981:67).

O mito do crescimento uniforme onde todos os segmentos sociais participam equitativamente das "benesses" geradas pelos setores produtivos e, conseqüentemente estabelece-se uma melhor e mais humana distribuição da renda o que, por sua vez, proporcionará diminuição das distâncias entre as classes muito ricas e as muito miseráveis criando-se assim, condições para a constituição de um Estado fortalecido e democrático capaz de intervir nas regiões, economicamente carentes e processar a sua integração ao processo desenvolvimentista parecidos, não ultrapassar o estágio das conjecturas ou dos discursos demagógicos. Ao capital interessa a divisão interna do trabalho porque os arranjos que essa divisão provoca facilitam a dominação política das massas obreiras, reforçam e determinam a concentração do Poder, o que por sua vez, incorporam todo o espaço produtivo dentro da ótica capitalista, estabelecendo "zoneamentos agrícolas", de acordo com as necessidades vitais ditadas pela expansão econômica e dentro do espírito de complementariedade insistentemente defendido pelo Poder hegemônico dos Centros decisórios - que no caso brasileiro constitui-se no Sudeste -, encaminhando-se para a sacramentação do binômio: centro-periferia¹. Façamos uma ligeira retrospectiva para melhor compreensão do fenômeno.

O Poder Hegemônico dos Centros Decisórios e a Definição do Binômio: Centro-Periferia.

A industrialização faz emergir a hegemonia do Sudeste e define o binômio: centro-periferia. O jogo de forças eclodidas, a partir de então, encarrega-se de intensificar cada vez mais, as desigualdades existentes - não competitivas - mas complementares, caminhando no sentido da definição dos polos de crescimento econômico e político, aprofundando-se as relações de mercado e abrindo, as portas para o capital internacional.

"No governo Kubitscheck, assistiu-se a uma virada crucial na direção dos investidores estrangeiros a quem foram dados incentivos especiais. Houve grande desenvolvimento industrial nesse período e juntamente com os investimentos estatais diretos e indiretos continuaram a crescer, particularmente em comunicações e na produção de energia, havendo a adesão explícita a um modelo de economia mista" (Velho, op. cit.: 163).

Após 1961, já no governo Jânio Quadros (Janeiro-Agosto), registram-se profundas mudanças na política cambial brasileira, passando-se a adotar a desvalorização constante da moeda brasileira (instrução 204).

"A cada processo de desvalorização sucedeu um período de ingresso intenso de recursos e capitais, os quais, dentro de um prazo bastante limitado, variando de acordo com a economia interna do País, voltaram a sua origem... Em 1968 das dez maiores empresas do País apenas duas são brasileiras, das oito restantes, três são controladas por capitais norte-americanos e as outras estão sob controle de capitais europeus. ... parece evidente a preferência pelas indústrias automobilísticas, de máquinas e aparelhos, petróleo e derivados, indústria química e farmacêutica, vidros e cimento,

borracha e artefatos, energia elétrica e produtos alimentícios enquanto que a sua participação na agricultura é praticamente nula....(Rattner, 1972:166/170).

A internacionalização da economia interna brasileira aguçou o "espírito nacionalista", desencadeando manifestações contra a presença do capital estrangeiro e exigindo leis que controlassem a sua entrada e aplicação e regulamentasse a remessa de lucros.

"Em outubro de 1962 foi aprovada uma lei de remessa dos lucros destinada a controlar e limitar severamente as remessas de lucros pelas empresas estrangeiras. Só poderiam remeter o máximo de 10% do valor original de seus investimentos" (Baer, 1966:200).

Coincidentemente registra-se, a partir de 1962, uma significativa retração nos afluxos de capitais autônomos de natureza privada no Brasil. Segundo o mesmo autor, essa aplicação declinou de US\$ 108 milhões, em 1961, para US\$ 71 milhões, em 1962, e US\$ 31 milhões em 1963.

A aplicação ou a retração nos investimentos sempre fez parte do jogo capitalista, principalmente quando os contendores são representados por centros industrializados e capitalizados de um lado e por áreas periféricas, com industrialização emergente dependente e descapitalizada do outro lado. Entretanto, o que vale a ressaltar é que a corrida industrializante já havia começado e as mudanças já se faziam sentir em todos os segmentos sociais.

A necessidade de expandir o mercado consumidor interno, inclusive, incorporando a grande massa populacional agrária - maioria na época - anexando-a ao processo desenvolvimentista, passou a constituir-se na obsessão nacional. Mas

não se tratava, evidentemente, de um processo revolucionário. As mudanças teriam que cingir-se a níveis perfeitamente controláveis pelo neo-capitalismo industrial e não poderiam extravar os limites relativos aos níveis das relações de produção, como explica, com lapidar clareza, Graziano da Silva:

"... mas houve uma transformação interna - ao nível das relações de produção - que permitiu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização. Ou seja, houve simultaneamente: a) um aumento da oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização, via substituição das importações;

b) uma integração maior da agricultura ao círculo global da economia, não apenas como compradora de bens de consumo industriais: houve também o que poderemos chamar de uma verdadeira "industrialização da agricultura", na medida em que esta passou a demandar quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor industrial" (Graziano da Silva, 1982:47).

Essa apregoada necessidade de incorporação ou seja, a submissão das atividades agrárias à força do capital e, consequentemente a sua incorporação ao sistema capitalista industrial, como efetivo consumidor dos produtos industrializados e produtor de alimentos básicos de baixo custo o que, por sua vez, permitisse a alimentação de uma vasta camada de obreiros-urbanos com um mínimo de dispêndio financeiro possibilitando que os empresários industriais mantivessem baixa remuneração salarial aos seus empregados e consequentemente maximizassem as margens de lucratividade, ativando a acumulação capitalista, está implícito no texto da Mensagem que encaminha a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, ou seja, o Estatuto da Terra:

"o problema agrava-se agudamente com a crescente industrialização do País e com a concentração populacional nos grandes cen-

tros urbanos. Toda essa população, absorvida no trabalho urbano cria exigências cada vez maiores de suprimentos de alimentos, demandando uma organização mais sistematizada de sua produção, transporte e distribuição. Em contraposição o crescimento da produção industrial gera a necessidade de alargamento do mercado consumidor ou seja, a incorporação de novas áreas da população ao consumo dos produtos industriais, o que se obterá pela elevação dos padrões econômicos da população rural, facultando-lhe poder aquisitivo para acesso aos produtos manufaturados. Interdependência entre campo e meio urbano e industrial é contingência do próprio desenvolvimento econômico do País, e essa interdependência traduz-se nos seguintes aspectos fundamentais do processo de crescimento e integração nacionais, dando à Política de Desenvolvimento Rural várias e insubstituíveis atribuições.

- a) suprir a base alimentar indispensável à intensificação da vida urbana e industrial;
- b) concorrer com produtos de exportação mais diversificados para ajudar o equilíbrio do balanço de pagamento externo;
- c) criar, pela elevação do nível de vida do meio rural, um alargamento do mercado interno de consumo para absorver o crescimento da população industrial do País..." (MIRAD, 1964:13).

A escalada da modernização agrária, tão enfatizada no Estatuto da Terra, atendia as premissas básicas fundamentais estabelecidas pelo poder do capitalismo internacional, principalmente os emanados dos Estados Unidos da América do Norte, via "Aliança para o Progresso", uma vez que:

"Cinco meses após o golpe e antes do envio do projeto do Estatuto ao Congresso, o representante norte-americano na Aliança para o Progresso, Walt Rostow, esteve em São Paulo falando expressamente aos industriais sobre a questão do mercado interno e do interesse que os industriais deveriam ter no processo de transformação e modernização da agricultura: - o desenvolvimento industrial, na América Latina, não pode prosseguir adequadamente, a menos que as áreas rurais sejam incluídas no processo de crescimento tanto como fonte de suprimento de produtos agrícolas quanto como mercado para os produtos industriais" (Martins, 1983:94).

Além do Estatuto da Terra, outras medidas foram tomadas pelo Governo brasileiro no sentido de adaptar-se a nova ordem vigente e atrelar-se, integralmente, às orientações da política econômica internacional, dentre elas destacamos as que garantiam pagamento indenizatório pela nacionalização de empresas e serviços pertencentes ao grupo "American and Foreign Power", iniciando-se assim um período bastante favorável e promissor aos investimentos estrangeiros e fortalecendo, sobremaneira, os laços de submissão.

"...as modificações introduzidas na lei e remessas de lucros e o acordo de pagamentos realizado em função da nacionalização dos serviços de utilidades públicas que pertenciam a AMERICAN and FOREIGN POWER concorreram substancialmente para restaurar a confiança da iniciativa privada internacional no Brasil e, pelos fins de 1964, já havia sinais de que o capital privado começaria a reingressar no país. Com a publicação do Estatuto da Terra, e sua remessa ao Congresso em outubro de 1964, o governo Castelo Branco deu mostras de estar disposto a enfrentar os desequilíbrios sócio-econômicos subjacentes..." (Baer, op. cit.:202).

A Lei 4.504, de 30 de Novembro de 1964, trazia no seu bojo o objetivo da modernização e a sua deliberada intenção de privilegiar o Capital e as Empresas Agrárias, destacando que a sua ação fixar-se-ia nas áreas de conflitos ou tensões. Isto é não se pretendia, deliberadamente, transformar, modificar ou revolucionar as relações de produção, direito de propriedade, estruturas agrárias, etc. Enfim, a Reforma Agrária não tinha a finalidade ou objetivo de reformar, mas sim de conservar.

"... o estatuto faz da reforma agrária brasileira um reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar

tenso, oferecendo riscos políticos" (Martins, op.cit.:96).

Imprime-se assim um novo direcionamento à política agrária no país onde solidifica-se, de maneira inequívoca, a intenção de atuar junto aos "bolsões de descontentamento", eliminando-os ou, transferindo-os para as terras virgens de fronteiras de custo zero, ou muito perto dele, onde o Governo oferecia uma série de vantagens e excepcionais condições de crescimento para o trabalhador sem terra ou parcamente capitalizado. Não se cogita, entretanto, em retrabalhar as terras ociosas: combater o latifúndio improdutivo ou transformar as "terras de especulação imobiliária em terras de trabalho". A estrutura agrária deveria permanecer intacta. A propriedade da terra deveria concentrar-se nas mãos daqueles que demonstrassem "competência" para transformá-la em empresa agrária. Dentro dessa perspectiva é que preserva-se as zonas agrárias tradicionais, do centro-sul, para o desempenho das novas funções estatuidas e acordadas junto ao capital financeiro e industrial e se reestabelece a harmonia nas zonas agrárias do Nordeste, fortalecendo a sua arcaica estrutura agrária e política².

Na verdade, o Estatuto apenas sacramentava um longo processo de aviltamento do pequeno produtor, já empobrecido e expoliado da sua força de trabalho e expropriado do seu meio de produção. Recordemos, por exemplo, as modificações introduzidas na política cambial brasileira, ainda no princípio da década de 60, que culminaram por reduzir drasticamente os recursos destinados aos financiamentos agrícolas, monitorizados pelo Branco do Brasil, enquanto que permitiu ou, simplesmente, incentivou-se a participação e crescimento dos financiamentos

através dos Bancos particulares.

"... enquanto os financiamentos do Banco do Brasil às lavouras se expandiu em apenas 11,0% em 1965 - para um aumento de preços, medido pelo Deflator Implícito do Produto, da ordem de 55,4% - crescendo Cr\$ 58,7 bilhões, os bancos particulares ampliaram seus empréstimos à mesma finalidade em 88,0%, com elevação de Cr\$ 219,5 bilhões" (Munhoz, 1982:27). (O grifo é nosso).

Essa manobra tática visava fortalecer os médios e grandes empresários que, indubitavelmente, reuniam condições de estabelecer negociações com os bancos particulares, pois sendo proprietários poderiam oferecer as suas propriedades como garantia e obter financiamentos destinados a modernização de suas empresas rurais, adquirindo tratores, implementos, insumos, etc., bancando assim, o escoamento da produção industrial, proporcionando lucros ao capital financeiro e integrando-se ao "processo desenvolvimentista".

É assim que o capital industrial-financeiro, urdindo a sua trama, vai encadeando mudanças conjunturais e interferindo na composição dos novos arranjos espaciais, patrocinando uma nova paisagem, agora eivada de "modernidade" mas, altamente dependente e comprometida.

"A mecanização avança, o uso do trator intensifica-se. Os chamados insumos modernos, como os fertilizantes químicos, os agrotóxicos, as sementes selecionadas, rações, medicamentos veterinários, etc., começam a ser utilizados de forma crescente. É a transformação capitalista da agricultura, sua industrialização, sua modernização" (Graziano Neto, 1982:26).

Na realidade, significativos acontecimentos marcam a agricultura brasileira no tocante a mecanização. Enquanto o Censo de 1950 registrava apenas 8.372 tratores agrícolas em menos de 0,5% dos 2.064.642 estabelecimentos agropecuários, no ano de 1970 já se podia apontar a existência de 165.870 trato-

res representando, nada mais do que 1.981,24 por cento de aumento. É interessante também registrar o fato de que nesse período seis fábricas de tratores instalaram-se no Brasil, dentre elas a Massey Ferguson, a maior produtora de equipamentos motorizados do mundo.

A febre da industrialização chega aos mais importantes setores agrários do país. Governadores estaduais tem acesso aos empréstimos internacionais e as multinacionais ramificam-se em todos os setores produtivos. Internamente, a nossa agricultura adapta-se a nova ordem "política-econômica". Era preciso modernizar-se e preparar para produzir "grãos exportáveis" de acordo com as necessidades do mercado internacional, recaindo as preferências, por razões óbvias, no soja e no trigo.

O Estado do Paraná - maior produtor mundial do café - enreda-se nos movimentos de mudanças sociais e econômicas da década de 60, atrelando o epicentro cafeeiro - o espaço metropolitano de Londrina - no processo industrializante, canalizando um razoável número de empresas industriais e agro-industriais, vinculadas no mercado regional e, principalmente ao nacional e internacional, como por exemplo: Garcia, Anderson Clayton, Braswey, Ultrafertil, Londrifarma, Ostan e tantas outras.

O desencadeamento desse processo de industrialização, provoca, entre outras coisas:

- incorporação desse espaço agrícola ao capital nacional,
- introdução de novas relações espaciais e econômicas,
- aceleração nas novas composições em sua malha

fundiária

- intensificação nos movimentos migracionais (campo-cidade e campo-novas fronteiras agrárias) e o que é mais relevante: permite que sub-repticiamente, o capital-industrial-financeiro paulista estenda os seus tentáculos sobre o norte paranaense, sacramentando o processo de integração capitalista da economia local-regional à economia nacional-internacional.

"Muitos dos empreendimentos liderados por grupos locais, em função da inexperiência industrial que levava à suposição de que a industrialização é possível com pequenos investimentos fixos, tiveram que ser transferidos a grupos econômicos externos à região, especialmente São Paulo, detentores de experiência industrial e capazes de conduzi-los de forma eficiente e rentável. Portanto, esta fase é marcada por um novo tipo de franja econômica, que partindo de São Paulo, atinge a economia do Paraná. É a época em que indústrias paulistas começam a colocar suas subsidiárias na região. Outro fato significativo que, mais uma vez, está ligado à economia cafeeira na região, ocorrido neste período, vai, até certo ponto, repercutir no processo de industrialização. Quando, a partir de 1966, é colocado em prática o programa de erradicação do café na região, surgem dois tipos de problemas. O primeiro é a necessidade de abertura de novas frentes para as atividades econômicas... o segundo problema é decorrente da liberação de mão-de-obra do campo..." (Cecílio, 1981:41).

A perspectiva local já nada mais pode explicar. Os movimentos e as relações tornaram-se altamente complexos. O capitalismo já havia chegado ao campo e com ele o estabelecimento de novas relações. Os centros "decisórios" não estavam nos centros econômicos locais, regionais ou nacionais, mas estendiam e se articulavam com as bolsas comerciais instaladas nos grandes centros internacionais, principalmente, Nova York. O Estado do Paraná, principalmente a região polarizada

por Londrina é que mais sentiu, social e economicamente, o impacto dessa transformação alterando, inclusive, arranjos da sua estrutura fundiária.

"Em resumo, no caso do Norte do Paraná, entre 1970 e 1978, a área ocupada pela cafeicultura decresceu em 345.000 ha, ou seja, 38%. Ao mesmo tempo, a área ocupada pela cultura associada da soja e trigo aumentou em 451.000 ha, ou seja, 271%, caracterizando regionalmente um novo sistema agrícola. Este processo de substituição de culturas, que vem ocorrendo no Norte do Paraná, apresenta-se como resultado de uma conjuntura que se estabeleceu na região, francamente desfavorável à manutenção da cafeicultura e, por outro lado, amplamente favorável à implantação da cultura associada da soja e trigo.

Além desse processo de substituição de culturas há que se considerar no âmbito do movimento campo-cidade, a herança da estrutura fundiária da cafeicultura - pequenas e médias propriedades entre 5 e 10 alqueires, que na nova realidade agrícola da região, tornaram-se antieconômicas, conjugado com a elevada valorização das terras mecanizáveis, dificultando a permanência dos pequenos agricultores no campo, mas sobretudo o acesso destes a parcelas maiores de terras, levando-os a emigrar para áreas novas, onde o preço da terra é, ainda, acessível".
(Alegre & Moro, 1983:05).

A rigor a estratégia capitalista demonstra que o parcelamento do espaço rural que ocorre em determinados momentos tem por objetivos, ou processar uma rápida captação de recursos financeiros para implementar o próprio projeto colonizador ou, como tática de atração direcionada a grupos de potenciais compradores, fortuitamente eclodidos, como o ocorrido após 1930 ou, ainda, com o objetivo de acumular um exército de reserva de mão-de-obra agrária que garanta a expansão linear dos projetos instalados ou a instalar. Todavia, é muito comum a prática de "arranjos" a nível das relações de trabalho, onde a fragmentação ou parcelamento dá-se, não no imóvel ou propriedade, mas sim a nível de produção - caso do arrendamento - prática muito usada nas áreas rurais. Entretanto, para que não

parem, dúvidas sobre a significação dos termos imóvel rural e estabelecimento, tomamos como referencial o que Graziano da Silva afirma a respeito do assunto: "imóvel rural é tomado como unidade de posse e estabelecimento como unidade de produção". (Graziano da Silva, op.cit.:26).

Entretanto, ao contrário do que se possa pensar, o processo de fragmentação ou parcelamento e, conseqüentemente a concentração, não se faz de forma definitiva ou permanece estático. A sua dinamicidade ocorre amide e varia de acordo com os interesses e exigências de mercado, como bem explica o mesmo Silva, em sua obra: *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*:

"... no resto do Brasil, para o norte de São Paulo, o processo de retalhamento da propriedade fundiária rural não contará apreciavelmente com o estímulo trazido pela migração européia... mas concorre aí de forma consideravelmente mais acentuada que em São Paulo o processo de desagregação do sistema da grande lavoura... Observa-se isso em algumas partes de Minas Gerais, nas velhas regiões acucareiras da Bahia, em grandes setores do Nordeste, e igualmente nos Estados do Norte, Maranhão em particular... Deve ser lembrado, porém, que esse retalhamento não significou, de forma alguma, uma democratização da propriedade da terra. Muito pelo contrário, serviu para manter a pequena produção como um apêndice da grande, constituindo-se numa forma de garantir o fornecimento de trabalhadores a baixo preço, quando forem necessários... Em síntese, a desconcentração é sempre seguida por um movimento de reconcentração assim que surge a possibilidade do cultivo de um produto que garanta a rentabilidade do capital" (Graziano da Silva, 1980:28/29).

Um exemplo típico desse fenômeno pode ser constatado quando analisa-se o sistema de colonização do norte do Paraná. Nessa porção do Estado empresas colonizadoras, visando atrair os colonos excedentes dos cafezais paulistas, premidas pela necessidade de captação de recursos financeiros a curto prazo e criar um exército de reserva de mão-de-obra capaz de garantir a implementação do projeto, praticaram um retalhamento do espaço, implantando a base das atividades agrárias que viria marcar significativamente a história econômica do norte do Estado paranaense. Entretanto, passado o ciclo inicial da implantação, no momento em que as pequenas propriedades não mais interessavam aos empresários rurais, pois perderam a sua capacidade de "produtividade", não conseguindo sequer atender as necessidades de sobrevivência familiar - (Não mais atendiam as "novas" necessidades ditadas pela modernização das atividades produtivas) e dado ainda a sua enorme valorização, essas pequenas unidades de produção rural, geralmente familiares, passaram a ser reagrupadas em médias e grande propriedades de acordo com as exigências de mercado e das pressões capitalista no campo. A adoção do soja, trigo e, em certos períodos, do milho, substituindo as lavouras cafeeiras, tomou de assalto o norte do Paraná. (Alegre & Moro, op.cit.:5/10)

Esse processo de "mudança", alcança também outras regiões brasileiras, como: Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Estados Nordestinos e do Centro Oeste, etc., intensificando os movimento migracionais, quer em direção às terras de menor valor (fronteiras agrícolas) ou em direção aos centro urbanos, provocando focos de tensões sociais, proletarização das massas obreiras, etc.

Os contínuos movimentos de massa que, pela força de sua expressão social e política levam o Poder constituído e as classes dominantes a tomadas de posições, geralmente pautadas pelos objetivos de sufocar o dinamismo do processo que tem as suas raízes na estrutura do sistema capitalista, redundam geralmente na divulgação de fantásticas utopias, como por exemplo: impedir o crescimento urbano das áreas metropolitanas, principalmente São Paulo ou, desembocam nas articulações político-econômicas de direcionamento das levas migracionais em direção às fronteiras agrárias.

Para as classes dominantes os movimentos populacionais campo-cidade ou, periferia-centro, constituem-se em ocorrências altamente preocupantes porque tendem a alterar quantitativa e qualitativamente as relações sociais e econômicas, colocando em risco a segurança e o bem estar. Diante disso, não é conveniente que levas de migrantes da classe média baixa e de classes operárias, tecnicamente inaptas para as atividades citadinas - na visão da burguesia dominante - continuem afluir para os centros urbanos, criando todos os tipos de problemas sociais. Como consequência, surgem as "ideologias anti-migracionais" que propagam, descaradamente, o discurso da fixação do homem ao campo ou advogam o direito de encaminhá-los aos espaços periféricos, ou vazios demográficos, onde deverão servir aos interesses dos capitais agrários que aí já se instalaram.

"Esta contra-ideologia é própria da classe média alta e da burguesia urbana, e compreende dois momentos: primeiramente procuram mostrar que as grandes cidades estão "inchando", como se a migração para os grandes centros urbanos fosse uma doença social, ou que ainda estes centros urbanos estão se "ruralizando", sendo "invadidos", sendo "enfeados" pela presença de pessoas indesejáveis; num segundo momento, procuram con-

vencer os poderes públicos de que a solução de todos os problemas sociais das grandes cidades se resume na volta desta população migrante às suas comunidades de origem ou o seu deslocamento para as fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e Norte do País" (de Souza, 1980:37).

Dentro da visão "integracionista" a incorporação da Amazônia fazia-se altamente necessária e a sua viabilização encontrava respaldo e sustentação nas formulações e nos modelos de desenvolvimento da EMFA (Estado Maior das Forças Armadas), no capitalismo industrial e nas elites políticas, representando as zonas anacrônicas do poder agrário do Nordeste, Centro-Oeste e Sul-Sudeste.

De passivo fornecedor de matéria-primas tropicais e produtos exóticos, a Amazônia passaria a integrar, capitalisticamente, o novo Brasil, ressaltando a sua complementariedade econômica, diversificando-a, através de novas "funções":

- absorção dos expoliados trabalhadores agrários,
- garantia de formação de um exército de mão-de-obra reserva,
- produzir gêneros de primeira necessidades para abastecer os mercados do Centro-Sul,
- permitir a expansão das empresas multinacionais nos setores agrários e mineral,
- justificar a expansão militarista no Norte e a concretização dos projetos geopolíticos.

Transmuda-se a Amazônia.

"De área em ser à região humanizada" (Reis, 1959) para um espaço integrado dentro de novos objetivos impostos através de um longo processo de subordinação, cuja culminância eclode a partir dos anos sessenta.

A análise esmiuçada dos principais momentos históricos e os seus consequentes correlacionamentos sócio-econômicos onde repassam-se, criticamente, os resultados das ações das "Empresas Religiosas, desde o Século XVI", para em seguida destacar-se o longo período dos "Surto Monocultores" que alcançam o seu apogeu na coleta da borracha - seu fastígio e declínio e as "Relações Político-econômicas", intensificadas a partir de 1945, quando acelera-se o processo de internacionalização da economia que culmina com o advento dos "Governos militaristas" intronizados pós 64, o pareceram-nos ser de transcendental importância para o entendimento das verdadeiras razões que levaram, induziram e motivaram a redescoberta da Amazônia.

NOTAS - CAPÍTULO 1

1-

Rattner, ao comentar a sujeição econômica da "Periferias" em relação aos "Centros" deixa bem claro a questão política que permeia as relações econômicas ao afirmar:-

"... as regiões mais ricas e, por isso mesmo, mais influentes nos destinos políticos da Nação, conseguem impor leis e regulamentos que as favorecem economicamente e financeiramente, muito embora em detrimento das regiões mais pobres. Exemplo típico desse fenômeno foi a canalização de divisas fortes entradas no País através da exportação de produtos da região nordestina - algodão, cacau, açúcar, etc. - para os centros industriais da região sul. A política de subsídios que vigorou principalmente de 1947 a 1953, através de favores cambiais para a importação de equipamentos industriais, beneficiou, forçosamente, as regiões em vias de expansão industrial, transferindo-lhes as rendas em cambiais, enquanto baixava, ainda mais, a renda e o poder aquisitivo das regiões tipicamente exportadoras de produtos agrários".

In: Industrialização e concentração econômica em São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972, pág. 42. (Henrique Rattner).

2-

Realmente a pobreza "nordestina" em muito preocupava o empresariado paulista. Para tanto se fazia necessário elocubrar fórmulas que solucionassem o problema e, evidentemente, contentassem ambos os lados. De modo uníssono, acordavam os empresários que: - era preciso preservar o Nordeste enquanto reservatório de recursos naturais; inesgotáveis manancial de mão-de-obra, ao mesmo tempo que: - "um extraordinário mercado consumidor". Fazia-se, portanto, necessário cuidar pela sua "sobrevivência" sem, entretanto, permitir sua transformação. A sua estruturaurgia ser mantida a qualquer preço. Is-

to é: - nada de distribuição equitativa das rendas auferidas ou quaisquer outras "revoluções" que desembocassem em mudanças no "status quo".

A respeito do assunto, vejamos o texto de J.W. Ventsini:

"O Nordeste, como região problema, é também objeto de preocupação da FIESP. Em nome da harmonia nacional, o empresário paulista propõe a industrialização dessa região como solução para sua pobreza. Em sua percepção, o Nordeste é visto como um reservatório - recursos naturais - mão-de-obra, mercado de consumo - a ser aproveitado pela indústria de São Paulo em sua expansão.

Reafirma-se continuamente a expansão industrial, o crescimento econômico. Tudo o mais deve-se subordinar a esse escopo fundamental. A preocupação com as condições de trabalho, com melhorias nos salários reais ou com a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas é vista como demagogia ou populismo. Como afirmou o presidente da FIESP em novembro de 1955, num discurso pronunciado em Porto Alegre durante a Segunda Reunião plenária da Indústria, o importante é a acumulação e não a distribuição: "somos ainda uma nação pobre, com uma renda per capita inferior a 7 vezes à da Inglaterra e 15 vezes à dos Estados Unidos. Nossa preocupação dominante, se queremos superar a crise de estrangulamento econômico a que chegamos, deve ser a de criar riquezas é nunca a de distribuir, de uma forma empírica e contrária ao mais elementar bom senso, aquilo que só existe em escala irrisória (...)" Antonio Devisate, presidente da FIESP.

In: A Capital da Geopolítica (Um Estado Geográfico sobre a Implantação de Brasília) - Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, 1984, pág. 251 (José William Ventsini).

BIBLIOGRAFIA - CAPÍTULO 1

ALEGRE, Marcos & Moro, Dalto Aureo - 1983 -

Mobilidade da População Brasileira. Um exemplo: O Norte do Paraná.

Boletim de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Geografia, Ano 01, nº 01, Maringá - PR.

BAER, Werner - 1966 -

Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil.

Tradução de Paulo de Almeida Rodrigues. Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, Rio de Janeiro.

BECKER, Bertha K. - 1982 -

Geopolítica da Amazônia.

Zahar Editores, Rio de Janeiro.

CANO, Wilson - 1985 -

Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930-1970

Editora da Universidade Estadual de Campinas - Campinas-SP.

CAPISTRANO, J. Abreu - 1963 -

Capítulos de História Colonial (1500-1800). Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil.

5a. Edição, Editora Universidade de Brasília - Brasília-DF.

CESARIO, Ana Cleide Chiarotti - 1981 -

Industrialização e Pequenos Empresários em Londrina.

Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Graficar - Gráfica Editora Ltda. - Co-edição com a Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná - Curitiba - PR.

CHALOULT, Ives - 1978 -

Estado, Acumulação e Colonialismo Interno.

Editora Vozes Ltda., Petrópolis. RJ

DA SILVA, Marlene Mara & LIMA, Diva M. de Andrade - 1982 -

O Sertão Norte: Área do Sistema Gado-Algodão.

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Recife - PE.

DAVIDOVICH, Fany Rachel - 1977 -

Industrialização.

In: Geografia do Brasil - Região Sudeste.

V. 3, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Rio de Janeiro.

DE SOUZA, Itamar - 1980 -

Migrações Internas no Brasil.

Editora Vozes Ltda., em Co-edição com a Função José Augusto, Natal - RN.

DEAN, Warren - 1976 -

A industrialização de São Paulo (1880-1945).

2a. Edição, Difel/Difusão Editorial S/A, São Paulo - SP.

FACÓ, Rui - 1972 -

Cangaceiros e Fanáticos

3a. Edição, Editora Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro.

FOLHA DE SÃO PAULO - CADERNO ESPECIAL - 1987 -

Quem é Quem na Constituinte.

19 de Janeiro, São Paulo.

FURTADO, Celso - 1963 -

Formação Econômica do Brasil.

Editora Brasiliense S/A, São Paulo - SP.

FREIRE, Paulo - 1981 -

Multinacionais e Trabalhadores no Brasil.

4a. Edição, Editora Brasiliense S/A, São Paulo - SP.

GRAZIANO DA SILVA, Jose (Coordenador) - 1980 -

Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.

2a. Edição, Editora Hucitec, São Paulo - SP.

GRAZIANO DA SILVA, José - 1982 -

A Modernização Dolorosa.

Zahar Editores, Rio de Janeiro - RJ.

GRAZIANO NETO, Francisco - 1982 -

Questão Agrária e Ecologia.

Editora Brasiliense S/A, São Paulo - SP.

IBASE - 1985 -

Nordeste: Seca, Fome e Miséria.

Revista de Cultura Vozes, Ano 79, Volume LXXIX, jan/fev.,
nº 1, Petrópolis - RJ

MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

(MIRAD) - 1964 -

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Estatuto da Terra.

Impresso na Divisão de Reprodução Documental DAV-3, da Di-
retoria Administrativa - Brasília - DF.

MARTINS, José de Souza - 1983 -

Os Camponeses e a Política no Brasil.

2a. Edição, Editora Vozes, Petrópolis.

MUNHOZ, Dércio Garcia - 1982 -

Economia Agrícola.

Editora Vozes, Petrópolis - RJ.

OLIVEIRA, Cláudio - 1986 -

São Paulo, 7,5 milhões moram de forma precária.

Folha de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 08 de junho de
1986, pág. 24.

OLIVERA, Francisco de - 1981 -

Elegia para uma Religião.

3a. Edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro - RJ.

RATTENER, Henrique - 1972 -

Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo.

Fundação Getulio Vargas, Instituto de Documentação, Serviço de Publicações, Rio de Janeiro - RJ.

REIS, Arthur Cesar Ferreira - 1959 -

Amazônia, de Área em ser a Região Humanizada.

In: Geografia do Brasil - Grande Região Norte.

Organizado por Antonio Teixeira Guerra, Conselho Nacional de Geografia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro - RJ.

RETRATO DO BRASIL - 1984 -

Volume 3, nº 37, Editora Três e Política Editora, São Paulo - SP.

RETRATO DO BRASIL - 1984 -

Nordeste: Integração e Atraso.

Vol. 3, nº 35, 209, Editora Três e Política Editora, São Paulo - SP.

REVISTA VEJA - 1985 -

Nº 868, 24/04/85, pág. 83 - São Paulo - SP.

RIBEIRO JR., José - 1976 -

Colonização e Monopólio do Nordeste Brasileiro.

Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo em 1977. Editora Hucitec, São Paulo - SP.

SINGER, Paul - 1968 -

Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.

Companhia Editora Nacional - Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.

SOUZA KELLER, Elza Coelho - 1977 -

População.

In: Geografia do Brasil - Região Sudeste.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Rio de Janeiro - RJ.

SOUZA, Itamar de & MEDEIROS FILHO, João - 1983 -

Os Degredados Filhos de Seca.

2a. Edição, Editora Vozes Ltda., Petrópolis - RJ.

SODRÁ, Nelson Werneck - 1960 -

O que se deve ler para conhecer o Brasil.

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - INEP - Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro - RJ.

SUDENE, - 1985 -

A Problemática e a Política da Terra e Água no Nordeste.

Série Projeto Nordeste, 7. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Recife - PE.

VELHO, Otávio Guilherme - 1979 -

Capitalismo Autoritário e Camponato.

2a. Edição, Difel/Difusão Editorial S/A, São Paulo - SP.

VESENTINI, José William - 1984 -

A Capital da Geopolítica (um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília).

Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo, São Paulo - SP. (mimeog.).

CAPÍTULO 2

A INCOPORAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO AMAZÔNICO

"A herança colonial lusitana - onde a reunião de Portugal à Coroa espanhola nos famosos "sessenta anos de cativo" desrespeitando Tordesilhas, penetrou por quase toda a bacia amazônica - deixou-nos unificada uma Amazônia de povoamento e exploração pontuais, incipientemente coletora e mercantil. Apenas o surto efêmero da borracha, na passagem do século, após em destaque, pelo que foi capaz de deixar o seu registro na fisionomia urbana de Belém e Manaus. Assim, a Amazônia fez parte do grande vazio interior, sujeito apenas à coleta vegetal e animal e eventual exploração de algum recurso mineral. A ação das forças armadas assegurava a posse e a calma, só perturbada, de quando em vez, por contatos belicosos entre indígenas, assediados entre a "proteção" do missionário e a "exploração" do civilizado"

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro.

Das Empresas Religiosas do Século XVI até os Surtos Monocultores dos Séculos XVII e XX.

Historicamente evidenciou-se, desde muito cedo, na Amazônia que as relações de trabalho e os modos de produção não poderiam ser nos moldes dos utilizados nas capitanias Nordeste e Sulinas.

O modo de produção escravista, fundamentado no negro africano e na lavoura canavieira, requeria solos de qualidade adequada e capitais, elementos que a princípio não se fizeram presentes no norte, onde a possibilidade de sucesso era representada pelas espécies animais e vegetais, que se encontravam disseminadas ao longo dos vales da bacia amazônica. A atividade coletora deveria substituir a agrária. Os meios para implementá-la seriam os indígenas, senhores da floresta e conhecedores dos seus segredos e dos seus intrincados meandros.

O cacau silvestre, essências aromáticas, medicinais e mais um cem número de produtos alimentícios, de origem animal, passaram a constituir objetos de interesse comerciais de exportação para Portugal que via assim uma possibilidade de substituir os fornecimentos recebidos, primitivamente, da Ásia e reconquistar o mercado das especiarias que havia perdido.

Entretanto os aldeamentos onde encontrar os resgatáveis não se distribuíam nas cercanias de Belém mas, no sertão interior, muitas léguas distantes da posição militar de Castelo Branco. Era preciso consequentemente, ir a esse mesmo interior para obter a força de trabalho servil. As tropas de resgates começaram então a penetrá-lo, devidamente autorizadas pelos Governadores e assistidas pelos religiosos que se encar-

regaram de verificar da legalidade da aquisição. Relegando para segundo plano os objetivos econômicos a operação representava, em última análise, a própria ampliação de bases físicas, territoriais e políticas. (Reis 1979:15)

A escravidão e os choques resultantes com o apresamento dizimavam as tribos, destruindo os braços indispensáveis às expedições de coleta. Sómente as moléstias de surtos epidêmicos, introduzidas pelos europeus, entre 1743 e 1749, provocaram o extermínio de 40.000 índios em todo o vale.

Das dificuldades de relacionamento, cada vez mais crescente, e dos choques de interesses entre colonos e indígenas, redundavam o insucesso da empresa coletora num flagrante contraste com o sucesso alcançado pelos Jesuítas e demais missões religiosas que adentrando o vale foram conquistando todo o interior amazônico implementando a coleta, a caça e a pesca, criando aldeamentos e desenvolvendo atividades agrícolas. Assim, em 1639 fazem-se presentes no Solimões; 1635 - 1657 - 1658 - 1739 e 1745 devassam o Rio Negro; 1659 o Rio Tapajós; 1709 o Rio Jari; 1722 alcançam o Rio Madeira, até a localidade Santo Antonio das Cachoeiras, 1727 alcançam o Rio Branco. Esse ciclo jesuítico, rumo ao Oeste, enseja em 1752 a implantação da Aldeia de São Francisco Xavier, às marges do Javari. A decadência dessa aldeia permitiu, com o que dela restou, a fundação da Aldeia de São Francisco Xavier de Tabatinga às margens do Solimões. (Serafim Leite, 1943:421) (Figura 1).

EXPANSÃO DOS JESUÍTAS NO NORTE DO BRASIL

(SÉCULOS XVII — XVIII)

MAPA ORGANIZADO, SEGUNDO OS DOCUMENTOS, POR
SERAFIM LEITE, S. I. — 1.943

DESENHADO POR ADEM DE MATOS

Enquanto os colonos amargavam insucessos e eram penalizados com todos os tipos de carestia, as ordens religiosas, segundo Nunes Dias, ativas e empreendedoras, repletas de privilégios e benesses, senhoras do elemento humano principal, o índio, que sabiam atrair e guardar para si, tinham em 1751, início do governo de Mendonça Furtado, seus estabelecimentos em franca prosperidade

"... Os padres Jesuítas praticavam o comércio abertamente e em escala respeitável. Do negócio dos religiosos não resultava lucro para o Estado, visto que estavam isentos do pagamento do dízimo, quer de gêneros que extraíam do sertão, quer dos que produziam suas terras e fazendas" (Nunes Dias, 1971:138).

Na segunda metade do século XVIII os missionários Ignacianos detinham consideráveis fortunas materiais, representadas em gado vacum e cavalar; 25 fazendas, três engenhos e

uma olaria.

Verificou-se que o montante em dinheiro apurado nos sete currais de gado, inventariados em 1759, foi de quase 300 contos de reis, exatamente 289.442\$500 réis, assim distribuídos: 282.397\$500 da venda de 134.475 cabeças de gados vacuum e 7.045\$000 provenientes de 1.409 cabeças de gado cavalari. Somada esta importância aos 40.938\$860 réis oriundos dos rendimentos das 25 fazendas, 3 engenhos e 1 olaria, opera-se a cifra de 330.381\$360 réis. (Nunes Dias, op.cit.:152)

Dominando completamente os meios de produção e circulação das mercadorias, os missionários comercializavam diretamente com os importadores europeus, amparados que eram por leis próprias, plena autonomia e o absoluto monopólio de um importante grupo de produtos como: âmbar, tartaruga, baunilha e outras drogas. Delineia-se assim, a formação de um autêntico e poderoso império missionário dentro da Amazônia, justificando-se a atitude tomada pela Câmara Municipal do Pará ao procurar junto ao Governo de Lisboa tirar aos padres a jurisdição temporal. Cabia à Corôa, pelo menos, impedir o comércio nas missões com os índios e as colheitas de cravo e cacau, para o sustento das Ordens. Em face do conflito a realeza, diminuída em sua autoridade, tomou posição¹. A Colônia era um patrimônio da Corôa, não das Ordens religiosas. Ademais, a batalha entre moradores e missionários era incompatível, pelas resultantes que gerava, com a obra que o estado se propunha realizar. (Nunes Dias, op.cit.: 136/137)

Ademais, os religiosos já haviam desbravado os sertões, descobertos as trilhas e caminhos às especiarias e drogas e iniciado um processo de acumulação primitiva, amealhando bens e capitais.

Expulsar os religiosos e tomar pulso dos seus negócios, sequestrando os seus bens e utilizando os meios de produção pareceu ser, num dado momento, a grande preocupação dos colonos e dirigentes da colônia nortista.

"O estabelecimento da Companhia do Grão Pará e Maranhão foi, sem dúvida, a melhor estratégia do Marquês do Pombal para livrar o Estado da ingerência dos religiosos nos negócios seculares. Representa, outrossim, uma inteligente manobra para libertar o reino da perniciosa ação dos mercadores estrangeiros, sobretudo dos chamados comissários volantes a serviço dos interesses ingleses" (Nunes Dias op.cit.:165).

Entretanto a ação Pombalina não redonda, de pronto, em transformações estruturais nas relações de trabalho e de produção e nem tão pouco permite a expansão de bens e riquezas e nem livra a amazônia do atrelamento aos interesses mercantilistas imediatistas. A Companhia introduzida troca o monopólio missionário e escravocrata indígena pelo monopólio mercantilista e escravocrata africano.

Na essência mudam-se apenas alguns figurantes pois o enredo continua o mesmo. A base das exportações continua sendo os produtos vegetais da coleta disseminada e predatória.

Não há grandes benefícios sociais a assinalar. Introduz-se apenas um novo elemento na composição étnica e cultural: o negro. As relações continuam expoliativas e a colonização segue, agora sob um novo comando, com o mesmo objetivo: o lucro fácil e imediato²

"... o lucro colonial para além da lucratividade normal do comércio ("lucros avultados com pouco trabalho"); e sobretudo, os efeitos negativos para a formação de uma autêntica camada empresarial" (Novais, 1979:253).

Em suas observações, Novais enfatiza o imediatismo dos comercialistas portugueses da época e das dificuldades de

se formar uma autêntica mentalidade empresarial e cujos reflexos faziam-se sentir nas relações de mercado, onde demonstravam ineficácia em competir externamente.

Surtos Monocultores, do Cacau à Borracha

Na segunda metade do século XVIII, adentrando o XIX, o cacau toma grande ênfase na Amazônia. Incentivos governamentais, liberação para exportação com isenções dos direitos alfandegários e outras medidas visavam motivar os colonos ao plantio racional do produto. Entretanto,

"... a despeito das medidas adotadas, os esforços governamentais não foram coroados de êxito, para o estabelecimento de plantações ordenadas. Preferiu-se o extrativismo do cacau, através da organização de expedições de simples coleta do produto silvestre. Medida mais realista, apesar de imediatista, face à grande dificuldade de mão-de-obra e às grandes incertezas do empreendimento, dificultado pela escassez de braços para o transporte do produto para Portugal" (Alvares-Afonso, 1979:3).

Muito embora pecando pela ausência de racionalidade na atividade agrícola, mesmo assim

"... o cacau distingui-se no volume e no valor dos gêneros exportados de Belém para Lisboa. De 1756 a 1777 os navios da Companhia (Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão) transportaram 138 carregações de cacau, cravo e café, engrossados com os demais produtos tropicais, mercantilizáveis da Amazônia: salsa, couros em cabelo, atados, óleo de copaíba, açúcar, aguardente, tabaco e madeiras de Lei. Predominaram os três primeiros com uma esmagadora proeminência" (Nunes Dias, op.cit. :292).

Depreende-se disso tudo que o modo de produção colonialista permanecia calcado numa monocultura cujo produto variava de acordo com as oscilações de mercado e com a soberana vontade emanada dos centros de compra.

Das madeiras tintoriais às drogas e essências tropicais, passando por uma variada gama de produtos, chega-se à exploração do cacau acionando-se, dest'arte, os ciclos alternativos das monoculturas que tem suas intensidades desenvolvidas de acordo com os propósitos norteados pelos interesses metropolitanos

Agora é a vez a hora do cacau para a Amazônia. No período mencionado (1756 a 1777) o total das exportações corresponderam a 2.192.979\$481 réis dos quais o cacau representou 1.339.808\$209 réis, ou seja: 61 por cento das exportações.

Mas não durou muito a euforia cacaueira. Intrincados mecanismos internos e externos são acionados e as oscilações no preço do produto atingem Belém, muito antes que o mesmo fenômeno ocorra em Amsterdã, centro internacional de compra.

"De 3.100 réis por arroba em 1805, a cotação do produto no porto paraense cai para 2.600 em 1809 e 2.280 réis em 1822; nesse interregno, passa por 2.100 réis em 1813 e por 2.000 réis em 1816. Em Amsterdã, o período de 1800 a 1813 é de ascensão (1799: 1,05 florins por libra-peso; 1813: 2,08 florins); só então se inicia o declínio, reprimindo o preço até 0,78 por libra, em 1818. Ora, de 1805 a 1822 as exportações amazônicas de cacau perfaziam em média 58% das exportações totais em valor. A contração drástica do preço não podia deixar de influir grandemente sobre a renda interna" (Santos, R., 1980:28).

Os outros cultivos tropicais, como arroz e algodão encontraram a forte concorrência da produção norte americana que, utilizando técnicas de manejo e plantio superiores, ganharam os mercados.

Quanto ao café, tudo parece indicar que as condições ambientais não favoreceram o seu desenvolvimento, pois figurando nos embarques ao tempo da Companhia Geral do Comércio, deixou de fazê-lo nos períodos de 1813 as 1815 reapare-

cendo, timidamente, com médias anuais inferiores a 50 toneladas, no período de 1816 a 1818.

O açúcar, também importante produto tropical, tinha a sua produção controlada desde 1761 com o sentido de favorecer os produtores tradicionais como: Bahia e Pernambuco e sofria a ação concorrencial da produção que supria a demanda inglesa e parte dos mercados europeus. Registre-se ainda a entrada no mercado, do açúcar oriundo da beterraba, e a evolução produtiva da indústria açucareira da Luisiana Estados Unidos. A borracha, outro produto dos trópicos, ensaiava os seus primeiros passos no mercado internacional, representando-se na pauta das exportações com 16,6%, no ano de 1838, e alcançando 24% em 1848.

Esse período de pressão descendente, nos preços dos produtos da Colônia, comprime as exportações amazônicas até o ano de 1840 fazendo com que estas decrescessem de 181.871 libras ouro no ano de 1805 para 88.484 em 1838; registra-se uma pequena elevação, no ano de 1840, quando o volume das exportações atinge 140.402 libras ouro. (Santos, R., op.cit.:28/30)

A Euforia Gomífera e a Definição de Novas Fronteiras

A expansão positiva da demanda registrada após a descoberta da técnica de vulcanização, reativa a economia amazense intensificando a busca da borracha.

Instala-se o período da euforia gomífera ou o "Rubberboom" onde se utiliza a farta mão-de-obra dos retirantes nordestinos - "os degredados filhos da seca". (Souza, 1980:54 et Souza & Allii, 1983:58)

"A oferta regional, de início limitada a artigos rudimentares de borracha, expandiu-se notavelmente até 1875, fazendo forte apelo a uma organização produtiva do tipo escravagista, da qual o índio constrangido foi o primeiro e principal sustentáculo. Montou-se com base no uso de grandes quantidades de mão-de-obra e avanços muito lentos de produtividade física. Foi assim que, de pouco mais de 5.000 indivíduos ocupados por volta de 1850 a borracha passou a exigir, em 1870, mais de 31.000" (Santos, R., op.cit.:75).

A expansão linear ordenada pelos cursos d'água, segue agora vigorosamente para o Oeste. A Amazônia Ocidental se vê trilhada pelos coletores de látex.

"A dispersão ecológica das árvores gomíferas implicava na dispersão ecológica dos seringueiros e caucheiros. Tratava-se de transformar o látex em borracha, a natureza em mercadoria. Nesse processo, o que sobressaía, com o elemento principal do processo produtivo, era o seringueiro. Em seu trabalho repousavam os outros trabalhos. Sobre o seu ganho minguado repousavam os outros ganhos, maiores ou menores, do seringalista, aviador e exportador" (Ianni, 1978:44/45).

Esse sistema favorecia e reforçava a posição de monopólio por parte do seringalista e expunha o trabalhador à sórdida submissão e implacável expropriação de seu trabalho. Trabalhador escravo, continuamente endividado com o patrão.

"Quando se tratava de seringueiro de origem nordestina, o endividamento começava a efetivar-se desde o início da arregimentação do trabalhador, lá em seu Estado de origem" (Ianni, op.cit.:46).

Esse processo de subordinação estabelecia cadeias e conexões que terminavam nos banqueiros nacionais e internacionais. A corrente de dependência articulava-se entre: seringueiro, coletor de látex, e o seringalista, através do barracão.

"O contrato, ou regulamento, que vinculava o seringueiro ao seringalista, estabelecia multas e proibições sobre todos os aspectos principais das relações entre ambos. Estipulava que o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão, não podendo comprar a qualquer outro, sob pena de passar pela multa de 50% sobre a importância comprada" (Ianni, op. cit.: 47).

Por outro lado os exportadores de borracha, localizados nos grandes centros, representavam a força dos capitais nacionais e internacionais, financiavam as casas aviadoras que, por sua vez, forneciam e abasteciam os seringalistas.

A aglutinação de duas grandes vertentes: a primeira a grande reserva de mão-de-obra nordestina, secularmente vítima dos profundos desequilíbrios sócios-políticos e agravada pelas secas periódicas; e a segunda - a elevação do preço da borracha no mercado internacional; repercutiram na composição numérica e qualitativa da população da Amazônia fazendo com que crescessem, no período de 1872 a 1900, de 329.000 para 695.000 habitantes.

"Descontado um crescimento vegetativo provável de um por cento, o influxo externo teria sido de 260.000 pessoas" (Ianni, op. cit.:49).

Após a segunda metade do século XIX os coletores de borracha devassam os seringais nativos dos rios: Purús, Juruá, Acre, Tarauacá, Xapuri, Iaco e Abunã, ramificando-se nos espaços inter-rios e ocupando, ainda que de maneira desordenada e assistemática, o vale Amazônico. (Figura 2)

A iniciativa particular encarregava-se de incorporar, de fato, mais de cento e cinquenta mil quilômetros quadrados ao território brasileiro, definindo o atual contorno do espaço nacional. A questão de Direito foi resolvida pelo Tratado de Petrópolis de 1903, no qual mediante indenização em dinheiro, terras e construção da ferrovia ligando o Mamoré ao Rio Madeira, além de outros acordos, a Bolívia reconhece a posse brasileira sobre o atual Estado do Acre. (da Silva, 1962:67); (Souza, 1980:55); (Santos, R., 1980:94); (Modesto, 1981:3).

A ferrovia Madeira-Mamoré possibilitava o contorno do trecho encachoeirado do Rio Madeira permitindo o escoamento da borracha boliviana até Porto Velho, onde através do Madeira, alcançaria os portos do Amazonas e o Oceano Atlântico. (Figura 3)

Essa ferrovia que prestou inestimáveis serviços à Amazônia, disseminou ao longo dos seus trilhos, estações de apoio, muitas das quais em estratégicos pontos de confluências de rios, entrocamentos de rotas e trilhas de coletores, tais como:- Guajará-Mirim; Bananeiras; Iata; Pau-Grande; Laje; Vila Murtinho; Madeira; Ribeirão; Chocolatal; Periquitos; Taquara; Penha Colorida; Abunã; Três Irmãos; Caldeirão; Jaci-Paraná; São Carlos; Pedra Canga, Teotônio. A maioria dessas "paradas" ferroviárias já fazia gravitar tímidos aglomerados populacionais que, por certo, transformar-se-iam em cidades, caso não ocorresse a extinção da ferrovia. Os pontos que se safaram, graças a somatória de uma série de outros elementos vivificantes, foram principalmente os posicionados nos limites extremos dessa ferrovia. Guajará-Mirim sentinela avançada em nossos

limites setentrionais e a atual cidade de Porto Velho que tem a sua gênese ligada à história da Estrada Madeira Mamoré. Esta cidade, segundo Cantanhéde.

"... está intimamente ligada àquela estrada, que não se pode falar ou escrever sobre uma sem fazer referências à outra. É que nasceu o povoado, depois vila, sede de município, cidade e hoje capital do Território Federal do Guaporé, com o estabelecimento dos escritórios da última Empresa contratante dessa Estrada e o assentamento dos trilhos no marco zero da via-férrea" (Cantanhede, 1905:17).

Os relatos de cronistas e moradores da região são unânimes em enaltecer a extraordinária importância e significado da ferrovia como principal veículo de comunicação e integração inter e intra-regional, permitindo a circulação de produção agrícola e o escoamento da borracha e demais produtos tropicais. Graças ao fluxo ferroviário a cidade de Guajará-Mirim se transformara, dada a sua estratégica localização,

"... num centro de abastecimento para todo o Oriente da Bolívia. Basta dizer que uma única firma daqui recebia mensalmente mil sacas de açúcar, cinco mil sacas de sal, sem falar no querosene e no café" (Queiroz, 1981:34).

A Decadência da Borracha e seus reflexos

Todo um sistema urdido sobre a primitiva coleta de látex, espalhado através de milhares de quilômetros e voltado exclusivamente ao mercado consumidor exterior. Nenhum esforço no sentido de melhoria nas técnicas e nos sistemas de exploração. Nada realizado no sentido de estruturar a atividade em bases racionais, criando-se usinas de beneficiamento, centros industriais que pudessem absorver a matéria-prima ou aplicando-se em pesquisas. Preferiu-se, isto sim, ater-se às dependências externas, e ao inexorável determinismo econômico, resquício de longos séculos de colonialismo.

"... Não se fez; porém, na Amazônia, qualquer trabalho no sentido de transformar a técnica de produção da borracha. Continuavam os métodos empíricos de extração do látex, das gomas e do seu primeiro tratamento. Não se fez a cultura das árvores que as produziam. Os preços por que se efetuavam as vendas para o exterior cresciam dia-a-dia. Os mercados compradores trataram de reagir. Como reagir? Plantaram a espécie gomífera no Oriente, em possessões inglesas, francesas e holandesas. Em 1910, a produção do Oriente comparecia aos mercados consumidores. Eram apenas algumas toneladas. Em 1914, todavia já superavam a produção amazônica. Os preços, pela abundância do produto e pela própria mão-de-obra barata do Oriente, caíram. Não podíamos oferecer resistência. Não nos tínhamos aparelhado para a competição. Estávamos desprevenidos. Começou a decadência" (Reis, 1971:99).

A partir de 1912, decrescem as exportações de borracha, marcando o fim do semi-monopólio amazônico e a ascensão dos produtores orientais. Citemos os indicadores estatísticos referentes aos anos de 1912 e 1913:

TABELA 3

EXPORTAÇÃO DE BORRACHA (1905-1913) TON.		
ANOS	BRASIL	ORIENTE
1905	35.000	145
1906	36.000	510
1907	38.000	1.000
1908	39.000	1.800
1909	42.000	3.600
1910	40.800	8.200
1911	37.730	14.149
1912	42.410	28.518
1913	39.370	47.618

FONTE: FERREIRA, 1981:318

Roberto Santos, ao abordar o assunto, enfatiza que:

"O fenômeno asiático é que a produção subiu de 3.000 quilos em 1900 para acima de 28.000.000 de quilos em 1912. No ano seguinte, ultrapassou de muito a produção brasileira, com quase 48 milhões. No subsequente, passou à frente, por mais da metade, da produção somada do Brasil, África e América Central, com 71 milhões de quilos. Em mais um ano apenas de atividade alcançou 68% da produção mundial; em 1919, já definitivamente marginalizada a Amazônia, esse percentual se elevou a 90%" (Santos, R., op.cit.:237).

Perdia assim a Amazônia a sua sustentação econômica, deixando transformar os resultados das relações fundamentadas num extrativismo primevo e escorado na expropriação do trabalho. Refletindo sobre a ação de tão obcecada e primitiva atividade, Leandro Tocantins afirma que:

"O impacto produzido na sociedade amazônica pela exploração extrativista e comercialização da borracha foi considerável. Sobre tudo, nas duas capitais: Belém e Manaus, para onde se canalizavam quase todos os recursos econômicos, enquanto que o interior muito pouco se beneficiaria com esse extraordinário surto de progresso, que se costuma denominar de ciclo do ouro negro"

(Tocantins, 1971:185).

Essa sociedade capitalista-burguesa, surgida a partir do século XVII, caracterizou-se pelo imediatismo dos seus propósitos, não se interessando pela preservação dos recursos naturais, pela distribuição mais equitativa das rendas auferidas e, nem tão pouco, pelo aperfeiçoamento do sistema produtivo. A preocupação com o ganho fácil, exploração da força de trabalho, farta e pouco exigente e a inconsequente e fútil demonstração de luxo e ostentação, foram as características desse sistema que se alimentou da seiva da hévea, dos generosos frutos do cacau e do sangue e suor de milhares de indígenas e nordestinos³.

As observações de Penteado sobre o Estado do Amazonas, em 1966, ressaltam a precariedade dos espaços produtivos, exiguidade de equipamentos, mão-de-obra e pessoal técnico existente, onde para uma área cultivada de 2.009 hectares, constatou o seguinte quadro:

Colonos Ativos.....	595	pessoas
Tratores	10	unid.
Implementos a Tração Mecânica	09	unid.
Implementos a Tração Animal	04	unid.
Enxadas, enxades, terçados, foices, machados, picaretas, serras, plantadeiras, etc..	5.245	

O que, diga-se de passagem, mereceu a seguinte observação:

"Vê-se que poucos são os colonos e que o equipamento é muito pobre; produzem pouco, pois carecem de orientação, já que os quadros de pessoal técnicos são reduzidos (26 agrônomos, 3 engenheiros florestais, 4 veterinários, 3 naturalistas, 35 técnicos agrícolas e se encontraram concentrados em

Manaus (47 elementos, enquanto que no interior estão somente 24). Parece-nos claro, portanto, que é necessário por em prática um planejamento de colonização global do Estado; os números são crus e revelam uma realidade entristecedora. Por outro lado, carece o Amazonas de mão-de-obra qualificada, para todos os setores de sua vida econômica..." (Penteado, 1970:44/45).

Já no ano de 1960, Tupiassu enfatizava a desigual distribuição populacional em todo o Amazonas, afirmando que:

"... 70 por cento da população amazônica vivia em apenas 30 por cento do território regional. Por seu turno, o anecúmeno relativo exibiria apenas 760.000 habitantes para uma área superior a 4.000.000 km (Tupiassu, 1971:255).

E mais recentemente, em 1970 Souza Keller ao analisar a evolução populacional amazônica põem em destaque a lentidão de sua progressão numérica, em comparação com o Sudeste, por exemplo, quando afirma:

"O aumento absoluto da Região de 1872 a 1970, durante um século, portanto, foi de apenas de 3.317.903 habitantes em contraste, por exemplo, com a Região Sudeste cujo incremento populacional foi da ordem dos 30 milhões de habitantes ou do Nordeste com 20 milhões" (Keller, 1977:170).

A mesma autora destaca ainda o caráter essencialmente ocasional e fortuito dos movimentos migratórios em direção à Região Norte, sempre condicionados a surtos de determinadas explorações econômicas e que marcaram profundamente a história amazônica.

Sempre sujeita aos fluxos e refluxos na sua expansão demográfica, a Amazônia manteve uma certa regularidade, em relação ao crescimento populacional brasileiro, demonstrando, acima de tudo, o seu baixo incremento numérico e qualitativo.

Assim é quem, na década de 1940 a sua população representava apenas 2,8 por cento do total brasileiro; o mesmo percentual registra-se em 1950 (2,8%), entretanto no ano de 1960 inicia-se um processo de queda gradual, caindo para 2,7 por cento e chegando a 2,5 por cento em 1970 e apenas 2,4 por cento em 1980.

Entretanto, na medida em que essas análises restrinjam-se unicamente ao seu crescimento interno - não se tomando como parâmetro a expansão demográfica brasileira - verifica-se um significativo aumento populacional a partir da década de 50, como poderemos observar na Tabela 4:

TABELA 4

EXPANSÃO POPULACIONAL DO BRASIL		
ANO	POPULAÇÃO	% DE EXPANSÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
1872	332.847	
1890	476.370	43,1%
1900	695.112	45,9%
1920	1.439.052	107,0%
1940	1.462.420	1,6%
1950	1.844.655	26,1%
1960	2.561.782	38,9%
1970	3.603.860	40,6%
1980	4.923.400	36,6%

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - 1980 - FIBGE.

Em termos de crescimento populacional, comparando-se com as demais Regiões brasileiras, a Amazônia - como um todo - há séculos amarga um processo de estagnação, salvo, é claro, quando levando-se em conta as suas peculiaridades, intentamos processar análises tópicas e isoladas dentro do gran-

de contexto da Região Norte - tomando-se, a quiza de exemplificação - a expansão populacional do atual Estado de Rondônia que em 1950 era de 36.935 e alcançou 859.205 habitantes em 1985; ou então, destacando a extraordinária concentração populacional dos grandes polos amazônicos: Belém com 1.120.777 habitantes e Manaus com 834.541 (segundo estimativas de população residente em 01/07/85 - segundo os municípios do Brasil - I.B.G.E.). Mas de um modo geral o subpovoamento, a dispersão dos aglomerados populacionais e o seu baixo dinamismo econômico continuam refletindo os arranjos espaciais, que nada mais são do que frutos dos surtos monocultores e das coletas disseminadas que vem ocorrendo ao longo de um processo histórico, cujas relações tomaram uma nova dimensão somente após a década de 60.

"A estrutura urbana da região norte, que apresenta suas cidades dispostas linearmente e de maneira esparsa ao longo dos grandes vales, é reflexo de uma área subpovoada e de baixo dinamismo econômico, onde sobressaem apenas dois grandes centros: Belém - que é considerada a metrópole da Amazônia - e Manaus, que juntos absorvem mais de 50 por cento da população urbana da região. Nesse espaço, onde as cidades de porte médio praticamente não existem, há numerosas cidades de pequeno porte, dispersas ao longo das principais vias de acesso ao interior e que são um retrato do processo de ocupação que se desencadeou, em grande parte, na fase áurea da borracha" (Ferreira, 1977:22).

Historicamente isolada do contexto do crescimento econômico brasileiro e, dentro da organização espacial capitalista, desempenhando uma função de complementariedade, como fornecedora de matérias-primas que visam abastecer as necessidades ditadas pelo industrialismo do Centro-Sul, a Amazônia - no período de 1939 a 1955 - atrela-se ao mercado nacional, passando a manter intercâmbios que lhe permitem manter um sofrível equilíbrio interno registrando-se, inclusive, sensíveis

decréscimos nas rendas oriundas do setor agrário, como bem demonstra Wilson Cano:

"A região Norte apresentaria o pior desempenho: sua participação cairia de 3,3% para apenas 1,6% e possivelmente sua renda agrícola teria diminuído em 12,3% entre 1939 e 1955. A razão fundamental dessa queda poderia em parte ser explicada pelo comportamento depressivo de seus principais produtos de exportação...

... Assim o mau desempenho da região NORte teve fundamento no comportamento da demanda externa, tanto na quantidade exportada quanto, principalmente, dos preços. Essa crise só não teve dimensões mais profunda graças ao fato de que desde o início da Segunda Guerra, a Amazônia começa a integrar-se mais ao mercado nacional, não só em termos de encontrar mercado substituto para a borracha, mas também de abrir novas frentes, como por exemplo, as crescentes exportações de fibras duras (guaxima, malva e juta) para o Centro-sul do país, onde despontava o mercado paulista, comprador de pelo menos dois terços da produção de borracha e de fibras duras da Amazônia" (Cano, 1985:216/127).

É assim que o porto de Belém passa a desempenhar um papel de suma importância como elo conector entre os produtores amazonenses e os compradores sulinos, ratificando a sua estratégica posição de

"... porto redistribuidor com destacada função regional" (Penteado, 1973:174).

O atrelamento às demandas internas, condicionaria, como não poderia deixar de ser, todo um processo desenvolvimentista da Amazônia, cerceando possibilidades de implementação industrial e reservando-lhe a função de simples fornecedora de matérias-primas que seriam industrializadas, principalmente em São Paulo.

"São principalmente matérias-primas, base de muitas indústrias paulistas e cariocas, que aparecem naquela relação, em que se destacam a borracha (brutas, fina e líquida), couros diversos, fibras vegetais (de malva e uacima), madeiras diversas e óleo vegetal. Para Santos e Rio de Janeiro, o porto de Belém se constitui num importante "foreland" de matérias-primas; mas, para o

porto de Belém, Santos e Rio são os portos mais importantes de seu foreland nacional, já que receberam 15,25 por cento de suas exportações, que, somados aos 74,8% absorvidos pela exportação dirigida para o "hinterland" de Belém em 1966, deixam apenas 9,93 % para o nordeste e o sul do Brasil. Em outras palavras, os portos de Santos e Rio de Janeiro receberam 60,52% do volume das exportações realizadas para o "foreland" nacional do porto de Belém..." (Penteado, op.cit.:183/184).

As raízes das dependências internas que então se estabelecem, são encontradas quando analisa-se o processo histórico que culminou na concentração industrial no Sul do Brasil, no eixo Rio - São Paulo e mais tarde, Belo Horizonte. Esses aglomerados econômicos não só foram frutos da acumulação capitalista, como do poder que se encarrega de organizar os espaços produtivos internos de acordo com as "vitais necessidades de expansão", incumbindo-se de definir tácitos zoneamentos funcionais com objetivos de abastecer com matéria-prima, farta e de baixo custo, as indústrias do Sul; servir também como depósito de mão-de-obra abundante - exército industrial de reserva - bem como habilitar-se economicamente, para consumir os produtos industrializados pelo Sul.

"O progresso industrial do Sul desviou o comércio amazônico dos seus tradicionais clientes do exterior, ligando, assim, a vida econômica da região a um mercado nacional uno..."

Essa alteração, embora sendo a raiz do longo caminho da integração regional ao processo de desenvolvimento nacional, não poderia mudar, de pronto, nem automaticamente, a situação de economia periférica, agora girando em torno do centro industrial do sul do país. Isto, se por um lado criava as bases econômicas da unidade nacional, possibilitava, também, nas zonas de produção de artigos primários, o aparecimento de um compreensível mas perigoso sentimento de revolta contra o sul industrial, fruto da exploração capitalista de que continuum ví-

timas as regiões pobres e atrasadas, sentimento esse expresso através de tendências regionalistas extremadas e objetivamente conflitantes.

... Além dos conflitos de interesse que separam e chocam produtores amazônicos de borracha e juta, com consumidores sulistas daquelas matérias-primas, queixa-se, ainda a região de prosseguir financiando, através de seus saldos no comércio exterior, o crescimento daquele parque industrial já formado, desenvolvendo assim, ainda mais a parte já desenvolvida, sem contrapartida em seu favor. No período, foi a seguinte a posição das várias regiões no comércio exterior do país"

(Osires da Silva, 1926:126).

TABELA 05

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO BALANÇO DAS EXPORTAÇÕES					
	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDOS
	TON.	US\$ 1.000	TON.	US\$ 1.000	US\$ 1.000
Amazônia	247.276	10.315	97.388	5.936	Positivo: 4.379
Nordeste	122.022	21.064	268.363	15.347	Positivo: 5.717
Sul	779.782	233.762	2.796.939	289.783	Negativo: 56.021

(Idem, Ibidem: 126).

Esses indicadores patenteiam a Divisão Interna do Trabalho, onde as "regiões periféricas" assumem, decisivamente, as funções de "abastecedoras dos "Centros" e de consumidores dos excedentes não exportáveis dos espaços industrializados. E como as relações, dentro das "economias dependentes", as áreas produtoras de matérias-primas ou gêneros alimentícios não recebem a necessária contrapartida passam a bancar, numa contradição bem característica do sistema, o "crescimento" econômico e tecnológico dos centros hegemônicos.

Insistindo ainda nos índices, acima referidos, consta^{te} ^{US} que as exportações da Amazônia e Nordeste (\$31.379.000) representam apenas 13,42% do total exportado, enquanto que no mesmo período somente o Sul exportou US\$233.762.000. Todavia o saldo de exportação da Amazônia e Nordeste foi positivo, o Sul apontou um déficit de US\$56.021.000 o que, sem dúvida alguma, evidência que as regiões pobres alimentam as regiões ricas em detrimento do seu próprio crescimento, mas de acordo com os arranjos conjunturais calcados nos modelos de "crescimento polarizado", incrivelmente concentrador mas perfeitamente de acordo com os objetivos imediatistas de um capitalismo primevo e dependente.

"Chegou, ainda, a Amazônia aos dias atuais de sua luta econômica. Embora num apanhado global do problema brasileiro se constate que é ainda toda a economia nacional que se encontra tolhida em seu desenvolvimento pela falta de reformas básicas em sua estrutura, temos, outrossim, de verificar que o processo de industrialização que transformou o país, particularmente na segunda metade da década de 50, aumentou grandemente a defasagem entre os estágios econômicos do Sul e do Leste, em relação às regiões subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro Oeste..." (Osires da Silva, op.cit.:122).

É assim que, desvinculada e desarticulada dos processos de crescimento econômico, a Amazônia - aliada como fornecedora de borracha ao mercado internacional - permuta as dependências mantidas com o mercado exterior com o interno, onde por força das relações concorrencias e de acordo com a "Divisão Territorial e Social do Trabalho", aquietar-se dentro das funções pré-estabelecidas como produtora e fornecedora de matérias-primas tropicais. As vinculações que foram então re-dimensionadas, após a segunda metade da década de cinquenta, podem ser entendidas como resultantes das relações de trabalho desenvolvidas na Região Norte, que dada a sua essência expo-

liadora e imediatista, não permitiu que essa porção do espaço brasileiro amasalhasse, durante as várias décadas de extrativismo e exploração dos seus recursos naturais, o capital necessário a implementação do seu parque fabril, evitando que mergulhasse num estado de semi-letargia que a colocou numa incômoda posição de isolamento em relação ao Brasil-Meridional.

O processo de integração da Amazônia está, portanto, intimamente co-relacionado com as "demarches" internacionais, isso é: com as ações do capitalismo internacional que movimenta os espaços de acordo com as conotações oriundas do seu pragmatismo e interesses vitais.

As explicações dessas ações são encontradas quando buscamos as raízes das nossas dependências econômicas externas, ou como essas dependências avolumaram-se nas últimas décadas.

As contínuas contradições observadas durante a ocupação das "fronteiras"; a adoção de uma agricultura voltada para o mercado externo; a modernização dos espaços agrários; a transladação, através de milhares de quilômetros de camponeses expoliados do Nordeste e do Centro-Sul até os "Tropicais-úmidos", em operações incrivelmente dolorosas e de alto custo, só podem ser explicadas, ou compreendidas, quando analisa-se o "Espaço" como parte integrante de um Universo. Este, por sua vez, está situado a distâncias cósmicas dos analistas tópicos, factuais ou dos interpretadores funcionalistas.

Os arranjos e re-arranjos perpetrados no "espaço" - na maioria das vezes - nada tem a ver com as "comunidades locais" ou, concretizam-se tendo em vista atender necessidades

regionais ou nacionais.

A produção do Espaço é uma produção política. Cabe, portanto, ao pesquisador não perder de vista a perspectiva histórica e estar atento às forças subjacentes que permeiam a concretude dos atos políticos. Por essas e outras razões a Geografia hodierna toma um caráter, eminentemente, crítico e denunciante. Por esse caminho me permito buscar, no período imediato pós "Segunda Grande Guerra Mundial", os subsídios teóricos e um corolário de fatos que vão formar o caudal do atrelamento econômico que nos subjugou e, conseqüentemente, permitir explicar a gênese do capitalismo dependente existente no Brasil de hoje. Por essa vertente, podemos compreender que o estabelecimento das fronteiras, o dinamismo de sua mobilidade ou sazonalidade; a valoração ou não dos espaços incorporados; bem como o seu "zoneamento funcional", estão intimamente conectados às "forças" emanadas da "Divisão Internacional e Social do Trabalho" e, conseqüentemente, com as funções de complementaridade atribuídas pelos "Centros" às suas "Periférias".

Assim, julgamos que a integração capitalista do espaço amazônico, só pode ser explicada através de uma retrospectiva histórica que nos conduzirá à compreensão das "Raízes da Nossa Dependência Econômica

As Raízes da Nossa Dependência Econômica e a Integração do Espaço Amazônico

As funções que couberam ao Brasil, como integrante das forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial, permitiriam que as nossas reservas chegassem a US\$ 708 milhões de dólares que, se bem aplicados, permitiram a recuperação e modernização dos nossos setores viários e de produção. Entretanto nada disso ocorreu. As empresas estrangeiras já instaladas no País dispunham de representantes dentro do próprio Governo que, no seu devido tempo, encarregar-se-iam de defendê-las contra as "ameaças" que poderiam emergir, caso o Brasil tornasse soberano e senhor de seu próprio destino.

"Infelizmente, nosso Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, consultor jurídico da Bond & Share e de outras multinacionais, e Correia e Castro, presidente da Companhia de Petróleo Gulf, no Brasil ministro da Fazenda, renderam-se às pressões. Aceitaram resignados a classificação de país essencialmente agrícola e ainda no Relatório do Ministério da Fazenda, de 1946, páginas.9 e seguintes foi consignado:-

- É da essência da economia latino-americana, e o Brasil nesse conjunto está integrado, certa concentração de esforços na exportação de matéria-prima e de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados e de consumíveis industrializados.

Ao invés de esforços para uma industrialização que poderia reduzir nossa dependência econômica, compraram todos os estoques de artigos de matéria plástica, brinquedos, latas de conservas, bebidas e passas-de-uvras..."

(Duarte Pereira, 1974:36/37).

Com um Governo, reticente e dubio o nosso país permitiu que as suas reservas fossem desbaratadas, como num passe de mágica⁴.

"Em pouco tempo, dos US\$ 708 milhões de dólares encontrados pelo Governo Dutra, ao

assumir em janeiro de 1946, sobraram, um ano após, apenas US\$ 92 milhões..." (Duarte Pereira, op.cit.: 97).

Completamente sujeito às ordens e vontades emanadas dos E.U.A. onde, buscava aconselhamento e diretrizes capazes de acionar o nosso crescimento econômico⁵, o Governo Dutra escancarou as portas brasileiras a ação depredatória e de rapina às empresas multinacionais. O Governo Vargas, que o substituiu, procede um rigoroso levantamento das ações entreguistas de Dutra denunciando, com veemência, os escândalos na remessa de lucros. Numa de suas primeiras mensagens enviadas ao Congresso Nacional, relativa ao período de 1951, acusava contundentemente.

"Por detrás dos bastidores da Administração pública, logrou o governo descobrir aos poucos, e não sem dificuldades, uma trama criminoso, que há cinco anos se vem tecendo contra a economia, a riqueza e a independência da Pátria" (Duarte Pereira, op.cit.: 38).

Gradativamente definia-se o processo de submissão e sujeição do Brasil às potências internacionais e estabeleciam-se as raízes das nossas dependências. Uma série de importantes datas, no período de 1952 a 1954, corroboram no sentido de subsidiar, historicamente, a evolução dessas relações:

- 03/01/1952 - O Governo Vargas resolve disciplinar a indiscriminada remessa de lucros por parte das empresas estrangeiras alocadas no País, através do Decreto Lei 30.363 que restabece o cumprimento do Decreto Lei 9.025 de 27/02/1946.

- 10/10/1953 - Através do Decreto Lei 2.004 institui-se o MONOPÓLIO ESTATAL do PETRÓLEO.

- 20/12/1953 - Discursando em Curitiba, Vargas acusa as multinacionais:

"Estou sendo sabotado por interesses de empresas privadas que já ganharam muito no Brasil, que tem em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregaram em dólares para

emigrá-los para o estrangeiro a título de dividendos"

(Duarte Pereira, op.cit.:41).

- 31/01/1954 - Voltando a discursar, Vargas afirma que os desvios cambiais, contra o Brasil, ultrapassam a 250 milhões de dólares em apenas 18 meses e ao referir-se às remessas de dólares pela Light & Share, afirmava:

"Se fornecermos, através de câmbio, os dólares para as compras das instalações, onde está o capital estrangeiro?

(Duarte Pereira, op.cit.: 42).

Registram-se, a seguir, uma série de represálias por parte das empresas comerciais internacionais, procurando-se formas eficazes de vencer a determinação brasileira em perseguir a sua auto-determinação político-econômico. Segundo o citado autor,

"Nos primeiros sete meses de 1954, as compras pelas multinacionais do café, ficaram em 2,9 milhões de sacas, contra 4,1 milhões do mesmo período do ano anterior... Em agosto, a redução baixou para 145 mil sacas, contra 860 mil no mês de agosto de 1953"

(Duarte Pereira, op.cit.:42).

- 24/08/1954 - Data do suicídio do Presidente Getúlio Vargas, a sua carta testamento trazia as derradeiras denúncias contra as multís:

"... A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. ... A Eletrobrás foi obstaculizada... Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano ..."

(Duarte Pereira, op.cit.:43).

- 08/09/1954 - Um importante jornal norte americano publicava:

" O Brasil tem que corrigir a política verdadeiramente desastrosa do extinto presidente Vargas quanto ao comércio e o trabalho. A pedra de toque é o petróleo"

(Duarte Pereira. op.cit.: 43).

A ascensão do Vice-Presidente da República, Café Filho, pode servir de marco para a grande corrida das multís

ao espaço brasileiro. O trânsito estava realmente livre a todos os tipos de ações e negócios. Urde-se novas composições políticas internas, retornando ao primeiro escalão do Poder, elementos altamente comprometidos com as empresas e governos estrangeiros:

"... onde Raul Fernandes, consultor jurídico das multinacionais, voltava ao MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, a Fazenda se entregava a Eugenio Gudim, da Bond & Share; Juárez Távora, partidário da entrega das jazidas de petróleo à exploração das multinacionais, assumia a Chefia da Casa Militar; Clemente Mariani, com igual inclinação e representante de multinacionais desse setor, na Bahia, ocupou o Ministério da Educação". (Duarte Pereira, op. cit.: 44).

As pressões externas, contando agora, com poderosos aliados dentro do Governo brasileiro encarregam-se de conduzir as 'démarches' e estágios, perfeitamente satisfatórios, culminando com a edição da Instrução 113, que escancara o Brasil às ações das empresas multinacionais:

"Eugenio Gudim e Ocatávio Gouveia de Bulhões, que assumira a (SUMOC) Superintendência da Moeda e do Crédito, baixaram a famosa Instrução 113, pela qual se abriram as portas às multinacionais, de uma forma tal que se tornara muito mais vantajosa a uma empresa brasileira disfarçar-se de estrangeira para poder gosar das vantagens fiscais apenas dispensadas ao capital forâneo" (Duarte Pereira, op.cit.:44-45).

Através da Instrução 113 era possível transferir, para o Brasil, máquinas e equipamentos sem cobertura cambial ou qualquer outra restrição. Esse simples, mas importante mecanismo, subsidia os planos políticos de Juscelino Kubstcheck (1956-1961) para atrair as empresas internacionais, principalmente as ligadas ao setor automobilístico. É assim que os investimentos alienígenas no País, tomam proporções gigantescas. Em 1950, por exemplo, atingiam cerca de 294 milhões de dólares, mas já na década seguinte alcançavam a soma de 2,5 bilhões de dólares. É nesse período que a produção industrial,

principalmente a fundamentada em bens duráveis e de consumo, supera a agricultura no Produto Global. (Retrato do Brasil, 1984, Vol. 3, nº 15, páginas 87/89).

A euforia industrializante contida nas metas de Governo de J.K., inauguram o período histórico de "Interiorização do desenvolvimento", levando a capital política brasileira para o Planalto Central, Estados de Goiás, onde se implanta a cidade de Brasília que logo passa a constituir-se no centro irradiador da política de integração nacional, com a abertura dos grandes eixos rodoviários ligando o Sudeste-Centro Oeste à Região Norte⁶.

O capital industrial assim o exigia. Era necessário expandir e incorporar novos espaços, abrir-se vias de escoamento para os bens produzidos pelo novo industrialismo e agilizar o sistema rodoviário, de tal modo que garantisse a absorção dos veículos produzidos pelas indústrias automobilísticas. Estava definido o "modelo desenvolvimentista" do Brasil: a opção rodoviária em detrimento da ferroviária.

"Entre 1960 e 70, os investimentos em ferrovias caíram de 38,7%, do total dos investimentos em transportes, para 20%, enquanto os investimentos em rodovias subiram de 29,2% para 56,9%.

... até 1960, foram adquiridos apenas 59% do número de vagões programados; na reparação da via permanente, cerca de 80% da meta foram cumpridos, enquanto a rede se expandia em apenas 3,1%, quando o previsto eram 4,4%.

... Entre 1955 e 60, as rodovias federais e estaduais cresceram 47,7%. No mesmo período, foram construídos 12.169 quilômetros de estradas federais e pavimentados outros 7.215 quilômetros" (Retrato do Brasil, 1984, Volume - 2, : 498).

Entretanto, pressões internas levam o Governo João Goulart (1961-1964) a enviar ao Congresso Nacional a Lei nº 4.131 que, novamente regulava a remessa de lucros para o Exterior. Essa Lei que foi aprovada em 3 de setembro de 1962, no

seu artigo 31, determinava que:

... as remessas anuais de lucros não poderiam exceder em 10% o valor dos investimentos registrados..."

(Retrato do Brasil, Vol. 1, :192).

Essas e outras atividades parecem ameaçar o imperialismo norte americano que, declaradamente, passa a interferir nos destinos do Governo brasileiro, visando erradicar todos os empecilhos que pudessem obstacular a sua expansão em terras brasileiras.

É assim que o Governo J. F. Kennedy dos E.U.A. (Estados Unidos da América), sob o pretexto de que o Brasil deveria sanar a sua economia interna, prepara ações intervencionistas com o objetivo de redirecionar os rumos da política interna brasileira, de declarada tendência socializante, impedindo, por antecipação, quaisquer possibilidades de libertação, por parte do Brasil, do jugo imperialista norte-americano.

A todo momento os mandatários americanos prometiam suspender todos os tipos de empréstimos, utilizando-se de ameaças veladas como ao do Presidente Kennedy em 1962, ao afirmar que:

"Não há nada que os Estados Unidos possam fazer para beneficiar o povo brasileiro, enquanto a situação monetária e fiscal for tão instável" (Bandeira, 1978:83).

É importante esclarecer que a inflação real brasileira, na época, girava em torno de cinco por cento (5%). Entretanto, as relações econômico-financeiras com os E.U.A. eram nos completamente desfavoráveis:

"De acordo com as cifras oficiais, US\$ 1.814 milhões de dólares em empréstimos e investimentos, entraram no Brasil, entre 1947 e 1960 e saíram, no mesmo período US\$ 2.459 milhões sob a forma de remessas de lucros e juros, deixando um saldo negativo da ordem de US\$ 645 milhões, que, em realidade era muito maior, pois sob a rubrica

"serviços", ainda se evadiram mais US\$ 1.022 milhões, como remessas clandestinas de lucros...

... Em 1962, além das remessas de lucros, no valor de US\$ 13 milhões as companhias norte americanas retiraram do Brasil como retorno de capital mais de US\$ 8 milhões. Naquele ano, o Brasil não recebeu nenhum investimento direto dos Estados Unidos, cujo saldo foi mais uma vez positivo, totalizando US\$ 21 milhões" (Bandeira, op. cit.: 91/92).

Já no ano de 1962 as ações políticas norte-americanas, em relação ao Brasil, tornaram-se agressivas e bastante radicais, através da utilização de organismos e entidades pseudo-nacionalistas que não escondiam os seus objetivos de cercear, por todos os meios e métodos, as ações do Governo João Goulart, como se pode constatar analisando as atuações do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que:

"... atuava diretamente sob a direção da CIA (Central Intelligence American)"
(Bandeira, op.cit.: 68).

Era através do IBAD que o Governo Norte Americano intervia diretamente no curso evolutivo da política interna brasileira, solapando as bases de sustentação do Governo João Goulart; bem como interferindo na composição do Parlamento brasileiro com a finalidade de impedir modificações estruturais que pudessem encaminhar o País à libertação econômica, ao mesmo tempo em que procurava manter incólume os investimentos e investidores estrangeiros no Brasil.

"... Outra instituição o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), atuava diretamente sob a direção da CIA, que a financiava, interveio diretamente na campanha eleitoral, subvencionando candidaturas de elementos reacionários que assumiam o compromisso ideológico de defender o capital

estrangeiro e condenar a reforma agrária, em como a política externa independente do Governo brasileiro. Segundo o ex-agente norte-americano Philip Agee, teria gasto uma quantia equivalente a US\$ 12 bilhões, talvez atingindo US\$ 20 bilhões" (Bandeira, op.cit.: 68).

A desarticulação do Governo Jango Goulart e sua consequente queda⁷ em março de 1964, entroniza a Ditadura militarista, cuja primeira atitude é enviar ao Congresso Nacional uma nova lei de remessas de lucros que alterava totalmente os objetivos da anterior.

"Em apenas um artigo, a Lei 4.390, de 29 de agosto de 1964, jogava por terra as duas grandes barreiras colocadas à remessa de lucros. Desistia de estabelecer um limite máximo para as remessas, substituindo por uma taxaço crescente quando elas superassem os 12% e estabeleciam que a base de cálculo passava a ser o total de investimento e reinvestimentos registrados". (Retrato do Brasil, op.cit.: volume - 1:192).

Os compromissos internacionais assumidos, redirecionam o País a novos caminhos que solidificam, ainda mais, os laços de dependência tecnológica e econômica ao capital externo. Era preciso, em nome do desenvolvimento, adaptar-se às novas contingências. As rodovias troncos são reequipadas e melhoradas, os portos modernizados e... definitivamente entra-se na era do transporte rodoviário, em detrimento do ferroviário e hidroviário. Afinal, a indústria automobilística e as companhias de combustíveis, aí estavam e ostentavam as rubricas das multinacionais. Aprimoram os "corredores de exportação" - Exportar é preciso...".

"... a industrialização acelerada passou a exigir matérias-primas de origem agrícolas, como o algodão, a soja, em níveis bastante superiores nos períodos anteriores. Ao lado dos produtos de exportação, alguns produtos para a indústria tiveram sua produção estimulada, mais uma vez em detrimento dos alimentos. Mesmo assim quem ganhou com isso foram as empresas multinacionais que aqui se instalaram, dominando o mercado de produtos agrícolas, como a Anderson Clayton e

a Sanbra, que dominam o mercado das oleaginosas..." (Retrato do Brasil op.cit.: Volume 1:122/123).

Sacramentava-se, assim as grandes contradições contidas nas metas governamentais pós-64 - o País da fome, onde 86 milhões de indivíduos podiam ser considerados como famintos ou subnutridos, passava a ser exportador de alimentos. O porto de Paranaguá, por exemplo - um dos mais importantes no setor de exportação de grãos - movimentou no período de 1975 a 1982, 63 milhões de toneladas.

"Desse total de cargas (63 milhões de toneladas), 63% representam grãos sólidos decompostos em soja, milho, farelos, fertilizantes, sal e minérios, ou seja, 90% de produtos agrícolas de exportação..." (De Pinho, 1982:09).

A adoção de uma agricultura modernizada pela presença de implementos mecânicos e altamente capitalizada e direcionada à produção de oleaginosas para o mercado internacional, tende a aumentar os problemas sociais e acelerar o foco de descontentamento no campo. É assim que os pequenos produtores do Sul e Sudeste e os Sem-Terras do Nordeste movimentam-se, despovoando as áreas rurais e acelerando o crescimento das populações urbanas, principalmente onde a presença do capital agrário (modernização) imprimiu novos arranjos espaciais, fatos que acirram, cada vez mais, os inevitáveis confrontos entre os descapitalizados sem-terra e os capitalizados - donos de todas as terras. É o embate entre o Capital e o Trabalho, tema, aliás, intensamente abordado por, entre outros: Vinhas, (1972); Ianni, (1978/79); G. Muller, (1980); De Souza & Medeiros Filho, (1983), etc., que, amiudemente, eclodem como forças contestatórias, como os litígios ocorridos na Amazônia onde até o ano de 1966 registraram-se 5.355 atos de violências (Ianni, op. cit.:161), ou como contínuos movimentos de reivindicações por melhorias salariais e de condições de trabalho.

Mais uma vez o capitalismo estava diante de suas próprias contradições. Era preciso agora "inventar" um novo espaço capaz de absorver os excedentes populacionais que ele próprio expulsou, ao mesmo tempo em que fazia necessário armazenar um exército de reserva de mão-de-obra, constituindo novas frentes pioneiras, a criar novos espaços produtivos e, permitindo assim, a expansão das empresas rurais nessas imensidões. O Poder militarista aprofunda, cada vez mais os laços de dependência econômica com os organismos internacionais, assumindo compromissos em nome do futuro e adotando metas governamentais incompatíveis com as nossas necessidades e anseios, mas que atendiam os objetivos e propósitos emanados de uma visão militarista do espaço.

"A concepção que nasceu e se desenvolveu na Escola Superior de Guerra se caracteriza por inter-relacionar os temas de segurança e do desenvolvimento, só o desenvolvimento econômico do País poderia garantir a sua segurança e só um clima de segurança podia permitir o desenvolvimento. Garantir esse clima de segurança significava minimizar as fontes de cisão e desunião e seria tarefa das forças armadas. Por essa concepção, as elites do País são a mola propulsora do processo de mudança
(Manual Básico de ESG, 1977)
(Retrato do Brasil, op.cit.: Vol. 2:293).

É assim que se estabelecem todos os tipos de concessões no sentido de alimentar uma economia voltada para a concentração de riquezas e monopolizadora de recursos onde, sómente, as "elites" são favorecidas em detrimento das classes obreiras que tem os seus padrões de vida aviltados e os seus salários arrochados. A questão do desenvolvimento não levava em consideração as aspirações sociais ou tinha como objetivo socializar as riquezas, diminuindo os abismos que se abriram entre as "elites" privilegiadas e muito ricas e as classes oprimidas e muito pobres.

Enquanto no plano das relações internacionais, o Governo Militarista permite que a dívida brasileira saltasse de US\$ 2,5 milhões de dólares em 1964, para US\$ 100,80 bilhões de dólares em 1983, montante esse que representava em 1964 apenas 15% do Produto Interno Bruto e que em 1983 já correspondia 41,1% do PNB. Vejamos a Tabela 6.

TABELA 6

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO BRASIL (1964 - 1983)		
ANO	DÍVIDA EXTERNA EM US\$ BILHÕES	CORRESPONDÊNCIA AO PIB
1964	2,50	15,0%
1967	3,33	9,8%
1970	5,29	9,0%
1974	17,16	10,4%
1979	49,80	10,7%
1983	100,80	41,1%

FONTE: Retrato do Brasil, op.cit.: Vol. 3, nº 4:20/22.

Internamente, desenvolve-se "metas de crescimento" que visavam sacramentar o controle político-militar dos novos espaços incorporados pelo alargamento das fronteiras agrárias, via abertura de rodovias que viabilizavam o rápido deslocamento dos "blindados" e das "infantarias de selva", estrategicamente acantonados nos pontos julgados como vulneráveis, dentro da ótica militarista. Subsidiariamente aplica-se, também, vultuosos capitais na modernização e ampliação do "Sistema de Comunicação Nacional", que solidifica os instrumentais de controle policialesco sobre o espaço-território e, acima de tudo, fortalecer o "Centralismo Político-Administrativo". ao mesmo tempo em que ampliam-se os horizontes para o capital agro-in-

dustrial internacional, a começar pelo escancaramento das nossas reservas minerais:

"Osny Pereira Duarte, estudiosos da questão, afirma que a constituição de 1967 reflete e ampara os objetivos de apropriação do maior tesouro mineral do mundo, protege as empresas estrangeiras, transforma em lei o direito de abrir portos (particulares) sem interferência, garante o transporte ferroviário nas empresas estatais por contrato a longo prazo e a tarifas reduzidas" (Retrato do Brasil, op.cit.: Vol. 3,41:244).

A mesma fonte em referência, informa ainda que graças as facilidades legiferantes, os pedidos de pesquisas que eram de 2.217 em 1966, saltaram para 12.523 em 1974. Na obra documental: ABC do Entreguismo no Brasil, encontramos as seguintes informações:

"O estudo - Setor Mineral e Pesquisa Tecnológica - (CNPq), mostra que 100% da produção nacional de chumbo, níquel, amianto e nióbio estão em mãos estrangeiras. Além disso, as empresas estrangeiras dominam 80% da produção de ouro, cerca de 65% do alumínio e acima de 50% do que é produzido no país de vários outros minérios...

...em 1967 os investimentos e reinvestimentos estrangeiros na indústria extrativa mineral eram de apenas 24,3 milhões de dólares. Em 1978, alcançavam quase 251 milhões de dólares - 10 vezes em apenas 11 anos. As remessas de lucros também cresceram meteóricamente, passando de ínfimos 64 mil dólares em 1968 para cerca de 12,8 milhões de dólares em 1978 - 200 vezes mais...

(O grifo é nosso)

... No Brasil existem 4.467 empresas de mineração, sendo que 150 são subsidiárias de grupos estrangeiros"

(Bueno, 1981:125/126).

No início da década de setenta, através do Decreto Lei 1.164 de 01/04/71, o Governo declara indispensáveis a "Segurança Nacional e ao Desenvolvimento" - na Amazônia Legal - as terras devolutas localizadas na faixa de 100 quilômetros, margeando as rodovias federais. Com este ato o Poder militar procurava fazer-se presente aos "acontecimentos", arvorando para si, o direito de intervir para dirimir dúvidas ou quere-

las referentes às questões de Posse, bem como proteger o "Direito à propriedade" do empresariado agrário nos embates oriundos dos confrontos entre a "fronteira capitalista" que se instituiu e a "fronteira camponesa" que já existia de fato. Os amígdos confrontamentos levaram, inclusive, à mudança quanto às estratégias de ocupação dos novos espaços fronteiras, culminando na elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PNDA - 1975 - 1979) lançado pelo governo Geisel que, na prática, ratifica ser a fronteira um "locus" que privilegiava a empresa agrária e, conseqüentemente o capital e não ao pequeno produtor - sem terra - "os deserdados filhos da seca".

"Dessa forma, devido aos problemas encontrados para a implantação do PIN (Plano de Integração Nacional) que planejara uma ocupação do espaço regional preocupado, entre outros fatos, com soluções sociais, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) 1975-1979, lançado pelo governo Geisel, deixou de lado a visão da Amazônia como uma "área-problema" e passou a preocupar-se com a "fronteira de recursos", o que deu ensejo para que o capitalismo se expandisse cada vez mais na região e a questão de seu desenvolvimento fosse dirigida pela grande empresa privada".

(De Oliveira, 1983:274).

Esses acontecimentos marcam, "historicamente", uma espécie de "redescobrimento" da Amazônia, ou para ser mais preciso: o seu atrelamento a um processo de mudanças que iria subjugar-la, de forma inexorável, a um "Centro", técnica e economicamente mais aquinhoado. E dentro de um esforço conceitual, tomamos a Amazônia como um espaço equivalente à Região Norte, de acordo com a Divisão Regional do Brasil, proposta pelo Conselho Nacional de Geografia em 1944⁸. Portanto, no presente trabalho, Amazônia ou Região Norte são, para nós sinônimos e representam, na atualidade, os Estados do: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Territórios Federais de Roraima e Amapá (Figura 4).

POSICÃO DE RONDÔNIA DENTRO
DA REGIÃO NORTE

ESCALA

0 250 500 750 km

PONTE: ATLAS GEOGRÁFICO - MARIA HELENA SIMIELI - MÁRIO DE DIASI - 1983	
ORGANIZADO POR: SÉRGIO PAULO DO L. ALVES	DESENHADO POR: AKEMI SHIMASAKI

Mas essa "descoberta da Amazônia" e a elaboração do seu Plano de Integração, na prática ratificava o expansionismo capitalista, através de empresas nacionais e multinacionais, onde o estado ao implementar uma básica infra-estrutura, notadamente através de redes viárias e incentivos fiscais, encar-

rega-se de viabilizar, pelo menos em tese, os mirabolantes projetos que prometiam transformar essa porção do território Nacional, no grande "celeiro do mundo", ao mesmo tempo em que prometia absorver os excedentes populacionais do Nordeste e do Centro Oeste.

A abertura das rodovias de penetração - Transamazônica que integraria o "interland" amazonense aos Estados Nordesteiros, muito cedo, deu mostras de inocuidade e da insensatez do seu projeto. Do ponto de vista social redundou num fracasso total, mas as rodovias Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho, passaram a constituir a base do Programa Nacional de Integração, "assegurando a vinculação da Amazônia meridional à São Paulo". (Becker 1983:30)

Estavam abertas as portas do mundo amazônico ao saque e à depredação.

"Entre 1968 a 1974, a SUDAM aprovou 300 projetos de pecuária nas áreas de madeira de lei..., as quais foram destruídas para plantação de pastos. Por volta de 1946, somente os projetos do Sul do Pará já tinham devastado 400.000 ha de floresta..." (Foweraker, 1982:69).

"Durante os anos 1966-1975, no município de Conceição do Araguaia, começaram a implantar-se ou implantaram-se 33 projetos agropecuários. Esse foi o município que atraiu maior número de projetos desse tipo. Em segundo lugar... Santana do Araguaia, com 20 projetos também aprovados com incentivos fiscais e creditícios da SUDAM, e em terceiro lugar Paragominas com 14 projetos... Em geral, as empresas responsáveis pelos projetos são provenientes do Centro-Sul do país, sendo que a maioria tem sede na cidade de São Paulo" (Ianni, op.cit.: 220).

Ainda versando sobre o mesmo tema, Alberto Passos Guimarães, enumera dezenas de grandes empresas nacionais e internacionais que se beneficiaram da generosidade dos cofres públicos:

"Essa desmedida generosidade dos cofres públicos, que alcançou níveis inimagináveis a

partir de 1966, tornou os governos dessa época responsáveis pela geração dos maiores latifúndios existentes no país, só comparáveis por sua colossal extensão aos implantados pela metrópole portuguesa nos primeiros séculos coloniais..." (Guimarães, 1979:318).

Do ponto de vista social, uma das prioridades estabelecidas pelo Plano de Integração, os projetos demonstraram, na prática, a sua total inoperância.

"Os projetos corresponderam à área média de cerca de 20.000 hectares; e os empregados, à média de cerca de 50 pessoas por projeto, o que dá uma relação de aproximadamente 400 hectares por pessoa ocupada e uma densidade demográfica de 4 pessoas por quilômetros quadrado, o que exclui qualquer idéia prioritária de povoamento ou de assentamento humano"

(Guimarães, op. cit.:319).

Consubstanciava-se assim, na prática, a aliança entre a empresa privada e o Estado fato esse que iria nortear todos os projetos de Colonização da Amazônia.

"Na aliança entre os Estados e a empresa privada, o que tem ocorrido é a crescente expansão do setor privado, sob a proteção econômica e política do Estado. Mais que isso, o Estado tem sido a instância político-econômica por meio da qual uma parte do produto do trabalho coletivo (do proletariado urbano e rural) é transferido para o setor privado engajado na produção agropecuária"

(Ianni, op.cit.:228).

Entretanto o grande afluxo, de despojados da terra, intensificou-se em direção à Amazônia atraído pela propaganda oficial que alardeava sobre a excelente qualidade dos solos e das perfeitas condições climáticas para o desenvolvimento de culturas perenes, principalmente o café. Formam-se assim duas grandes e importantes correntes migracionais, diferentes quanto às suas origens, constituição e destino.

"Essas correntes podem ser divididas quanto à origem e quanto ao destino. Nesse sentido podemos dizer que há duas correntes no Brasil a que se origina no Sul e no Sudeste - no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em Minas Gerais e no Espírito Santo

- e se dirige para a Amazônia Ocidental, Rondônia, Mato Grosso e Acre; e a que se origina no Nordeste e se dirige para a Amazônia Oriental"
(Martins, 1983:119).

Agilizam-se novos dutos para canalizar os excedentes migracionais aos espaços onde o Estado propoem-se organizá-los de acordo com os "novos modelos produtivos". Segundo Martine, citado por Turchi (1980:299), o fechamento da transamazônica ao pequeno produtor torna o Território Federal de Rondônia, uma das poucas opções viáveis, para receber os trabalhadores expulsos pela intensificação da "fronteira capitalista". Na iminência de se formar um caudal, de dimensões incontroláveis em direção à "nova fronteira", o Poder antecipando-se a esses movimentos espontâneos, objetiva, em primeiro lugar, a preservação do "Direito à propriedade" das empresas capitalistas já instaladas nesse "front" e subsidiariamente, organizar o espaço, dentro de modelos mais funcionais de modo que não mais se repetissem os equívocos da Transamazônica⁹. O Estado não se propunha usar as "fronteiras" como centro catalizador indiscriminado de "sem terras". Interessava, isto sim, organizar o espaço agrário, selecionado obreiros rurícolas de acordo com a especificidade de "projetos", adredemente, elaborados. Em absoluto descartava a colaboração das médias e grandes empresas, bem como do empresariado rural. Através de uma maquiavélica arrumação espacial, garantia-se a presença, pelo menos teoricamente, de uma farta e especializada mão-de-obra, ao mesmo tempo em que se resolvia a questão de produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade para abastecer os núcleos urbanos e cidades e as próprias unidades produtivas agrárias, semi-capitalizadas ou totalmente capitalizadas, acantonadas nas áreas dedicadas ao cacau e outros produtos de mercado.

Na concepção dos planejadores, Rondônia foi concebida como uma autêntica "Fronteira de Recursos", pois a par de suas decantadas qualidades climáticas que a consagrava como um rincão ideal ao desenvolvimento de atividades agrárias, contando com terras de alta fertilidade, grande potencial madeireiro, excelentes jazidas minerais (maior província estanífera do Brasil¹⁰); produtora de ouro, etc., constituía-se, ainda, sob o ponto de vista geo-político, num dos espaços vitais a ser ocupado, pois intermediando as nossas fronteiras políticas em relação à Bolívia estava, a "meio passo", da tão sonhada conexão com o Perú e daí com o Pacífico¹¹.

A "Fronteira de Recursos" instalada no limiar das franjas político-administrativas do País, urgia ser ocupada como se estivesse sendo deflagrada uma "operação bélica". Tudo deveria ocorrer de acordo com planos e táticas previamente estudados e pré-estabelecidos. Tudo sistematicamente ordenado onde podia-se contar com a disposição de um exército, altamente adestrado e capaz, constituído de pequenos e médios produtores agrícolas e alguns "grandes empresários", oriundos dos Sul e Sudeste, portanto, largamente experimentados e suficientemente calejados. Era assim que o então Território Federal de Rondônia, passava a constituir-se numa espécie de "cabeça de ponte" ou "marco avançado" de um novo capitalismo agrário, agora vivamente revigorado pelo poderio da retaguarda Estatal. Enquanto as "linhas de frente" avançavam pela Amazônia Ocidental concomitantemente permitia-se, na sua retaguarda, a conversão dos abandonados campos norte-matogrossense em áreas de expansão do capital agrário, através do soja.

Nesses arranjos e articulações, percebem-se dois momentos distintos, mas perfeitamente integrados. No "front"

um sistema parcelar, apoiado substancialmente, na pequena unidade produtiva familiar, formando um sistema móvel, rápido, altamente dinâmico e de baixo custo proporcional e, além de tudo, sendo de alta rotatividade: facilmente renovável. Era a infantaria composta pelos pequenos e médios produtores agrícolas que abria espaços para o aparecimento, em sua retaguarda, das modernas operações das "plantations" compostas pelas grandes empresas e empresários rurais. É assim que o capital, utilizando-se da intermediação Estatal, implanta-se taticamente, recriando o espaço e transformando a "Fronteira de Expansão" em "Fronteira de Recursos", locus que o privilegia sobremaneira¹².

A conjunção de forças, elege Rondônia como a nova "fronteira de Recursos", onde dependências zonais integram-se e completam-se de acordo com as diretrizes de uma "Divisão Social e Nacional do Trabalho", sacramentada pelas dependências oriundas das nossas relações externas, de tal modo que se garanta ao Poder Hegemônico do Capital, ideais condições para a sua reprodução, cada vez mais ampliada. (Figura 05)

A PERIFÉRICA LOCALIZAÇÃO
DE RONDÔNIA NO BRASIL

ESCALA

0 250 500 750 km

FONTE : ATLAS GEOGRÁFICO - MARIA HELENA
BRUNELI - MÁRIO DE SIASI - 1988

ORGANIZADO POR: DESENHADO POR:
SÉRGIO PAULO DO C. ALVES AKEMI SHIMABAKI

NOTAS - CAPÍTULO 02

1-

A acumulação de riquezas por parte da igreja, conferia-lhe uma somatória de poderes que punha em risco a própria estabilidade econômica dos Impérios Laicos atraindo com isso, a antipatia e o ciúme dos súditos que tinham na igreja um sério concorrente para os seus propósitos ao mesmo tempo em que despertava a cobiça e o antagonismo dos homens de negócios e dos próprios dirigentes.

Escrevendo sobre esse assunto, Ribeiro é bastante elucidativo quando afirma que: "Em toda a Ibéro-América, a igreja revivia o papel e função que exercera na medievo-europeu, tornando-se a maior monopolizadora de terras, de índios encomendados e de capitais financeiros aplicados em hipotecas. As fontes desse enriquecimento eram as contribuições diretas da Coroa a título de dízimo: as doações, os legados, as reservas de direitos-capelânia, mão-morta - e também a extorsão inquisitorial que recaía como um flagelo sobre os suspeitos de heresia, confiscando-lhes todos os bens familiares e fazendo saldar de imediato todos os futuros direitos de herança e todos os créditos que tivessem em mãos de quaisquer devedores". (H.C. Lea, 1908; Lewin, 1962; S. Bagu, 1949 e 1952) In: O Processo civilizatório - Editora Civilização Brasileira S/A, 1968, pag 139. (Darcy Ribeiro).

2-

A respeito dos propósitos imediatistas dos portugueses que vieram "colonizar o Brasil", registram-se uma significativa quantidade de depoimentos e conclusões, dentre os quais destacam-se Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, que

vai ao extremo quando afirma que: "No Brasil houve muito mais uma feitorização do que colonização". (Sérgio Buarque de Holanda - 1963 - Raízes do Brasil, 4ª Edição, Editora da Universidade de Brasília - DF, página 102); enquanto que Caio Prado Jr. ao analisar o perfil do "colonizador português afirma que a força que o impulsionou ao "Mundo Novo" não foi, evidentemente, buscar a fortuna e o sucesso através do trabalho. Vejamos o texto do insigne mestre:

"... mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ela a disposição de por-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam por ele" In: Formação do Brasil contemporâneo, 7ª Edição, Editora Brasileira, São Paulo, 1963, páginas 22/23. (Caio Prado Jr.).

3-

A enorme concentração nos dois polos urbanos: Manaus e Belém - das riquezas auferidas com a exploração da borracha, fazem dessas capitais verdadeiras ilhas de ostentação e luxo em meio à "Hileia Amazônica". O setor de serviços dessas urbes recebe uma maciça aplicação de recursos, principalmente em paisagismo, urbanismo e lazer. Com essa atitude típica de quem não está preocupada com os setores produtivos, a Amazônia perdeu uma grande oportunidade de incrementar a sua economia. Vejamos o que diz a respeito, Leandro Tocantins:

"O impacto produzido na sociedade amazônica pela exploração extrativista e comercialização da borracha foi considerável. Sobre tudo nas duas capitais: Belém e Manaus, para onde se canalizavam quase todos os recursos econômicos, enquanto que o interior muito pouco se beneficiaria com esse extraordinário surto de progresso, que se costuma denominar de ciclo do ouro negro. Manaus, pequeno centro na época imperial, alarga seus horizontes urbanos e culturais na República, e entra no século XX com uma

fisionomia renovada pelo expressivo movimento comercial. Ganha uma arquitetura rica de valores europeus, um teatro espetacular, um cais flutuante, único no Brasil daquele tempo" (Leandro Tocantins, 1971 - A Integração da Amazônia no complexo Cultural Brasileiro. In: A Problemática da Amazônia, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, p. 1985).

4-

A incrível subserviência dos governantes brasileiros aliada ao comprometimento de políticos e empresários permitem que o capitalismo internacional pratique atos de "pura rapinagem" contra a economia brasileira, impondo-nos dívidas e compromissos inexistentes e absurdos que solapam a frágil economia nacional, cerceiam o nosso mercado e nos atrelam ao jugo econômico norte-americano.

"As multinacionais britânicas Brazil Railway Co. Ltd., Great Western, State of Bahia South Western Railway e Leopoldina Railway que no século passado e no começo deste construíram as ferrovias destinadas ao escoamento das matérias-primas, cessado o controle inglês sobre nosso comércio exterior, abandonaram a conservação, reduzindo-as a ferro-velho. Rescindidas as concessões por descumprimento dos encargos, o Brasil era mesmo credor de perdas e danos, e não devedor. O Primeiro-Ministro Clement Attlee e seu Chanceler do Erário retiveram mais de 50 milhões de libras a título de indenização aos acionistas, e nosso Governo Dutra concordou com o assalto.

Resultado: dos 700 milhões de dólares, encontrados pelo Presidente Dutra, ao assumir em janeiro de 1946, sobravam, um ano após, apenas US\$ 92 milhões. Seus defensores sustentam que os equipamentos da etapa inicial da usina de Paulo Afonso e os primeiros navios da frota de petroleiros, empreendimentos sem dúvida positivos desse governo, foram pagos com aqueles recursos, mas silenciam sobre o fato de que muito mais teria sido possível conseguir.

Em 1949, Francisco Malta Cardozo, então Presidente da Sociedade Rural Brasileira, constituída principalmente por fazendeiros de café, depunha:

"A grave situação do café evidencia este fato: no mundo inteiro, cinco poderosas firmas americanas dominam o mercado comprador, aproveitando todos os pretextos e to-

das as brechas, principalmente entre nós, para fazer o seu negócio e realizar o seu lucro. Como poderão 400 ou 500 mil fazendeiros e sitiantes brasileiros defender-se em sua dispersão econômica, da fraqueza financeira e abandono político de semelhante situação nitidamente monopolística?" In: Multinacionais no Brasil Aspectos Sociais e Políticos, Editora Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro, 1974 (Osny Duarte Pereira).

5-

Descartando-se "in-límine" , a postura de inocência por parte do Governo brasileiro, por julgá-la inconcebível e irrelevante, resta-nos aceitar o fato que, desde há muito, suas ações direcionavam-se no sentido do entreguismo e da hedionda sujeição. Vejamos o texto de Osny Duarte Pereira:

"Em 1948, o Presidente Dutra e seu ministro Raul Fernandes pediram aos EUA que mandassem uma missão para estudar as causas de nosso subdesenvolvimento. O relatório da chamada Missão Abbink, assessorada pelo brasileiro Octávio Gouvêa de Bulhões, constituiu-se num mapa da mina, para as multinacionais. Até a Confederação Nacional da Indústria insurgiu-se, não obstante a participação influente das mais poderosas empresas estrangeiras nessa entidade. Havia uma confissão importante:

"O exame das transações de capital permite a indicação clara de que o desenvolvimento econômico do Brasil no pós guerra tem sido predominantemente auto-financiado."

A missão Abbink previu um programa de investimentos por empresas que se haviam vinculado à administração Truman. A vitória dos republicanos com Eisenhower conduziu, naturalmente, à anulação das promessas e dissolução da missão. A mina deveria transferir-se a outras firmas. De resto, quando os estudos terminaram, Getúlio Vargas voltara a ser Presidente da República e realizara publicamente um balanço do entreguismo no Governo de Eurico Dutra e dos escândalos na remessa de lucros, sem obediência à legislação vigente, denúncia que espantou a todos. Na mensagem ao Congresso Nacional, relativa ao período de 1951, constava: "Por detrás dos bastidores da administração pública, logrou o governo descobrir aos poucos, e não sem dificuldade, uma trama criminosa, que há cinco anos se vem tecendo contra a economia, a riqueza e a independência da Pátria". (Osny Duarte Pereira,

op.cit.: 38).

6-

A discussão política sobre a implantação de Brasília, bem como questões referentes ao discurso da "interiorização e descentralização", ou: "abertura dos grandes eixos rodoviários", etc, encontram-se, excelentemente desenvolvidos na tese de Doutorado de J: W: Vesentini: A Capital da Geo-Política (Um Estudo Geográfico sobre a Implantação de Brasília) - Tese apresentada à Universidade de São Paulo em 1984.

7-

A Compreensão deste curto, mas importantíssimo período da História Política do Brasil, principalmente dos movimentos subterâneos, de origem externa, que atuaram na "derrubada" do Governo Jango Goulart são encontradas, entre outros trabalhos, nas contribuições de Moniz Bandeira - 1978 - O Governo João Goulart - As Lutas Sociais no Brasil - 1961-1964". 4ª Edição, Editora Civilização Brasileira, e; Phyllis R. Parker - 1977 - "1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estados de 31 de março", Editora Civilização Brasileira, tradução de Carlos Nayfeld, do original em língua inglesa: "U: S: Policy Prior To The Brazilian Coup of 1964" - School of Public Library, University of Texas, Austin, Texas - USA.

8-

A divisão regional do Brasil em cinco "Grandes Regiões", ainda em uso na atualidade, foi oficializada através da Resolução nº 151 de 31 de janeiro de 1944 oriunda do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia (CNG) e segundo o Professor Fábio Macedo Soares Guimarães, essa Divisão Regional foi elaborada para:

"... unicamente para atender às necessidades administrativas e estatísticas e também com uma finalidade didática" (Fábio de Macedo Soares Guimarães - Regiões Naturais do Brasil. Boletim Geográfico, nº 11, Ano 1, Fevereiro 1944, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, página 50).

9-

A questão da discussão da "Fronteira Capitalista e a Fronteira Camponesa" foi muito bem trabalhada por Wood & Schimik, pesquisadores da NAEA (Núcleo de Altos Estudos da Amazônia), por ocasião dos estudos que efetuaram a Transamazônica em 1983:

"A conclusão da Transamazônica abriu novas e vastas áreas, que atraíram dois grupos diferentes, disputando a posse da terra. Migrantes procedentes do Nordeste, estimulados pela ampla publicidade sobre o programa de colonização, chegava na área em números que de longe ultrapassavam a capacidade do INCRA em assentá-los na comunidades planejadas. Na ausência de outra alternativa, esses migrantes chamados "espontâneos" se apoderavam de qualquer lote que estivesse disponível, lavrando-o sob a crença errada que a terra arável, não cultivada no momento podia ser explorada. Os invasores logo entraram em conflito com um tipo diferente de migrantes. Uma vez terminada a rodovia Transamazônica, tornou-se evidente que ali podia-se obter lucros substanciais, particularmente em atividades de especulação imobiliária e pecuária. Indústrias do Sul foram se interessando cada vez mais em investir na Amazônia. A expansão da "Fronteira capitalista", geralmente mediante a aquisição de trechos enormes de terra, muitas vezes entrava em conflito direto e às vezes violento, com a "fronteira" camponesa, sendo que, frequentemente, a

propriedade comprada por empresas particulares já era ocupada por pequenos produtores..." (Wood e Schmink - 1983 - Culpando a Vítima: Pequena Produção Agrícola em um Projeto de Colonização na Amazônia: In: O Despovoamento do Território Amazônico - Luc J. A. Mougeout e Luiz E. Aragon (organizadores) - Cadernos NAEA 6, páginas 86/87).

10-

Dos Santos, na sua obra: "AMAZÔNIA - Potencial Mineral e Perspectivas de Desenvolvimento", fala na página 143, que:

"Hoje, a Província Estanífera de Rondônia detém quase 70% das reservas brasileiras conhecidas, da ordem de 100 mil toneladas de estanho contido...

... Essa Província foi responsável por cerca de 80% da produção brasileira de 1979, estimada em 12 mil toneladas de concentrados; em 10 anos, entre 1970 e 1979, produziu 57 mil toneladas, equivalente também a 80% da produção brasileira no mesmo período, de cerca de 72 mil toneladas de concentrados.

O desenvolvimento da mineração da Província Estanífera de Rondônia praticamente possibilitou a auto-suficiência brasileira, pois o que ainda se importa de concentrado é compensado pela exportação dos excedentes do metal". In: Amazônia: Potencial Mineral e Perspectivas de Desenvolvimento. T. A. Queiroz Editor, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981, página 143. (Bueno Augusto dos Santos).

11-

Ao referir-se sobre a Transamazônica, o então Capitão-Engenheiro Martins Alvim já deixa transparecer as concepções geo-políticas que embasaram o projeto dessa via:

"Poderíamos definir essa rodovia como estrada de penetração, de grande significado integracional e de consequências econômicas incalculáveis. Fisicamente, ligará o Nordeste ao Norte, atravessando toda a Amazônia até a sua zona mais ocidental, fronteira com o Peru" In: Amazônia é Nós, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1971, página 62. (Marseno Alvim Martins)

Logo mais adiante, na mesma obra, Martins Alvim afirma:

"é válido correlacionar-mos com organismos econômicos que se beneficiarão desta conjuntura rodoviária. A ALALC é um exemplo... ... A ALALC cobre 70% do território do continente; atinge 72% da sua população e a produção de matérias-primas mais importantes na sua área corresponde a 60% de café e fumo, 70% de carvão, 80% de cereais e 90% de cobre".

Culminando, o Capitão Martins Alvim, deixa bem claro as preocupações zonais imperialistas ao defender que:

"Da mesma forma é lícito supor que as constantes injunções político-econômicas por que passa o mundo tendem a criar zonas de atrito, resultando daí maior solidariedade e coesão dos países que sofrem esses reflexos, quer por semelhanças econômicas, quer por formação étnica, quer por tradição e sobretudo, pelas consequências de vivências passadas de desagradáveis recordações" (Marseno Alvim Martins - Amazônia e Nós. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1971, página 64).

Evidentemente o autor acredita em formação de blocos continentais, irmanados em ideais comuns que juntos lutarão contra a expansão de doutrinas alienígenas que ameaçam a "coesão", a propriedade, a família e o bem estar das "Sociedades Livres e Democráticas". A questão de Centros e suas Periferias, ou a eterna luta dos ricos contra os pobres, não comparece e nem faz parte das suas indagações e conjecturas.

12-

A questão de "fronteira e sua evolução conceitual" foi exaustivamente discutida por Alves, no trabalho: "Subsídios Teóricos para a Discussão do Espaço Fronteira" - Caderno Prudentino de Geografia, nº 10, 1987 - Associação dos Geógrafos Brasileiros (A.G.B.) - Seção Local de Presidente Prudente - Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA - CAPÍTULO 2

ANUARIO ESTATÍSTICO - 1980 -

Secretaria de Planejamento da Presidência da República
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),
Rio de Janeiro - RJ.

ALVARES, Afonso Frederico Monteiro - 1979 -

O cacau na Amazônia
Boletim Técnico, 66 - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, Ilhéus - BA.

ALVES, Sérgio Paulo do Carmo - 1987 -

Subdídios Teóricos para A discussão do Espaço Fronteira.
Caderno Prudentino de Geografia nº 10, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local de Presidente Prudente - SP.

BANDEIRA, Moniz - 1978 -

O Governo João Goulart - As Lutas Sociais no Brasil
(1961/1964).
4ª Edição, Editora Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro - RJ.

BECKER, Bertha K. - 1982 -

Geopolítica da Amazônia
Zahar Editores, Rio de Janeiro - RJ.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio - 1963 -

Raízes do Brasil

4ª Edição, Editora da Universidade de Brasília, Brasília - DF.

BUENO, Ricardo (Coordenação) - 1981 -

A.B.C. do Entreguismo no Brasil.

5ª Edição, Editora Vozes Ltda., Petrópolis.

CANO, Wilson - 1985 -

Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930/1970.

Obra em co-edição com o Programa Nacional de Pesquisas Econômica. Editora Universidade Estadual de Campinas - SP.

CANTHANHEDE, Antonio de Jesus - 1950 -

Achêgas para a História de Porto Velho

Seção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus, Manaus - AM.

DE OLIVEIRA, Maria, Engrácia e outras - 1983 -

Amazônia - Desenvolvimento - Integração - Ecologia.

Editora Brasiliense S/A, em co-edição com CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) - São Paulo - SP.

DE PINHO, Luiz Antonio Amatiuzzi - 1982 -

Corredor de Transportes do Paraná - Questões Básicas.

Superintendência da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - Paranaguá - PR.

DE SOUZA, Itamar et MEDEIROS FILHO, João - 1983 -

Os Degredados Filhos da Sêca

2ª Edição, Editora Vozes Ltda., Petrópolis - RJ.

DOS SANTOS, Breno Augusto - 1981 -

Amazônia - potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento.

T. A. Queróz, Editor. Editora da Universidade de São Paulo
- São Paulo - SP.

DUARTE PEREIRA, Osny - 1974 -

Multinacionais no Brasil - Aspectos Sociais e Políticos.

Editora Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro - RJ.

FERREIRA, José Freire da Silva (Coordenador) - 1977 -

Rede Urbana Amazônica - Subsídios para uma Política de Desenvolvimento Regional e Urbano.

Caderno NAEA, nº 3 - NAEA-FIPAM - Universidade Federal do
Pará - IPEA/INPES - Fundação - FORO-SUBIN-SUDAM-BASA, Belém - PA.

FERREIRA, Manoel Rodrigues - 1981 -

A Ferrovia do Diabo.

Edições Melhoramento e Secretaria do Estado da Cultura
São Paulo - SP.

GUIMARÃES, Alberto Passos - 1979 -

A Crise Agrícola.

Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro - RJ.

IANNI, Otávio - 1978 -

A luta pela Terra.

Editora Vozes Ltda., Petrópolis - RJ.

KELLER, Elza de Souza - 1977 -

População.

In. Geografia do Brasil - Região Norte.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -
(FIBGE), Volume I, Rio de Janeiro - RJ.

MARTINS ALVIM, Marseno - 1971

Amazônia e Nós.

Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro - RJ.

MARTINS, José de Souza - 1983 -

Os Camponeses e a Política no Brasil.

2ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis - RJ.

MODESTO, Reinaldo Galvão - 1981 -

A Contribuição do INCRA dentro do Processo de Ocupação do
Território de Rondônia.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
(INCRA) - Coordenadoria Especial do Território de Rondô-
nia (CETR), Porto Velho - RO.

MULLER, C. & CARDOSO, Fernando Henrique - 1978 -

Amazônia: Expansão do Capitalismo.

2ª Edição, Editora brasiliense S/A, São Paulo - SP.

NOVAIS, Fernando A. - 1979 -

Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial
(1977-1803).

NUNES DIAS, Manuel - 1971 -

A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão - (1755-1778).
Tese de Livre-Docência apresentada na Universidade de São
Paulo em 1960 - Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas - USP - São Paulo - SP.

PARKER, Phillis R. - 1977 -

1964: O Papel dos Estados unidos no Golpe de Estado de 31
de março.

Tradução de Carlos Nayfeld. Editora Civilização Brasileira
S/A, Rio de Janeiro - RJ.

Título original inglês. "U.S. Policy Prior To the Brazi-
lian coup of 19654. LBJ - School of public affaires Li-
brary, University of Texas, Austin, Texas - USA.

PRADO JR., Caio - 1963 -

Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia).

7ª Edição, Editora Brasiliense S/A, São Paulo - SP.

PRADO JR., Caio - 1970 -

História Econômica do Brasil.

13ª Edição, Editora Brasiliense S/A, São Paulo - SP.

RETRATO DO BRASIL - 1984 -

Da Monarquia ao Estado Militar.

Volume I, Editora Três Política Editora, São Paulo - SP.

RETRATO DO BRASIL - 1984 -

Volume 3, nº 15.

OSIRES DA SILVA, Luiz - 1962 -

A Luta pela Amazônia.

Editora Fulgor, São Paulo - SP.

PENTEADO, Antonio Rocha - 1970 -

A Distribuição da População no Estado do Amazonas e seus Problemas.

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 08, Separata, São Paulo - SP.

PENTEADO, Antonio Rocha - 1973 -

O Sistema Portuário de Belém.

Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará, Belém - PA.

QUEIROZ, Jeová Franklin - 1981 -

Rondônia.

Revista Interior, Ano VII, nº 37, março/abril de 1981. Ministério do Interior, Brasília - DF.

REIS, Arthur Cesar Ferreira - 1971 -

O Processo Histórico da Amazônia.

In: A Problemática da Amazônia.

Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro - RJ.

REIS, Arthur Cesar Ferreira - 1979 -

Santarém - Seu Desenvolvimento Histórico

2ª Edição, Governo do Estado do Pará, Ministério da Educação e Cultura, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro - RJ.

RIBEIRO, Darcy - 1968 -

O Processo Civilizatório (Estudos de Antropologia da Civilização).

Editora Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro - RJ.

SANTOS, Roberto - 1980 -

História Econômica da Amazônia (1880-1920)

Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo em 1977. Biblioteca Básica de Ciências Sociais - T. A. Queiroz Editora Ltda., São Paulo - SP.

SERAFIM, Leite, S.I. - 1952 -

História da Companhia de Jesus no Brasil - Tomo III.

Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro - RJ.

SOARES GUIMARÃES, Fábio de Macedo - 1964 -

Regiões Naturais do Brasil.

Boletim Geográfico, Ano 1, nº 11, Fevereiro de 1964. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro - RJ.

SOUZA, Itamar de - 1980 -

Migrações Internas no Brasil.

Editora Vozes Ltda., em co-edição com a Fundação José Augusto, Natal - RN; Petrópolis - RJ.

SOUZA, Itamar de & MEDEIROS FILHO, João - 1983 -

Os Degradados Filhos da Sêca

2ª Edição, Editora Vozes Ltda., Petrópolis

TOCANTINS, Leandro - 1971 -

A Integração da Amazônia no Complexo Cultural Brasileiro.

In: A Problemática da Amazônia.

Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro - RJ.

TUPIASSU, Amílcar Alves - 1971 -

O Processo Demográfico da Amazônia

In: A Problemática da Amazônia

Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro - RJ.

TURCHI, Lenita Maria - 1980 -

A Colonização Dirigida no Processo de Expansão e Ocupação da Fronteira Agrícola. Território Federal de Rondônia.

Anais do 2º Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Belo Horizonte - MG.

VESENTINI, José William - 1984 -

A Capital da Geopolítica (Um Estudo Geográfico sobre a Implantação de Brasília).

Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo, São Paulo - SP (mimeog.).

VINHAS, M. - 1972 -

Problemas Agrários - Camponeses do Brasil

2ª Edição, Editora Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro - RJ.

WOOD, Charles H. & SCHMINK, Marianne - 1983 -

Culpando a Vítima: Pequena Produção Agrícola em um Projeto de Colonização na Amazônia.

In: O Despovoamento do Território Amazônico.

Cadernos NAEA, 6, Universidade Federal do Pará, Núcleos de Altos Estudos Amazônicos, Belém - PA.

CAPÍTULO 3

A. PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM RONDÔNIA

"Assim, as novas perspectivas existentes para a Amazônia Brasileira deverão transformar uma região tradicionalmente encarada como subfluvial e extrativista, em uma área agro-pastoril e industrial. A imagem da Amazônia das várzeas alagadiças, dos macacos e das araras e papagaios coloridos está condenada ao desaparecimento; ela está sendo substituída, gradativamente, pela da Amazônia zona de terra firme, livre de enchentes ou inundações, como terra aberta à colonização e a posse de terra pelo homem". Antonio Rocha Penteado - 1975.

Rondônia, Espaço Fronteira ou Fronteira de Recursos

A análise evolutiva das "forças" que produzem o espaço, leva-nos a denominar o espaço-fronteira como "locus" que privilegia o capital e cujo entendimento só pode ser captado quando passamos a compreender que o "espaço reproduz a totalidade social", ou seja:-

"O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidade sociais, econômicas e políticas (Santos, 1982:18).

Consequentemente o "Espaço Fronteira" só pode ser entendido dentro do que possa representar para as forças dominantes, num dado momento histórico, podendo ser tomado como: "Frente", "Fronteira Vital", "Fronteira Agrícola", "de Expansão", "Movel", "Pioneira", "Fronteira Capitalista" ou Fronteira Camponesa" e ... finalmente, como "Fronteira de Recursos", porque o que vai determinar o seu assédio e grau de priorização serão, evidentemente, as suas características intrínsecas, a sua importância, dentro de uma determinada escala de valores, e o que esse espaço, no caso - "Fronteira de Recursos" - estaria representando para as "forças hegemônicas", naquele dado momento. E, finalmente, as "Fronteiras de Recursos", teoricamente, muito bem trabalhadas por Becker (1982), parece^m precisar, com bastante clareza, o que representam, importam e significam as "Fronteiras Brasileiras", mormente as que se referem à Amazônia.

"As Fronteiras de Recursos são definidas como zonas de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo...

...Por seu valor estratégico e pelo alto valor de seus recursos naturais, a região é

capaz de atrair inovações, e efeitos difusores do desenvolvimento, tais como de centros mundiais - tornando-se verdadeiro campo de atração de forças externas" (Becker op.cit.:051/65).

Diante do exposto conclui-se que as "Fronteiras de Recursos" passam a existir na medida em que o capitalismo concorrencial para alimentar as suas necessidades de expansionismo, apossa-se dos espaços ainda não incorporados ao sistema, encaixando-o dentro de novas necessidades funcionais, onde passa então a exercer importante papel de complementariedade.

Becker quando se refere às "Fronteiras de Recursos" como "Território virgem é ocupado e tornado produtivo", enfatiza o espaço, não como instância social, mas como espaço produtivo. Dentro dessa ótica não se leva em consideração os grupos primitivos indígenas e nem tampouco os coletores nômades, como também não se considera o trabalho agrícola camponês como atividade produtiva. Muito embora, o espaço esteja sendo difusamente ocupado, o capital o considera vazio e ... virgem.

Por outro lado, as "Fronteiras de Recursos" surgem para atender as demandas de minerais estratégicos que possam ser explorados segundo cronogramas estabelecidos pelos grupos internacionais atrelando-se, dessa maneira esse espaço, que deixa de ser improdutivo e virgem, aos "centros decisórios mundiais", tornando-se verdadeiro campo de ações das forças externas, no dizer de Becker. Diante do exposto, "Fronteiras de Recursos" não devem ser tomadas como "locus" que privilegiam o pequeno produtor ou o homem sem terra, porque este exerce apenas uma função temporária ou "factual", uma espécie de "amansador ambiental" ou apenas instrumento que viabiliza os investimentos estatais, como abertura e asfaltamento de rodovias, saneamento básico, eletrificação, comunicação, etc., aparatos esses que transformam as "Fronteiras de Recursos" em

"locus" perfeitamente viáveis para a introdução dos grandes capitais agro-industrial que, no seu devido tempo, encarregam-se de expulsar os pequenos produtores ou os primitivos pioneiros e entronizar o latifúndio e a monocultura.

Esse corolário, perfeitamente viável para o Poder autocrático, fundamenta os "pacotes" de Decretos-Lei que, a partir da década de 70, direcionavam-se no sentido de regulamentar a ocupação e o uso das terras da Amazônia sacramentando, na prática, a "Fronteira de Recursos" como uma inequívoca estratégia de priorizar empresas agrárias e efetivar a exploração dos recursos minerais já então, totalmente, desnudados pelos levantamentos radarométricos (Projeto Radam). A elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) no período de 1975/1979, durante a gestão do Governo Geisel, deixa definitivamente de encarar a Amazônia como área problema para torná-la como "Fronteira de Recursos". É assim que o II Plano Nacional de Desenvolvimento da Amazônia (PNDA)¹ - surgido no bojo do II PND, redivide o espaço amazônico em "áreas estritamente preferenciais", instituindo os "POLOS" de desenvolvimento², isto é: "locus" que deveriam concentrar aplicações de capitais e recursos técnicos e humanos, criando centros difusores de crescimento econômicos, ensejando a corrida de empresas e empresários agrários, desviando, dessa maneira o "front" do Nordeste para o Sudeste-Sul e fortalecendo a figura do Estado como mediador entre o "Espaço e o Capital".

"... O Decreto 74.607 - Polo Amazônia - (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) era dirigido à utilização dos eixos viários para a ocupação dos espaços vazios na área Amazônica e com ele se fortaleceu a alimentação entre o Estado e a Empresa Privada, tanto nacional quanto estrangeira, na condução desse processo de ocupação e desenvolvimento. Pretendia-se ampliar a exploração dos recursos naturais

da região e com eles abrir novas frentes para a conquista de mercados externos" (de Oliveira, 1982:274).

É assim que o Território Federal de Rondônia é preparado para investir as funções de a mais nova "Fronteira de Recursos" do Brasil, transmutando-se, de repente, num centro catalizador dos movimentos migracionais internos graças ao intervencionismo estatal escudado na cartilha militarista de "ocupação das Fronteiras Vivas"³ e nas forças políticas assentadas no consuismo de um Estado totalitário.

O atual Estado de Rondônia foi criado pelo Decreto lei 5.812 de 13 de setembro de 1943, originariamente com o nome de Território Federal do Guaporé.

Por limites estabelecidos, o Território do Guaporé, denominação que perdurou até 1956 quando então passou a denominar-se de Território de Rondônia em homenagem ao Marechal Rondon, alcançava terras dos atuais municípios de Porto Velho, Humaitá, Labréa, Camutana pertencentes ao Estado do Amazonas e os municípios do Alto Madeira e Guajará Mirim, este último acrescido de terras do município de Mato Grosso. Em 22 de dezembro de 1981, pela Lei Complementar nº 41, Rondônia é transformado em Estado. Entretanto, a história de sua ocupação humana vem desde o princípio do século XVIII:-

"Em princípio do século XVIII, com a descoberta do Ouro na área de Cuiabá, aquela área passou a despertar a atenção dos portugueses, iniciando-se então, a penetração de Bandeirantes pelo vale do Guaporé ... Assim, o século XVIII, é marcado por sucessivas expedições, ora partindo de Belém, ora de Cuiabá. Ademais, a posição interiorizada da região fez com que essa primeira etapa do povoamento se apresentasse como uma ocupação esparsa e efêmera. Um dos poucos testemunhos dessa época é o Forte Príncipe da Beira⁴ as margens do Rio Guaporé". (CETR. 1979:2/3)

Versando ainda sobre o mesmo tema, Modesto (1981) afirma que graças a essas hordas mineradoras que vasculhavam os rios de Rondônia em busca de ouro, foram criados os primeiros núcleos habitacionais como Pousso Alegre e Casa Redonda. (Modesto, op.cit.:1) Todavia, os "núcleos" mencionados não passaram de corrutelas. Efêmeros "ajuntamentos" muito comuns nas atividades mineradoras e que desaparecem tão rapidamente quanto surgem, como são os casos de Pousso Alegre e Casa Redonda. Coelho Mesquita & Egler (1979) também narram as sortidas dos Bandeirantes em expedições de reconhecimento que, partindo de Belém início do século XVIII, transpuzeram a zona encachoeirada do Madeira. (Coelho Mesquita & Egler, 1979:57).

Todavia, exceptuando o "Forte Principe da Beira", essas penetrações não passaram de expedições exploratórias, nada deixando de efetivo, em termos de ocupação espacial. A rigor o povoamento de Rondônia que teve a sua largada no princípio do século passado, de forma marcadamente diferenciada ao longo de um período histórico, permite que o dividamos em dois períodos ou fase:-

- 1- Povoamento Expontâneo
- 2- Colonização Dirigida.

O período inicial, o qual denominamos de "Povoamento⁵ expontâneo, tem as suas raízes calcadas no crepúsculo do século passado e se ramifica até os anos 70, mas no qual podemos distinguir duas fases, perfeitamente, distintas:- uma em que o povoamento se caracteriza pela sua difusão espacial e intermitência dos seus fluxos e a outra em que o povoamento, embora ainda rarefeito, já apresenta uma certa efetividade e cujas ações são bruscamente interrompidas pelo intervencionis-

no estatal, com a implantação da "Colonização Dirigida".

1) Povoamento Espontâneo.

O que marca indelévelmente esse período são os sucessivos movimentos descontínuos escorados nas predatórias atividades de coleta, e cujo efetivo princípio ocorre nos meados do século XIX prolongando-se até os anos 40 do século XX quando o espaço que era ermo, toma corpo jurídico e se vê transformado no Território Federal do Guaporé. Dado às relações contigênciais do trabalho, vamos denominar essa fase de:

a - ocupação difusa e intermitente:

O espaço amazônico, sem fronteiras e sem peias, ia sendo devassado pelas hordas coletoras, "front" avançado de um primitivo sistema extrativista para o qual o homem, pouco ou nada representava. Escudado na intrepidez e acionado pela suprema necessidade de sobrevivência esses coletores, através das vias aquáticas, embrenhavam-se no âmago da densa floresta, ora em busca do látex, da castanha, minerais preciosos e outros produtos exóticos.

"A ocupação rural mais antiga, corresponde ao extratismo vegetal, especialmente a exploração da borracha feita nos seringais localizados ao longo dos Rios Madeira, Mamoré e Guaporé e, de seus afluentes. Nesses vales, os seringais são subdivididos em estabelecimentos rurais denominados "Colocações", onde se processa a exploração da borracha. A atividade agrícola desenvolvida nos seringais nativos era incipiente e se restringia tão só ao cultivo pelo seringueiro das plantas de subsistência e em pequenas quantidades, pois toda a alimentação dos seringueiros era fornecida pelo barracão, sede das atividades do seringal" (CE-TR, op. cit.: 6).

Através da grande calha do Amazonas as levas de migrantes nordestinos, via Estado do Amazonas e Pará, iam penetrando os rios da Amazônia Ocidental, devassando o Madeira, Abunã, Machado, Preto; Jamari, Candeias, e nos baixos vales dos rios Jaci-Paraná e Mutum Paraná. Em seguida, alcançam o vale do Mamoré-Guaporé, onde, segundo Coelho Mesquita & Egler:

"...encontrando outra corrente povoadora vinda do sul, que penetrava na região descendo o Guaporé" (Coelho Mesquita & Egler, op.cit.:56). (Figura 6)

Gomes da Silva (1984) registra que, por volta de 1980, os seringueiros já se encontravam nos rios: Urupá e Jamari e já funcionavam os Seringais:- Bom Futuro e Santa Cruz e, alhures, existiam pequenos aglomerados populacionais, como é o caso do existente na cachoeira do Samuel (rio Jamari) onde:-

"... Existia uma população de 150 pessoas, segundo a expedição exploradora, chefiada pelo capitão Octávio Felix em julho de 1911"
(Gomes da Silva, 1984:12).

Ao findar a primeira década de século XX, na medida em que a expedição de Rondon ia abrindo as "picadas" para a implantação das linhas telegráficas e estabelecendo estações de apoio, caso de Vilhena, Pimenta Bueno, Ariquemes e outras, os coletores aproveitando-se do empreendimento assentavam-se em torno desses micros embriões urbanos, lançando assim fecundas sementes de futuras cidades:

"... além dos seringais já mencionados, a partir da implantação da estação telegráfica, destacam-se nas cercanias da atual cidade de Ariquemes, o Monte Cristo, Rio Branco, Cajazeiras, Guaranís e, finalmente, o maior de todos que, adotou o nome da estação Ariquemes, e era propriedade do Sr. Cantanhéde, antes da expedição Rondon, tinha outro dono e o nome era Papagaio..."

(Gomes da Silva, op.cit.:14).

A expedição Rondon, a quem o Estado de Rondônia está geneticamente ligado, desenvolvia ao longo de sua odisséia, estudos e observações que incluíam, pesquisas mineralógicas, o que levou o grande sertanista - ainda no ano de 1909, a concluir pela existência de ouro na bacia do rio Cabixi, em terras dos atuais municípios de Vilhena e Pimenta Bueno.

A existência de metal aurífero na Amazônia Ocidental (Rondônia) ao lado dos problemas econômicos que enfrentavam os centros comerciais da Amazônia:- Belém e Manaus, devido ao declínio do mercado gomífero, ajudam abrir cada vez mais o espaço rondoniano aos movimentos migracionais que continuam ocorrendo, embora de maneira muito lenta, ao longo das décadas seguintes.

Esses movimentos, difusos e intermitentes, dependentes que eram dos mercados externos provocaram, como não poderia deixar de ser, significativos acréscimos populacionais nesta província gomífera, notadamente nos trechos onde o adensamento da hévea permitia coletas mais abundantes. Tanto assim que o Censo de 1920 já acusava a presença de 36.044 habitantes nessas plagas.

"A população apresentava distribuição bastante rarefeita, notando-se, contudo, um relativo adensamento no trecho entre Humaitá e Presidente Marques (hoje Abunã), ao longo do Madeira; no Ji-Paraná, entre Calama e Tabajara; no Jamari, entre a fóz e Ariquemes" (Coelho Mesquita & Egler, op. cit.:56).

OCUPAÇÃO DIFUSA E INTERMITENTE - RONDÔNIA (FINAL DO SÉCULO XIX - 1940)

ESCALA 1: 5.000.000

ORGANIZADO POR:
SÉRGIO PAULO DO C. ALVESDESENHO:
AKEMI SHIMASAKIFONTE:
MESQUITA & EULER, 1979.

A primeira vista, as atividades coletoras passam a idéia de "coisa" aleatória e deorganizada que proporcione ampla liberdade de ação. Na prática o que ocorre, é exatamente o contrário. Tratava-se, isto sim, de um sistema cujas relações de trabalho desenvolviam-se, dentro de estreitas e ajustadas sujeições e onde despontavam a submissão dos seringueiros aos seringalistas e destes às casas aviadoras e de permeio, os regatões, verdadeiros agentes "piratas" a quebrar a rigidez dessa feroz estrutura de trabalho. Enfim, todas essas relações indicavam uma divisão espacial e interna do trabalho que, a princípio, esboçada com uma certa timidez mas que, com o passar do tempo, assume uma postura determinada e objetiva através da institucionalização dos seringais que, acima de tudo, pode ser considerado uma corporificação do Poder consubstanciado, predominantemente na apropriação do espaço e na sujeição do trabalho. E foi, exatamente, em cima dessas primeira organização que se fundamentou a estrutura agrária desse, então, pretendente à Território.

Descartando a visão de que, no princípio, reinava o caos e a ampla e total liberação dos espaços, o historiador Vitor Hugo (1959), ao par de revelar uma razoável quantidade de seringais existentes e os seus respectivos trabalhadores (seringueiros e seus familiares), enaltece a presença dessas unidades.

"... O rio Jamari apresenta essencialmente monotonia quebrada por duas grandes cachoeira: a de Samuel é a mais importante, a 53 Kms. de Porto Velho e tem uma população servida de estação telegráfica e de rodovia. Pelo Jamari chega-se a importantes afluentes, o Candeias, o Massangana, o Pardo, que comunicam com seringais muito ricos e povoados..." (o grifo é nosso) (Vitor HUGO, 1959:151).

Muito embora nativos os castanhais e seringais, bem como toda a fauna, flora, e pertences minerais, esses espaços já tinham "donos". As terras, públicas ou da União, transformadas em seringais definiam as relações de trabalho e estabeleciam os graus de sujeição. A posse territorial criava categorias sociais diferenciadas: seringueiros e seringalistas. Antípodas de um sistema econômico cruento fundamentado na exploração do trabalho.

Os seringais eram ricos. Isto é, os seringalistas eram ricos e muito prósperos. Em contra-partida os trabalhadores, seringueiros, viviam miseravelmente atados a uma faina hercúlea e sem compensações.

Mas, sob o ponto de vista de ocupação espacial, os seringais, mesmo que de forma sofrível, já ensejavam uma primeira ocupação. Como por exemplo citemos os seringais 70 e 71, (rio Jarú) de propriedade de Ricardo Cantanhede, que no ano de 1936 abrigavam 13 famílias ou, 338 pessoas. (Vitor Hugo, op. cit.:151)

Todavia, a sazonalidade e a intermitência pareceram ser as grandes características que permearam as atividades econômicas na Amazônia Ocidental neste período. Conectada aos interesses casuais, essa província quedou-se impotente as investidas econômicas, meramente factuais desempenhando papel, apenas acessório no seio da economia Nacional. Conclui-se pois que a intensidade dos movimentos migracionais em direção à atual Rondônia, bem como os objetivos que as coliminaram e por fim, o sentido dessas estocadas populacionais, responderam sempre a impulsos exógenos e se deram de acordo com as funções determinadas pelos "Centros Hegemônicos". Assim é que no período de 1920 a 1940, as picadas abertas por Rondon, conectam

o Território de Guaporé aos Estados do Centro-Sul, mormente à Mato Grosso, franqueando a ocupação do seu espaço aos fluxos populacionais oriundos desses Estados. O recrudescimento da coleta do látex, devido a concorrência asiática e uma retomada após 1943 para atender a demanda dos Estados Unidos, durante os esforços da II Grande Guerra somada aos angustiantes problemas sócios-econômicos do Nordeste, intensificam os caudais migratórios de nordestinos em direção aos seringais nativos de Rondônia e aceleram os fluxos de matogrossenses. Entretanto, a intermitência e o casuísmo desses movimentos constituíram-se no marco inicial do processo de ocupação efetiva do atual Estado de Rondônia.

"... é a partir do início da década de 1940 que a região de Rondônia passa a ser ocupada efetivamente" (Mesquita & Egler, op.cit. :63).

O movimento sulista antecipa mudanças conjunturais concernentes ao uso da terra. Essencialmente não mais se tratavam, preponderantemente, de coletores afetos ao nomadismo e a sazonalidade. A questão do uso da terra vem a tona na medida em que esse novo caudal, muito adensado, vai tomando posse do eixo central do futuro Estado, normalmente em sua porção meridional: Vilhena e Pimenta Bueno. (Figura 7). Este é o princípio, de fato, da emergência das questões relativas à propriedade da terra. A prova disso já pode perceber nas decisões sacramentadas pelo Poder, através do Decreto Lei 3.143 de 11 de novembro de 1938, que regulamenta o sistema de arrendamento de terras para a exploração de produtos vegetais no Estado do Pará, que se constitua num verdadeiro epicentro de toda a economia extrativista da Amazônia.

"... o sistema de arrendamento de terra para a exploração não só da castanha mas também de outros produtos nativos foi regulamentado. Entre as suas disposições havia uma que determinava a concessão de um loteamento a partir de um curso d'água, sem exceder, todavia, um léguas quadrada..." (De Oliveira, op.cit.:252).

Preservadas as suas devidas peculiaridades zonais é de supor que a economia coletora amazônica tinha o seu comando tático, e político nos centros exportadores: Manaus e Belém, e subsidiariamente: Cáceres e Cuiabá, no Mato Grosso, notadamente neste último, por essa razão é que acreditamos que os seringalistas que atuavam na Amazônia Ocidental (Rondônia) fundamentando-se nos movimentos políticos e nas leis emergentes da Amazônia Oriental e adiantando-se à concretude das normas estatais, envidassem esforços no sentido de sacramentar as suas "supostas" posses reivindicando junto aos Governos do Estado do Amazonas ou do Mato Grosso, a devida titulação. Edificando-se na prática, uma estrutura agrária baseada nos grandes latifúndios (seringais) concentrados nas mãos de pequeno número de proprietários. É a transformação do espaço territorial - terras da Nação em domínio particular. O que ocorre, verdadeiramente, é a apropriação dos espaços de produção subordinando o trabalhador ao capital contando, para isso, com a cumplicidade direta do Estado. É o princípio da expropriação oficializada no trabalho e a transformação da "natureza em sociedade" ou no dizer de Ianni:-

" a rigor, parece estar havendo ali o último ato de metamorfose da natureza em sociedade-Terra em Mercadorias" (Ianni, 1978:161).

OCUPAÇÃO DIFUSA E INTERMITENTE - RONDÔNIA (1940 - 1960)

ORGANIZADO POR : SÉRGIO PAULO DD C. ALVES	DESENHO : AKEMI SHIMASAKI
FONTE: 'NESQUITA & EGGER, 1979.	

Permeando essas atividades, aparentemente espontâneas e simplistas, despontavam ligações complexas, cujas vinculações já se articulavam com capitais financeiros internacionais. Também, naqueles ermos, a conexão: latifúndio-capital financeiro, via interesses alienígenas, já estabelecera as suas raízes. Tanto assim que a Coordenadoria Especial de Território de Rondônia - INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ao assumir a incumbência de reorganizar o espaço agrário de Rondônia, constatou a existência de 108 seringais financiados pelo antigo Banco da Borracha, atualmente BASA⁶ (Banco da Amazônia S/A). (CETR, op.cit.:39)

Inexoravelmente acrescenta-se um novo componente na estrutura espacial do Território, a sacramentação do princípio da propriedade. Ou seja:- esboça-se a metamorfose que transmuta a terra de valor de uso em terra de valor de troca, ou terra em mercadoria.

Esta fase marca o ocaso de uma "ocupação espacial de forma difusa e intermitente" uma vez que ideologias nacionalistas, consubstanciadas nas questões dos "espaços vitais oriundas dos confrontos internacionais, pré II Grande Guerra Mundial", suscitam invocações relativas às "fronteiras mortas" e vão presidir os atos decisórios, por parte do Governo Federal, que incidirão nas disposições que passarão a regulamentar uso do Espaço Territorial, notadamente, nas "Fronteiras Nacionais".

b - povoamento efetivo e rarefeito:

Na década de 40 a política nacionalista do Governo ditatorial de Getúlio Vargas, premido pelos acontecimentos mundiais, que crescentemente avivavam questões conflitantes à respeito de "fronteiras", aciona dispositivos no sentido de fortalecer o

centralismo administrativo, extraíndo dos Estados a administração das zonas "fronteiriças", normalmente às consideradas pelos geo-políticos como "espaços vitais"⁷, sancionando o Decreto Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943 que cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu⁸.

"Também nesse período, Getúlio Vargas criou mais 3 Territórios Federais na Amazônia: o do Amapá, o do Rio Branco (atual Roraima) e o do Guaporé (atual Rondônia), o que vinha atender a uma antiga reivindicação de geo-políticos brasileiros como Everardo Baker, Mário Travassos e Lysias Rodrigues. Essa organização do espaço político econômico da região amazônica, retirando as áreas limítrofes da administração estadual, propiciava ao governo central uma atuação mais direta sobre essas áreas" (De Oliveira, op.cit.:266).

A criação do Território Federal do Guaporé (1943) imprime um novo arranjo na estrutura fundiária do espaço rondoniano. No plano Federal, o Decreto Lei 9.760 de 05 de setembro de 1946 trata de conceituar o que vem a ser:

- a) bens imóveis da União,
- b) terrenos da marinha e seus acrescidos,
- c) terrenos marginais,
- d) terras devolutas (artigo 1º ao 5º). Criando ainda o processo de discriminação de terras da União, compreendendo a ação discriminatória administrativa e a ação discriminatória judicial (artigo 19 a 60) e define formas para a utilização dos bens imóveis da União que são: locação, arrendamento, aforamento e cessão (artigo 65). Já no seu artigo 143 dispõe sobre alienação das terras da União.

Até então, eram grandes as divergências existentes quando às questões de limites entre os Estados limítrofes (Mato Grosso e Amazonas), ambos expedindo Títulos Provisórios e Definitivos, muitas vezes com superposição de áreas, o que ge-

rava conflitos e demandas. Vejamos o parecer da Coordenadoria Especial do Território de Rondônia (INCRA) a respeito do assunto:-

"O polígono compreendido do Território de Rondônia estava encravado entre os Estados do Mato Grosso e Amazonas. Acontece, porém que existiam divergências de limites daqueles Estados. Mesmo assim, Mato Grosso e Amazonas expediam Títulos Provisórios e Definitivos a favor de terceiros, ficando as áreas, encravadas entre si. Por outro lado, os serviços de medição e demarcação dos imóveis eram realizados pelo CEL. RONDON, que suspendeu os levantamentos topográficos, face as divergências legais. Solucionado o impasse, foram regularizadas as posses aqui existentes, preliminarmente, através de Títulos Definitivos emitidos pela Delegacia Fiscal do Norte de Mato Grosso, e também pelo Estado do Amazonas, que após a apuração da área é que expedia o Título Definitivo.

Mistér se faz ressaltar que a atuação daquelas Delegacias estendiam-se, na maioria das vezes, às margens dos rios, principalmente os compreendidos nas Bacias do Guaporé, Mamoré, Abunã, Mutum Paraná, Jaci-Paraná, Jamari e Ji-Paraná, onde se localizavam as explorações dos seringais e dos castanhais, face aos meios preponderantes de escoamento daqueles produtos.

Assim, a Coordenadoria Especial do Território de Rondônia, recebeu o acervo processual, correspondente aos seguintes documentos:

- a) Títulos Definitivos/MT 52, área 538.159,4375 ha
- b) Títulos Provisórios/MT 193, área 1.139.960,4441 ha
- c) Títulos Definitivos/AM 152, área 880.287.2443 ha" (CETR, op.cit.:38/39).

Nota-se que entre Títulos definitivos e Provisórios, num total de 397 propriedades, abrangia-se 2.558.407.1259 ha do território do atual Estado de Rondônia. Esses latifúndios escoravam-se, até então, no extrativismo vegetal do látex da seringueira, do caucho e da sorva e nos períodos invernais, como em toda a Amazônia, na coleta da castanha. Com a derrocada desses produtos no mercado internacional⁹ a economia da Amazônia Ocidental, volta-se para o extrativismo

mineral, num extremado esforço para sobreviver a mais uma crise, tão comum nas economias dependentes. Com o sentido de evitar o êxodo populacional e preservar o abastecimento dos núcleos urbanos já existentes como, principalmente, Porto Velho e Guajará Mirim, o Governo Territorial cria a Colônia Agrícola Presidente Dutra (1945), mais conhecida por Iata, ao norte da cidade de Guajará Mirim. A seguir instala a colônia Candeias (1949, nas cercanias da cidade de Porto Velho)

Nos anos 50, Rondônia, apresentava um sofrível aglomerado populacional, alcançando cerca de 36.935 habitantes agrupados, por força das circunstâncias históricas, no eixo Porto Velho Guajará-Mirim, sendo que sómente no município de Porto Velho existiam 27.244 habitantes o que representava, proporcionalmente, uma super concentração ou seja:- 73,8% da população total do território.

(DATAM, 1980:173)¹⁰.

Todavia é a partir da década de 50, que Rondônia assume o papel de grande receptora dos excedentes populacionais oriundo dos conflitos entre o capital e o trabalho. O modelo desenvolvimentista industrializante, escudado no capital internacional e altamente concentrado em torno dos grandes polos sulistas, estabelece uma divisão interna do trabalho outorgando às periferias a responsabilidade da produção agrária, principalmente dos gêneros de primeira necessidade. Esse modelo concentracionista define o binômio: Centro-Periferia; transnacionaliza a economia interna e desencadeia um alarmante processo de urbanização. Rapidamente emergem-se grandes metrópoles que transmudam-se em capitais nacionais, como São Paulo e Rio de Janeiro, que sugam as desprotegidas áreas periféricas e montam os seus exércitos industriais de reserva.

Para se ter uma idéia sómente para o Estado de São Paulo, no período de 1946 a 1960, migraram 1.664.690 indivíduos (de Souza, 1980:70). O Nordeste, grande celeiro de mão-de-obra, e potencial consumidor dos produtos industrializados pelo Centro-Sul, acuado entre a inclemência edáfica e os problemas estruturais advindos do uso e propriedade da terra, re-direciona os seus fluxos migratórios do Norte para o Centro-Sul:-

"A década de 50 foi madastra para com o Nordeste. Começou com uma seca de três anos: 1951-1953. A demora do poder público em abrir frentes de trabalho provocou a revolta dos flagelados que chegaram a invadir cidades. A partir desta seca teve início o transporte de nordestinos no caminhão "pau de arara". Milhares de flagelados foram transportados, como gado, para os campos de Goiás e Mato Grosso onde eram vendidos aos fazendeiros" (de Souza & Medeiros Filho, 1983-35).

A concentração urbana, cada vez mais acentuada e o crescente empobrecimento das áreas periféricas provocam, amiudamente, numerosas tensões sociais e o surgimento de uma consciência classista como a das "Ligas Camponesas" e os Sindicatos Rurais. Esse latente estágio pré-beligerante preocupa as burguesias sulinas e nordestinas suscitando planos que visem amenizar as tensões e garantam a continuidade dos arranjos espaciais, ao mesmo tempo em que premia a vigente estrutura do Poder. Esses objetivos serão colimados através de uma reordenação espacial, sob a égide da modernização das atividades agrárias, que se encarrega de transformar a agricultura num centro consumidor ou num mercado seguro para a colocação dos produtos industrializados, ao mesmo tempo em que, segundo Graziano da Silva (1982), a capacita como fornecedora de matérias primas que garantam a continuidade do processo industrializan-

te. Essa reordenação espacial ajustada às funções zonais segundo a ótica de uma nova ordem social imposta, ou seja: a ordem do capital hegemônico industrial sediado no Centro-Sul, manipula e redimensiona todo o espaço agrário brasileiro no sentido de integrar-se a um processo desenvolvimentista, onde se estabelece um "tácito zoneamento" com funções muito bem definidas e determinadas. É nesse prisma que a Amazônia, vazia de gente e o nordeste com gente em demasia, passam a constituir áreas de integração. Evidentemente, na Amazônia, as atenções não mais se prenderão ao manancial das suas riquezas vegetais, mas fixar-se-ão no rol das suas províncias mineralógicas e no potencial agro-industrial do seu espaço-continente, integralmente à mercê da sanha expansionista capitalista. A princípio, as atenções dos grandes grupos econômicos concentrar-se-ão nas jazidas minerais que passam a constituir numa verdadeira cabeça de ponte para as definitivas estocadas do capital agrário em toda a Amazônia. É assim que no final da década de 50, descobre-se a cassiterita de Rondônia e, em 1956, a ICOMI inicia os seus trabalhos explorando o manganês da Serra do Navio. No início de 1960 a ALCAN descobre as jazidas de alumínio do Trombetas. Em 1966 inicia-se a exploração dos depósitos de manganês de Buritirama. Seguem-se outras descobertas, como a do REYNOLDS e a bauxita no Trombetas; o cobre no Carajás; o cobalto em Americano Goiás, entre tantos outros.

Nos anos 70 o Projeto RADAM¹¹ desnuda, de uma vez por todas, o potencial mineralógico, vegetal, hídrico da Amazonas. (dos Santos, 1981:13/14)

Mais do que nunca, o Poder encontrava plenas e plausíveis justificativas para encetar a colonização do espaço Norte Brasileiro, onde Rondônia dada a sua estratégica loca-

lização e existência de grandes extensões de terras devolutas e solos de razoável fertilidade, transforma-se num dos principais polos de atração para os sem terras do Brasil passando, conseqüentemente, a receber por parte do Governo Federal atenções especiais inclusive a sua ligação rodoviária com o Centro-Sul.

A rigor podemos afirmar que, historicamente, a segunda metade da década de 60 pode ser denominada de período "pós rodoviário" de Rondônia. A ligação via terrestre dessa orção da Amazônia Ocidental com o Sul do País, já esboçada desde 1944¹² mas somente efetivada com tráfego contínuo pós 1968 quando, para atender exigências conjunturais, inicia-se um longo e penoso processo de integração desse espaço às necessidades expansionistas sulinas. Até então os contatos via terrestre, com essa parte do Brasil, faziam-se muito precariamente através das trilhas abertas por Rondon. A implantação rodoviária, conectando a Amazônia Ocidental com o Brasil Meridional transcendeu, em muito, a questão de conexão com os mercados mais ágeis e dinâmicos do Sul. Essa arteria rodoviária representou, acima de tudo, uma ruptura com os liames amazônicos. Ela permitiu a saída da esfera de influência dos "polos" Manaus-Belém - para um engajamento, quase que integral, aos "modus vivendi" sulistas. Figura 8

Na medida em que essa nova "via" vai permitindo a aceleração do tráfego intensificam-se, proporcionalmente, os fluxos demográficos. Das 30.675 pessoas que, no período de 1961/1970 adentraram o Território, 22% (6.808) o fizeram no período 1961/1964; 36,1% (11.122) no período de 1965/1968 e 41,4 (12.745) entraram em Rondônia entre os anos de 1969 a 1970. (Coelho Mesquita & Egler, op.cit.: 68)

FIG. 8

Essas mesmas autoras observam ainda que:- enquanto os migrantes via Sul aumentaram de 7,1% para 48,2% no referido período, o percentual dos migrantes adentrados via Norte, decresceu de 90% para 50,2%, conforme tabela 7.

TABELA 7

DINÂMICA MIGRACIONAL - 1960 - 1970					
PERÍODO	Nº DE MIGRANTES	PROCEDÊNCIA			
		NORTE NORDESTE	%	SUL SUDESTE	%
1961-1964	6.609	6.123	92,65	486	7,35
1965-1968	10.969	8.300	75,66	2.669	24,33
1969-1970	12.544	6.401	51,0	6.143	48,97

FONTE: Coelho Mesquita e Egler
1979

Até então a força catalizadora dos movimentos migracionais residia, num primeiro plano, na garimpagem. Fato que pode ser constatado ao analisar a eclosão de dois importantes acontecimentos:-

1º - Uma concentração demográfica em torno dos eixos:- Guajará-Mirim e Porto Velho, com espraiamento no alto curso dos rios: Preto, Jacundá, Candeias, Jamari, Jaci-Paraná, Mutum e ao longo do Madeira e alto curso do Mamoré.

2º - Maciça presença, entre os migrantes, de homens onde somente em Porto Velho ultrapassava o das mulheres em 15,2% e em Guajará-Mirim em 10%. Além do elemento sexo, constata-se também uma sensível predominância de migrantes na faixa etária entre 20 a 59 anos.

Cotejando esses indicadores somados a concentração mineralógica no eixo bipolarizado por aquelas duas cidades, onde a existência de cassiterita e ouro, principalmente no alto curso dos rios mencionados, poder-se-á concluir que a opção por esses espaços, naquele momento, deveu-se a riqueza mineral. Fundamentado nessa premissa, classificamos essa primeira ocupação de surto de garimpagem. Essa nossa assertiva reforça-se após a análise de 7.510 fichas cadastrais de parceleiros

que para Rondônia migraram após 1972. (Alves, 1986:19)¹³ quando então constatamos que:-

a) 85,5% dos migrantes eram casados e trouxeram as suas respectivas famílias.

b) 43% compunham a faixa etária de 42 a 62 anos e 30,5 a faixa de 32 a 41 anos. Logo, uma das características fundamentais dos migrantes agricultores em relação aos mineiros é a presença familiar o que proporciona equilíbrio quantitativo entre homens e mulheres, ao contrário da atividade mineradora onde quem migra é o homem. Além disso, a idade que prevalece entre os migrantes agricultores é muito mais elevada do que a constatada entre os que se destinam aos garimpos. Isso, em tese, justifica a grande concentração populacional na porção setentrional do Território que até o ano de 1970 recebera 87,6% (26.958) dos (30.775) que migraram para essa parte do País. (Coelho Mesquita & Egler, op.cit.:71)

A desconcentração populacional e, conseqüentemente, uma melhor distribuição ao longo do Território, só vem ocorrer a partir do franqueamento rodoviário da BR 364, final da década de 60, quando ao inverter-se o sentido das correntes migracionais, essa rodovia passa a canalizar contingentes onde predominam agricultores sem terra que adentrando o território, instalaram-se nos trechos compreendidos entre Vilhena e Ariquemes, concentrando-se em pontos privilegiados, servidos pela rodovia e dotados de solos de boa qualidade, como: vale do rio Apidiá (Pimenta Bueno) ou alimentando os aglomerados de Cacoal, Muqui e Ji-Paraná, ou ainda adensando os núcleos dos vales dos rios Jarú, Pardo, Jamari, até o Distrito de Ariquemes.

Figura 9

FIG. 9

POVOAMENTO EFETIVO E RAREFEITO (1960 - 1970)

ESCALA 1: 5.000.000

ORGANIZADO POR: SÉRGIO PAULO DO C. ALVES	DESENHO: AKEMI SHIMASAKI
FONTE: NESQUITA & EHLER, 1979.	

Esses movimentos ocorridos na epiderme social serviam, isto sim, para escamotear outros maiores e mais importantes eclodidos além eixo da BR 364. A redivisão e ocupação do espaço ou, demagogicamente como muitos bradavam: "terra aos sem terra" servia, todavia, como pano de fundo para desviar a atenção das implicações estruturais dessa aventura e, até certo ponto, dotava o capital industrial e os grandes "lobbys" da infra estrutura desejada e da esperada mão-de-obra disponível e de baixo custo. A cassiterita que encontrada em Rondônia em 1952, só teve a sua exploração econômica iniciada sete anos após e sua produção, economicamente considerável, somente ocorreu a partir da segunda metade da década de sessenta. Isto é, somente após a abertura de tráfego permanente pela BR 364. Coincidência ou não, a viabilização dessa rodovia, dá-se concomitantemente com a instalação, no espaço rondoniano, de poderosos grupos econômicos nacionais e internacionais¹⁴ que encarregam-se de acionar os processos de mudanças e de transformação organizatória do futuro Estado de Rondônia. É assim que as seringalistas, detentores de extensões territoriais inemarcáveis, passam, a constituir o necessário ponto de apoio para o internamento do grande capital econômico-financeiro transnacionalizando, definitivamente, o Território.

"Os seringalistas, no entanto, não podiam assumir o controle da exploração por falta de capital e experiência no ramo. Constituíram-se, então, grupos de fora do Território, com capitais nacionais e estrangeiros, que foram adquirindo seringais, responsabilizando-se, pela transformação da economia local. Desta forma, a CESBRA - Companhia Estanífera Brasileira - comprou os seringais Esperança onde instalou a Mineração Santa Bárbara; São Pedro, no alto Candeias; São Sebastião, no Abunã e São Carlos no Jamarí. Nos três últimos praticava-se a garimpagem. A MACISA - Mineração amazônia In-

dustrial e Comércio S/A. - adquiriu a propriedade de Sr. João Leal, no alto São Lourenço, e a FERUSA - Companhia de Mineração Ferro Union - o seringal e a Mineração Rocha, onde também anteriormente se explorava a seringueira. Existiam, em Rondônia, em 1968, dez companhias de mineração: Jucá, Mamoré Metalurgica e Companhia Industrial Vale do Amazonas (CIVA - no vale do Cañdeias); Santa Barbara e Mineração de Rondônia Ltda, no alto Jamari; Massangana, no vale do rio do mesmo nome; Mineração Rocha, no vale do rio Machadinho, Jacundá, no vale de igual nome e São Lourenço e Macisa, no noroeste do Território. Havia, na realidade grandes grupos dominando a mineração: a FERUSA (da Billiton, subsidiária da SHELL) associada a I.B. Sabbá, de Manaus, explorando a Companhia de Mineração Jacundá, a Mineração Rocha Limitada e a Companhia de Mineração São Lourenço; A BEST Metais e Soldas com a Mineração e Companhia Industrial do vale do Amazonas - (CIUA); a MACISA - Mineração da Amazônia Comércio e Indústria S/A., de capitais paulistas, com garimpos no alto São Lourenço e na Serra dos Três Irmãos" (Garrido Filha, op.cit.:183/185).

Se por um lado a arteria aberta, denominada de BR 364, além de acionar os grandes dispositivos econômicos e maximizar a exploração mineral¹⁵, serviu também para introduzir em Rondônia um multifacetado exército composto de agricultores, especuladores, grileiros profissionais e companhias de colonização, inaugurando assim um novo período de ocupação dessa porção da Amazônia Ocidental e monitorizando acirradas disputas por posses e a explosão de todos os tipos de conflitos. A nível do espaço rondoniano, dois acontecimentos precipitaram a evolução do "caos" interno:- a) A presença de Companhia de Colonização, caso da CALAMA¹⁶, dotada de recursos muito aquém dos exigidos para a execução de projetos colonizatórios e b) a extinção, através de atos do Governo Federal, da lavra manual da cassiterita (1971), franqueando as províncias mineralógicas aos grandes grupos nacionais e estrangeiros¹⁷. Como consequência, emergem-se famílias ludibriadas pelas pseu-

das empresas de "colonização" e uma indistinta horda de "coletores minerais", subitamente desapropriada, engrossando as tensões internas e pressionando o "Governo Territorial" em busca de soluções práticas e objetivas. Esse febricitante estado de tensão e insatisfação social, aciona a intervenção "Estatat", no sentido de buscar diretrizes seguras que reorganizassem o uso e a posse da terra e reordenassem, em bases compatíveis com o afluxo demográfico, um novo processo de colonização. Surgem assim, os "Projetos Integrados de Colonização" que, sem a menor sombra de dúvidas, podem ser consideradas como o marco divisor entre o "Povoamento Espontâneo" e a implantação da "Colonização Dirigida".

2 - Colonização Dirigida

A avocação que o Estado Brasileiro fez para si, ao assumir a responsabilidade de "produzir um espaço" segundo modelos pré-concebidos, assenta-se na preocupação de dominação sobre os movimentos migracionais, alocação, disposição, uso e tipologia das propriedades rurais instalando uma máquina produtiva capaz de responder às necessidades expansionistas do capitalismo agro-industrial e amainar as tensões sociais nas zonas agrárias invadidas pela "modernização" e a consequente substituição das lavouras tradicionais, carentes de mão-de-obra, pelos cultivos direcionados aos mercados externos e altamente mecanizado. Por outro lado, era preciso redirecionar as correntes migratórias destinadas às grandes metrópoles do Centro-Sul onde o excesso demográfico já preocupava às elites políticas. A Colonização Dirigida passa a representar o grande trunfo para os gestores do espaço brasileiro como estratégia capaz

de responder, satisfatoriamente, pelo menos sob o ponto de vista do Poder as indagações seguintes.

- Como transplantar excessos demográficos para as áreas vazias sem provocar grandes traumas, aliviando as áreas de tensões e sem permitir mudanças na estrutura agrária do País?

- Como "produzir um novo espaço agrário", onde o controle Estatal transcenda a tudo quanto foi realizado até hoje no País?

- Como preservar a terra para as futuras investidas do capitalismo, já que apropriadas como "reserva de valor", era preciso criar condições para a realização desse valor?

Ainda dentro dessa linha de raciocínio, vamos buscar em Cardoso & Muller essenciais subsídios à respeito de "Colonização Dirigida":

"Colonização Dirigida" aparece, portanto, como um esforço consciente, não apenas para ocupar os vazios amazônicos e valorizar as terras, mas como uma alternativa para a "pressão demográfica" em certas áreas do País. Uma espécie de válvula de segurança para evitar problemas maiores sem que medidas drásticas sejam tomadas para reestruturar o estatuto da propriedade (Cardoso & Miller, 1978:141).

Exatamente, através desse artifício jurídico - administrativo emanado de uma política concentracionista e ditatorial, ao adotar-se a "praxis" da Colonização Dirigida "o Estado antecipando-se aos fluxos colonizatórios espontâneos estende a malha de sua dominação, de modo efetivo e sistemático, sobre a vida e o destino do escorraçado trabalhador rural tangido à Rondônia. Os implantadores dessa política colonizatória, fundamentando-se em experiências colhidas em empreitadas

similares, projetaram para esta parte da Amazônia uma colonização escoimada dos erros e vícios, cometidos em outros "projetos", transplantando para as terras palmilhadas por Rondon projetos agrários, exaustivamente, detalhados pela "técno-burocracia" e sobejamente alimentados pelos fluídos megalomaníacos emanados pelos gestores da política cognominada, num dado momento histórico, como a do "milagre brasileiro". Ao anteceder-se ao processo de colonização espontânea, encetada pelos trabalhadores rurais nas terras de Rondônia, o Estado estava, simplesmente, obstaculando a concretização de uma "Reforma Agrária espontânea, ou de fato".

"O que estava acontecendo, na prática, ao mesmo tempo que crescia extensivamente o capitalismo na região era uma espécie de reforma agrária de fato, espontânea. Os trabalhadores rurais desempregados, subempregados ou superexplorados-camponeses e operários - estavam buscando terras virgens ou devolutas, para ali construir o seu lugar, a sua vida, a roça e a criação, a morada habitual e a cultura efetiva. Sitiantes, moradores, meeiros, parceiros, arrendatários, assalariados, corumbas, bóias-frias, paus-de-arara, peões-camponeses e operários do campo - buscavam soluções práticas, diretas, por seus próprios meios, para os seus problemas de trabalho e sobrevivência. Buscavam terra"(Ianni, 1979:133).

Através dessa interferência o Estado, em nome da preservação do "direito à propriedade", elocubra um conjunto de Decretos, Regulamentos e Portarias com o intuito de garantir, de forma "ordeira e racional", o acesso a essas terras, chamando para si a responsabilidade de organizar a crescente demanda que, a partir dos anos setenta, transformou Rondônia num dos pólos de maior crescimento populacional do Brasil elevando o seu efetivo demográfico, que em 1960 não passava de 70.783, para 111.064 no ano de 1970. (FIBGE, 1976)

"Esta corrente migratória tornou-se cada vez mais crescente, originando uma verdadeira explosão demográfica, circunstância que levou o INCRA, como Coordenador da Política Agrária, a proceder a criação de vários Projetos Fundiários, de Colonização e de assentamento Dirigido tendo como finalidade a solução desses problemas e ordenar às novas ocupações (CETR, op.cit.:40).

Diante das circunstâncias, o Instituto Nacional de Reforma Agrária, (INCRA) é municiado de plenos poderes e transforma-se de fato, num executor dos planos para reordenar a efetiva colonização de Rondônia, exatamente dentro das diretrizes e dos parâmetros emanados de Brasília. Em 19 de junho de 1970 cria, através da Portaria nº 281/70, na área prioritária para Colonização desapropriada pelo Decreto Lei 63.104 de 15/08/68 e posteriormente considerada insdispensável à Segurança para o Desenvolvimento Nacional, Decreto Lei nº 1.164 de 01/04/71, o Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, município de Ji-Paraná, 320 quilômetros distante de Porto Velho.

a- Os projetos de colonização e fundiários

O Projeto de Colonização Ouro Preto foi criado com o sentido de solucionar problemas de disputa de terras entre parceiros e a Companhia de Colonização Calama. No Entanto já se definia, de forma irretorquível, que nessa porção da Amazônia Ocidental se efetivaria uma colonização dependente da força de trabalho oriunda do Centro-Sul, num primeiro momento e do Sudeste-Sul, a partir da implantação dos demais projetos. Sacramentando-se uma ligação umbelical como o colonato evadido do Sul - Matogrossense, Norte e Nordeste do Estado do Paraná e, num segundo plano: Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, "locus" em que a capitalização do campo (modernização), já havia imprimido uma nova estruturação na malha fundiária, ado-

tando formas de exploração onde o pequeno produtor não tinha mais possibilidade de acesso e os modernos implementos agrícolas substituíram, gradativamente, o grosso da mão-de-obra não qualificada. É assim que os manipuladores do espaço apressam-se em viabilizar os corredores migratórios, constituindo conexões entre a BR 364 e a malha viária do Centro Sul e Sudeste o que, de súbito, vê-se transformada em "válvula de escape" para as pressões demográficas e sociais dessas congestionadas zonas. Assim, canalizam-se os excedentes populacionais para o Ocidente da Amazônia, incorporando-se, de forma definitiva, Rondônia à economia sulista. Tabela 8.

É assim que avulta, entre os migrantes, a presença de parceleiros procedentes dos Estados da Região Sul do Brasil, cujo fluxo corresponde a 54,25%, dentre os que se dirigiam ao Projeto Juru-Ouro Preto. E dentre os sulistas, dispara o Estado do Paraná que, isoladamente, representou 28,31% do volume migratório com destino a esses projetos. O Sudeste vem em segundo lugar com 32,55%, com um ligeiro predomínio de migrantes procedentes do Estado de Minas Gerais, 12,42%, e o Centro-Oeste, graças a Contribuição do Estado de Mato Grosso, com 28,49%. A tabela 8 é bastante elucidativa e ratifica o domínio dos migrantes sulinos em relação aos do Norte-Nordeste.

O importante, entretanto, a destacar é que Projeto Juru-Ouro Preto ao abrir as portas de Rondônia aos expoliados do Sul, dava início a um novo ciclo migratório interno. É assim que outros projetos são, paulatinamente, implantados: (pela ordem de criação).

TABELA 8

PROCEDÊNCIA PARCELEIROS PROJETO JARU-OURO PRETO				
REGIÕES	ESTADOS	NÚMEROS ABSOLUTOS	NÚMEROS RELATIVOS	SUB-TOTAL
Sudeste	Minas Gerais	525	12,42	1.376
	Espírito Santo	484	11,45	
	São Paulo	335	7,93	
	Rio de Janeiro	32	0,75	
C. Oeste	Distrito Federal	10	0,23	1.196
	Mato Grosso	1.079	25,54	
	Mato Grosso do Sul	78	1,84	
	Goiás	29	0,68	
Sul	Paraná	1.196	28,31	2.292
	Rio Grande do Sul	1.005	23,79	
	Santa Catarina	91	2,15	
Noroeste	Bahia	219	5,18	480
	Ceará	104	2,46	
	Maranhão	61	1,44	
	Paraíba	42	0,99	
	Pernambuco	29	0,68	
	Sergipe	81	1,91	
	Rio Grande do Norte	06	0,14	
	Piauí	06	0,14	
	Alagoas	05	0,11	
Norte	Amazonas	28	0,66	58
	Rondônia	19	0,44	
	Pará	09	0,21	
	Roraima	02	0,04	
TOTAL				4.224

FONTE: GODINHO-INCRÁ (P.Velho)-1983

1. Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto (Jarú-Ouro Preto) - (PIC)

Localizado nos Municípios de Jarú e Ouro Preto.

Criado em 19 de junho de 1970 pela Portaria nº281/70. (já citado)

2. Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão - (PIC)

Localizado no Município de Guajará-Mirim e alcançando o Distrito de Abunã.

Criado em 13/08/1971 pela Portaria 692.

3. Projeto Integrado de Colonização Ji-Paraná - (PIC) localizado nos Municípios de Ji-Paraná, Cacoal e Pimenta Bueno. Deste projeto fazem parte cinco setores: Ji-Paraná, Abaitará, Rolim de Moura, Prosperidade e Tatu.

Criado em 16/02/1972 pela Portaria nº 1.443.

4. Projeto Integrado Paulo de Assis Ribeiro - (PIC)
Localizado no Município de Vilhena.

Criado em 04/10/1973 pela Portaria nº 1480

5. Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro - (PAD)

Localizado no Município de Ariquemes

Criado em 23/01/1974 pela Portaria nº 85.

6. Projeto Integrado de Colonização Pe. Adolpho Rohl - (PIC).

Localizado nos Municípios de Jaru e Ji-Paraná.

Criado em 20/11/1975 pela Portaria nº 1.620.

7. Projeto Integrado de Colonização Marechal Dutra - (PIC).

Localizado no Município de Ariquemes.

Instalado em Julho/Agosto de 1975 e homologado pela Resolução nº 131 de 06/09/1978. (CETR, 1979:9/12) Figura 10.

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA

ORGANIZADO POR:
SÉRGIO PAULO DO C. ALVES

DESENHO
AKEMI SHINASAKI

FONTE :
INCRA / CETR / G. D. A. 1981.

Em conjunto, esses Projetos, foram dimensionados para absorver 23.438 famílias, com a seguinte distribuição por unidade:- Tabela 9

FAMILIAS ASSENTADAS POR PROJETO	
PROJETOS	FAMILIAS ASSENTADAS
PIC. Ouro Preto	5.133
PIC. Ji-Paraná	4.756
PIC. Paulo de Assis Ribeiro	2.974
PIC. Adolpho Rohl	4.341
PIC. Sidney Girão	500
PAD. Marechal Dutra	4.520
PAD. Burareiro	1.214
TOTAL	23.438

FONTE: CETR - 1979

A implantação do Projeto Ouro Preto representa, historicamente, o marco inicial do intervencionismo estatal no espaço agrário rondoniense objetivando ajustar esse espaço a avalanche migracional inexoravelmente eclodida, preservando a ordem sócio-econômica vigente e impedindo uma reforma agrária de fato. É assim que minúsculas corrutelas ou isolados pontos de apoio em meio da selva, vêm-se transformados em aglomerados populacionais, plenos de famílias despreparadas e sem nenhum recurso, que passam a exercer pressão sobre a tenue estrutura administrativa do Território de Rondônia, compungindo os órgãos públicos a criarem, muito rapidamente, os projetos de colonização com o precípua objetivo de imprimir uma certa "ordem" no caos já instalado. O que então se fazia, ou tentava-se fazer, era legalizar posses e canalizar os fluxos migratórios já existentes. A rigor, na maioria dos casos, não se

podia falar de "projetos de colonização", mas de ações de legalização, isto porque os "parceleiros" precediam aos topógrafos. Era a força do braço, do terçado e da foice antecedendo os teodolitos e as miras de prumo. Era o desespero, o denodo, a fome e a indomável fibra, antepondo-se às pranchetas e a tecnologia.

Trilhas abertas, tapirís levantados: posse sacramentada. Aos administradores do espaço, outra coisa não restava a não ser, regulariza-las. É assim, que aqueles sinuosos caminhos abertos no âmago da mata, transformam-se, no papel, em grotescos segmentos de retas a sustentar seus irregulares apêndices, transmudando-se de invasões em projetos, arquivando confrontos e injustiças mas cuja sacramentação só ocorreu após muitas lutas e vidas perdidas.

Na realidade, a História do Povoamento de Rondônia não difere-se de outras onde a violência e a truculência mancomunam-se com a do braço da lei e o "Poder" constituído, encoraja-se no mais forte em detrimento do desprotegido e do "sem terra". Em Rondônia os latifundiários e seringalistas, encastelados em seus "feudos", reagiram ferozmente ante a marcha avassaladora dos expropriados parceiros, como bem podemos verificar na reportagem-denúncia do Jornalista Montezuma Cruz:

"... paraíso dos grupos latifundiários, assim como o Paraná de 40 anos atrás, em Rondônia já não se constitui novidade as prisões de religiosos, posseiros e líderes sindicais, há pressões de todos os tipos contra trabalhadores e todos aqueles que clamam por justiça. O Governo, de sua parte, finge não ver nada, tentando assim, criar a imagem de que a calma existente não sofre rupturas..."

O mesmo jornalista segue detalhando ações de violência contra trabalhadores; ao relatar fatos ocorridos na fazenda Cabixi em Colorado D'Oeste:-

"... um grupo de mais de 30 posseiros havia-se dirigido a Domingos de Oliveira, mais conhecido como Domingão e que era um dos capatazes dos latifundiários, para comunicar-lhe que por decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal todos eles voltariam a ocupar seus lotes de terra. Furioso, Domingão chamou seus jagunços e todos abriram fogo contra os posseiros..."

Ainda, relatando o mesmo fato, Montezuma Cruz, descreve como se deu a intervenção da Justiça de Rondônia até o massacre da fazenda Cabixi:-

"... A Secretaria de Segurança Pública de Rondônia informou a imprensa que os invasores da fazenda estavam armados de espingarda e revolveres no "ataque" a Domingão. Mas não fez um só comentário sobre as Winchester (privilegios do jaguncismo armado daquela região), rifles, garruchas apreendidas pelos posseiros das mãos dos jagunços liderados por um tal de "Paraguai". Este tipo, inclusive, foi agarrado e levado a delegacia de Colorado D'Oeste, sendo solto logo após o início do inquérito..." (Jornal dos Trabalhadores - ano 1 nº 05, junho de 1982 pág.:7).

O posicionamento, absolutamente, parcial do Estado pródigo em ações e atitudes anti-sociais, isto é de um Estado autocrático e monopolizador, aparecem também com muita intensidade nos comentários de Hébette & Azevedo (1982) quando relatam os fatos de violência repressiva ocorridos em Cajazeiras, Nova Vida e Seringal 70¹⁸, núcleos populacionais existentes no Município de Ariquemes.

Todavia, as ações de violência e repressões em nada interferem no volume cada vez maior de migrantes a procura de terra. Inserida dentro de um contexto maior, o Nacional, a intensificação dos fluxos em direção à Rondônia agudiza no momento em que o fechamento da Transamazônica ao pequeno agricultor passa a ocorrer, Ianni (1979) e Wood & Schiminck (1983); transformando essa porção da Amazônia Ocidental no maior centro receptor de "sem terras" de todo o País. Dos 113.659 habitantes que existiam em Rondônia em 1970, em apenas uma década, saltou-se para 491.069, o que corresponde a uma taxa média geométrica de incremento anual de 15.76%. (FIBGE, 1982:2)

O cotejamento desse crescimento demográfico com a média de incremento verificada, no mesmo período, na Região Norte e no Brasil, ressalta que os índices de Rondônia foram sensivelmente superiores a ambos pois, enquanto o incremento da Região Norte em 1970 a 1980 foi de 63,3% e a do Brasil 27,5%, Rondônia alcançou a cifra significativa de 341,3%, o que aliás, ultrapassava as expectativas mais otimistas do ponto de exceder as próprias possibilidades de absorver, por parte da área receptora, as levadas migracionais, cada vez mais crescentes. Afinal de contas, a propaganda elaborada pelo Poder alardeando sobre a presença de terras férteis, isentas de geadas e o aceno de distribuição gratuita de lotes com benfeitorias, créditos e assistência técnica, ao lado de outras promessas que não se consumaram, foram as responsáveis pela intensificação, cada vez maior, de uma clientela convicta de ter, por fim, encontrada a "Terra Prometida". Em 1975, por exemplo, a população de Rondônia já se encontrava no limiar dos 300.000, para ser mais preciso: 291.044 habitantes, segun-

do indicadores estimados pelo DATAM. op.cit.:180

Cinco anos depois, segundo o Censo Demográfico realizado pelo FIBGE, já se alcançava 491.069 ou seja: um acréscimo de 200.025 pessoas o que significava um aumento anual de 40.05 novos cidadãos por ano ou pouco mais de 1.097 famílias por dia. (FIBGE, 1982)

Essa desenfreada entrada de parcelheiros induziu o INCRA, com o sentido de dar um tratamento mais globalizante a sua administração, a criar os "projetos fundiários"¹⁹, estendendo a sua jurisdição sobre todo o Território. Essa deliberação, ao mesmo tempo em que servia para agilizar a administração dos "Projetos de Colonização" já implantados, municiava o órgão executor de hábeis instrumentos jurídicos capazes de impedir ou, pelo menos amenizar, a grilagem desmesurada e as contumazes invasões de propriedades. Figura 11

Os projetos fundiários, em número de 05, estendiam, como já afirmamos, a jurisdição da Coordenadoria Especial do Território de Rondônia (CETR), sobre os Projetos de Colonização, já instituídos e a instituir, abrangendo toda a área já discriminada ou a discriminar. (Tabela 10)

Os Projetos Fundiários e suas Dimensões		
Projetos	Área discriminada ha	Área a discriminar ha
Alto Madeira	2.328.395,0280	3.241.604,9720
Corumbiara	5.859.000,0000	131.500,0000
Guajará-Mirim	4.984.614,0000	2.060.386,0000
Jaru-Ouro Preto	3.729.841,3620	1.969.068,6380
TOTAL	16.901.850,3900	7.402.549,6100

FONTE: CETR. op.cit: 9/12

A soma da área discriminada e a discriminar representa: - 24.304.400,0000 ha o que perfaz a totalidade do território de Rondônia: 243.044 km².

Esses Projetos Fundiários e os de Colonização, transformam Rondônia no epicentro nacional de uma suposta reforma agrária de fato. (Tabela 11)

DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DE RONDÔNIA - 1981		
DESTINAÇÃO ÁREAS (PROJETOS)	TOTAL (HA)	%
Projetos de Colonização	4.128,636	16,98
Concorrência Pública	1.981.899	8,15
Reservas Florestais (IBDF)	2.206.750	9,07
Parques Indígenas (FUNAI)	2.503.760	10,30
Áreas Urbanas	156.957	0,64
"Regularização Fundiária" e "A Destinar"	13.326.408	54,83
TOTAL	24.304.400	-

FONTE: INCRA/CETR/G.D.

Analisando a atual situação fundiária de Rondônia, através da (tabela 11), percebe-se que da sua área territorial de 24.304.400 ha, reservou-se para a "Colonização", 4.128.636 ha, ou seja 16,9% do seu espaço total. Por outro lado, as áreas dependentes de "regularização e áreas a destinar" somavam, em 1981, um total de 13.326.408 ha, isto é: 54,8% de toda a extensão do atual Estado.

FIGURA 11

PROJETOS FUNDIÁRIOS

ESTADO DE RONDÔNIA

1.981

CONVENÇÕES:

- PROJETO FUNDIÁRIO - ALTO MADEIRA
- PROJETO FUNDIÁRIO - JARU-OURO PRETO
- PROJETO FUNDIÁRIO - COLUMBIARA
- PROJETO FUNDIÁRIO - GUAJARÁ-MIRIM.

ESCALA

10 0 20 40 60 80 100 KM

ORGANIZADO POR:
SÉRGIO PAULO DO C. ALVES

DESENHO:
AKEMI SHIMASAKI

FONTE:
NESQUITA (EGLER/1979).

Objetivos da Colonização em Rondônia

Diante do fato, pode-se concluir que a proposta não era transformar Rondônia em "tábua de salvação" para os sem terra de todo o Brasil solucionado, de vez, um problema que já se arrasta por mais de quatro séculos. (Guimarães 1979) Como podemos constatar, os Projetos de "Colonização" que foram dimensionados para absorver 24.438 famílias de agricultores, colocam-se muito aquém de resolver esta intrincada questão social, pois segundo o IBRA (1978), somente no Nordeste havia cerca de 1.300.000 famílias subempregadas (sem terra) citado por Ianni (1978:141). Entretanto, o IBASE, atualizando esses dados, maximiza-os ao afirmar que na década de 70:-

"... 12 milhões de famílias... não possuem terras ou as possuem em porção insuficiente para a sua manipulação" (Revista Vozes, 1985:12).

O cotejamento crítico desses indicadores servem para alicerçar a convicção de que a "Colonização" de Rondônia, não ocorreu dentro da simplista perspectiva de se fazer uma "Reforma Agrária". Mas foi elaborada isto sim, para atender numa primeira instância a necessidade de expansão da "Fronteira Agrária ou de Recursos", como já aludimos. Todavia, há de entender-se que ao incorporar esse espaço, dentro do arranjo de complementariedade sócio-econômico imposto pelo capital hegemônico sulista, até certo ponto, esvasiavam-se alguns "bolões de descontentamento" e, concomitantemente, subsidiava-se uma política conjuturalista que enfeudou-se de temática da "reforma agrária", unicamente com os propósitos de praticar uma retro-alimentação e colher polpudos dividendos eleitoreiros. É assim que foi produzido um novo espaço agrário onde os mais insignificantes movimentos sociais sempre tiveram o moni-

toramento e a sanção estatal. Portanto, a manipulação do espaço não objetivava atender as demandas sociais e aos despossuídos. Procurava-se, isso sim, preservar substanciais porções territoriais como reserva de valor para futuras investidas de um "empresariado agrário", como são os casos das áreas rurais denominadas: - "Áreas para Regularização e "A Destinar" que perfazem um total de 13.326.408 hectares, ou seja: 54,8% de todo o território. (vide tabela 11). Também não se descuidou, o Estado, de garantir num curto espaço de tempo a presença dos especuladores imobiliários ao reservar-lhe 8.15% a título de "Concorrência Pública" (Licitação). Espaço que, celeramente, transmutou-se em área de reserva de valor", escudado no implícito compromisso do Estado em fazer "realizar esse valor":

"... como converter novamente a mercadoria em dinheiro, ou então como ocupá-la produtivamente de modo a obter um rendimento a partir da atividade agro-pecuária" (Graziano da Silva, 1981:47).

A percepção dessas sutilezas comandando as disposições parcelares à nível das pranchetas e elaboradas, segundo as diretrizes de uma geo-política agrária, culminam num tipo de malha fundiária, como bem se pode avaliar na figura 12, onde se exponenciam a estratégia do Poder. Atende-se, por exemplo, para as localizações das "Zonas de Licitação" (em vermelho), devidamente circundadas pelos "Projetos de Colonização" (em azul) e núcleos urbanos, ambos servidos por uma vasta rede viária e todos os demais elementos fundamentais que compõem uma infra-estrutura capaz de promover a crescente valorização dos imóveis rurais ou, reprimando Graziano da Silva: converter novamente a mercadoria (terra) em dinheiro. Figura 12.

UM EXEMPLO DE ZONEAMENTO ESTRATÉGICO - 1.981

Em seu bojo, aos projetos de colonização premiavam substantivamente a ideologia do Poder instalado do País a partir de 64 quando, em nome do desenvolvimento que deveria ser conseguindo a qualquer custo, sacrificou-se os segmentos trabalhadores urbanos e penalizou-se os camponeses. A política

agrária adotada, pelos governos militaristas, teve a condão de aprofundar as diferenças entre os economicamente abastados e os deserdados pela sociedade consumista além de franquear, ir-restritamente, o campo ao capitalismo. Graziano da Silva (1982), Souza Martins (1983), Sampaio (1980) Milton Santos (1982), entre outros.

Na trilha desse raciocínio, vejamos o que diz:-

Octávio Ianni:

"... a política de colonização oficial foi definida como elemento importante da política econômica adotada pelo Governo. Tratava-se de transformar a Amazônia numa fronteira de expansão do capitalismo de base nacional e estrangeira, que ganhou redobrado ímpeto com os governos instalados pelo golpe de Estado de 1964. A Colonização era não só um dos meios para garantir a estabilidade política e social conveniente a essa expansão do capitalismo. Era também um meio de propiciar força de trabalho, produção de meios de subsistência e mercado para a expansão desse mesmo capitalismo" (Ianni, 1979. A.:63).

No estabelecimento de uma "tipologia de projetos", procurou-se premiar, pelo menos dois tipos distintos de projetos quanto aos produtos e quanto às características dos parceiros. Daí a existência dos "Projetos de Assentamento Dirigido" (PAD), um projeto definido, segundo Hébbete e Acevedo (1982), não em função do colono mas do produto. No caso específico o cacau. E os "Projetos Integrados de Colonização" (PIC's) - destinados aos parceiros de baixa renda e sem grande qualificação e para os quais o órgão executor assume uma determinada gama de responsabilidades, ou para ser mais claro:- descarado paternalismo.

Para o Projeto denominado de (PAD), Projeto de Assentamento Dirigido, o Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA):

"... assume responsabilidade de organização territorial, implantação da infra-estrutura, seleciona e assenta os beneficiários. O parceleiro desse Projeto, deve ser mais especializado que um trabalhador sem terra; precisa ter um mínimo de conhecimento agrícola, e, ao mesmo tempo, algum recurso financeiro e experiência quanto a obtenção de crédito bancário" (Modesto, 198:38).

Enquanto que para os (PIC's) - Projetos destinados aos parceleiros de baixa renda, o órgão executor assume as seguintes responsabilidades:-

" Os Projetos Integrados de Colonização (PIC's), são aqueles nos quais o INCRA assume responsabilidade de implantação da organização territorial, da infraestrutura, de administração: realiza o assentamento e titula os beneficiários. Promove a assistência técnica, o ensino, a saúde e a previdência social, a habitação rural, a empresa cooperativa, o crédito e a comercialização. A clientela potencial do PIC é constituída por agricultores de baixa renda". (Modesto, *op.cit.*:34).

Essa arrumação espacial, ardilosamente, engendrada pelos "ideólogos" da colonização de Rondônia, objetivava uma disseminação de forças produtivas segundo a teórica potencialidade dos solos. Praticava-se, assim, um "zoneamento" tático, onde os parceleiros selecionados pelas suas intrínsecas qualificações, destinar-se-iam às províncias, supostamente mais ubérrimas, onde deveriam aplicar-se em culturas de mercado, preferencialmente destinadas aos mercados externos, caso específico do cacau. Na outra vertente, os parceleiros sem grandes qualificações, a não ser a própria força de trabalho, encarregar-se-iam dos cultivos de subsistência destinados ao abastecimento interno.

É assim que a força estatizante encarregava-se de preservar as províncias dotadas de melhores terras ao projeto aqui denominado de (PAD) - Projeto de Assentamento Dirigido (localizado no município de Ariquemes) - enquanto que a (PIC) - Projeto Integrado de Colonização - seriam destinados a gran-

de massa indiferenciada, descapitalizada e expoliada pelas zonas "modernizadas" do Centro-Sul. Assim vamos ter, de um lado, a concentração de uma "futura elite agrária" e de outro, a maciça presença de obreiros a representar, acima de tudo, um formidável estoque de mão de obra, ou em outras palavras, um exército agrícola de reserva.

"... na sua porção leste, a chamada gleba Burareiro, vulgarmente designada por "Licitação" com 222.609 ha; no meio, o projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Burareiro, em forma de "L" invertido, com 304.925 ha; e a Oeste o (PAD) Marechal Dutra, vulgo "Marechal", inserido no traçado do (PAD) Burareiro, e com 494.661 ha" (Hébette & Acevedo, 1982:11). Figura 13

Esse sutil aparato encontrou no Município de Ariquemes o palco ideal para a sua implantação. Localizado no eixo da principal arteria da Amazônia Ocidental, a BR 364 e no entrocamento com a BR 421-ligação Guajará-Mirim-Bolívia, a meio caminho da capital do Estado, Porto Velho, e ainda detentor de uma faixa de solo que se presta ao cultivo de cacau, somando-se ao fato de se constituir numa das maiores províncias estaníferas do País, além de deter alguns dos grandes latifúndios do Estado, esse Município, num dado momento, transformou-se num laboratório experimental onde as ações estatais encarregaram-se de fazer reproduzir um espaço elocubrado segundo modelo pré-concebido e determinado pelo Poder vigente.

Figura 14

NOTAS - CAPÍTULO 3

1 -

"... O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) - 1975/1979, lançado pelo governo Geisel, deixou de lado a visão da Amazônia com uma "área problema" e passou a preocupar-se com a "fronteira de recursos", o que deu ensejo para que o capitalismo se expandisse cada vez mais na região e a questão de seu desenvolvimento fosse dirigida pela grande empresa privada. Esse PND continha, ainda, a filosofia de "integração nacional" do plano anterior e se referia, também ao fato de que o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste eram considerados, dentro da política global, como sócio-economicamente complementares no fluxo de fatores de produção (mão de obra), terra e outros recursos naturais) ou no fluxo de produtos. Além disso, as relações dessas áreas com o Centro-Sul eram, também, consideradas principalmente no que se referia ao fluxo de mercadorias, de capitais e de tecnologia.

Entre os programas lançados pelo governo Geisel, em 1975, a serem usados como estratégia para o desenvolvimento da Amazônia, destacou-se um, especial, referente à criação de polos de crescimento na região, o qual foi detalhado em termos programáticos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em seu II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA). Este programa, conhecido por POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) foi instituído, originariamente, em 25/09/74 pelo Decreto nº 74.607. (Adélia Engracia de Oliveira et alii - Amazônia (Desenvolvi-

mento - Integração - Ecologia). São Paulo, Editora Brasiliense, 1983, pp. 274).

2 -

SOBRE OS POLOS DE DESENVOLVIMENTO PREVISTOS NO SEGUNDO PND.

Nas estratégias de organização espacial das atividades econômicas na Amazônia, depois de, numa primeira fase, incrementar os eixos de desenvolvimento, passou-se a partir de 1975, a uma estratégia baseada no conceito de pólos de desenvolvimento, objetivando com isto, eliminar as diferenças interregionais no desenvolvimento econômico. A criação da Zona Franca de Manaus foi um primeiro passo no sentido desta estratégia. Os pólos de desenvolvimento citados no II Plano de Desenvolvimento, que os esboça apenas vagamente, fundamentam-se em duas ou três prioridades setoriais: recursos minerais, agro-pecuária ou possibilidades agroindustriais em 15 regiões selecionadas. As áreas de desenvolvimento regional prioritárias são citadas no Programa Polamazônia. Para cada uma delas é feito um plano de desenvolvimento integrado, no qual é determinada a localização dos polos de desenvolvimento e os limites definitivos das áreas prioritárias.

Até agora os incentivos estatais e privados de colonização e projetos de desenvolvimento econômico concentram-se no centro, leste e sudeste da Amazônia, abrangendo tanto a Amazônia propriamente dita, como a área de transição ao Planalto Central. A vasta região a Oeste do rio Branco e Madeira foi quase excluída, à exceção do Acre, dos projetos atualmente em curso. O fluxo migratório em direção ao oeste da Amazô-

nia através de Cuiabá-Porto Velho - superior, inclusive, ao que ocorre ao longo da Transamazônica - é captado parcialmente por projetos de colonização em Rondônia, dirigindo-se o restante para o Acre e em direção de Humaitá - Manaus. Justamente no Acre nota-se, ultimamente, maior atividade dos compradores de terra, destacando-se entre estes os grandes criadores de gado, e ao mesmo tempo tomada, pelo governo, medidas visando a reorganização da economia da borracha.

3 -

A questão da ocupação militar das "fronteiras" com o sentido de manter a integridade do território ou, simplesmente impedir a entrada de "inimigos", ou invasores alienígenas, como se os problemas de uma nação residissem fora e não dentro do próprio território, parece ter sido a preocupação dominante dos geopolíticos brasileiros. Defender o País contra inimigos hipotéticos ou ocupar um "espaço vazio", como se a simples militarização pudesse transformar uma "fronteira morta", numa "fronteira viva". Esse posicionamento político-ideológico, corrobora no sentido de alicerçar os movimentos de expansão demográfica em direção aos pontos limítrofes do espaço territorial brasileiro, justificando, até certo ponto, maciços investimentos nas rodovias de penetração.

Na concepção dos militares que donminaram o Poder político do Brasil, por duas décadas, a questão das fronteiras assumia posição preponderante e, em certos casos, prioridade absoluta. É assim que Paulo R. Shilling aborda o assunto.

"Um exame superficial basta para demonstrar que em todos os casos as fronteiras econômicas e demográficas são mais fracas nos países limítrofes do Brasil. Isso explica

porque as fronteiras brasileiras estão atualmente, em pleno processo de expansão".

O diplomata brasileiro assinala que são poucas as "fronteiras vivas" do Brasil, (o autor no caso está se referindo ao embaixador Teixeira Soares, chefe de Divisão de Fronteiras do Itamarati), somente as da região centro-sul: Uruguai, Argentina e Paraguai... As outras, situadas na região amazônica - Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Surinam, Guiana e Guiana Francesa - são chamadas de "fronteiras mortas" pelo geopolítico do Itamarati. Essas fronteiras, diz ele, "só agora estão sendo submetidas a um processo de defesa e militarização: 16 unidades militares, com um total de 9.400 homens ocupam, atualmente, essa área (Jornal do Brasil, 21/01/84).

É assim que Shilling vai abordando a questão das rodovias "amazônicas", enfatizando os seus propósitos geopolíticos e estratégicos:

"Veamos como o plano das estradas em desenvolvimento na Amazônia se enquadra totalmente dentro da teoria das "fronteiras vivas". "As estradas Transamazônica, Perimetral Norte e Cuiabá-Santarém constituem um grande passo para a ocupação dessas fronteiras".

O chefe do Departamento de Fronteiras do Itamarati esquecera a estrada pioneira nesse sentido: a Brasília-Acre. Esta dividiu-se em três ramos fundamentais: a BR-070, Brasília-Cuiabá; daí, sob a sigla BR-364, alcança Porto Velho a 1.500Km de distância; como BR-319 segue até a fronteira da Bolívia, em Guajará-Mirim. Em Abunã, a 216 Km de Porto Velho, a estrada se bifurca, seguindo (um segundo ramo) para Rio Branco (capital do Acre) e, daí, a 900 Km chega a fronteira do Peru.

Walter de Goes, um enviado especial do Jornal do Brasil à região, analisava (24/12/68) o objetivo da Brasília-Acre:

"... partindo desse último ponto (Rio Branco) alcançava a fronteira do Peru, com o objetivo de vencer as regiões andinas e integrá-las a economia brasileira".

E ajuntava, ampliando a sua tese:

"Essas estradas vão promover a integração das regiões do oeste e a franja oriental dos Andes à economia atlântica (leia-se brasileira). E assim estabelecer-se-ia ponto de apoio para o avanço brasileiro, ordenado, sistemático e consciente sobre o grande vale..."

Em 13/03/72, o governador do Estado do Acre confirmava oficialmente o objetivo expansionista da estrada:

"O asfaltamento da Brasília-Acre vai permitindo que o Brasil tenha uma saída para o Pacífico, ao mesmo tempo que transformará o Acre em um entreposto comercial dos produtos manufaturados brasileiros para toda a região amazônica..."

A Transamazônica, partindo do litoral atlântico do Nordeste brasileiro (João Pessoa), com seus 5.500 KM de extensão, também alcança a fronteira peruana, na cidade de Pucallpa. Pretende entroncar com o sistema viário do país andino que leva ao porto de Callao, no Pacífico.

A Perimetral Norte, com seus 4.215 Km (seu término estava previsto para 1977) apresenta um caráter estratégico militar-econômico mais evidente: partindo do Amapá (o território feudo da Bethlehem Steel Corp.) corre ao longo das fronteiras da Guiana Francesa, do Surinam, Guiana, Venezuela, Co-

lômbia, chegando até Cruzeiro do Sul, na fronteira com o Peru.

Em agosto de 1973, foram firmados os contratos para a construção da BV-8, a estrada Brasília-Caracas, com um total de 5.578 Km, sendo 4.462 em território brasileiro, com um gasto de cerca de 320 milhões de dólares para o Brasil. Segundo afirmava o então ministro brasileiro dos Transportes, Mário Andreazza:

" o objetivo da Brasília-Caracas é transformar Manaus em um dos principais polos econômicos do continente" (Jornal do Brasil, 30/08/73)."

No discurso que pronunciou na época, o ministro firmava:

" Praticamente todas as estradas da Amazônia tem caráter multinacional" (o grifo é nosso) e enumerava: " A estrada que parte de Macapu e liga Calcoene com o Diapoque alcança a fronteira com a Guiana Francesa, articulando-se com a rede viária daquele país; o prolongamento da Cuiabá-Santarém chega à fronteira do Surinam, em Tiriões; a Manaus-Boa Vista se bifurca: o primeiro ramo alcança a fronteira com a Guiana e tem o objetivo de chegar ao porto de Georgetown (oferecido ao governo brasileiro como porto livre); o segundo ramo chegará à fronteira com a Venezuela e levará, através da estrada Santa Helena-Ciudad Bolívia-Caracas, à capital Venezuelana; da Perimetral Norte partem várias conexões: uma chega à fronteira da Venezuela, em Curuí; outra, à fronteira colombiana, em Mitu; outra chega em Letícia, também na fronteira da Colômbia; outra termina em Benjamin Constant, também na fronteira peruana".

Esta política viária, de caráter estritamente geopolítico, se repete com relação às fronteiras centrais e do sul do Brasil. In: O Expansionismo Brasileiro... a geopolítica do General Golbery e a Diplomacia do Itamarati, Global Editora e Distribuidora Ltda., São Paulo, 1981, pág.49. (Paulo R.

4 -

Forte Príncipe da Beira

O Real Forte Príncipe da Beira é o marco mais antigo e significativo da história do Território. Construído em 1776, em decorrência dos tratamentos que davam posse portuguesa à região, batizou a fronteira desde àquela época. Abandonado durante certo tempo, foi redescoberto pelo Marechal Cândido Mariano Rondon, coberto pela mata. Desde 1930 instalou-se aí uma guarnição militar, que passou a cuidar da fortaleza. Esta guarnição é hoje a base da vida da pequena vila de 764 habitantes na zona urbana, todos ligados, direta ou indiretamente, à vida do Forte. A população masculina civil se constitui apenas de alguns comerciantes que abastecem as famílias dos militares.

O agrupamento militar dá toda assistência à população civil, inclusive hospitalar e esta se estende a Costa Marques, a 30 km, visitada diariamente pelo médico militar, a unidade mista de Saúde D. Francisco Xavier Rey. As esposas dos militares e em alguns casos eles próprios, dão aulas na escola de 1º grau existente na localidade.

Forte Príncipe da Beira está situado no local plano e arenoso, à margem direita do Rio Guaporé. Seu traçado obedece a um xadrez mais ou menos regular que envolve a fortaleza histórica nos dois lados. Tem um relacionamento imediato, muito próximo com Costa Marques, a qual se liga por rodovia. Porém, todos os relacionamentos mais importantes se dão com a cidade de Guajará Mirim, por barco ou avião, únicas formas de acesso ao local. (DATAM, 1980:38) - Governo de Rondônia - Se-

cretaria de Planejamento - Divisão de Apoio Técnico e Articulação com os Municípios - Levantamento Básico dos Municípios e Distritos - Porto Velho, 1980 - mimeog.

5 -

Os termos: Povoamento e Colonização, no nosso entender, não são sinônimos, embora tratem do mesmo fenômeno. Entendemos, pois, ser o Povoamento representado por um esforço de ocupação de um espaço, através da utilização de estratégias, um objetivo colimado, pressupondo-se uma certa aleatoriedade ou temporalidade.

Colonização, por outro lado, é o povoamento efetivado fundamentado num planejamento, ou segundo Porto Tavares:

"... colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado".
In: Colonização Dirigida no Brasil, IPEA,
2ª Edição, Rio de Janeiro, 1979, pag.17.
(Porto Tavares et alii)

6 -

A recuperação de memória histórica do Estado de Rondônia terá que, forçosamente, passar pelos arquivos do INCRA (C.E.T.R. - Coordenadoria especial do Território de Rondônia - Porto Velho), pois esse órgão está ligado a gênese do Estado de Rondônia e, conseqüentemente, com a sua estruturação espacial. Muito embora não tendo departamentos especializados para a preservação, ordenação e interpretação, etc., dos elementos de ordem social, mesmo assim o INCRA de Rondônia sempre procurou preservar essa memória através dos seus relatórios e participações em Encontros, Regionais, Nacionais e Internacionais, sobre Movimentos Migracionais, muito contribuindo, dessa forma, para a compreensão de Organização do Espaço brasileiro.

f assim que, exatamente através de um dos seus relatórios (apresentado no "II Encontro Regional Sobre Migrações Internas", ocorrido em agosto de 1979 na cidade de Vilhena), pudemos extrair indicadores importantíssimos à respeito da ocupação humana no período pré território. Neste trabalho, entre outros elementos, o C.E.T.R. destaca que, num primeiro momento, a coleta do látex foi a grande impulsionadora dos movimentos de penetração e conquista do território e o início de um processo de ocupação e organização econômica do espaço.

"O Território Federal de Rondônia, outrora Santo Antonio do Rio Madeira ou Território de Guaporé, foi inicialmente ocupado em função do ciclo da borracha vegetal, representado por 108 seringais financiados, pelo antigo Banco da Borracha, atualmente BASA; pelo êxodo de cearenses, tangidos por uma seca inclemente no Nordeste Brasileiro, tornando-os figuras invisíveis (S.I.C.), bravos pioneiros desbravadores que conquistaram e defenderam as fronteiras do Brasil na Amazônia. Foi na corrida às seringueiras que o homem venceu a selva. Foi o seringal que constituiu Belém do Pará, Manaus e outras cidades. Foi o seringal que guardou o "Tapete Verde" da Amazônia para o Brasil. Assim, por convenção internacional entre Brasil e Bolívia, foi implantada a Estrada de Ferro madeira Mamoré, com o profícuo propósito de escoamento da produção da borracha, da castanha e da madeira, pois o seu leito ferroviário ligava Porto Velho e Guajará-Mirim; assim como a arraigação da linha telegráfica tornava-se indispensável à segurança nacional, e para consecução foi chamado a efetivá-la o então Coronel CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON" (C.E.T.R. II Encontro Regional Sobre Migrações Internas. INCRA, Vilhena, Rondônia, 1979, pp. 37-38, mimeo).

7-

Mas são nos Estados autoritários e imperialistas, cuja base de sustentação política repousa no militarismo, que a questão de "Fronteira" recebe todo um tratamento especial, revelando preocupações intervencionistas, em nome de salva-

guardas do nacionalismo, da intangibilidade do território e do jacobinismo, culminando, finalmente, na elaboração dos "postulados teóricos" que fundamentam a questão e que traz como quesito primacial a preocupação dos "espaços vitais". Os teóricos de uma geopolítica emprestam à "Fronteira" uma conotação eminentemente estratégica e dotada de uma alta dinamicidade que a torna capaz ou habilitada a promover avanços e recuos circunstanciais e cujo acionamento faz-se de acordo com as decisões casuísticas de um Estado autoritário

"... a fronteira não tem mais o conceito meramente linear de outros tempos. É diferente e dinâmica - porque avança e retrocede conforme as circunstâncias. Sendo algo vivo, exerce uma pressão natural sobre a fronteira econômica e demograficamente mais fraca". (Embaixador Teixeira Soares, citado por Shilling, 1981:162).

In: Subsídios Teóricos para a Discussão de Espaço Fronteira. Caderno Prudentino dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local de Presidente Prudente - SP, 1987:3. (Sergio Paulo do C. Alves)

8-

Decreto-Lei nº 5.812, 13 de setembro de 1943.

(Publicado no Diário Oficial da União, de 12/09/43).

Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu.

O Presidente da República, usando da atribuição que confere o artigo 180 e nos termos do artigo 6º da Constituição decreta:

Art. 1º - São criados, com partes desmembradas dos estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Pará e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, do GUAPORÉ, de Ponta Porã e do Iguaçu.

§ 3º - O Território do Guaporé terá os seguintes limites:

Os limites fixados no parágrafo acima foram retificados pelo Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944, como se vê do seu terceiro item - letra c:

" a Noroeste, o divisor de águas Ituxi-Abunã e Ituxi-Madeira, até o ponto mais próximo da nascente do Paraná-Pixuna, descendo pelo dito rio Paraná-Pixuna até o paralelo da confluência do Igarapé Maici com o rio Madeira até essa confluência, subindo esse Igarapé até a sua nascente, seguindo pelo divisor Ji-Paraná-Marmelos e Ji-Paraná-Roosevelt; até o paralelo da confluência do rio Capitão Cardoso com o rio Roosevelt, seguindo por esse paralelo até a dita confluência, sobre o rio Capitão Cardoso e seu formador Tenente Marques, até a foz do Igarapé Pesqueira; dessa foz, por uma reta até o salto Joaquim Rios no rio Ique subindo esse rio até a foz do córrego Toluiri-Inazá, pelo qual sob até a nascente e daí pelo divisor de águas, até a nascente principal do rio Cabixi, pelo qual desce até sua foz no rio Guaporé até o limite entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas, por cuja linha limítrofe continua até encontrar o divisor de águas Ituxi-Abunã.

O Decreto-Lei nº 5.812, bem como o nº 6.550, foram assinados pelo Presidente Getúlio Vargas. In: Achegas para a História de Porto Velho. seção de artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus, Manaus, 1950, pág 75/76. (Antonio de Jesus Cantanhéde).

"Em termos mundiais, a produção da borracha nacional, que em 1910 constituía mais de 50%, caiu para o pouco mais de 5% em 1926. E o volume de borracha plantada, que em 1910 era de 8 mil toneladas, subiu para 360 mil toneladas em 1920, enquanto que a borracha nativa passou de 60 mil toneladas para 42 mil no mesmo período" (Adélia Engracia de Oliveira. *Amazônia*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983, p.247).

No mesmo texto, De Oliveira (1983) fala das profundas repercursões econômicas ocasionadas pela queda da produção da borracha:

"Com a queda cada vez mais acentuada nos índices de exportação da borracha e com o fracasso das tentativas de soerguimento da economia da região, houve uma retração das frentes de expansão e um alargamento da miséria. As falências, já no ano de 1913, eram muito pronunciadas, uma vez que todo o sistema de aviamento fora abalado. Em Belém e Manaus, quase todas as firmas, mesmo as mais antigas, se desfizeram. Apesar da formação de um Sindicato ou Liga dos Aviadores, em Janeiro de 1911, nada foi melhorado e, com o tempo, o próprio Banco do Brasil, que só emprestava a uma casa aviadora sob a responsabilidade dos demais membros da Liga, suspendeu os auxílios. Milhares de indivíduos ficaram desempregados. A grande maioria dos seringais foi fechada..." (Idem, *Ibidem*, pp. 248-249).

Durante a II grande Guerra Mundial, o Brasil celebra acordo com os Estados Unidos através da Rubber Reserve Company, com a finalidade de incrementar a produção de borracha para suprir as necessidades aliadas durante as atividades bélicas. Entretanto, todo esse esforço pouco redundou, em termos positivos para a Região Norte. Vejamos o que diz, de Oliveira:

"Entre os anos de 1942 e 1945 estima-se que tenham chegado à amazônia cerca de 100 mil imigrantes nordestinos. Apesar desse novo fluxo migratório que aumentou o número de habitantes da Amazônia, os resultados da "Batalha da Borracha" foram modestos, pois, de 10.700 toneladas em 1941 passou-se para 21 toneladas em 1944 e 18.900 em 1945..." (Idem, *Ibidem*:266).

A castanha, embora de relativa importância como produto alternativo para a economia do "grande Norte", não teve para Rondônia o mesmo significado em termos econômicos, uma vez que essa província pouco produzia, em relação à Região Norte sendo superada pelos Estados do Pará, Amazonas e Acre - aparecendo como 4º produtor regional, suplando apenas: Amapá, Mato Grosso e Roraima (Velho, 1981:91). Cantanhede (1950) ao apresentar um balanço estatístico do movimento portuário de Rondônia (Porto Velho) - com referência ao ano de 1946 - deixa transparecer que a castanha representou, no ano em apreço, apenas 2,92% do total exportado por esse porto. In: *Achegas para a História de Porto Velho*. Manaus, Seção de artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus, 1950, p.74). (Antonio de Jesus Cantanhede)

10-

Registra-se um profundo descompasso entre os indicadores estatísticos, referente a população de Rondônia, utilizados por Coelho Mesquita & Egler (1979) e Modesto (1981) evidentemente, ambos recorrendo a mesma fonte e as informações contidas no trabalho da DATAM (Divisão de Apoio Técnico e Articulação com os Municípios), órgão pertencente a Secretaria de Planejamento do Governo de Rondônia que até 1980, época da publicação do trabalho em tela, tinha à sua frente o economista José Bernardo Pereira.

Genericamente os índices estatísticos utilizados, por Coelho mesquita & Egler e Modesto, referentes a informações populacionais de Rondônia e Porto Velho até 1950 (inclusive) estão, exageradamente, maximizados em relação aos utilizados pelo DATAM. Tomemos como exemplo os seguintes dados:

Segundo o DATAM, em 1950, a cidade de Porto Velho possuía: 27.244 habitantes e representava 73,8% da população estadual que era de 36.935 (pág. 173); entretanto Coelho Mesquita e Egler, na pág. 63, utilizam a cifra de 49.725 como sendo a população de Rondônia e que a população de Porto Velho (urbana), atingia em 1950, a cifra de 10.036 habitantes. Modesto, ao se referir ao contingente populacional existente em Rondônia, para o ano de 1950, afirma o mesmo ser de 49.725 habitantes (pág.15).

Diante do impasse, por uma questão de coerência, optamos por utilizar os dados trabalhados pelo DATAM, uma vez que esse órgão técnico do Governo de Rondônia, pela lógica, está muito mais afeto aos problemas relativos a composição demográfica e suas variações e por se tratar, inclusive, de um organismo especializado. Se alguém tinha interesse em maximizar os indicadores estatísticos esse, evidentemente seria o órgão em apreço.

a) A organização do Espaço na Faixa da Transamazônica. Vol. 1, Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1979. (Coelho Mesquita & Egler)

b) A Contribuição do INCRA dentro do Processo de Ocupação do Território de Rondônia. Porto Velho, Rondônia, CETR - Informações e Dados Gerais, 1981. (Reinaldo Galvão Modesto)

c) DATAM - Secretaria de Planejamento - Governo do Estado de Rondônia. Levantamentos Básicos dos Municípios e Distritos. 1980, mimeo.

11-

A questão dos recursos minerais da Amazônia que só vieram à tona a partir da década de 60m, passando pelas incursões de pesquisadores em empreendimentos isolados até o final da década de 50 e particularmente segundo Breno Augusto dos Santos (1981), na década seguinte, passou a ter significado especial em duas regiões - A província Estanífera de Rondônia e Província Aurífera do Médio Tapajós". É assim que o citado cientista faz um relato, pormenorizado, das empresas, principalmente multinacionais, em termos da Amazônia:

"No final da década de 50, e particularmente na década seguinte, a atividade garimpeira, que desde os bandeirantes vem sendo desenvolvida com maior ou menor intensidade, nos mais distantes rincões do País, passou a ter significado especial em duas regiões - a Província Estanífera de Rondônia e a Província Aurífera do Médio Tapajós.

Em meados da década de 60 uma das multinacionais do alumínio, a canadense ALCAN, atuando com maior empenho na prospecção de bauxita, tem sucesso e descobre as jazidas do Trombetas.

Duas outras multinacionais, voltadas para a pesquisa de manganês, minério pouco distribuído no mundo ocidental, a Union Carbide (através de sua subsidiária CODIM) e a United State Steel (através da Companhia Meridional de Mineração) dão início a programas

sistemáticos de prospecção mineral, utilizando maiores recursos financeiros e melhor suporte logístico, inclusive com apoio de helicópteros, o que possibilitou o acesso a áreas invias, não mais restringindo os trabalhos de exploração aos vales dos grandes rios. A CODIM, cujo programa teve início em 1966, obteve relativo sucesso nos primeiros trabalhos, descobrindo os depósitos de manganês do Sereno, nas proximidades de Marabá, estopim que deu início ao interesse pela província mineral dos Carajás. A Meridional, que seguiu seus passos em 67, foi mais protegida pela sorte, chegando no primeiro mês de atividade às fabulosas jazidas de ferro dos Carajás e à jazida de manganês de Buritirama.

O impacto da descoberta das jazidas de ferro dos carajás sensibilizou não só as empresas multinacionais como o próprio governo, que, através de uma série de medidas, possibilitou que fossem aceleradas as pesquisas minerais na Amazônia, e de forma que seu controle - até certo ponto - não escapasse aos brasileiros.

Na década de 70 observa-se uma inversão do panorama anterior. Embora as multinacionais tenham continuado a participar dos programas de pesquisa mineral, os projetos de maior expressão foram executados por brasileiros, merecendo maior destaque aqueles desenvolvidos pelo próprio Ministério das Minas e Energia, através do Departamento Nacional da Produção Mineral - como o Projeto RADAMBRASIL e os levantamentos aerogeofísicos -, ou pelas empresas estatais - como os projetos de mapeamento básico e de prospecção mineral da Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais (CPRM) e do grupo CVRD. Alguns trabalhos básicos de geologia também foram desenvolvidos sob o patrocínio da SUDAM.

Os últimos anos assistiram a uma sequência de descobertas de jazidas, ou de alvos altamente promissores, como, entre outras, a bauxita Zinc (RTZ) e pelo grupo CVRD; a bauxita de - Almeirim - pelo grupo CVRD; o caulim do Jari - pelo grupo Ludwig; o caulim do capim - pela CPRM e pelo grupo Mendes Junior; o manganês do Azul - pelo grupo CVRD; níquel dos Carajás - pelo grupo INCO e pelo grupo CVRD; a cassiterita do Xingu - pela Promix e pelo grupo CVRD; o ouro dos Carajás - pelo grupo CVRD; cassiterita de Surucucu - pelo projeto RADAMBRASIL; e o cobre dos Carajás - pelo grupo CVRD.

Nos tempos atuais estão sendo planejados e discutidos grandes projetos para aproveitamento do potencial mineral já descoberto; que poderão contribuir para o desenvolvi-

mento racional da Amazônia desde que sejam orientados convenientemente do ponto de vista técnico, econômico e político.

In: Amazônia - Potencial Mineral e Perspectivas de Desenvolvimento, T.A. Queiroz, Editor, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981, pág 11/14. (Breno Augusto dos Santos).

Esse mesmo assunto, abordado sob um ângulo menos técnico, mas destacadamente político e econômico, é visto na obra "ABC do Entreguismo no Brasil" (1981), sob a coordenação de Ricardo Bueno, onde constatamos uma quantidade enorme de empresas multinacionais que estão atuando, na área de mineração, na Amazônia:

" Os minerais estratégicos disponíveis na Amazônia provocaram uma autêntica corrida das corporações internacionais. Em apenas dois anos (1973/74), por exemplo, seis importantes grupos (Royal Dutch Shell, Sant Joe Minerals, Saint Gobain, Internacional Nickel, Brascan e United States Steel) requereram nada menos que 188 áreas para pesquisa mineral em dois municípios do Pará - Marabá e São Félix do Xingu revela o Coojornal. A lista dos trusts que já estão na região é impressionante. Mencionando apenas a "fina flor" temos: Alcoa, U.S.Steel, Alcan. Anglo-American, Hanna Bethlehen, Shell, Brascan, Eternit, Inco, Saint Gobain, Patinõ, Mitsui, Mitsubischi, Somitomo Chemical, Nippon Steel, Exxon, Bunge Y Born, Noronda, Stanko e New Jersey Zinc. As subsidiárias desses trusts na Amazônia se multiplicam como coelhos. Um levantamento feito pela geógrafa Irene Garrido assinala que as "grandes companhias vem criando empresas mineral, cujos endereços são do Rio de Janeiro. Pode-se, no entanto, identificá-las pelos nomes relacionados com a toponímia amazônica. É o caso das empresas organizadas pela Royal Dutch Shell, como a mineração Rio Xingu, Mineração Curuá, Mineração Jauaperi, Mineração Iriri e Mineração Nhamundá. O grupo Patiño (que monopoliza a produção de estanho em escala mundial) tam-

bém mantém empresas deste tipo como a Mivale - Mineração Vale do Roosevelt. A Bethlehem Steel Corporation formou a Mineração Cabo Orange e a Mineração Itaíba, a segunda para pesquisas geológicas do manganês no noroeste da Amazônia". E para atrair esses grupos estrangeiros, o Brasil oferece favores escandalosos. O caso da Albrás está aí mesmo a vista de todos. Para trazer os sócios japoneses para esta usina, que ficará em Vila do Conde (a 40 quilômetros de Belém), o governo brasileiro simplesmente se comprometeu a construir sozinho a hidrelétrica de Tucuruí que custará pelo menos US\$ 2,3 bilhões, etc...etc..." In: A.B.C. do Entreguismo no Brasil, Editora Vozes Ltda, Petrópolis 1981, pág 132/134. (Coord. Ricardo Bueno).

12-

Essa via, que hoje serve de interligação rodoviária entre a Amazônia Ocidental e a porção Centro Sul do Brasil, fazia parte das preocupações do Governo Getúlio Vargas que para isso já nomeara, inclusive, uma comissão técnica de estudos. Entretanto, a sua execução foi postergada até 1968 quando é colocada, precariamente em tráfego. Como até então não contava com cobertura asfáltica, tornava-se intrasitável na maior parte do ano e nos demais meses, por falta absoluta de conservação, dificultava enormemente a fluidez do tráfego sendo considerada pelos motoristas como a "estrada dos martírios".

Muito recentemente, após 1982, ao receber cobertura asfáltica, passa constituir, verdadeiramente, uma rodovia.

Sobre a sua história e importância estratégica, vejamos o que diz o engenheiro militar Marseno Alvim Martins:

"Inicialmente chamada BR-29 - Brasília-Acre, liga o centro do País à fronteira com o Peru, passando por Cuiabá, Porto Velho (RO), Rio Branco (Acre) até Pucallpa (Peru). A idéia de sua construção não era nova. Sob a denominação de "Rodovia Acreana" (ou estrada da borracha), foi admitida no plano rodoviário organizado por uma comissão técnica que, sob a presidência do engenheiro Yedo Fiúza, tinha por encargo a ligação

terrestre do Território do Acre com as regiões centro e sul do País (Dec. nº 15.079, de 20 de março de 1944).

Esta rodovia era, portanto, um anseio de longa data pois seria o único acesso terrestre ao Território Federal de Rondônia e à Amazônia Ocidental.

No histórico rodoviário amazônico, começando por Rondon, o próprio Governo do Território, a 2ª Companhia Rodoviária Independente e a CER/5, várias entidades trabalharam tentando unir as duas capitais, numa extensão de 1.520 km.

Verificando a importância e os reflexos sócio-econômicos que a Rodovia Brasília-Acre trariam a vários Estados e Territórios da Federação, estimulado pelos seus governadores, principais interessados no empreendimento, sendo que o Território Federal de Rondônia, o então Governador Cel. Nunes Leal, trabalhara arduamente pela materialização da idéia, o então Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, após memorável reunião que tivera com os Governadores, em fevereiro de 1960, decidiu construir a Rodovia Brasília-Acre" (Marseno Alvim Martins. A Amazônia e Nós. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971, pp.109-110).

13 -

No ano de 1982, coletamos junto aos fichários do INCRA - Porto Velho - informações cadastrais a respeito do perfil dos migrantes que se incorporaram, após seleção efetivada pelo INCRA, aos Projetos de Colonização Dirigida em Rondônia.

Exaustivamente foram compulsadas 7.576 fichas individuais (I.C.) - Informações Cadastrais sobre o chefe da família migrante, donde extraímos um conjunto de elementos informativos sobre o futuro parceleiro de Rondônia.

Ver:

Alves, Sérgio Paulo do Carmo. Migrações Dirigidas em Rondônia. Anais do 5º Encontro Nacional de Geógrafos, Livro 1, Vol. 1, p.403. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.

Idem. Movimento Migracionais em Rondônia. Caderno Prudentino de Geografia nº 08, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local de Presidente Prudente, São Paulo, 1986 pp.63-74.

14 -

O texto de Garrido Filho, demonstra com lapidar clareza, a presença em terras de Rondônia, dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais locupletando-se da maior província estanífera do Brasil:-

a - "Mineração Brasiliense S.A. - MIBRASA, pertence a CESBRA-Companhia Estanífera do Brasil (95% do grupo PATINCO, sediado na Holanda, que detém 51% das ações, e a PHILPRO Metais, Comércio e Indústria da PHILIPS BROTHERS, subsidiária do grupo ENGLHARDT, americano) com 49% das ações. Em 1972 a CESBRA, que já em 1968 estava com lavra mecanizada em Santa Bárbara, tinha participação do grupo americano GRACE.

b) A Companhia de Mineração Jacundá, em 1968 e em 1972, pertencia a Companhia de Mineração FERRO UNION-FERRUSA da BILLITON empresa do grupo SHELL, associada a Companhia Industrial FLUMINENSE, de capitais portugueses. Em 1976, a Mineração Jacundá achava-se sob o controle do grupo Canadense MASCAN.

c) A Mineração Oriente Novo, com os setores Oriente Novo, São Lourenço, Maciça, São Domingos e Cachoeirinha, pertencia, em 1976, ao grupo ITAÚ. Após seu recente controle por este grupo, adquiriu empresas de mineração de diferentes origens. Desta forma, o setor Oriente Novo foi comprado do grupo

FERUSA, que já o possuía em 1968. Era inicialmente a Mineração Bocha, garimpo situado no local em que foi encontrado cassiterita, pela primeira vez, no Território. O setor São Lourenço também integrava a FERUSA, em 1968; o mesmo ocorria com o setor cachoeirinha, que se chamava, em 1972, Mineração Jamari S/A. A Maçisa era, 1972, do grupo CODRASA, e, em 1968 da BEST - Metais e Soldas, de capitais paulistas. São Domingos, no alto Candeias, constituía a Mineração Araçazeiro, área de pesquisa já então do grupo ITAÚ. Em 1968, aí se garimpava.

d) A DRAMIN do BRASIL S/A., de capitais portugueses, se estabeleceu no vale do Candeias, em 1976.

e) A Mineração TABÓCA S/A., segunda maior empresa mineradora da província estanífera de Rondônia, tem área requerida de 200.000 ha, dos quais 50.000 ha em Massangana. É a única companhia inteiramente nacional instalada em Rondônia. Em 1972, já pertencia ao grupo Paranapanema. O setor Massangana, em 1968, era área de garimpos. Os setores Igarapé Preto (Amazônas) e São Francisco (Mato Grosso), em 1972, estavam sendo pesquisados pela Paranapanema. Esta empresa é constituída por dois sócios paulistas - Otávio Lacombe e José Carlos Araujo que detém 51% das ações, sendo o restante negociado na Bolsa de Valores. Este grupo tem seus maiores interesses na área de construção de estrada, e valeu-se de grande parte das máquinas deste setor na mineração. Além disto, contratando geólogo de grande competência e experiência, transformou Massangana no setor que mais produz cassiterita em Rondônia". In: "Mineração de Cassiterita" - A Organização do Espaço da Faixa Transamazônica - Volume I - Instituto Brasileiro de Geogra-

fla e Estatística - Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária - Rio de Janeiro, 1979, pp. 199 (Irene Garrido Filha)

15-

" A Cassiterita foi encontrada, pela primeira vez, em Rondônia, nas terras do Seringal do Sr. Joaquim Pereira Rocha, no vale do rio Machadinho, por garimpeiros de ouro em 1952. Sua exploração econômica só se iniciara em 1959. A seguir, a produção aumentou progressivamente:-

1959 -	18 toneladas	1967 -	2.239 toneladas
1960 -	49 toneladas	1968 -	2.800 toneladas
1961 -	35 toneladas	1969 -	3.500 toneladas
1962 -	678 toneladas	1970 -	5.106 toneladas
1963 -	1.038 toneladas	1971 -	1.702 toneladas
1964 -	818 toneladas	1972 -	3.752 toneladas
1965 -	2.459 toneladas	1973 -	3.672 toneladas
1966 -	2.040, toneladas	1974 -	3.935 toneladas
1967 -	2.239 toneladas	1975 -	5.094 toneladas

(Irene Garrido Filha - op. cit.:183)

16-

A CALAMA S/A. foi uma das empresas que atuou na colonização de Rondônia suscitando controvertidas opiniões a respeito da sua atuação por parte de estudiosos da colonização de Rondônia. O CTR (INCRA de Porto Velho), por exemplo, é bastante parcimonioso quando se refere a essa empresa, limitando-se a afirmar que:

"... com a descoberta de terras férteis em Rondônia, oportunizou a iniciativa privada a contribuir na absorção do contingente migratório, e ofereceu ao antigo trabalhador ruralista o acesso a propriedade, o que se deu, a priori, através do loteamento rural da gleba PIRINEUS, localizada no atual município de Ji-Paraná, executado pela CALAMA S/A., que aliada a outras colonizadoras particulares, foram atraídas, por incentivos governamentais, objetivando incrementar o processo produtivo da agricultura rondoniense.

Inobstante aos esforços enviados pela CALAMA S/A. para solucionar a problemática que se antepuseram a realização de suas atividades, principalmente aqueles afetos a insalubridade (malária), a regularização fundiária da gleba e o intenso fluxo inicial desordenado, com a população de 1.800 habitantes, em 1950, saltando para 14.000, em 1970, resultou uma séria tensão social, iniciando, diante disso a Colonização Oficial do Território com a criação do Projeto Integrado de Colonização Rio Preto..." (CETR - INCRA, 1979, pp.39-40, mimeo)

Modesto (1981), pouco acrescenta ao texto do CETR, quando afirma:

"Em 1967/1968, surgiu a Colonização Particular CALAMA, que inicialmente foi contestada pelo INCRA, e a partir desse momento os colonos assentados por aquela empresa se rebelaram, negando-se a pagar as terras adquiridas. Essa situação indefinida provocou a ocupação desordenada da área, ocasionando sérios problemas sociais.

Em 1976, o INCRA aprovou o Projeto Técnico apresentado pela CALAMA S/A., reconhecendo-a como COLONIZADORA particular e autorizando a execução do Projeto, atualmente em fase de conclusão". In: Contribuição do INCRA dentro do Processo de Ocupação do Território de Rondônia, CETR, Informações e Dados Gerais, Porto Velho, 1981, pág.39 (Reinaldo Galvão Modesto) mimeo.

Turchi (1981), no trabalho apresentado no Segundo Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Águas de São Pedro em 1980, já é mais pródiga em críticas à CALAMA quando afirma:

"O Projeto Ouro Preto, criado para solucionar o problema de 300 famílias ludibriadas por uma das várias empresas que atuam na região... (segue-se nota de rodapé):

... A Empresa CALAMA que se dizia proprietário da Gleba Pirineis vendeu lotes cujo tamanho variava de 25 a 200 ha a colonos trazidos do Paraná. Esta empresa que se denominava colonizadora não cumpriu os requisitos mínimos exigidos pelo INCRA: abrir estradas, demarcar lote, entregar documentação legalizada, etc. Dada a precariedade da situação e a impossibilidade de retorno destas famílias à sua região de origem o INCRA foi obrigado a criar um Projeto de Colonização para instalar as 300 famílias". In: A Colonização Dirigida no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola: Território Federal de Rondônia, INEP, São Paulo, 1980, pág 316. (Lenita Maria Turchi)

17--

A extinção da garimpagem manual e a consequente entrega dessas lavras às empresas formadas pelos grandes grupos econômicos "transnacionais", vem suscitando todos os tipos de críticas por parte da comunidade amazônica. Políticos, intelectuais, a imprensa de um modo geral e trabalhadores do setor, tem sido unânimes em afirmar que a lavra mecânica da cassiterita em nada sobrepujou a lavra manual e que os únicos favorecidos, pelo ato governamental, foram as grandes empresas mineradoras.

Vejamos o depoimento de Ricardo Bueno (1981), que cita, inclusive, o ponto de vista de um dos mais lúdimos representantes da classe política de Rondônia - atual Governador do Estado - Jerônimo Santana:

"Um exemplo típico de como o governo abre o caminho para os grandes grupos estrangeiros na Amazônia foi que aconteceu com a Cassiterita de Rondônia. Em 31 de março de 1971, o Ministério das Minas e Energia (então chefiado pelo economista Dias Leite) proi-

biu, através da Portaria 195, a garimpagem à província estanífera de Rondônia, substituindo os garimpeiros que até então as exploravam, por grupos estrangeiros.

A alegação tecnocrática foi que a garimpagem artesanal era predatória, pois os garimpeiros com seus métodos de trabalho pouco sofisticados só aproveitavam o minério com elevado teor de cassiterita. E os trustes conseguiram melhor resultado com a tecnologia? Não. O deputado emedebista (hoje Governador do Estado) Jerônimo Santana, em pronunciamento na Câmara dos Deputados, observou que a Associação dos Mineradores de Cassiterita (entidade que congrega os trustes), em seu relatório de 1974, reconheceu que devido ao alto custo do óleo diesel para mover a maquinaria, a única saída encontrada para suavizar os custos foi extrair o minério que contém "um mínimo economicamente viável de estanho". As companhias internacionais fizeram o mesmo que os garimpeiros. "Ainda por cima custam à Nação muito mais para produzir menos. Em 1969, o Brasil começava a exportar estanho, em 1971 voltou a importar", observou Jerônimo Santana. Não era para menos. A produção despencou de 5.200 ton. em 1970 para cerca de 3.000 toneladas em 1971, quando os trustes tomaram conta do negócio. E nos anos seguintes continuou medíocre" In: ABC do Entreguismo no Brasil; Editora Vozes Ltda, 5ª Edição, Petrópolis, 1981, pág 133. (Ricardo Bueno)

18-

AS denúncias de violências praticadas pelo "Poder"

em Ariquemes são muito fartas e encontram-se registradas pela imprensa local atraindo, inclusive, atenção de estudiosos e pesquisadores que estiveram em Rondônia. Caso específico de Hébette & Acevedo que registraram o seguinte testemunho -

"Em Ariquemes, a violência repressiva manifestou-se particularmente em Cajazeira, nova Vida e Seringal.

Em 1977, vinte posseiros dirigem ao Deputado Santana uma carta onde denunciam as operações de despejo que os atingiram, na Gleba Cajazeira, na beira da BR 364, a duas léguas ao Sul da cidade de Ariquemes. (Esta, situada, a 194 Kms de Porto Velho)... "tendo aproveitado a oportunidade de desapropriação do referido seringal, como é do

conhecimento geral, vários lavradores entraram na citada região, onde derrubaram matas e construíram casas, fizeram plantações de lavoura brancas, cafezal e outras árvores frutíferas; agora, quando os mesmos estão usufruindo de suas benfeitorias, chega a polícia, ou seja, o tenente, através de policiais, dizendo ser ordem do tenente Brasil e do Dr. Vilmar, chefe do Incra de Ariquemes e delegado da mesma vila, para desocupar a referida área dentro de 48 horas, sem direito a nada... Segue outra carta de sete outros lavradores do mesmo lugar, ... aparecem na região o Sr. Vilmar Canuto, outros dizem ser o Sr. Vilmar Cafune, o qual disse que é da Polícia Federal no Território de Rondônia, o qual requisitou o Tenente Brasil, Delegado de Ariquemes, juntamente com um policial chamado de Zé Bala, e mais dois jagunços, sendo um dos jagunços o Sr. João

Geada, os quais chegaram nas casas dos lavradores e prenderam e algemaram os mesmos, levando-os para Ariquemes, todos armados de metralhadoras; quando chegaram em Ariquemes, considerando que o Sr. Manoel Nunes Vieira era o chefe, levaram-no ao escritório do Incra, em Ariquemes, e obrigaram-no a assinar um contrato, para que o mesmo desocupasse a áreas dentro de quatro meses a partir da data; de maneira que, aproximando o vencimento, o referido senhor que diz ser da Polícia Federal, ou seja, o Dr. Vilmar, veio com a Polícia de Ariquemes, juntamente com dois jagunços, pressionado todos os posseiros a saírem de suas posses, tirando o direito de suas posses, perdendo todos os os serviços sem indenização, ainda advertindo que os que não saíssem serão presos e levados para a ilha de Santo Antônio ou para a Colônia Penal de Porto Velho... O Incra, já cortou a área e este mesmo Incra está apoiando para tirar os lavradores, para entregar as terras ao fazendeiro Vitor Decresse, grileiro da região...

... "O caso do Seringal 70 é muito comentado na região, embora as pressões sofridas pelos ocupantes tenham assumido formas que o Deputado Santana qualifica de mais sutis pois, segundo comenta "esses despejos vêm sendo feitos disfarçadamente, a conta-gotas, uma ou duas famílias de cada vez, para que a imprensa não noticie o fato real e este não ganhe a dimensão do problema social que realmente encerra". Adquirido pelo seringalista Aldé Cantanhede, em 1958, o seringal foi objeto de desapropriação juntamente com outros, em 1975. Posteriormente, Cantanhede obteve regularização de 12.000 ha, virtude do tronco familiar, du-

rante a gestão de Assis Canuto então Coordenador do INCRA, agora dono da empresa Planejamento e Topografia Ltda. PLANTOP que faz medição e demarcação de lotes (e é ela mesma dono de 2.000 ha de terra em Arique-
mes). Cantanhede vendeu então esses 12.000 ha a um grupo do qual Canuto participaria. Em 1979-1980, os ocupantes do Seringal eram despejados inclusive com ordem judicial. Em 1979, as violências se multiplicaram na Gleba Nova Vida. Pretendida pela Guaporé Industrial S/A - GAINSA, dos irmãos Arantes, que a tinham comprado do seringalista Emanuel Pontes Pinto, essa Gleba tinha sido também incluída em 75 na Ação de Desapropriação. Como essa Ação teve seu andamento postergado na Justiça de Porto Velho, colonos a espera de terra passaram a ocupar a Gleba, por indicação do Deputado Santana, "sob os olhos e a proteção do INCRA, que os estimulava e aplaudia, como convinha", conforme dizeres do advogado Odacir Soares Rodrigues, Presidente da Arena em Rondônia; mais de trezentas famílias (seiscentas segundo Soares), teriam entrado nessas terras dedicando-se à lavoura e criação de gado. Na sua edição de 21 de julho de 1979, o jornal Alto Madeira, de Porto Velho, relata a denúncia feita ao jornal por três colonos - Joaquim David de Campos, Gerolino Pereira dos Santos e Aristeu Joaquim Lucindo - da "ação de jagunços que, armados de carabinas e revólveres 44, estão invadindo os pequenos lotes dos agricultores cortando suas cercas de arame farpado e soltando em suas lavouras centenas de cabeças de gado, com o fim de expulsá-los de suas terras... Os mencionados jagunços, segundo a denúncia, estariam a serviço da Agropecuária Nova Vida Ltda., de propriedade do Grupo Arantes (Gainsa)". O destaque dado ao fato pelo Alto Madeira pode se explicar pela associação com o Grupo Agropecuário Nova Vida, de Emanuel Pontes Pinto, dono do jornal concorrente, O Guaporé. Segundo um alto funcionário de Rondônia, o grupo Arantes, um dos maiores Latifundiários do país, integra ex-militares de alta patente nos quadros de todos seus empreendimentos, o que explica a referência particular feita pelo Deputado Santana ao General Plínio Pitaluga, sócio do grupo. Para justificar sua violência, a GAINSA se vale de um acordo realizado entre o INCRA e ela em agosto de 1978 no sentido de serem restituídos à empresa os imóveis Nova Vida e Milagres (aproximadamente 20.000 ha) sob a alegação de que a desapropriação não foi feita com base no valor real das benfeitorias. Entretanto o mesmo acordo estipula que a autorização de ocupa-

ção só será feita após sua homologação na Justiça - o que até então não tinha sido feito. O Alto Madeira Comentava: "já agora, ostensivamente, segundo a denúncia ontem recebida em nossa redação, cavalgam pela BR 364 sem nenhum receio, com seus revólveres na cinta como verdadeiros donos da estrada, á vista das autoridades, e como se elas não existissem... Na semana passada, segundo fomos informados, um grupo de agricultores, sob a ameaça dos jagunços, procurou a Superintendência da Polícia neste Território, para oferecer essa denúncia. Até hoje esperam as providências. Enquanto isso os jagunços amedrontavam e ameaçavam o povo. Sãos novos donos do Território, com poder de vida e de morte". Efetivamente, no mesmo dia, os irmãos Aristeu e Adelino Joaquim Lucindo eram mira de dezenove tiros de revólveres por parte de dois pistoleiros, falecendo alguns dias mais tarde. "Estamos como aqueles que foram enterrados vivos e, lá embaixo na sepultura, gritam, e os que estão em cima não escutam, escrevia um posseiro. Necessitamos que alguém faça alguma coisa por nós aqui, vivos, enterrados, pois estão tirando a terra do povo da BR 364 desde o Km 226 até o km 292".

In: O Estado e a Reprodução Social; Universidade Estadual do Pará (NAEA); Belém, 1982, pág 39/41. (Jean Hébette & Rosa E. Acevedo).

19-

"Os Projetos Fundiários foram criados em 22/09/1975 pela Portaria nº 1.362 do Sr. Presidente do INCRA, e implantados em 1976".

(As Correntes Migratórias e a Colonização-11 Encontro de Colonização e Reforma Agrária-INCRA-Coordenadora Especial do Território de Rondônia-Vilhena- Mimeografado-agosto de 1979, p.12).

20-

A rigor, não se trata de um PAD (Projeto de Assentamento Dirigido), como afirmam os autores Hébette & Acevedo,

mas sim de um PIC (Projeto Integrado de Colonização), pois nesse projeto específico, Marechal Dutra, foram assentados parceiros sem recursos financeiros, sem nenhuma experiência em transações bancárias e em sua maioria absoluta, composta por indivíduos que jamais foram, anteriormente, proprietários de terras e, portanto, sem nenhuma experiência gerencial; exigências essas, imprescindíveis para a ocupação de um Projeto tipo PAD. (Projeto de Assentamento Dirigido).

BIBLIOGRAFIA - CAPÍTULO 3

Alves, Sérgio Paulo do Carmo - 1986 -

Movimento Migracional em Rondônia até 1982.

Caderno Prudentino de Geografia nº8, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local de Presidente Prudente, Presidente Prudente - SP.

BECKER, Bertha K. - 1982

Geopolítica da Amazônia

Zahar Editores, Rio de Janeiro - RJ

CARDOSO, Fernando Henrique & MULLER, Geraldo - 1978 -

Amazônia: Expansão do Capitalismo.

2ª Edição, Editora Brasiliense S/A., São Paulo - SP.

COELHO Mesquita, Myriam Guilomar Gomes & EGLER, Eugênia Gonçalves - 1979 -

Povoamento - Organização do Espaço na faixa da Transamazônica

Volume 1, Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Rio de Janeiro - RJ.

DATAM - Divisão de Apoio Técnico e Articulação com os Municípios - 1980 -

Levantamento Básico dos Municípios e Distritos

Secretaria de Planejamento, Governo de Rondônia, (mimeo.), Porto Velho - RO.

DE Souza, Itamar & MEDEIROS Filho, João - 1983 -

Os Degredados Filhos da Seca.

2ª Edição, Editora Vozes Ltda., Petrópolis - RJ.

DE OLIVEIRA, Maria Engracia e outros - 1983 -

Amazônia - Desenvolvimento - Integração - Ecologia

Editora Brasiliense S/A., em co-edição com CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia), São Paulo - SP

DOS SANTOS, Breno Augusto - 1981 -

Amazônia - Potencial Mineral e Perspectiva de Desenvolvimento.

T.A. Queiróz, Editor. Editora de Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.

FIBGE - 1982 -

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Volume 1 - Tomo 3 - Número 1 - Censo Demográfico - Dados Distritais - Rondônia - Roraima - Amapá - Rio de Janeiro - RJ.

GARRIDO Filha, Irene - 1979 -

Mineração da Cassiterita - Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica.

Volume 1, Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Rio de Janeiro - RJ.

GOMES da Silva, Mizael - 1984 -

No Rastro dos Pioneiros.

Escopo Editora, Porto Velho - RO

GRAZIANO da Silva, José - 1982 -

A Modernização Dolorosa.

Zahar Editores, Rio de Janeiro - RJ.

GRAZIANO da Silva, José - 1981 -

O que é Questão Agrária.

3ª Edição, Editora Brasiliense S/A., São Paulo - SP

HEBETTE, Jean & ACEVEDO, Rosa E. - 1982 -

O Estado e a Reprodução Social.

Série Seminários e Debates nº 9 - Núcleos de Altos Estudos
Amazônico - (NAEA) - Universidade do Pará - Belém - PA.

HUGO, Vitor - 1959 -

Os Desbravadores,

Volume II, Edição da Missão Salesiana de Humaitá - Humaitá
- AM.

IANNI, Otávio - 1978 -

A Luta pela Terra.

Editora Vozes Ltda., Petrópolis - RJ.

IANNI, Otávio - 1979 A -

Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia.

Editora Vozes Ltda., Petrópolis - RJ.

IANNI, Otávio - 1979 B -

Ditadura e Agricultura. (O desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964 - 1978).

Editora Civilização Brasileira S/A., Rio de Janeiro - RJ.

IBASE - 1985 -

Nordeste: Seca, Fome e Miséria.

Revista de Cultura Vozes, Ano 79, Volume LXXXIX, jan/fev., nº 1, Petrópolis - RJ.

MODESTO, Reinaldo Galvão - 1981 -

A Contribuição do Incra dentro do Processo de Ocupação do Território de Rondônia.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Coordenadoria especial do Território de Rondônia (CETR), Porto Velho - RO.

MONTESUMA Cruz - 1982 -

O Velho Terror, no Estado de Rondônia.

Jornal dos Trabalhadores, Ano 1, nº 5, junho de 1982, São Paulo - SP.

SAMPAIO, Plínio - 1980 -

Capital Estrangeiro e Agricultura no Brasil.

Editora Vozes Ltda., Co-Edição com CEBRAP, Petrópolis - RJ.

SANTOS, Milton - 1982 -

Espaço e Sociedade.

2ª Edição, Editora Vozes Ltda., Petrópolis - RJ.

SOUZA Martins, José de - 1983 -

Os Camponeses e a Política no Brasil. (As lutas sociais no campo e seu no processo político).

2ª Edição, Editora Vozes., Petrópolis - RJ.

WOOD, Charles H. & SHMINCK, Marianne - 1983 -

Culpando a Vítima: Pequena Produção Agrícola em um Projeto de Colonização na Amazônia.

In: O despovoamento do Território Amazônico. Cadernos NAEA, 6, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém - PA.

CAPÍTULO 4

O ESTADO CAPITALISTA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ARIQUEMES

"...Se no domínio econômico, o impacto modernizador trazido por mãos do Estado, é seletivo e frequentemente pontual, no domínio social a situação é bem mais grave: saneamento básico, água, esgotos, saúde e educação chegam escassamente às populações urbanas e rurais, e sua distribuição espacial é desigualitária e, por isso, além das consequências econômicas e sociais, incide sobre o modelo atual de organização do espaço e da urbanização".

Milton Santos

Os Zoneamentos Táticos e os Projetos de Colonização.

O fluxo migracional direcionado à Rondônia transforma o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) num mero regularizador de ocupações. A posse indiscriminada que principiava imprimir um novo arranjo espacial, colocava em jogo o controle Estatal e acenava com a real possibilidade de se fazer eclodir autêntica "Reforma Agrária". Os projetos de colonização (verdadeiras ações de regularizações fundiárias), criados e implantados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a partir dos anos 70 até 1975, como o Projeto Ouro Preto (1970) localizado na ex-Vila de Rondônia (atual Gi-Paraná); os projetos Sidney Girão e o projeto GY-Paraná, ambos criados em (1972) sendo o primeiro localizado no vale do Mamoré, nordeste do Território, entre o distrito de Abunã e a cidade de Guajará Mirim e o segundo entre a vila de Rondônia e o distrito de Pimenta Bueno; Paulo de Assis Ribeiro (1973), implantado ao Sul do Território, alcançando boa parte dos vales dos rios Cabixis, Escondido e Corumbiara e, por fim, em (1975) o projeto Padre Adolpho Rohl, inserido entre o projeto Ouro Preto e o então distrito de Ariquemes¹, (Modesto, op.cit.: 17) projetos que em sua totalidade abrangiam 1.765,854 ha e propunham assentar 88.520 pessoas o que, apesar do vasto aparato publicitário que os envolveram significaram, isso sim, verdadeiros atos de "contenção" à conquista de terra pelos trabalhadores desposuídos, um redirecionamento aos movimentos migracionais que, então faziam-se de forma aleatória e espontânea e, por fim, um encaminhamento aos espaços pré determinados e estabelecidos dentro de dimen-

ações que não colocassem, em risco o controle da totalidade do espaço físico e nem desencadeassem transformações nas relações fundiárias concernentes à posse e uso da terra, isto é, não ferisse o direito da propriedade da oligarquia agrária existente. As ações governamentais que se sucederam passaram a ser pautadas pela cartilha desenvolvimentista escudada nas diretrizes emanadas do II PND², com as suas implícitas salvaguardas estratégicas o que, em suma, encarregam-se de descartar a tese de transformar Rondônia no epicentro de uma "Reforma Agrária" de fato jogando por terra, em definitivo, o demagógico jargão do então Presidente da República Emilio Garrastazu Médice:

"... gente sem terra do Nordeste para as terras sem gente da Amazônia" (Wood & Schminck, 1983:74).

O que se pretendia na realidade, não era colonizar a Amazônia, no caso específico Rondônia, com os milhões de deserdados e marginalizados pela estrutura agrária brasileira, mas sim o de ocupar somente as nesgas de terras que bordejam os traçados viários, de modo a dar a impressão de uma verdadeira ação colonizatória, valorizando esses espaços adjacentes, permitindo a intronização de capitais alienígenas e o consequente alicerçamento da segurança dos latifundiários e das empresas nacionais e multinacionais já instaladas ou a instalar. Levando-se em consideração que os cinco projetos mencionados perfaziam apenas 7,26% do Território e as 88.520 pessoas assentadas representavam uma minúscula parcela dos 12 milhões de "sem terras" existentes no Brasil (tomando-se em consideração os indicadores do IBASE-1985) as ações induzidas de ocupação territorial de Rondônia reforçam o argumento de

que ocorreram tendo em vista, entre outros objetivos implícitos, a preservação do espaço como reserva de valor, direcionando os trabalhadores rurais no sentido explícito de fazer realizar esse valor. Tanto assim que a força migratória que se introduzia em Rondônia, sentido norte-sul, apossando-se das terras marginais da BR 364 e que prometia espalhar-se muito além dos limites do Projeto Ouro Preto, alcançando os vales dos rios Candeias, Massangana, Jamari, Jacundá, Machadinho, Madeira e outros, onde a evidência da existência de cassiterita já havia sido detectada, mas cujas posses de há muito pertenciam a seringalistas e companhias mineradoras, teve o condão de provocar uma verdadeira arregimentação de forças, entre os gestores do espaço de Rondônia, com os amplos sentidos de:-

- fazer frear esses impactos ocupacionais; direcionar os migrantes apenas para áreas estratégicas; preservar, o quanto possível, as mais importantes e ricas jazidas minerais e seringais; procurar associar, num sistema integrado e complementar pequenos, médios e grandes produtores rurais e planejar um núcleo populacional que consagrasse uma hierarquização de classes sociais, otimizando o seu controle e comando. Com essas desideratas, empreende-se o processo de "reorganização do espaço" agrário em Ariquemes, criando-se mais dois projetos de "colonização", o Projeto de Assentamento Dirigido "Burareiro" e o Projeto Integrado de Colonização Marechal Dutra³, mantendo-se a incolumidade da sua estrutura agro-industrial e "reorganizando" as ações sociais e de produção, segundo modelos pragmáticos e essencialmente funcionalista, preservando a força hegemônica do capital⁴ e engedrando ações de modo que, no distrito de Ariquemes, se fixasse uma razoável

força de trabalho sem lhe franquear, plenamente, a possibilidade de uma acumulação primitiva. Isso, em parte, subsidia os cuidados tomados pelos organizadores do espaço em Ariquemes. Entre a vanguarda dos "desposuídos" que ameaçavam tomar de roldão as ricas jazidas de minerais e algumas manchas de solos considerados de alta fertilidade e onde imperavam tradicionais seringalistas, se interporia o "braço organizador do Estado" com o objetivo de preservar esse importante espaço para que fosse recriado uma nova ordem social privilegiando a força empresarial mas não prescindindo da vital colaboração de um farto exército de obreiros rurais. Um conjunto de fatores encareciam-se de fazer do distrito de Ariquemes numa área especial a merecer os cuidados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ao iniciar ainda nos anos de 1972, sob o comando do capitão Silvio Gonçalves de Faria, estudos e levantamentos topográficos sobre a região.

A primeira preocupação do INCRA foi aplicar aos latifundiários existentes uma reformulação no tocante à propriedade da terra onde incluíam-se permutas, desapropriações, ou simplesmente, re-alocações, de modo que esses antigos seringais se beneficiassem da nova estruturação espacial. Poderiam, todavia, perder alguns hectares mas ganhariam as benesses oriundas do sistema de colonização que ali seriam implantados. Esse cuidado com a estrutura agrária deixava claro o objetivo e a filosofia que norteariam a reorganização do espaço de Ariquemes, outorgando aos grandes capitais a responsabilidade histórica de implementar esses espaços, atando-os ao processo desenvolvimentista e cuja fundamentação estratégica e geopolítica pode ser sintetizada na argumentação do então Governador de Rondônia, Coronel Jorge Teixeira:-

"Acertamos com o INCRA para que não se fizesse mais a implantação de projetos de colonização, sem que, ao lado deles, houvesse apoio às médias e grandes empresas de colonização particular...Acho que a colonização oficial é uma necessidade e deve ser feita assim como não deve ser desprezada a particular de médias e de grandes empresas. O Colono de 100 ha é a força familiar sómente. Ele trabalha no máximo 10 ha da sua terra. Ele não faz mais que isso. Parte do ano, ele está ocioso... Então, se houver ao lado um empreendimento particular agropecuário, esse homem pode prestar seu serviço também a esses proprietários, como já está acontecendo em alguns empreendimentos em Rondônia". (Hélette & Acevedo, 1982:18)

A meticulosidade com que então se trabalhou na "reorganização espacial do Município" visava produzir um arranjo que ajustasse grandes, médios e pequenos empresários ao lado de "parceleiros descapitalizados", no caso seriam os micros produtores, amalgamados num sistema integrado e complementar. É assim que nascem os projetos de colonização de Ariquemes. Produto de criteriosa divisão espacial segundo a percepção de um Estado inegalitário, tendencioso e pragmático que, ao assumir a intermediação entre o capital e o trabalho, encarregasse de produzir um espaço idealizado segundo os modelos ditados pelos interesses empresariais. A política agrária implantada, sacramentada através da "colonização dirigida" trazendo em seu ventre:-

"... a intenção de justificar e legitimar a intervenção estatal na manutenção da estrutura de apropriação e dominação vigentes" (Turchi, 1981:303).

A figura 15 testemunha o caráter "globalista" impresso na "reorganização do espaço em Ariquemes. Teoricamente, nada foi esquecido. As áreas carentes de mão-de-obra, dispõem-se ao lado das que as possuem em profusão. Preservaram-se as futuras áreas de expansão, as das reservas florestais, mineradoras, dos soldados da borracha e as de colonização particulares. Figura 15

É assim que, ao iniciar o processo de desapropriação o Instituto Nacional de Colonização (INCRA) preservou substancial parcela para alguns dos tradicionais "proprietários" como Joaquim Pereira da Rocha, A. Cantanhede e Cia, Francisco Braga de Paiva, Frey Rondonia S.A. e as Companhias Mineradoras, (notadamente a Paranapanema e Companhia Mineração Jacundá que em conjunto, detém cerca de 80.000 hectares) ao mesmo tempo em que franqueou possibilidades ao universo empre-

sarial de manter, nesse espaço, grandes extensões de terras como reserva de valor, que pouco ou nada produzem mas que vem apresentando uma enorme valorização em relação ao ínfimo capital investido. A tabela 12, expõe, com lapidar clareza, a real situação fundiária de um Município surgido em plena efervescência da Reforma Agrária.

Tabela 12

As maiores Propriedades do Município de Ariquemes (1987)	
<u>Proprietários</u>	<u>Áreas (Ha)</u>
Joaquim Pereira da Rocha	128.733
João Carlos Di Genio	72.630
Paranapanema Sãminea S.A	74.140
A. Cantanhede e Cia	58.113
Francisco Braga de Paiva	30.000
Guaratiara Recursos Naturais	23.421
Agro-Pecuária Nova Vida	18.000
Frey Rondonia Floresta S.A.	16.729
Cia Mineração Jacundé	6.000
Rubens Franco Borges	3.043
Osmar Pereira Barbosa	3.000
Oswaldo Pereira Barbosa	3.000
Fernando Ferreira	2.000
Gerson Papareli	1.213
Vico Capitastrano de Alencar	1.083
Dilson Caldato	1.000
Total	434.105

Fonte:- Relação de Cobranças ITR - MIRAD (30/03/87)

Acrescente-se a tudo isso a presença de, pelo menos, seis mineradoras ou sejam a Jacundá e a Paranapanema, que aparecem sob a denominação de "Tabóca Mineração, proprietária de uma gleba de 74.100 ja incrustada na porção Oeste do "Projeto Integrado de Colonização Marechal Dutra", a Santa Barbara e a Mineração Rondonia, no alto do rio Jamari; a Maçagana no rio do mesmo nome, afluente margem Oeste do Jamari e a Mineração Rocha no rio Machadinho, nordeste do Município.

Seguindo-se à risca a tese governamental que, após o "II Plano Nacional de Desenvolvimento" (PND) passara a considerar a Amazonia como uma nova "Fronteira de Recursos", necessário fazia-se preservá-la entregando-a empresários, teoricamente dotados de suporte técnico-financeiro e, por isso mesmo, capazes de implementar esse espaço. Segundo essa premissa 434.104 hectares, isto é 24,7% da área do então Distrito de Ariquemes englobando pontos estratégicos, antigos latifúndios e ricas jazidas minerais, beneficiando cerca de dezesseis empresas permaneceram ao largo do processo de desapropriação. Após o ano de 1975 o INCRA, ao arrecadar pouco mais de 1.000.000 ha (Um milhão de hectares) com a intenção de implantar uma nova tipologia de projetos de colonização, preservava 222.609 ha, cerca de 21,7%, a serem destinados à empresários de médio porte. Essa área especial que passaria a ser denominada de "Gleba Burareiro" foi dividida em 306 parcelas de 500 a 1.000 hectares e licitadas (leiloadas) à candidatos que se enquadrassem na cartilha da entidade promotora. O restante, 304.925 ha (29,8%) destinar-se-iam ao "Projeto de Assentamento Dirigido Buareiro" e 494.661 ha (48,3%) ao "Projeto Integrado de Colonização Marechal Dutra" ficando também acertado que o primeiro receberia 1.555 e o segundo 4.672 parceleiros. Tabela 13.

Projetos de Colonização de Ariquemes (1975/1980)			
Projetos	Áreas em ha	nº de parc.	Tamanho médio
Gleba Burareiro	222.609	319	500/1.000 ha.
PAD. Burareiro	304.925	1.555	250 ha.
PIC Mal. Dutra	494.661	4.672	105,8 ha.
Total	1.022.195	6.527	283.33

Fonte:- INCRA, Porto Velho - 1980 - RO

Ardilosamente reunia-se, num mesmo espaço contíguo, categorias sociais diferenciadas e competitivas mas, economicamente dependentes e complementares. Ao conservar o "grande empresário", remanecente dos "históricos seringais" associado às empresas mineradoras e a especuladores imobiliários, viabiliza-se a ampliação e a dinamização do arcaico capital agrário local; abria-se caminho ao "médio empresário", através do artifício jurídico da licitação de terras no "projeto Gleba Buraireiro"; franqueava-se um canal de acesso aos "pequenos empresários", através do Projeto de Assentamento Dirigido Buraireiro (PAD)" complementando-se, essa arrumação espacial, com o trabalhador essencialmente descapitalizado cognominado de "micro-empresário" e destinado a se auto-reproduzir nos 494.661 hectares do "Projeto Integrado de Colonização Marechal Dutra (PIC)". (vide Figura 15)

Os Projetos de Colonização de Ariquemes até 1982.

A arrumação do espaço agrário de Ariquemes consagra, assim, diferenciadas categorias de proprietários, outorgando a cada um especificações funcionais muito claras e definidas: Gleba Burareiro; Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro (PAD) e Projeto Integrado de Colonização Marechal Dutra (PIC) foram, cada um no seu tempo, a solução encontrada pelos "ideólogos do Poder para desencadear um processo de "reorganização espacial" nesse distrito. Analisemos cada um de per si.:

1 - Gleba Burareiro-Abrangendo 22.609 ha cerca de 21,7% da área arrecadada com finalidade social pelo Instituto Nacional de Colonizações e Reforma Agrária (INCRA), detalhada em 319 parcelas de dimensões que variavam de 500 a 1.000 ha. e ofertadas através de licitações (leilões) a partir do ano de 1977. Fiel ao seu compromisso de cooptar empresários capitalizados o Estado não procurou dissimular o seu propósito de realizar uma autêntica transação comercial ao atrair empresários e especuladores a participarem das suas seções leiloeiras. As terras da Nação, colocadas em hasta pública, deveriam destinar-se aos melhores ofertantes desde que preenchessem alguns requisitos considerados essenciais a saber:-

- não poderiam até a data da licitação, ser proprietários de mais de 3.000 ha de terras em todo o Território Nacional,

- não poderiam concorrer a mais de uma parcela no mesmo processo de licitação (leilão),

- deveriam anexar projeto de exploração das terras pretendidas, de acordo com as condições edáficas das mesmas e, elaborado por órgãos técnicos especializados e devidamente aprovado pelo INCRA.

Ao todo, Gleba Burareiro teve as suas 319 parcelas dimensionadas em 201 retângulos de 1.000 por 500 metros e 118 de 2.000 por 5.000 metros o que perfaziam 201 parcelas de 500 hectares e 118 de 1.000. Graças a sua especificidade, essa Gleba, agrupou uma multifacetada gama de profissionais liberais, empresários e funcionários públicos, o que no entender de pesquisadores que trabalharam a região:-

"Para um total de apenas trezentos lotes, essa diversidade de personalidade não deixa de ser notável no sentido amplo de negócio e não precisamente de exploração agrícola capitalista" (Hébette & Acevedo, op.cit. :17).

Com o leilão o Estado não atraía produtores rurais, especificamente, mas especuladores, comerciantes e aventureiros muito ávidos em adquirir uma mercadoria através de pequeno investimento financeiro. E é bom que se diga que a Gleba Burareiro apresentava características naturais bastante incomuns:- grande parte da sua área abrangia consideráveis jazidas de cassiterita, na sua porção Norte já se registrava a presença da Mineração Oriente Novo, além do que dos 796.000 hectares prospectados e analisados pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) 439.000 ha, com a sua maior parte na Gleba Burareiro, foram considerados de ótima qualidade e aptos para a implantação do cultivo de cacau. (Alvares Afonso, 1979:11)

Essa empreitada deixava transparecer, de forma muito clara e insofismável, que através do "leilão" o Estado não invocava para si a responsabilidade de cooptar produtores rurais "especialistas" mas ratificava, na prática da negociata, o cristalino propósito de atrair comerciantes e aventureiros especuladores do espaço, ávidos em adquirir a mercadoria leiloadada em troca de irrisório investimento financeiro. Contrariava-se, assim, o propósito original em que se amparava o Decreto-Lei 4.504 de 30/11/1964 que definiu "Reforma Agrária" como sendo:-

"... conjunto de medidas destinadas a promover a melhor distribuição de terras; modificar o regime de posse e uso de terra, visando a justiça social e ao aumento de produtividade" (o grifo é nosso)

Na prática, a distribuição das parcelas no Projeto "Gleba Burareiro" apenas encejou a concentração deixando transparecer que o "leilão" não foi, assim, tão público e de que alguma coisa estranha foi mancomunada nos bastidores. Na primeira licitação, por exemplo, saíram vencedores dois grupos. O primeiro composto por 38 licitações diferentes, pelo menos "no papel", que apresentaram 38 propostas exatamente iguais, ou seja Cr\$ 727,20 por hectares e, segundo os autores de O Estado e a Reprodução Social:

"... ganharam uma área contígua de lotes de 500 ha. no extremo sul da Gleba, próximo à BR 364, perto da Vila de Nova Vida" (Hébette & Acevedo, op. cit.:19).

O segundo grupo ganhador, composto por 30 licitantes também distintos, pelo menos "no papel", coincidentemente, apresentaram lances de, exatamente, Cr\$ 150,50 por hectares e:

"... ganharam uma área quase toda também contígua de lotes de 500 ha. bem ao norte da estrada Oriente Novo, na região da cassiterita" (Idem, ibidem:16).

O mesmo autor afirma ainda que o "fenômeno" voltou a ocorrer nas licitações subsequentes, acontecendo agrupamentos de parcelas no leilão de 1977, onde nove licitantes com propostas idênticas de Cr\$375,70 por hectares saíram-se vencedores e, um outro grupo familiar composto por sete pessoas, logrou vencer com a proposta de Cr\$ 201,75 o hectare. As coincidências vão por aí, afóra⁵. (Idem, ibidem:16)

Com isso, as ações estatais iam demonstrando o distanciamento entre a prática e o discurso, divorciando-o dos seus deveres mais mezinhos, inclusive tripudiando a Lei 4.504 que enfatiza ser dever do Estado:

"promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, zelar para que a propriedade da terra desempenhe a sua função social..." (o grifo é nosso)

Pelo que ficou demonstrado, o "parceleiro" não teve acesso a propriedade rural da melhor terra, a terra de produção. Mais uma vez, teve que se contentar com a periferia, com a terra mais pobre, de menor valor e mais carente de trabalho. Impedido. "in limine" de participar de leilões o parceleiro descapitalizado, presenciou impotente a melhor das terras, a terra de produção ser transformada em mercadoria e, predominantemente, encaminhar-se às mãos dos especuladores. Assim, a melhor das terras de Ariquemes foi transformada em mercadoria leiloadada, perdendo assim a sua função social e deixando de

ser terra de uso para, num futuro bem próximo, ser convertida em bens de capital.

O texto de Lei parece subsidiar ações contraditórias impetradas pelo seu próprio criador. Conceitos tergiversam sobre segurança e desenvolvimento. Em ambos há sentidos lato e estrito. O Estado despótico e anti-democrático, sustentado pelas oligarquias e pelo poderio militar, torna-se míope aos problemas sociais e passa a dedicar-se, exclusivamente, a sua "própria segurança" e ao seu "desenvolvimento". O sentido lato de ambos os conceitos fogem à sua percepção imediatista, funcionalista e pragmática. O continuismo e a perpetuação no Poder justificam-se por si mesmos. Leis são criadas visando, unicamente, a sua auto sustentação. O Decreto Lei nº1.164 de 1º de abril de 1971 ao rezar que:-

"...indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na Amazônia Legal, as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura..."

torna-se, perfeitamente compreensível à luz do que ocorreu na "reorganização do espaço" em Ariquemes e de como o Poder necessita expoliar o "parceleiro" para imprimir a sua marca na paisagem. Ao lhes dar a propriedade, de pequenas unidades rurais, impede que consigam uma acumulação primitiva tangendo-os às parcelas de solos mais pobres, inadequados à implantação de lavoura de mercado, condenando-os ao cultivos de produtos destinados à subsistência e ao consumo local. Ao lhes garantir um mínimo de sobrevivência, garante-se um máximo de subserviência e, ao permitir o ajuntamento de parcelas e o conseqüente ressurgimento de latifúndios rurais, o Governo reforça a presença

das oligarquias e garante a sua segurança e o seu desenvolvimento através de retribuição de favores recebidos. Justifica-se a colonização dirigida em Rondônia, na qual Ariquemes destaca-se através da arrumação dos seus projetos, notadamente a Gleba Burareiro licitação, dotada de características naturais bastante incomuns, onde grande parte da sua área abrigava consideráveis jazidas de cassiterita e, já na sua porção Norte, instalara-se a Mineração Oriente Novo, além do que dos 796.000 hectares prospectados e analisados pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CELAC), 439.000 ha revelaram-se como solos de ótima qualidade e ideias para o cultivo de cacau e, em sua maioria, abrangiam a Gleba Burareiro-Licitação. (Alvares Afonso op.cit.:11)

2 - Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro⁶.

(PAD).

Abrangendo 304.925 ha, cerca de 29,8% da área arrecadada com finalidade social pelo INCRA e dimensionado em 1.555 parcelas retangulares de 250 ha destinadas, especificamente, à implantação da lavoura cacaueira. Propósito que redelineia a filosofia ocupacional da Amazônia Ocidental. O Assentamento em si,^{com} a realocação dos colonos expulsos pela modernização nas lides agrárias do Centro-Sul ou expoliados pela conservadora estrutura das áreas tradicionais permutava-se, de repente, pela disposição de assentar colonos capazes de produzir cacau. A quantidade de colonos a serem absorvidos, como bem enfatizara Thery (1976) ao referir-se aos projetos instalados até 1974⁷, deixara de ser a tônica dominante. A quantidade fora substituída pelo produto a ser introduzido. Isto é,

Não se promovia um processo de assentamento de "sem terras" nas, implantava-se uma atividade agrária integralmente escorada no cacau. E como a lavoura cacaueira requer tratos específicos e força de trabalho dotada de razoáveis conhecimentos, esse projeto priorizou, supostamente, a qualidade. A transparência dos objetivos do Poder em fazer realizar uma ocupação altamente seletiva e funcional não deixava a menor dúvida. Os parceleiros selecionados deveriam enquadrar-se, num primeiro momento, nos objetivos propugnados pelo convênio firmado entre CEPLAC e INCRA (12 de setembro de 1973) que enfatizava a necessidade de expandir, fisicamente, a área produtora do cacau promovendo, concomitantemente, a transferência para a Amazônia Ocidental as incomôdas buraras baianas. Os folders preparados e distribuídos pelo Ministério da Agricultura e INCRA, inicialmente, nas históricas zonas da cacauicultura e, secundariamente quando malogrado a propósito maior do empreendimento, nos Estados do Centro Sul e Sudeste especificavam os propósitos de transferir para Rondônia os minifundiários da lavoura do cacau. Desta maneira, sem a menor preocupação com subterfúgios, criara-se o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) para o cultivo do cacau e para resolver os problemas ocasionados pelas presenças dos bolsões de pobreza, (burararas) enquistadas nas exuberantes zonas de cacauicultura baiana.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) venderá terras a produtores de cacau que já disponham de propriedades situadas nos Estados da Bahia, Espírito Santo e no Território Federal de Rondônia, a fim de atender especialmente aos pequenos agricultores que não têm condições de ampliar suas culturas, em face das suas atuais limitações.

Em convênio firmado a 12 de setembro de 1973, com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), o INCRA estabe-

leceu a execução de um programa de experimentação e implantação de culturas de cacau no Projeto Ouro Preto, no Território de Rondônia, onde os resultados obtidos ultrapassaram as expectativas.

Agora, aproveitando a experiência favorável obtida e considerando as condições de clima, solo, florestal, de recursos hídricos e as possibilidades de acesso, o Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária reservou 700 mil hectares de terras do Baixo Jaru para o assentamento dirigido de pequenos produtores de cacau.

A referida área, situada junto ao Projeto Ouro Preto, será loteada em parcelas de 250 hectares cada uma, objetivando a implantação de um Projeto de Assentamento Dirigido - PAD - denominada Burareiro porque acolherá minifundiários de cacau assim classificados no Sul da Bahia, onde ocupam as chamadas "Buraras", áreas que têm uma produção máxima de 6 mil quilos anuais. (o grifo é nosso) (Folders- Ministério da Agricultura - INCRA - 1.976).

O Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro (PAD), tal como foi concebido, tinha por objetivo atender necessidades e demandas alienígenas ou externas, nada tendo que ver com as necessidades locais ou regionais e nem tão pouco mantinham-se fiel aos propósitos que embasaram, juridicamente, os processos de desapropriação em Rondônia, ou seja:- desapropriar terras com finalidade social e para atender demandas de trabalhadores "sem terras". Destinava-se, isso sim, exclusivamente para atender pequenos empresários agrícolas⁸. (Afonso, 1978:11) A sua criação vinha de encontro aos reclamos dos grandes e médios produtores baianos sequiosos por expandirem seus domínios territoriais e pela necessidade de modernizarem suas lavouras, oferecendo ao requintado mercado consumidor, um produto mais homogêneo e que primasse pela sua alta qualidade. É assim que o parceleiro, médio produtor de cacau em Arique-
mes, - o jornalista Osmar Silva⁹, refere-se aos Burareiros:-

"Nós temos aqui na Bahia, os Burareiros que são proprietários de pequenas roças de cacau. O que na Bahia chamam-se Buraras. Nós temos os Burareiros, nós temos nossos interesses expansionistas. Nós queremos aumentar a nossa fazenda. Mas tem, entre eu e o José, três ou quatro proprietários que não tem jeito de sair dali. É isso é anti-econômico..."(Osmar Silva, 1983).

Urgia, portanto, remover esses entraves e permitir a livre expansão dos grandes produtores e para tanto Rondônia, ou mais precisamente Ariquemes encaixava com absoluta precisão nos planos, então, urdidos. Ao praticar o ato de remoção dos burareiros da Bahia para a Amazônia Ocidental, os gestores do espaço rondoniense acreditavam estar corroborando para a homogeneização da lavoura cacaueira baiana e, concomitantemente, tornando exequíveis os delírios expansionistas dos produtores do sul da Bahia, permitindo-lhes reconquistar posicionamentos perdidos no "ranking" dos maiores produtores mundiais. A simples extirpação das buraras atendia aos objetivos estratégicos e sócio-econômicos e, acima de tudo, representava a eliminação de unidades geradoras de insolúveis problemas sociais. Na visão da oligarquia agrária, nada mais coerente e condizente.

"Essas regiões são consideradas pela CE-PLAC, que também lá tem um programa social muito grande que não existe ainda aqui em Rondônia, e pelos organismos oficiais como "bolsões de pobreza". Existem, onde sediam as buraras, maior índice de mortalidade infantil, analfabetismo e as tradições mais arraigadas do sistema de implantação de lavoura, quer dizer - uma resistência à novas tecnologias. E tudo isso é impeditivo, do ponto de vista pessoal dos comandantes do cacau e impeditivo ao desenvolvimento individual de cada um dos médios e grandes caucilcultores"(idem, ibidem).

Exatamente nessa época os tradicionais produtores do cacau brasileiro estavam pagando pesados ônus impostos pelas relações do mercado internacional e já se curvavam ante as nefastas consequências oriundas pela perda do mesmo, principalmente pelos resultados negativos que se abateram sobre a cacauicultura baiana, no período 1961/65, quando a produção nacional entra em fase descendente sendo ultrapassada pela Nigéria e, portanto, necessário se fazia um esforço conjunto de unificação das "classes produtoras" com o objetivo de introduzir melhorias nos tratos culturais, adotando-se novas técnicas de plantio; renovando os cacauais senís e improdutivos e incrementando a racional utilização de insumos básicos essenciais. Em suma, modernizar a lavoura cacaueira. Como, na visão capitalista dos detentores do Poder, os burareiros baianos não se enquadravam nos novos propósitos, muito mais exequível seria extirpa-los do que integra-los ao esforço coletivo de soerguimento e modernização da lavoura de cacau da Bahia. Isso posto, reforça-se a proposta de modernização dos meios de produção idealizados e dos quais faziam parte a transladação dos "burareiros", iniciando-se com a remessa de 300 famílias (cerca de 1.500 pessoas) das buraras para o Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro em Ariquemes, Rondônia.

Com essas desideratas, após 1975, montam-se por parte da CEPLAC e INCRA, baterias de persuasão, cujo tema básico versava sobre as ubérrimas terras de culturas existentes em Ariquemes, alardeando sobre a sua riqueza vegetal e das condições altamente favoráveis colocadas à disposição daqueles que se dispuzessem tornar-se proprietários de 250 ha. No Projeto Assentamento Dirigido Burareiro ou de 100 ha. no Projeto Integrado de Colonização Marechal Dutra, ambos em Ariquemes.

Como a proposta visava determinada classe de trabalhadores e, tinha um caráter seletivo o INCRA tratou, desde logo, de estabelecer condições "sine qua nom" objetivando pinçar somente elementos qualificados e, potencialmente, dotados de capacitação empresarial e que se enquadrassem no modelo ideal de "pequeno empresário" idealizado para o Projeto:

"O PAD Burareiro promoverá assentamento de aproximadamente mil famílias de pequenos produtores de cacau, prevendo em sua fase inicial a localização de trezentas. A distribuição das parcelas do Projeto obedecerá aos seguintes critérios de seleção:

- . força de trabalho familiar
- . capacidade empresarial e financeira de cada família;
- . maior parte dos lotes destinadas a famílias oriundas do Sul da Bahia;
- . Seleção de agricultores do Território Federal de Rondônia para complementação da cota inicial de trezentas famílias". (Folders - Ministério da Agricultura INCRA/1976).

A publicidade veiculada, pelos órgãos governamentais enfatizava que o Projeto pretendia absorver as 300 famílias das Buraras baiana e, caso não fosse alcançado essa quota inicialmente proposta, dar-se-ia complementação com agricultores do Território de Rondônia", ou seja : candidatos de outras procedencias.

Inicialmente o movimento chegou a empolgar uma pequena parcela de candidatos baianos. Discorrendo á respeito, Osmar Silva (1983) fala em 36 famílias e narra com detalhes como ocorreu a cooptação das mesmas:

"...determinada a área, feito esboço do projeto, antes da sua divulgação no próprio território Federal de Rondônia, ele já estava sendo divulgado na Bahia, no sul da Bahia em termos de até de cartas convites. Era a CEPLAC que convidava era o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau. (C.C.P. C.) que convidava. Evidentemente funcionava, também, o poder da persuasão do grande sobre o pequeno. Havendo também a oferta de crédito rural, casa, equipamento e até subsídio para alimentação. Tudo em grande ape-

10.

Esses baianos eram selecionados na própria Bahia. Aqui chegando recebiam todo tipo de atenção e ajuda. E vieram para cá os primeiros baianos, cerca de 36 famílias. Evidentemente a Bahia que enviou para cá a CEPLAC, criada e mantida por eles, objetivava que viessem esses baianos para cá, atendendo é claro, aos seus próprios interesses.

Mas como entre o discurso e a prática se interpõe a concretude dos fatos, as inúmeras dificuldades encontradas em Ariquemes pelos burareiros baianos causaram decepções e imediato movimento de retorno. A rigor, só permaneceram aqueles que nada deixaram na Bahia ou não possuíam reservas financeiras para custear a difícil volta. Vejamos o depoimento de Carlos Guerreiro¹⁰, um dos migrantes baianos que permaneceu em Ariquemes:

"Como na Bahia não havia para mim grandes perspectivas, fiquei entusiasmado pela propaganda da CEPLAC a respeito de Rondônia. Tudo era maravilha. As facilidades e vantagens oferecidas entusiasmavam qualquer um. Foi assim que me dispuz a participar dessa aventura. Fui selecionado pela CEPLAC em 27 de julho de 1974. No dia 10 de março de 1976, dois anos após, fui convidado para apresentar documentos e acertos finais. No dia 28 de abril de 1976 fui assentado no lote 05 da linha C.50 - Gleba 22. Foi então que começou a minha desdita. Estradas não haviam. Assistência técnica falada pelo INCRA-CEPLAC era pura fantasia. Sem dinheiro, até para comer, fui obrigado a viver de favores e executar pequenos trabalhos, às escondidas, isto porque o INCRA não permitia que os parceleiros trabalhassem fora do lote. Desesperado, pensei muitas vezes em voltar. Só não o fiz porque tinha vendido tudo o que eu tinha na Bahia e não possuía nem um centavo de reserva. E além do mais, eu não queria voltar como um derrotado qualquer. Fiquei. Mas, muitos dos meus companheiros retornaram desiludidos." (Carlos Guerreiro, 1986).

As precipitações constantes, umidade atmosférica elevada e a desagradável sensação de calor sufocante, aliado ao distanciamento dos lotes em relação à vila de Ariquemes e a precariedade das picadas abertas, em plena selva, somada à

presença quotidiana da má-laria, acrescido ao profundo desgaste físico para vencer a mata e iniciar o trabalho de plantio, engrossada pelas dificuldades creditícias e ausência de assistência técnica, fizeram com que o plano, como foi originalmente concebido, malograsse. O Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro de Ariquemes, definitivamente, não absorveria os burareiros baianos. Vejamos, o depoimento de Osmar Silva a respeito:

"Ocorre que esses primeiros baianos não se adaptaram e voltaram. Foram cerca de 16 famílias que retornaram. Os que voltaram, fizeram propaganda negativa de Rondônia, fazendo com que a idéia morresse no seu nascedouro¹¹. Então, o Projeto Burareiro que objetivava receber os burareiros da Bahia malogrou, sendo os espaços preenchidos por lavradores de outros Estados"(Osmar Silva, 1986).

Não conseguindo demover os proprietários das Buraras trocar o sul da Bahia pela Amazônia Ocidental o grande plano, tal como foi concebido, fracassara na sua gênese. Quando inquirimos o nosso entrevistado se entre os poucos baianos que vieram para Ariquemes existiam, na realidade, micro cacauilcultores proprietários das buraras, a sua resposta foi bastante elucidativa:

"nem todos os que vieram eram cacauilcultores. Alguns eram economistas desempregados; ex-viajantes de laboratórios farmacêuticos. Desempregados de forma geral. Os que vieram não eram donos da terra, eram mais os agregados, filhos, cunhados, genros, irmãos e demais parentes.
- Dono da terra, burareiros autênticos, pelo que eu saiba, não veio nenhum..."(idem, ibidem).

Essa colocação reforça a nossa afirmativa de que o Projeto previsto para Ariquemes premiava, de modo geral, aventureiros e especuladores transvestidos de camponeses. Preferindo-se a introdução do verdadeiro e autêntico trabalhador rural de modo predominante. Os critérios adotados para a sele-

ção exponenciavam a formação acadêmica e o nível de escolaridade, concomitantemente, em detrimento da experiência no campo, marginalizando o trabalhador rural. No item capacitação profissional, por exemplo, o título universitário obtinha o valor máximo de 20 pontos e mais 10 pela escolaridade, enquanto que um autêntico especialista do campo, com mais de 40 anos de prática nas lides agrárias, era pontuado à menor em relação a um agrônomo ou Bacharel em Direito.

"Um lavrador experimentado nos cacauais da Bahia, obtinha nota menor ainda em capacitação e, como dificilmente tinha nível superior ou mesmo colegial, perdia novamente em escolaridade. Um bacharel de Direito podia até passar na sua frente graças aos estudos universitários" (Hébette & Acevedo, op.cit.:13).

Esse exdrúxulo critério selecionador, muito embora não tenha afastado todos os autênticos lavradores do Projeto, foi o responsável pela introdução em Ariqueemes de um inusitado grupo de proprietários rurais:

"Dos 1.035 parceiros, 69 apareciam com curso superior, 59 com 2º grau completo e 96 com 2º grau incompleto" (idem, ibidem:13).

Em tese estava-se reforçando uma pseudo concentração de administradores e empresários muito capazes, partindo-se do pressuposto que, para tanto, a formação Acadêmica-Universitária constitui fator preponderante, escorado na convicção de que o amanho da terra, ou a execução prática de trabalho na lavoura seria, em última instância, executado pela mão-de-obra assalariada que os "gestores" do espaço encarregaram de concentra-la no Projeto vizinho ou Burareiro, denominado de Projeto Integrado de Colonização Marechal Dutra, ardilosamente inserido nos limites do Burareiro. Afinal, o cultivo do Theobroma cacao (Lineu, 1753), ou o também chamado "alimento-mandar dos deuses", produto nobre destinado à mercados sofisticados

dos deveria pertencer a uma "casta empresarial" capaz de entender dos intrincados meandros das relações mercadológicas internacionais e capaz de integrar-se ao elitizante "Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau" (Itabuna), dêle tomando os parâmetros para a futura elaboração de uma entidade agrária elitista em plena Amazônia Ocidental. O figurino era perfeito. A prática é que iria encarregar-se de provar que a lide agrária dispensa, na maioria dos casos, a titulação universitária e que os custos da pequena e média lavoura escorada na mão-de-obra assalariada, comprometeria ou inviabilizaria o sucesso da empreitada.

a - Projetos elaborados em função do cacau.

As 1.555 parcelas de 250 ha. do Projeto Assentamento Dirigido Burareiro (PAD) e as 201 parcelas de 500 ha da Gleba Burareiro Licitação, por se constituírem de solos de boa fertilidade foram, considerados pela CEPLAC, como ideias para a lavoura cacaueira. Ao todo, essas parcelas, representavam 405.425 ha. aptos para a expansão de cacauilicultura em Ariquemes.

Objetivamente a colonização da Amazônia Ocidental, no caso específico Ariquemes, prosseguia dentro da filosofia de ocupação dos espaços emanadas dos anos 70. Grupos e instituições econômicas surgidas e corporificados pós 1964, iam-se fazendo presentes em todos os quadrantes nacionais incorporando as fronteiras agrárias dentro da lógica expansionista do capitalismo hegemônico. Em Ariquemes emergem através do INCRA e CEPLAC, provocando arranjos funcionais na estrutura agrária e elaborando projetos especificamente direcionados à lavoura cacaueira. Todas as forças conduzidas num único fluxo e num só sentido, coordenados de forma indivisível e una pela Comissão

Executiva do Plano das Lavoura Cacaueira (CEPLAC). O custo financeiro e, principalmente, social do evento não foram priorizados. Afinal Ariquemes, pela sua excepcionalidade edáfica, enfeichava condições para transformar-se num segmento produtivo dos cacauiltores baianos. A adequação dos solos, a disponibilidade de um grande contingente de mão-de-obra, o apoio logístico e imprescindível do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a cobertura política do Governo Federal e a retaguarda financeira dos Bancos oficiais, embalados num pacote envolto de brasilidade, prestavam a aventura um caráter nacionalista e fazia reviver sentimentos regionalistas eivados de xenofobia condensados no "slogam": o retorno do cacau às suas origens.

"Um século e meio depois, está se preparando a região amazônica, e em particular o Território de Rondônia, para voltar a ter no cacau o seu principal produto de exportação. Isto porque uma vez realizado o plantio dos 160 mil hectares de cacauais, tecnicamente formados, como preconiza o PROCACAU (Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional, 1976/1985), CEPLAC, estará exportando a região 200 mil toneladas de cacau, que a preços de mercado de hoje representarão 650 milhões de dólares" (Alvares Afonso, 1980:3).

A rigor o Programa Diretrizes para Expansão de Cacaucultura Nacional, 1976/1985, enfatiza a existência de solos aptos a expansão do cacau na Amazônia, ressaltando a necessidade de aumentar, significativamente, a produção brasileira com o objetivo do nosso fortalecimento na mesa das negociações com os demais produtores internacionais. (idem, ibidem:4) No mesmo documento, o autor deixa transparecer as preocupações dos produtores baianos em maximizar a "massa crítica" dos cacauilcultores com o objetivo de se evitar debacles produtivos como os ocorridos nos períodos 1956/1965 (Figura 16) quando então a produção nacional regrediu das 173 mil tonela-

das (1956/1960) para 120 mil toneladas (1961/1965). (op.cit. idem:3) Acuados pelas performances dos produtores africanos como Ghana, Nigéria, Costa do Marfim e República dos Camarões com produção ascendente até a segunda metade dos anos 60, enquanto o Brasil deslisava na descendente (Figura 17), os cacauilcultores baianos recorrem ao Governo Federal em busca de soluções para a crise em que mergulharam¹².

"Em 1957 uma grave crise econômica, gerada pelo acentuado declínio nas cotações internacionais do cacau e por uma redução considerável da produção, no ano agrícola de 1956/57, fez com que, não somente os agricultores, mas também as autoridades estaduais, incapacitados para solucionar o problema, apelassem para o Governo Federal, no sentido de evitar o colapso total da economia cacaueteira. Diante da gravidade do problema, que ameaçava encerrar definitivamente o ciclo do cacau no Brasil, com elevados prejuízos para a Bahia e para o Brasil, devido a destacada posição deste produto na pauta das exportações brasileiras, o Governo Federal adotou, pela primeira vez, providências serias e eficazes em benefício da lavoura cacaueteira.

A primeira medida foi interferir temporariamente, através da Carteira do Comércio Exterior (CACEX), na comercialização do cacau com vistas ao restabelecimento do equilíbrio de atividade. A segunda foi criar, através do Decreto nº 40.987, de 20 de fevereiro de 1957, o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueteira (CE-PLAC), com a finalidade imediata de proporcionar assistência financeira aos cacauilcultores, cujos níveis de débitos excediam sua capacidade de pagamento, estando muitos deles na iminência de perder suas propriedades" (Monteiro, 1985:8).

O Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC), criado em 1963 e o Departamento de Extensão (DEPEX), em 1964 (idem, ibidem:8), encarregam-se de dinamizar a produção e aumentar a produtividade, revertendo a curva para estágios ascendentes a partir de 1964. Figura 18 .

A substituição dos cacauais decadentes por híbridos de alta produtividade; expansão física da lavoura e realização de todas as práticas agrícolas utilizando-se insumos e equipamentos modernos que assegurem produção e produtividade crescentes, passam a ser a palavra de ordem entre os plantadores de cacau.

"Por outro lado, o Acordo Internacional do cacau estipulou que aquele país cuja quota básica de 100% for ultrapassada poderá complementar a de outro país que não conse-

guir os 100% de sua quota respectiva. Nos últimos cinco anos, os países africanos, principalmente Ghana e Nigéria não vem cumprindo as suas quotas, havendo indícios de que no futuro esses países não conseguirão mesmo cobri-las. O Brasil deverá se prevalecer dessas circunstâncias e aumentará sua participação, assegurando novas quotas" (Alvares Afonso, op.cit.:13).

O duplo estímulo representado pela queda de produção de Ghana que das 459 mil toneladas produzidas em 1961/1965 caiu para 395 mil toneladas em 1966/1970 e da Nigéria, que apresentou uma sofrível evolução, passando dos 217 mil toneladas de 1961/1965 para 221 mil toneladas em 1966/1970 (Figura 17) e pelo alvissareiro "Acordo Internacional", acima mencionado, descortinam novas perspectivas para a lavoura cacauera do Brasil, encorajando o acionamento de programas e diretrizes que visassem um substancial incremento na produção brasileira. (Idem, Ibidem:14): 'Essa almejada expansão dar-se-ia sob a rígi-

da coordenação da CEPLAC que se encarregaria do seu controle e dimensionamento.

"A expansão da cacauilicultura brasileira dar-se-á prioritariamente na região cacauera tradicional da Bahia, Recôncavo baiano, Espírito Santo e Amazônia, sem se alhear das possibilidades em outros Estados. Esta expansão será feita através das seguintes estratégias:

I) aumento da produção por expansão em novas áreas;

II) aumento da produtividade através da renovação de cacauais decadentes e

III) aumento da produtividade com aplicação de insumos modernos.

O plantio de novas áreas, em função da disponibilidade de áreas aptas para o cacau atualmente conhecidas, será empreendido na Amazônia, Bahia e Espírito Santo e outros Estados" (idem, *ibidem*:14/15).

As metas propostas previam a renovação de 150.000 ha. de lavouras de cacau em terras baianas e a implantação de mais 300.000 ha. a serem rateados entre os Estados da Bahia 110.000 ha; Rondônia 100.000 ha; Pará 50.000 ha; Espírito Santo 20.000; Amazônia 10.000 e demais Estados com 10.000 ha.

A renovação programada para o Estado da Bahia distribuía-se entre os anos de 1976 até 1985 beneficiando, notadamente, a província de Ilheus com 80.000 ha, cerca de 53,3% do total de renovação previstas e tinha o seu pico concentrado a partir dos anos 80 quando, no curto espaço de 5 anos (1980/1985), seriam processadas as renovações de 64.000 ha dos 80.000 programados para um período de 9 anos (1976/1985), ou seja: 80% das renovações programadas dar-se-iam em apenas 4 anos. O mesmo pique ou intensidade ocorreriam nas lavouras situadas no vale dos grandes rios e demais municípios baianos onde os 70.000 ha restantes tiveram as suas programações maximizadas, também, a partir dos anos 80, concentrando a execução

de 56.000 ha num período de 5 anos. Enquanto no período de 1976 a 1979 seriam renovadas 14.000 ha (20%), no espaço de tempo compreendido entre os anos 80 e 84 seriam renovadas nada mais nada menos do que 56.000 ha (80%) de todas as renovações previstas para o vale dos grandes rios e demais zonas produtoras de cacau do Estado da Bahia. Ao todo seriam renovadas, em apenas 6 anos (1980/1986), 121.000 ha de lavouras cacaueiras dos 150.000 ha programados para o decênio (1976/1986), conforme se pode perceber na Tabela 14

TABELA 14

PLANTIO DE CACAUAIS PROGRAMADOS PARA A BAHIA (1976 / 85)

CACAUILCULTORAS	ANOS										TOTAL (ha)
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
ÁREA DE ILHÉUS	3.000	3.000	5.000	5.000	7.000	7.000	10.000	10.000	15.000	15.000	80.000
DOS GRANDES RIOS	—	—	1.000	1.000	2.000	2.000	2.000	2.000	5.000	5.000	20.000
MUNICÍPIOS	2.000	2.000	4.000	4.000	6.000	6.000	8.000	8.000	5.000	5.000	50.000
TOTAL	5.000	5.000	10.000	10.000	15.000	15.000	20.000	20.000	25.000	25.000	150.000

NA AMAZÔNIA
DE AFONSO, FREDERICO MONTEIRO, 1979 : 16

A implantação de novas áreas que previa incorporar, somente nas tradicionais zonas do cacau, 110.000 ha teve o seu máximo de concentração no período 1976/1980 o que representou o adicionamento, num espaço de tempo de 5 anos, de 75,4% do total previsto. Novamente a tradicional zona produtora absorvia a maior parte dos novos investimentos, em termos de expansão física prevista, acolhendo 81,8% dos novos espaços destinados ao cacau, conforme a tabela 15.

TABELA 15

PLANTACÃO DE NOVAS ÁREAS DE CACAU NA BAHIA (1.976/85)											
CACAUILCULTORAS	ANOS										TOTAL (ha)
	1.976	1.977	1.978	1.979	1.980	1.981	1.982	1.983	1.984	1.985	
TRADICIONAIS	20.000	20.000	20.000	20.000	10.000	—	—	—	—	—	90.000
CAVO BAIANO	—	500	500	1.000	1.000	2.000	2.000	3.000	3.000	5.000	20.000
TOTAL	20.000	20.500	20.500	21.000	11.000	2.000	2.000	3.000	3.000	5.000	110.000

NA AMAZÔNIA
 AFONSO, FREDERICO MONTEIRO, 1979: 16

A programação de renovação e implantação, elaborada para as tradicionais zonas do cacau, pareceu-nos estar profundamente conectada às expectativas de produção das lavouras implantadas em Rondônia a partir de 1970 cuja evolução, até 1985, propiciou uma produção de 22.230 toneladas em 1985 e com a promessa de fazer-se ingressar, essa nova região produtora, numa espiral produtiva ascendente. E foi, exatamente, nessa "nova região cacauilcultora" que pontificou a cidade de Ariquemes como o principal pólo produtivo ao englobar, em seu espaço territorial, nada mais, nada menos do que 20.354 ha dos 37.618,5 plantados e em produção em todo o Estado de Rondônia. A produção de cacau em Ariquemes atingiu, em 1985, 9.831 toneladas ou, o equivalente a 43,2% de todo o cacau produzido, no mesmo período, pela Nova Região produtora. (CEPA-RO, 1965:48)

Figura 18

Na medida em que iam florescendo os cacauais e, de certa forma, aumentando a produção, cresciam na razão direta as preocupações e insatisfações dos cacauilcultores de Arique- mes que reunidos em associação classista, denominada: Associação dos Produtores de Cacau de Arique- mes (APROCAR) passaram a bradar contra o descaso, a burocracia, autoritarismo, indife- rência e prepotência da CEPLAC, conforme podemos depreender,

após a análise dos texto 3.1, do Memorial da APROCAR dirigido ao Secretário Geral da CEPLAC em 21 de agosto de 1986:

"O cacauilcultor rondoniense tem mais ou menos este conceito da entidade CEPLAC:

- Burocrática: demora para responder.
- Autoritária: impõem as suas diretrizes sem aceitar discussão.
- Dona da verdade: se recusa a examinar experiências tentadas por agricultores.
- Prepotente: não admite que se invada o que ela considera seu "Território de Caça Reservado" (APROCAR, 1986:4).

No "Memorial de 1986" os produtores de Ariquemes expõem, com lapidar clareza, a situação crítica da cacauilcultura local:

I) registrando quebra de produção em relação ao ano de 1984, isto é:

- em 1985 foi de 40%
- em 1986 foi de 33%.

II) afirmando que os altos custos operacionais, inviabilizam a atividade expondo indicadores de gastos referentes a safra de 1986:

- o custo por hectáre foi de Cz\$ 5.250 para uma receita de Cz\$ 6.000, excetuando-se, tratamentos, fretes, administração e remuneração do capital investido concluindo a seguir que:

"Estamos pagando pelo prazer de cultivar cacau" (APROCAR, 1986:1).

III) No item 2 do Manifesto de 1986 vem a tona as causas do malogro produtivo:

- em 1985 culpavam-se as intempéries como causadoras da quebra de produção, ano atípico, segundo a CEPLAC com:

"excesso de chuvas na época de floração, friagem prolongada com ventos relativamente fortes" (idem, ibidem:2).

- para o descalabro produtivo da safra de 1986, segundo a APROCAR:

"...o vilão é a vassoura de brucha¹³", passando-se em seguida para as suas considerações:-
 "... nos anos anteriores a doença que afetava um elevado percentual de frutos nas primeiras catas, diminuía para uma proporção aceitável a partir do mês de maio. Este ano, o número de frutos doentes foi considerável nas primeiras catas e se manteve alto depois" (idem, ibidem, idem).

IV) - o referido documento informa que no final do mês de junho de 1986 foi realizado um levantamento nos cacauais da Fazenda Rio Branco de Ariquemes, por um agrônomo da CEPLAC, constatando-se um percentual de 60% de frutos doentes. (idem, ibidem, idem) A guiza de esclarecimento, pode-se afirmar que a referida Fazenda classifica-se, sem a menor sombra de dúvidas, como Fazenda Modelo isso devido aos investimentos infra estruturais, pesquisas, administração, etc.

Diante do sensível aumento da incidência da praga, a "Associação" põem em dúvida as práticas e técnicas recomendadas pela CEPLAC, contestando as suas orientações e levantando suspeitas de que, além da aludida presença da "vassoura de bruxa", possivelmente exista também, em Ariquemes, a presença da "podridão parda", cuja existência não é admitida pela CEPLAC. (Idem, ibidem:3), posicionamento do qual discordam os membros da APROCAR:

"Porém temos resultados de exames de frutos doentes mandados examinar ao Centro de Pesquisa em Belém (COPEP) em março de 1982 que registram a presença de *Phytophthora* sp, agente da podridão parda" (idem, ibidem, idem).

No item 3, ainda do referido documento, A APROCAR acusa com veemência, a CEPLAC de descaso técnico, ausência de acompanhamento metodológico e desinteresse em divulgar novos procedimentos que visem a melhoria da lavoura e o combate à "vassoura de bruxa", enfatizando o descaso para com as pesquisas de campo e experimentações "in-loco", quando afirmam no item 3,4:

"a pesquisa acadêmica de laboratórios, de campo experimentais, é válida e insubstituível. Devem ser criteriosas e por isso demoradas.

Igualmente importante é a pesquisa de campo, a experimentação na propriedade junto com o dono. Poderiam se levar a cabo, simultaneamente, dezenas de experiências e ganhar-se um tempo precioso. No caso de doenças que nos afligem trata-se de uma corrida contra o relógio" (idem, ibidem:5).

A grande questão colocada pelos cacauicultores de Ariquemes é a ausência de pesquisas, acompanhamentos e, enfim, da "presença" da CEPLAC em Ariquemes. E, ao encerrar, o assunto em referência a APROCAR o faz de forma veemente e desesperadora:

"os resultados deste ano nos levam ao desespero e triste constatação de que o entusiasmo que nos trouxe para Rondônia, cheios de esperança, esta se transformando em frustração e no sentimento de termos perdido dez anos de nossa existência... quando chegarem os resultados das pesquisas acadêmicas não existirá mais cacau em Rondônia" (idem, ibidem, idem).

A audácia da implantação de uma cultura sensível como o cacau sem os adequados estudos, análises e acompanhamento técnicos, muito cedo começaram a cobrar o seu alto preço. Afinal de contas o cacauicultura foi implantada realmente para ficar ou apenas para fazer pano de fundo para as ações estatais, muito ávidas em encontrar justificativas para a Colonização de Rondônia?

A própria CEPLAC, numa tentativa de justificar-se ante as críticas da APROCAR, reconhece que a implantação dessa lavoura em Rondônia se fez empiricamente num flagrante contraste com os seus reais objetivos e finalidades.

"... a urgência com que os projetos de Colonização foram implantados na região e as necessidades de opções agrícolas não permitiram a realização antecipada de um trabalho de pesquisa que produzisse informações suficientes para a implantação da lavoura sem maiores problemas. Diante da situação, a opção foi o estabelecimento de um sistema de produção com tecnologias geradas em outras regiões cacaueiras do mundo e adaptada às condições amazônicas" (CEPLAC/DEPEA, 1986:6).

No mesmo documento afirma ainda que a opção pelo cacau se deu pela ausência de outras alternativas mais condizentes, isto é:-

"... pela carência de opções agrícolas que pudessem contribuir para a plena fixação do homem e, ao tempo, atender os requisitos da natureza econômica e ecológica da região" (Idem, ibidem, idem).

As justificativas da CEPLAC não resistem a menor crítica uma vez que as suas ações, no presente caso, foram, muito mais política do que técnica e muito mais estratégica do que ecológica não levando em consideração os requisitos "da natureza econômica da região", pelo menos do ponto de vista dos plantadores de Rondônia. As verdadeiras razões tem as suas raízes no casuísmo e nas pressões expansionistas, quer dos próprios cacaucultores da Bahia que desejavam livrar-se dos "burareiros" e quer das pressões oriundas dos grandes grupos econômicos que forcejavam o alargamento capitalista da "frenteira agrária", acoitados pela filosofia do imediatismo e fundamentados na proposta da preservação do espaço como reserva de valor e na necessidade de, a qualquer preço, fazer realizar esse valor. Para tanto, utilizam-se do braço mediador e parcial do Estado, envolvem-se organismos financeiros internacionais¹⁴ e comprometem organizações, tipo INCRA e CEPLAC, a as-

sumirem a responsabilidade de viabilizar o projeto.

Do ponto de vista funcional, parece-nos que a CEPLAC ao implantar o cacau em Rondônia não levou em consideração a perspectiva da elasticidade do mercado consumidor e das suas indefectíveis oscilações e instabilidades. Ao acreditar na pacífica e controlável capacidade expansional do consumo externo, cuja demanda seria capaz de absorver toda a produção baiana mesmo quando totalmente recuperada e dinamizada, reservando-se controladamente a produção de outros Estados para o consumo interno ou para garantir possíveis falhas na produção nordestina pareceu-nos, por demais otimista e irreal. Além do mais, esse órgão, subestimou a capacidade de produção e de expansão física da lavoura cacauífera. As suas previsões que apontavam ultrapassar as 280.000 ton./a. sómente em 1985, já em 1979 isto é, com 6 anos de antecipação, atingia-se a produção recorde de 314.000 ton./a. ultrapassando também em 1981, em mais de 21.000 ha., as metas de expansão previstas e programadas para serem atingidas sómente em 1985. (CEPLAC, 1985:9)

O dimensionamento incentivado da cacauicultura atingiu o seu climax em 1979 quando a cotação do cacau alcançou na bolsa de Nova Iorque 3.300 dólares a tonelada, gerando 953 milhões de dólares com a exportação do produto, ocasionando uma incontrolável onda de euforia de efêmera durabilidade uma vez que, a partir de então, as cotações entraram num processo de baixa contínua até atingir em 1982 sómente 1.590 dólares a tonelada. Esse fato precipitou uma retomada da filosofia política administrativa da CEPLAC levando-se a repensar a

questão da expansão da lavoura cacaueteira além fronteiras baianas. Corrobora, nesse sentido, a dinamicidade produtiva verificada em Rondônia (1979/1987) que saindo de 735 toneladas, em apenas 8 anos, atingia 38.864 ton/a., conforme se pode verificar na tabela 16.

TABELA 16

PRODUÇÃO DA CACAUILCULTURA EM RONDÔNIA (1.979/1.987) EM TON.									
ANOS	1.979	1.980	1.981	1.982	1.983	1.984	1.985	1.986	1.987
PRODUÇÃO (TON.)	1 735	1 2.245	2 4.514	3 6.784	3 10.880	3 15.936	3 22.230	3 29.443	2 38.864

FONTES : 1. ALVARES. AFONSO, FREDERICO MONTEIRO, 1.980 : 19

2. NOSSA ESTIMATIVA.

3. S.I.C. - GOVERNO DO ESTADO, 1.985 E 2º SEMESTRE 86 : 30 / 44

Muito embora a produção de Rondônia seja pouco representativa, ante o volume da produção baiana, a sua evolução parecia representar, a curto prazo, uma concorrência interna bastante desagradável aos tradicionais produtores, levando-se em consideração que a lavoura cacaueteira foi introduzida na Bahia em 1746 e em Rondônia, em 1970¹⁵

Esse súbito estado de apreensão, explicaria, até certo ponto, o arrefecimento assistencialista da CEPLAC em relação a esse Estado, principalmente ao seu mais importante pólo cacaueteiro, a cidade de Ariquemes, permitindo que essa cultura mergulhasse num processo de estagnação e se visse comprometida com o alastramento de "vassoura de bruxa" que coloca em risco todos os esforços concentrados na atividade.

O empirismo que subsidiou a implantação da cacauil-cultura em Ariquemes é o responsável pelo engodo a que foram submetidos os parceleiros que acreditaram, um dia, poderem rivalizar-se aos grandes produtores baianos. O avanço das pragas que dizimam os cacauais, verificado e amplamente constatado pela própria CEPLAC.

"Em pesquisa de campo (levantamento) efetivada pelos extensionistas do Escritório local de Ariquemes, em julho de 1986, foram observadas 101 roças de cacau com mais de 4 anos de campo, verificando-se a seguinte atuação em relação à vassoura de bruxa: 75% das roças estavam com nível I de infestação; 15,8% com nível II e 8,9% com nível III. Dos produtores observados 95,1% informaram que realizam o controle da doença" (CEPLAC/DEPEA op.cit.:7),

O fato é que a incidência da praga alastrou-se em quase todas as roças de Ariquemes, ante a impassividade dos responsáveis pela implantação dessa lavoura, fazendo avultar outros problemas e dificuldades inerentes e atinentes ao cultivo e ao espaço onde foi implantado, como as questões referentes a carência de mão-de-obra especializada, custos operacionais elevados, já comentados, cotações diferenciadas, do produto, no mercado em relação ao cacau produzido pela Bahia.

"... o surgimento da vassoura de bruxa ocasionando elevadas perdas de produção associada à falta de mão-de-obra e a estabilização dos preços do cacau tem gerado um imenso desestímulo ao produtor. Este desestímulo se traduz na erradicação da cultura e, diversas vezes, em algo pior que é o abandono puro e simples da roça de cacau o que na prática equivale a manter uma base de propagação da doença pra outros cacauais sadios" (Miranda, 1986:2).

Ainda, no documento, acima referido, o Secretário de Estado, Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia de Rondônia faz menção de um prejuízo debitado aos produtores de Ariquemes de Cr\$ 270.000.000,00 referentes a perda em dois anos de 15.000 toneladas de cacau. Esse verdadeiro descalabro não só comprometeu os médios, como também atingiu os grandes produtores do Burareiro-Licitação e os empresários proprietários da Fazenda Modelo Rio Branco onde constatou-se em 1986 a presença da "Crinipellis perniciosa" em 60% dos frutos de cacau existentes. (APROCAR op.cit.:2)

Esse conjunto de fatos nos levam a crer que a urdidura da trama da arrumação espacial principia a transparecer muito antes do esperado. Os papéis representados pelos grupos capitalistas hegemônicos e pelos seus apêndices, o primeiro encarnado nos produtores baianos e o segundo interpretado pelos pretensos empresários do Burareiro-Licitação e do Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro fazia emergir, com muita clareza e precisão, a função atribuída de meros coadjuvantes dentro de todo o processo, expondo acima de tudo, as grandes contradições existentes nesse projeto onde a inominável sujeição à subalternidade politico-administrativa, desses empresários rurais, em relação à CEPLAC, aceitando pacificamente integrar a periferia produtiva da cacauilicultura, assumindo todos os onus e gravosidades inerentes a essa subserviência inclusive a rotulação de produtor de baixa categoria e cordatos em serem partícipes de um mercado onde o domínio das ações não lhes pertencia e onde o cacau, produzido, não tendo tratamento paritário era cotado muito aquém do oriundo das tradicionais zonas nordestinas, serviu apenas para ratificar os

élos da dominação e condena-los a asfixia econômico-financeiro e ao ostracismo dentro da máxima organização classista, o todo poderoso Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (C.C.P.C.) de Itabuna-Bahia.

Cotando o cacau, de Rondônia-Ariquemes, como de terceira¹⁶ e classificando-o como produto "nativo", os gestores da política cacaueira cerceavam todas as possibilidades de desenvolvimento da cacauilcultura do Estado, usurpando a sua essencial condição de competitividade ante os grandes produtores nordestinos e remetendo-os, por antecipação, ao fracasso uma vez que os custos operacionais de implantação, tratos culturais, colheitas, etc, agravados pelas vicissitudes ambientais, apresentavam-se muito mais elevados em comparação aos verificados na Bahia, ao ponto de causar estupefação e estranheza entre os próprios técnicos da CEPLAC que, em 1984, prestavam serviços em Rondônia:

"... considerado de boa qualidade, o cacau de Rondônia tem sido cotado a preços inferiores aos da Bahia e de outros Estados produtores o que tem desestimulado os colonos, afirma o chefe-adjunto da CEPLAC para Rondônia" (Melo, 1984:8).

Sufocados pelos repetidos insucessos a Associação dos Produtores de Cacau de Ariquemes (APROCAR), notadamente o seu Presidente, e um dos proprietários da Fazenda Rio Branco e da Frey Rondônia Florestal S.A, lançam libelos acusatórios, contra esse opressivo sistema a que estão submetidos, e se insurgem contra a discriminação imputada ao cacau produzido em Ariquemes ao afirmar que:-

"Eles alegam que o cacau produzido em Rondônia é inferior ao cacau produzido na Bahia. As indústrias exigem essa especificação. A CEPLAC especificava o cacau de Rondônia como de 3º; o do Espírito Santo como de 2º e o da Bahia como de 1º. Essa era a condição do cacau de Rondônia há cinco anos atrás. No mercado internacional existe também um grande obstáculo. O cacau sai daqui como cacau da Amazônia, que para os compradores do exterior é o cacau nativo. O que já foi discutido em Manaus mas não aceitaram o cacau com denominação de Rondônia, mas sim da Amazônia. A CACEX não aceitou. Devido a isso nós estamos aqui na firma (refere-se a Fazenda Rio Branco) sofrendo aqui uma desigualdade de chances no mercado, 250 dólares a menos, por toneida, simplesmente porque o cacau denominado de Amazônia não é bom" (Ferrandís, 1986:3).

Na sua longa exposição o empresário-produtor afirma que em 1982 remeteram-se amostras de cacau produzido em Ariques para serem submetidas às apreciações e análises por parte de empresas consumidoras estrangeiras e que os pareceres foram muito positivos, sendo o produto classificado como de excelente qualidade. O mesmo ocorreu quando se exportou experimentalmente, de 10 toneladas para consumidores do mercado internacional. Todavia, o mais contundente ocorreu com uma remessa do produto a um grande consumidor do mercado interno, "Chocolates Garoto S.A." estabelecidos exatamente num grande Estado produtor:- Espírito Santo. Vejamos o histórico depoimento de Ferrandís:-

"Uma vez também vendemos cacau para Vitória para a fábrica "Garoto". O caminhão saiu daqui sem o laudo de classificação de CEPLAC e foi interceptado na barreira. Falamos com o Secretário da Agricultura e conseguimos a liberação do caminhão. Ai pegamos uma amostra desse cacau aqui e a entregamos a CEPLAC. Classificação 3º inferior. Em Vitória, pedimos um novo laudo de classificação:- 1º superior (o grifo é nosso) (idem, ibidem:4).

O depoimento-denúncia, por si já bastaria. Entretanto, para que não pairasse nenhuma dúvida, achamos de bom alvitre inserir o laudo classificatório emitido por um dos consumidores do cacau de Ariquemes onde fica especificado, com muita clareza, que o produto é do tipo 1 superior e que tudo mais não passa de pura discriminação. Figura 20

Vila Velha, 29 de junho de 1981.

Br. Wagner - Assist. Exportação

Dr. Cortoloti - Ger. Div. Cont. Qualidade

Cacau da Rondônia

Recebemos da Frey Rondonia Florestal, 240 sacos de cacau com nota fiscal
N. (50 kg cada)

Resultados de análise:

Umidade : 1 %

Umidade : 7,4 %

Cacau branco : 12 %

tipo : I Superior

Sem mais para o momento,

Atenciosamente

CHOCOLATES GAROTO S/A.

Arquivo.

Med. Garoto 0027

ROZIMIS DAS BOMFACCH
B. Química - CRQ - 3ª R. BOMFACCH

Em suma; o plano de colonização elaborado em função da mercadoria-cacau estava repleto de incoerências e contradições. Ao optar-se por empresários rurais em detrimento do au-

têntico trabalhador rural pressupunham, os preceptores do espaço de Ariquemes, que a mão-de-obra necessária a implementação seria assalariada e encontrável nos estóques do Projeto Integrado de Colonização "Marechal Dutra" (P.I.C.). Todavia, na concretude dos fatos, uma série de pontos vitais e sumamente estratégicos fugiram-lhes à percepção:-

1º Ao franquear a propriedade da terra no P.I.C. "Marechal Dutra" e em outros projetos, outorgando ao expoliado homem do campo o foro de proprietário estava-se, até certo ponto, gratificando-o com a dignidade almejada e lhe emprestando o sonhado e novo "status social" o que, de certa forma, viria implicar na sensível diminuição da disponibilidade e oferta de braços de alugueis, compra de mercadorias força de trabalho (Loureiro, 1987:88), para execução das tarefas agrícolas nas zonas dos "burareiros".

2º A importação, além fronteira, da específica "mercadoria força de trabalho" oneraria em demasia os custos operacionais finais da cacauilicultura de Ariquemes e não resolveria o problema porque, uma vez em Rondônia, a grande preocupação e objetivo dos recém chegados seria obter a propriedade de uma "parcela" de terra, tornando-se proprietários.

3º Ao contrário do que, primitivamente, se supunha os Parceleiros já assentados no P.I.C. "Marechal Dutra" não manifestam grande interesse em se alugar aos "burareiros" por preços julgados não compensadores ou abaixo do mercado, uma vez que as atividades a serem desenvolvidas em suas propriedades tomam-lhes, praticamente todo o tempo disponível.

4º A proliferação da praga "vassoura de bruxa" requer combate profiláticos diuturnos através de cortes "manuais" dos superbrotamentos das partes terminais e das almofa-

das florais infectadas, exigindo-se grandes disponibilidades de mão-de-obra e elevando o custo de manutenção da lavoura uma vez que paga-se por unidade ou pé trabalhado (O preço pago em agosto de 1986 girava em torno de CZ\$ 2,00 por pé). (APROCAR, op.cit.:1).

5º O espaçamento proposto e indicado pela CEPLAC, para o cultivo do cacau em Ariquemes, impossibilita a utilização de implementos mecanizados como tratores, pulverizadores, etc, sujeitando-o sómente à tratos manuais, tornando-o inadequado e inexecutável às grandes propriedades.

6º As condições edáficas que acusam precipitações anuais em torno de 1.850 mm concentradas nos meses de setembro à abril (inverno) seguida de uma curta mas intensa estiagem (verão) com duração de aproximadamente 4 meses, englobando os meses de maio até agosto, dificultam as atividades relacionadas à lavoura do cacau no período chuvoso influenciando na colheita que ocorre nos meses de março à setembro e no processo de secagem do produto que passa a requerer, em muitos casos, a utilização de implementos especiais como barcaças com tetos móveis e até mesmo secadores artificiais o que vai implicar numa maior exigência de investimentos fixos e utilização de uma quantidade superior de horas/trabalho; tomando-se como referência as atividades das lavouras cacaueiras na Bahia onde relação trabalhador/hectare é de 1/7 (homem/hectare); em Ariquemes ela é de 1/3 (homem/hectare). (CEPA, op.cit.:48)

7º A lavoura cacaueira, enquanto afeta às pequenas e médias propriedades familiares (family farmers), abaixo de 30 hectares, apesar de todas as dificuldades consegue sobreviver, mas as unidades produtivas maiores, apoiadas na mão-de-obra assalariada caso em que se enquadra a maioria dos produ-

tores de cacau de Ariquemes, notadamente os que trabalham com mais de 400 ha, deparam-se com grandes dificuldades para equilibrar a receita/despesa, conforme se depreende da entrevista de A. Ferrandís, em outubro de 1986 que, entre outras denúncias, afirmou que o controle da "vassoura de bruxa" feito artesanalmente só é exequível em pequenas áreas. Para unidades produtivas com áreas superiores a 30 ha começam os problemas, afirmando ainda que:-

"uma empresa é diferente, não se pode confiar para fazer este trabalho artesanal numa mão-de-obra, principalmente quando é tão rotativa" (Ferrandís.A, op.cit.)

Ao seguir essas vertentes é que vamos encontrar as grandes contradições e equívocos nas ações colonizatórias que premiando o médio e grande empresário elegeram o cacau como o seu máximo propósito. Também era de se esperar que sendo os "burareiros" em sua grande maioria constituídos por empresários vinculados às atividades urbanas ou delas egressos, o coeficiente de abstinência, desses no campo seria extremamente alto. A CEPLAC-DEPEA (1986), em seu comentado documento dirigido à APROCAR, afirma ser de 71,7% o percentual de proprietários burareiros ausentes no campo fato que, dentro de uma análise conjuntural, não deve causar nenhuma estranheza uma vez que os arranjos espaciais, e a teia de relações, foram muito bem direcionados nesse sentido, ao premiar especuladores e afastar os reais e autênticos agricultores e deixar bem claro que outro não era o propósito a não ser fazer valorizar o espaço, transformando-o em mercadoria facilmente assimilável e capaz de fazer atrair, através da via agrária, os capitais: mercantil e financeiro e, no "imbroglio", o industrial. Dentro

dessa premissa a proposta da produtividade agrícola é devidamente arquivada no emaranhado burocrático das dezenas de unidades e entidades oficiais e oficiosas que atuam em Ariquemes e em todo o Estado. Para se ter uma idéia aproximada dessa parafernália administrativa existem em Ariquemes:- 23 associações de classes; 11 instituições oficiais estaduais e 15 federais¹⁷. (Centro de Informações e Cadastro, 1986: Ariquemes).

Apesar de toda essa "carga assistencialista" o produtor rural-pequeno-médio ou grande, não interessa a sua dimensão, não é e nunca foi prioridade exatamente num espaço onde as atividades agrárias deveriam se constituir a base e o fundamento de todas as ações econômicas. A verdade, entretanto, é que ao longo desses pouco mais de dez anos, esses espaços trabalhados e modificados pelos "parceleiros" valorizaram-se, obtendo ou ganhando um relativo peso no néo-mercado imobiliário local transmudando-se, para gáudio dos especuladores, em mercadorias com um relativo valor de troca. Mas e o trabalhador? O que foi feito daqueles que ousaram acreditar poder transformar Ariquemes no principal pólo agrário da Amazônia Ocidental? A estes, com certeza os produtores do espaço responderão com a indicação do asfaltamento da BR 364, a super expansão populacional dos centros "urbanos" do Estado e o gradativo aparelhamento do seu setor terciário, abrindo-se portas para os grandes investidores capitalistas alienígenas, com aplicações contínuas em lojas de departamentos, hipermercados e o domínio, cada vez mais radical, dos "lobbys" da mineração¹⁸, tudo avaliado pela presença muito forte dos grandes conglomerados bancários¹⁹ que, somente em Ariquemes, se fazem presentes com 9 agências: Bamerindus, Banacre, Basa, Beron,

Bradesco, Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú e Mercantil de São Paulo.

Mas a tessitura dessa trama não estaria escamoteando algo ?

Onde se esconde o grosso da tropa ? porque até o presente só falamos em empresários. E os artífices, os implementadores que compõem a vital massa crítica, que credibilizam os indicadores quantitativos e que, ao justificar todo o investimento de capital e as manobras políticas em nome das prerrogativas sociais, representam a seiva alimentadora desse corpo pleno de artificialismo representado pelos "arranjos espaciais" perpetrados nesse Município. Para encontra-los dentro da arrumação da malha fundiária basta atentar-mos para o setor que exponencia milhares de exíguos retangulêtes, ordenados homogeneamente em forma de "tabuleiro de xadrez", dispostos sem levar em consideração o relevo, rede hidrográfica e a potencialidade produtiva dos solos que descobriremos ser, exatamente ali, o local da concentração da grande massa uniforme dos obreiros rurais ("parceleiros"), constituindo a vanguarda do sistema implantado e dentro da ótica da divisão interna e social do trabalho, representando um exército de reserva, teoricamente em disponibilidade e passivamente acantonado no Projeto Integrado de Colonização "Marechal Dutra". Figura 21

3 - Projeto Integrado de Colonização Dirigida "Marechal Dutra - Também conhecido como "P.I.C. Marechal" ou simplesmente "Marechal" foi implantado em área considerada como de interesse social e desapropriada pelo Decreto nº75.281 de 23 de janeiro de 1975, abrangendo um conjunto de "seringais nativos" cujas dimensões eram as seguintes:

Seringal Recreio de São Luiz	- 53.639 hec.
Seringal Rio Preto	- 58.250 "
Seringal Rio Branco	- 59.400 "
Seringal Varadouro	- 43.500 "
Seringal Quatro Cachoeiras	- 27.000 "
Seringal São Carlos	- 54.535 "
Seringal Paranapanema	- 61.984 "
Seringais Alegria e Alto R.Preto	- 99.900 "
Seringais: Nova Vida, Canaã, Central, Rio Pardo, São Francisco, Massangana, Santa Cruz,	

Dessas desapropriações, que somaram 729.595 ha, foram extraídos 494.661 ha para a formação de P.I.C. "Marechal" um projeto concebido para abrigar a grande massa obreira rural direcionada à Ariquemes e "vocacionada" a constituir-se na essencial reserva de mão-de-obra, capaz de atender a demanda das lavouras cacaueiras a serem implantadas, suprindo com suas mercadorias sempre a baixo custo as necessidades de alguns grandes latifundiários que resolveram implementar as suas propriedades, caso típico da Frey Rondônia Florestal S.A., já aludida por nós, que pode ser aqui considerada como exemplo típico de uma 4ª categoria de proprietários:-

"...essa 4ª categoria de proprietários, os que fugiram do Decreto de expropriação ou souberam controlar seus efeitos e reduzir seu alcance que são as áreas particulares.."
." (Hébette & Acevedo, op.cit.:19).

O P.I.C. "Marechal", muito embora oriundo da mesma paternidade, devido as peculiaridades e disparidades quanto aos objetivos e funções para os quais fora concebido, não pôde ser comparado aos demais projetos criados e implantados pelo INCRA no mesmo Município. Retalhado em 4.672 parcelas com dimensões que variavam de 51 à 100 ha, foi encaixado às saliências e reentrâncias do relevo, fiel ao princípio de que o modelo de disposição longitudinal e em tabuleiro de xadrez, deveria ser seguido na sua íntegra. O resultado, pelo menos no ponto de vista estético, foi interessante: uma caprichosa colcha de retalhos onde retângulos de diferenciadas dimensões foram, pacientemente, dispostos lado a lado, resultando na distribuição seguinte: 7 parcelas com menos de 10 ha, perfazendo um total de 18 ha; 75 parcelas com menos de 31 e com um

máximo de 50 ha, perfazendo 3.179 ha; 3.561 parcelas com dimensões que vão de 51 a 100 ha, alcançando um total de 370.384 ha e, por fim, 1.029 parcelas com mais de 100 e representando 121.080 ha.

Nesse projeto o objetivo da ocupação espacial precedeu a qualquer outro e foi realizado sem um mínimo de critério técnico, onde as parcelas foram distribuídas indiscriminadamente, sem levar-se em consideração a adequação dos solos à prática de agricultura, desconsiderando-se questões relativas às inclinações das vertentes, existência de afloramentos rochosos, permanente presença de água, rodovias para escoamento da produção e, principalmente, o distanciamento físico para com os "Núcleos Urbanos de Apoio" e a cidade de Ariquemes. Todos os espaços existentes entre as propriedades particulares, ladeando o perímetro urbano da cidade de Ariquemes e os limites da mineração Massangana e sendo envolvida pelo "abraço protetor" do P.A.D. Burareiro, na sua porção sul e leste e por terras de "particulares" nos demais pontos, como bem se pode constatar nas figuras 13,14,21 e 22, onde as nesgas de terras, independentemente dos aspectos dimensionais, foram devidamente transformadas em "parcelas" ou depósito de mão-de-obra e, aleatoriamente, distribuídas aos ousados "parceleiros do Jamarí". Figura 22

â - Marechal - armazem de mercadoria: força de trabalho - Dentro de uma divisão interna do trabalho coube ao projeto "Marechal", além de servir como uma "inesgotável armazém de mercadoria força de trabalho", a função de sustentação logística de toda essa arrumação espacial. Os critérios

de seleção, então adotados, enfatizavam como " conditio sine qua nom", a disponibilidade da força de trabalho , por parte do pretendente a uma parcela do projeto complementando-a com outros critérios muito funcionais e objetivos:-

"residir na área, ser casado, não ter outra fonte de renda e ser exclusivamente agricultor" (Rodrigues:1983-entrevista).

O.P.I.C. "MARECHAL" E OS DEMAIS PROJETOS (1.982)

O pragmatismo em que se escuda o Executor do P.I.C. Marechal Dutra enfatiza o tratamento seletivo, discricionário e injusto dispensado aos colonos desse projeto deixando bem explícitas as reais intenções e finalidades quando se abriu esse canal de recepção a essa massa de expropriados. O diálogo que mantivemos com esse "executor", em setembro de 1984 na cidade de Ariquemes, subsidia as nossas colocações e, até certo ponto, dispensa quaisquer comentários:-

- Que tipo de Colono vai para o P.I.C. ?

"E o de família pobre, desamparada e sem recursos econômico"

- Mas como consegue iniciar a sua atividade? Porventura lhe é facultado o acesso a uma linha especial de crédito ?

"Seria interessante se o Banco desse apoio. Mas dificilmente consegue dar porque é muita gente. Então ele tem que ir mesmo com a mão-de-obra dele. Com a força de trabalho da família. O que se esforça para dar a essas famílias é estradas para ele pode escoar a produção.

- E qual é a distância entre essas pequenas unidades produtoras e os centros consumidores?

"De um a 50 quilômetros em lotes de 100 hectares"

- Após 8 anos, decorridos da sua implantação, o Projeto (P.I.C.) logrou sucesso ?

"O percentual é muito bom. Gira em torno de 80% de aproveitamento. A causa principal do insucesso é a doença.

- E quais são as características dos colonos que vão para o P.A.D. ?

"É um colono mais conscientizado. Ele é escolhido com a idéia de montar uma micro-empresa. É um micro empresário, inclusive quando se faz uma seleção do P.A.D. ele tem que ter um certo grau de instrução e um certo recurso econômico. Na entrevista já é

fixado o capital necessário. Na época da seleção tinham que apresentar um "contracheque" de CR\$ 40.000,00, isso há seis anos atrás".

- E a quem compete atender aos colonos desamparados ?

"A competência de atendimento aos colonos desamparados passou para o Governo de Rondônia que não tem condição de, inclusive, abrir estradas suficientes para atender as necessidades de expansão dos projetos. Nunca o Governo vai ter dinheiro, num ano, só para abrir o tanto de estradas necessárias. Aqui em Ariquemes temos 360 quilômetros de estradas para abrir no "Marechal Dutra", isso tudo com famílias assentados sem o "cara" nem poder entrar no lote dele e uns 350 quilômetros no Projeto Burareiro" (Rodrigues: idem, ibidem).

As afirmativas do "executor do Marechal" são muito claras e precisas não revelando nenhuma preocupação em escamotear verdades ou, simplesmente, fantasia-las através de fluências gramaticais. Trata-se do depoimento de um técnico, do executor de um programa elaborado em instâncias superiores. Esse texto corrobora no sentido de demonstrar que a lógica do capital não elege, como prioridades, questões que envolvam justiça sociais, sacrifícios de vidas, tratamentos isonômicos, imparcialidades distributivas de apoio creditício e técnico ou simplesmente deixa transparecer um mínimo de preocupação em oferecer ao "parceleiro" expoliado condições para que consiga praticar a sua acumulação primitiva e, porque não, tornar-se um micro-empresário rural.

Nesse sentido achamos de bom alvitre pinçar, do presente texto, colocações que julgamos de suma importância para um melhor esclarecimento como a que faz referência ao crédito ao pequeno e micro produtor rural e as questões atinentes às dificuldades de acesso às parcelas; o desinteresse de acom-

panhamentos dos resultados obtidos pelos "parceleiros" em relação às atividades agrárias e o consequente custo social do empreendimento e, por último, a incapacidade econômico-financeira do Estado, ou do próprio Município, para encampar a responsabilidade de dotar esse espaço de uma infra estrutura básica, principalmente no que tange a saúde e a circulação.

Todavia, antes de abordar a questão creditícia creio ser necessário reviver o perfil do "tomador" ou seja, do parceleiro típico do Projeto "Marechal". Para tanto reeditaremos as palavras do "executor" do INCRA:-

"É o de família pobre, desamparada e sem recurso econômico" (idem, idem, ibidem).

Pode-se concluir que se tratava de uma categoria de trabalhadores pertencentes a periferia do sistema econômico e cujo único bem repousava exatamente na sua força de trabalho. Essa horda de despossuídos chegava à Rondônia nos limites das suas possibilidades de sobrevivência após ter perambulando por outras frentes de trabalho e ter trocado a única mercadoria que possuía, o trabalho, por um valor equivalente apenas para satisfazer o mínimo das suas necessidades vitais. Em pesquisas de campo, realizadas em 1981, constatamos entre 60 entrevistados do Marechal que 33,3%, após os 14 anos de idade, já moraram em duas cidades; 33,2% passaram de 3 a 5 cidades e o restante, já moraram em 6 ou mais cidades do Brasil. Quando indagamos em quantos Estados já residiram ou trabalharam após os 14 anos de idade, para um universo de 70 parceleiros obtivemos as seguintes respostas:- 14,2% moraram anteriormente em apenas um Estado; 28,5% em dois Estados e 57,1% já residiram em 3 ou

nais Estados da Federação. Quanto à procedência e naturalidade, esses "parceleiros", com excessão da migração induzida da Bahia devido a cacauilcultura, procederam e são naturais dos Estados do Sudeste e Centro Oeste:-

Quanto a procedência:-

a - 745	procederam do Estado do Paraná	42,9%.
b - 171	" " " " Mato Grosso	9,8%.
c - 131	" " " da Bahia	7,5%.
d - 127	" " " de São Paulo	7,3%.
e - 105	" " " de Minas Gerais	6,0%.

Quanto à naturalidade:-

a - 352	são paranaenses	20,2%
b - 344	são mineiros	19,8%
c - 200	são baianos	11,5%

e apenas 188 nasceram no Estado de São Paulo, 118 no Espírito Santo, 97 no Rio Grande do Sul, 67 em Goiás, 58 no Ceará, 48 em Pernambuco, 43 em Santa Catarina e os demais, para completar um universo de 1.736 entrevistas representaram, praticamente, todos os demais Estados da Federação o mesmo ocorrendo com o ítem procedência. (Godinho, 1983:3)

Esse exército composto por homens desgastados pelas andanças e lides nos campos, onde uma maioria absoluta nunca foi proprietária de coisa nenhuma e o muito que conseguiu foi ser meeiro ou arrendatário, trazia nos seus respectivos currículos apenas e tão sómente a marca do tempo cravada em seus corpos surrados e as calosidades permanentes, em suas mãos de trabalho. O sonho de cada migrante era tornar-se proprietário. O preço a ser pago não fazia parte das suas conjecturas: O que

lhes faltava em experiência gerencial e administrativa e meios materiais para enfrentar o duro embate nas matas amazonenses, sobrava-lhes em força de vontade e disposição física. Após cumprido o ato ritualístico seletivo imposto pela INCRA e localizado o lote, lá iam em busca do que julgavam ser a grande oportunidade da vida: a propriedade da terra. As ações do INCRA limitavam-se ao franqueamento dos picadões abertos em plena selva e a demarcação da parcela que lhes cabia. O resto era com o "parceleiro". O ato de posse do parceleiro, um tanto mitigado pelas cláusulas contratuais, declaradamente unilaterais, outorgava-lhe inicialmente uma "Autorização de Ocupação" que seria substituída, em dois anos, por "Título Definitivo" caso, o parceleiro, conseguisse impor-se às dificuldades e dar provas de introdução de benfeitorias e de que mora no lote.

A singularidade dessa forma de ocupação, o desamparo a que foram submetidos e o incomensurável rol de dificuldades que tiveram que enfrentar ao longo de quase uma década, obtendo resultados que, segundo os parâmetros do pesquisador, podem ser considerados como medíocres, fogem completamente às expectativas e ainda tem o condão de romper todos os modelos ideais de vida, bem estar, conforto, etc. O impacto a que é submetido o "entrevistador-visitante" ao se defrontar com resultados, quer nos seus aspectos quantitativos ou qualitativos, tão ínfimos em relação ao dispêndio de trabalho e benefícios auferidos e verificar, ante a sua incredulidade, satisfação na execução da empreitada e nenhum arrependimento, por parte dos parceleiros, em ter vindo para Rondônia e servido-se a "consciência de"- como cobaia e instrumento ao capitalismo agrário, causaram-nos espécie principalmente após o re-

gistro e análise de diálogos mantidos com "parceleiros" como o paulista José Lino de Jesus da Linha C-95:

"A reforma agrária foi muito boa pra nós os pobre. Que eu morava no Estado de São Paulo e no Paraná. Não tinha nada. Trabalhava no que era dos outro. Pra mim foi muito bom".

O grau de miserabilidade em que vivem e a submissão a toda sorte de privações, e o fato de encontrarem-se enredados num sistema escorchante e expropriatório não constituem fatores, suficientemente importantes, para arrefecer-lhes o ímpeto para o trabalho ou aplacar a indivisível satisfação de haver alcançado o "status" de proprietários rurais. A compreensão para esse posicionamento, eivado de euforia e sucesso piegas, clama por posicionamentos não usuais o que nos remetem à questionamentos de ordem psicológicas, como questões relativas a satisfações pessoais, e conceitos sobre liberdade e Direito à propriedade da terra de "labor", conquistada e intimamente incorporada ao espaço vivencial do campones. Essa terra parece representar um segmento do seu próprio corpo, outorgando-lhe considerável "grau de importância" social ou "status" de proprietário parceleiro, passando a ser considerado como "produtor" e conquistando, embora parcialmente, o foro de cidadão e o indivisível "Direito de Ser". Com ela deixa de ser empregado, camarada, meeiro, arrendatário, pião para ser proprietário. Isto explicaria a sua tolerância às privações, o enfrentamento das doenças que lhe encurtam a vida e infernizam o seu dia-a-dia, e justificam o contumaz dispêndio de sobre-esforço físico empregado numa terra de baixa fertilidade e que nunca corresponde aos seus anseios produtivos. Isso, também, explicaria o seu insondável otimismo e indiferença às questões

de lucratividade e de crescimento econômico. É bem verdade que o constante desestímulo oriundo, das relações de mercado, reflete, na capacidade produtiva do parceleiro ao mesmo tempo em que o remete a involução tecnológica e a consequente depauperização, com todos os onus e consequências conjunturais. Todavia, enquanto não se consuma a plenitude da expropriação, o insensato otimismo do "parceleiro" transparece, apesar de tudo:

"As malárias com fé em Deus não é nada. Conheço quem é malária há muito tempo. Eu saia daqui com um filho nas costas. Eu chegava na BR (refere-se a rodovia BR 364 que fica a 30 quilômetros do seu lote) com malária. Eu chegava com o menino nas costas e eu doente também. Uma vez fui aqui. Outra vez vim aqui. Tropicava lá. Tropicava cá. Mais malária do que nós sofremos é impossível. Minha mulher esta com oito anos aqui. Tem malária até agora. Eu gastei o que não tinha.

Com o seu custo operacional avultado, pela inclemente ação palúdica, vítima contumaz dos atravessadores e lavrando uma terra de baixa fertilidade natural, as suas chances de evolução material esbarram-se em condicionamentos estruturais, do qual ele é a vítima maior. Todavia acha que compensou a sua vinda, ao afirmar:-

"Graças a Deus. Tenho o meu lote formado. A terra que peguei é fraca. Não dá feijão. Eu planto arroz, milho e café.

Desconhecendo completamente as regras de mercado e incapaz de organizar-se em Cooperativas, troca as suas mercadorias por equivalente monetário, muito aquém de remunerar condignamente o seu trabalho. Quando indagado sobre a questão de preço responde:-

"Aqui não tem preço não. Não tem porque o problema é esse. Quando o preço tá bom, ninguém tem. Quando a gente tem não vale nada".

Debalde a todos os açoitamentos a que esta submetido, mantém-se coerente aos princípios básicos que elegeu para a sua vida: "a terra". O valor que essa terra passa a ter para o "Marechal" extrapola ao monetário e ultrapassa a categoria da troca. Continua descapitalizado porque nada acumulou de acordo com os padrões capitalistas, mas quando inquirido com que capital veio para Rondônia e quanto tem agora, responde com uma ponta de orgulho:-

"Eu vim para cá com 2,5 milhões de cruzeiros. Hoje, em dinheiro não tenho nada. Em propriedade não dou a minha nem por 4, nem por 5, nem por 10. Porque eu não quero vende."

Na realidade a sua propriedade, transformada em mercadoria e colocada na bolsa imobiliária local, não remuneraria o preço do trabalho dispendido, as agruras passadas ao longo de uma década de sacrifícios ou teria condições de repor o capital, de 2,5 milhões de cruzeiros, dos anos 70.

O mesmo tema pode ser enfocado com outro personagem chamado Edson Fernandes Gobira (LINHAC. 80 da BR 364), baiano de Macarim, que embrenhou-se nas matas de Rondônia em 1974 em busca do mesmo ideal, trazendo no bolso CR\$ 400,00 e "feiras para 2 anos", Vítima de mais de trinta malárias trabalhou duro, perdeu muito mas permaneceu fiel ao ideal de ser proprietário:-

" a gente perdia tudo nos anos de 75, 76, 77. Perdia tudo. Uma média de 300 sacos de arroz; 60 de feijão e 200 carros de milho.

A gente vivia empregando-se com os "bura-reiros" fazendo cerca e roçagem. Várias coisas a gente fazia. Carne a gente comia quando a gente matava bicho"

O homem de Macaranin que aprendeu, com a prática, os segredos da mata amazônica e a conviver pacificamente com a morbidade da malária, após uma década e meia de sacrifícios, ostenta com orgulho o seu lote de 42 alqueires, com 8.000 pés de café produzindo, 4.000 pés de seringueiras, 12 hectares de pastagens com 23 cabeças de gado vacum leiteiro o que valia, em 1986, o equivalente a CR\$ 2.200.000,00. Quando perguntado se valeu a pena e se começaria tudo de novo respondeu:-

"Se eu vendesse esse meu lote, aplicaria em outro lote virgem e começaria tudo de novo"

Um interminável elenco de personagens anônimos poderia ainda ser evocado como:- o gaúcho João Costa de Melo, o mineiro Gersi Gomes Pereira, o baiano Pedro Tavares da Costa, o gaúcho Ivo Shimidt e tantos outros, cujas narrativas de vida seguiriam a mesma trilha e desembocariam no mesmo patamar. O papel que deveriam desempenhar era imutável, apesar de tudo. A questão da complementariedade sempre esteve muito presente nas relações desenvolvidas nessa "fronteira de recursos", preenchendo os espaços intersticiais das "lavouras de mercado", carreando investimentos infra-estruturais que ao viabilizar as empresas mineradoras e os latifúndios desencadeiam um dinâmico processo de urbanização do qual se locupletam os capitais, financeiros, mercantis e, por tabela, o industrial. Nesses arranjos e sub-arranjos espaciais coube também aos "marechais" a

estafante responsabilidade de produzir gêneros de primeira necessidade para atender a demanda, cada vez mais elástica, da população acantonada nesses pontos e, conseqüentemente, acelerando investimentos urbanos setoriais que avivam a reprodução cada vez mais ampliada dos detentores do capital

Nessas vertentes comparece o crédito Rural²⁰ com incursões dosadas e homeopaticamente distribuídas de modo a não curar totalmente o doente mas ampliando o tempo da sua agonia o que, em suma:-

"favorece o que dêle não precisa e penaliza os tomadores necessitados" (Accarini, 1987:154/155).

Sábiamente os gestores do espaço determinaram para o P.I.C. "Marechal", além das responsabilidades da produção de gêneros alimentícios para auto-consumo, a implantação de culturas perenes com a finalidade de "sedentarizar" os parcelheiros criando, segundo a sua ótica, uma salutar expectativa de futuro. Entre outros objetivos a opção pelo café e a borracha buscavam sacramentar liames e compromissos do migrante, recém chegado, para com o projeto uma vez que ambos cultivos além de requererem tratamentos específicos, demandam um razoável tempo entre a implantação e primeiras colheitas. Essa estratégia, notadamente no caso do café, encarregava-se de perenizar os "marechais" uma vez que implicitava alentadoras esperanças de transforma-los em produtores de uma mercadoria que, durante quase todas as suas vidas como colonos, fizeram brotar da terra corroborando para com o sucesso de vastas regiões do Sudeste-Sul e a riqueza e o prestígio social de muitos patrões. A opção do café, como carro-chefe do "Marechal Dutra", encontrava ainda respaldo na experiência de manejo de que eram dotados

o grosso dos "parceleiros" selecionados para esse Projeto e alicerçado ainda na "pseuda vocação natural" de Rondônia para tornar-se um novo e dinâmico polo da cafeicultura brasileira, beneficiando-se do fato de estar totalmente protegido das incidências do fenômeno da geada. E no sentido de se evitar digressões, mais uma vez, o Estado chama para si a responsabilidade da elaboração de um "sistema agrícola de produção para o pequeno produtor", estabelecendo modelos referenciais nos quais detalha conformações, níveis de associações, dimensões, produtividade, lucratividade mínima etc, como se pode depreender do texto abaixo transcrito:-

"Uma vez levantada a potencialidade dos solos da área do projeto, bem como o regime climático da região, chegou-se a definição da possibilidade de implantação das seguintes culturas perenes: cacau-guaraná-seringueira-pimenta do reino-café.
...As culturas anuais recomendáveis são arroz, milho, feijão, ..." (Curi, 1980:6).

Todavia a realidade do cotidiano encarregou-se de comprovar que os levantamentos e estudos edáficos, então processados, tinham como referencial uma macro-divisão ou regionalização dos solos o que, segundo os técnicos, permitia uma macro classificação quanto a tipologia e até mesmo um macrozoneamento agrícola, de duvidoso significado à nível das parcelas ou unidades produtivas agrárias, carentes de estudos mais adequados às suas realidades. O mesmo se pode dizer das questões climáticas onde a ínfima presença de postos meteorológicos não permite incursões seguras a respeito do regime climático ou elaboração de uma agro-metereologia de vital importância para o desenvolvimento de culturas tipo cacau, café e seringueira. O que preponderou, isso sim, foi a vontade política em

detrimento da orientação técnico-científica. E os resultados aí estão para serem cotejados. Os modelos referenciais propugnados pelo "sistema" transformou-se, na prática num verdadeira "camisa de força", tolhendo iniciativas, cerceando experimentações e limitando as possibilidades de êxito dos que a eles foram submetidos.

Dos seis modelos de produção proposto, o de nº III-IV e V, referiam-se, respectivamente a: cacau e guaraná; cacau e pimenta do reino e o "V", cacau solteiro, mais milho e arroz em rotação com o feijão e, evidentemente não se "adequavam" ao P.I.C. "Marechal Dutra". Para esse projeto foram elaborados modelos fundamentados em combinações de lavouras perenes de diferentes ciclos e consorciadas a agricultura de produtos alimentícios básicos, ou seja:-

"... achou-se por bem estabelecer modelos de produção que contemplassem duas culturas perenes, uma de ciclo médio longo e com poucos riscos econômicos e outra de ciclo médio com um nível de incerteza um pouco maior. Associada a estas plantações, tornou-se necessário introduzir a cultura anual, quer para garantir a subsistência da família, quer para gerar pequeno excedente que ensejaria alguma renda monetária no início do programa (idem, ibidem, idem).

Essas culturas perenes garantiriam a permanência dos parceiros em seus lotes pois tratavam-se de café e seringueira, passando pela opção da pimenta do reino. Em suma o "modelo I" referia-se a: café consorciado com seringueira, mais milho e arroz em rotação com o feijão. O "modelo II": seringueira consorciada com pimenta do reino mais milho e arroz em rotação com o feijão e o "modelo VI" café consorciado com milho e arroz, e estes em rotação com o feijão, garantindo-se,

em contrapartida o suprimento de "força de trabalho" assalariada ao empresariado rural vizinho e a produção firme de mercadorias alimentares de primeira necessidade subsidiando o "boom" da expansão demográfica concentrada principalmente na cidade de Ariquemes, centro administrativo, comercial, financeiro e político, dominado pelos "burareiros". A análise das amarrações, dependências e vinculações, mostra-se, até esse ponto, dotado de uma certa "logicidade" e, aparentemente, coerente. Mas, na medida passamos a elaborar outras categorias de análises que exponenciam características culturais e sócio-econômicas dos selecionados para o "projeto", uma vez que dos 1.736 candidatos à parcelheiros eram analfabetos 21,8%; os que soletravam e rabiscavam alguma coisa, principalmente o próprio nome, representavam 29,9% (Godinho, op.cit.:4) porém, se levarmos em consideração que o autor em referência, para a sua análise não separou candidatos do "Burareiro" com os do "Marechal" o percentual real dos analfabetos, desta última categoria, se computado isoladamente atingirá indicadores muito mais significativos. Somando-se esse fato aos critérios que prevaleceram para o selecionamento dos candidatos onde a preferência recaiu em itens como: disponibilidade de força de trabalho, ser exclusivamente lavrador e casado, dispensando-se experiências anteriores em atividades relacionadas a gerenciamentos rurais, como imputar a esse trabalhador verdadeira máquina de produção, a direção de uma unidade rural atrelando-o a responsabilidade de implantar culturas perenes que, implicitamente, exigem qualificações para o seu manejo, desenvolvimento e comercialização. Ora, sem portar em sua bagagem os mais rudimentares conhecimentos em administração rural e sem nunca ter sido proprietário de nada ou de coisa nenhuma e ain-

da, não afeto a tomadas de decisões e carregando o pesado fardo do analfabetismo o parceleiro do "Marechal", dado as suas características e os fatores circunstâncias, parece não encaixar-se, com precisão no esquema global de arrumação dos projetos, provocando avivamento e a transparência de inomináveis contradições.

Onde iria encontrar, o "parceleiro do Marechal", o imprescindível conhecimento teórico a respeito das transações bancárias de créditos com juros negociáveis, negociando prazos de vencimentos favoráveis, reinvidicando apoio técnico, agrupando-se em associações e entendendo das leis de mercado e das responsabilidades civís ? De um modo geral, os "marechais", compunham um exército de obreiros rurais despreparados como poderemos depreender do depoimento de um "parceleiro" da Linha C. 95 - "João Costa de Melo", que ilustra o tipo de personalidade jurídica desses trabalhadores que, desconhecendo o comum das relações usuais de comercialização, revelam ainda uma ingenua pureza muito própria das civilizações indígenas:

"puis oia, as maior dificuldade foi que tinha uns vizinho e a "gente" assinou de avalista deles. Aí o Banco seguiu diversas parcelas nossa de seringa, de café e tudo. Como eu também tinha feito um emprestimozinho e paguei. Depois disso não tive mais financiamento nenhum. Me respondero no Banco do Brasil que eu não poderia ter financiamento nem de uma caixa de fósforo enquanto não desse jeito de pagá aquelas conta que eu era avalista. A partir daí fiquei sem nenhuma ajuda"

Onde iria, o "marechal", buscar a necessária escolaridade que lhe permitisse ler as instruções que acompanham as embalagens dos insumos agrícolas, ter acesso a leituras

técnicas, ser capaz de discutir projetos e entender dispositivos e cláusulas contratuais ?

Como subsistir nos primeiros dois anos que o separam da colheita do café e os sete anos do primeiro corte na seringa para o início da coleta do látex ? Estariam os agentes financeiros dispostos a financiar esse longo período de carência, interposto entre a derrubada da primeira árvore e a primogênita roça de arroz, do feijão, do milho ou da mandioca ?

Em se tratando de colonização dirigida não se justifica isolar o trabalhador que foi cooptado pelos "organismos governamentais", submetendo-o a todo tipo de privações e abandonado à sua própria sorte. Deixemos que o "parceleiro do Marechal" fale sobre a sua experiência de vida: Santo Rosson Filho²¹ um dos pioneiros:-

"Cheguei em 6 de maio de 1976. Traduzindo toda essa minha luta diria que foi uma experiência frustrante. As causas podem ser resumidas nas seguintes:-

- 1º A morosidade do processo seletivo para introduzir os colonos da Gleba.
- 2º A falta de estradas, pois aos primeiros lotes chegavam-se por picadões, atravessando rios, pântanos e dormindo pelo meio da mata, enfrentando todo tipo de desconforto e perigo, sendo presa fácil da ação predadora de insetos, répteis, doenças, fome e miséria. Carregando 30 a 40 quilos nas costas a gente ia abrindo picadas dentro da mata. E foi assim que nós começamos aqui, por volta de 1977..."

E um estafante corolário de contradições e indagações vão emergindo. Como lhes dar a terra sem o domínio integral ? Como dividir o parco crédito rural existente de modo a manter a incolumidade do arranjo espacial perpetuado que ga-

ranta "essa cadeia sincrônica de dominação", onde diferentes categorias sociais desempenham papéis determinados pela necessidade de complementariedade ? Nessas circunstâncias o crédito agrário assume um posição de relevo uma vez que o volume de sua oferta, frequência e direcionamento é que vão manter os níveis das relações de trabalho e determinar a escala gradual de dependência interna

Todavia é sabido que em condições normais de mercado, historicamente, sempre se registraram carreamentos de créditos aos grandes produtores em detrimento ao pequeno. Para o específico caso de Ariquemes, muito embora o tratamento a ser dispensado ao "pequeno e micro produtor" devesse ser prioritário, como clamavam as necessidades, isso realmente não ocorreu.

Nenhum tipo de crédito ou qualquer auxílio em espécie subsidiou o "momento" do assentamento do "parceleiro" em seu lote. Dado a tipologia do integrante do Projeto, não cabiam às instituições de créditos franquear-lhes o essencial capital inicial devido aos riscos do empreendimento e a absoluta carência de garantias reais, por parte dos tomadores ou a ausência de "instituições oficiais", tipo CEPLAC com o cacau dos "Burareiros", que intermediasse e viabilizasse com o seu aval a concessão do crédito. O fato em si é agravado se levarmos em consideração que o acesso à terra não representava "direito à sua propriedade" mas apenas a "posse" isto é, o título de propriedade só lhes seria outorgado dois anos após a posse e condicionado a existência de benfeitorias e à sua presença no lote. O hiato compreendido entre a localização no seu peda-

ço de terra e a primeira colheita de arroz, feijão, milho ou mandioca, se tudo acontecesse sem grandes contra-tempos, ocorreria após um ano ou quase isso. Nesse período comprobatório, profundamente crítico, os recursos que garantiriam a sua sobrevivência deveriam sair das suas próprias reservas ou resultar da sua capacidade de, além de trabalhar em seu lote de modo a justificar a sua posse, vender a sua mercadoria-trabalho aos proprietários capitalizados ou, "in extremis", adotar a primitiva prática da caça, pesca e coleta de produtos silvestres, notadamente o "cáuchu", vendendo-os ou trocando por mercadorias essenciais como sal, açúcar, roupas, remédios, querosene, sementes e instrumentais de trabalho.

"... quando eu entrei aí, entrei com a família e a coragem que eu tinha. Não tinha nem mercadoria pra ficar, por exemplo 15 dia dentro do lote. E daí 3 dia eu roçava mato e derrubava mato e três dia nós tirava "cáuchu" aí nesse mato e vendia aí na BR pra fazer umas comprinha. Pra voltar, muita vez, necessário comprar um remédio e nem tinha nem dinheiro pra passagem.
(João Costa de Melo, pioneiro da Linha C-95)

"... a gente vivia se empregando como os "burareiros", fazendo cerca e roçagens. Várias coisas a gente fazia. Caçava. Carne a gente comia quando matava bicho".
(Edson Fernandes Gobira, pioneiro da Linha C-80 da BR364).

A escassez de crédito rural ao pequeno produtor não é novidade no Brasil. Relatórios do Banco do Brasil afirmam que já no ano de 1955 ele foi de apenas 3,8%, em 1960 de apenas 6,2% e em 1976 o índice não ultrapassou a 11,4% dos valores financiados (Munhoz, 1982:50), todavia, a partir de 1979 com expansão da fronteira agrária ou de recursos substanciais mudanças são registradas, segundo o citado autor:

"... A criação dos Postos Avançados de Crédito Rural do Banco do Brasil em 1979 teria criado condições para uma alavancagem em direção à meta de ampliação da assistência creditícia aos pequenos agricultores, tendo-se atingido, em 1980, um total de 1.183,1 mil produtores de menor parte cobertos pelo crédito rural do Banco do Brasil, para um total de 3.817,3 mil pequenos agricultores levando pelo Banco o que revela um atendimento de 31,0% do número total, coeficiente não muito inferior àqueles registrados para médios e pequenos agricultores" (idem, idem, ibidem).

Aceitamos plenamente a tese da relativa expansão do crédito agrário após 1979 acompanhando o "alargamento da fronteira agrária ou de recursos", como reiteramos repetidas vezes. Ao longo do nosso "vivenciamento" em Rondônia sentimos a presença marcante dos aludidos "Postos Avançados" em todos os núcleos e cidades da Amazônia Ocidental mas não constatamos, lamentavelmente, mudanças no direcionamento, canalizando-se os fluxos creditícios a quem realmente dele necessita e no exato momento em que aflore essa necessidade. Em Rondônia, notadamente em Ariquemes, o amparo creditício, quando existiu, fundamentado nas razões sobejamente ressaltadas por nós como despreparo dos "pequenos produtores" para assumir tais responsabilidades, carência de garantias reais, ausência de intermediação e aval "institucional" e a "críticidade", segundo os banqueiros, em aplicar em custeio e comercialização de lavoura de subsistência, escolheu-se os "parceleiros" do Marechal no momento em que mais precisavam do apoio creditício preterindo-se, nada mais nada menos do que, 4.672 famílias agricultoras (tabela 13) de um universo, até 1982 e excetuando-se as propriedades particulares (tabela 16), de 6.527 propriedades o que representa a não priorização de 71,5% da possível força produtiva agrária de Ariquemes. Convém ainda explicitar que por questões de conteúdo, e não de forma, o pequeno agricultor

em Ariquemes, recebeu a denominação de micro-produtor mas de acordo com as relações de produção, representa de fato a categoria de pequeno produtor uma vez que não possui capital, depende essencialmente da força de trabalho familiar, produz, substancialmente, mercadorias para auto-consumo com pequeno excedente comerciável, reside em lote de sua propriedade, que em média pouco ultrapassa os 100 hectares, e mantém relações de produção, totalmente, dependentes.

Ou seja, dos três projetos, "Burareiro Licitação", P.A.D. "Burareiro" e P.I.C. "Marechal Dutra" que perfazem ao todo, 822.125 hectares, até 1980, somente 4,57%, isto é 37.645 ha foram contemplados com algum tipo de financiamento rural. Ao "Marechal" coube receber crédito para 16.220 ha beneficiando cerca de 3,7% da totalidade do Projeto. O Burareiro Licitação teve 6.785 ha financiados, o P.A.D. Burareiro 12.875 ha e os latifundiários 2.125 ha. Uma análise superficial da distribuição dos créditos parece contemplar os pequenos produtores do "Marechal". Mas na medida que verificamos serem esses créditos destinados à implantação de culturas perenes como o café que teve financiado 13.810 ha e a seringueira com 2.410 ha simplesmente para "garantir a permanência desses parceiros em seus lotes, sedentarizando-os" e que, a partir então, minuíam-se os créditos quer de custeio, de comercialização ou, principalmente, os de investimentos é que a nossa suposta crença, na socialização distributiva dos investimentos, deve-nece completamente. Tabela 17

TABELA 17

ÁREA FINANCIADA POR PROJETOS — 1.980								
PROJETOS	MARECHAL ÁREA: 494.661 ha		BURAREIRO ÁREA: 304.923 ha		LICITAÇÃO ÁREA: 222.609 ha		o LATIFÚNDIOS	TOTAL GERAL ÁREAS FINANCIADAS POR PRODUTOS (ha)
	FINANCIADAS		FINANCIADAS		FINANCIADAS		FINANCIADAS	
	EM HECTARES	% ÁREA	EM HECTARES	% ÁREAS	EM HECTARES	% ÁREAS	—————	
CACAU	—	—	6.425	2,12	4.075	1,83	7 05	11.265
SERINGA	2.410	0,48	1.910	0,62	2.710	1,21	1.420	8.450
CAFÉ	13.810	2,79	4.120	1,35	—	—	—————	17.930
TOTAL FINANCI- ADO	16.220	3,27	12.875	4,09	6.785	3,04	2.125	37.645

FONTE: (HEBETTE & ACEVEDO) — op. cit.: 55 / 56)

° (obs - sobre latifúndios verificar nota nº 22).

A grande prova desse descarado "fisiologismo" emerge do estudo analítico do dossiê elaborado pelo "Executor" do referido projeto em 30 de abril de 1984, quando no ítem "Exploração Agro-Pecuária" referentes aos anos de 1978 e 1983, época da emancipação do projeto, apresenta os indicadores que permitiram a elaboração de um quadro referencial que projeta os resultados obtidos, possibilitando-nos, inclusive o estabelecimento de paralelo comparativo entre a produção de grãos do P.I.C. "Mal. Dutra" em 1978 e a obtida em 1983. Tabela 18

TABELA 18

PRODUÇÃO DE GRÃOS P.I.C. MARECHAL (1.978/1.983)									
PERÍODOS	CAFÉ		ARROZ		MILHO		FEIJÃO		TOTAL DE GRÃOS PRODUZIDOS. (EM TON.)
	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (TON.)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (TON.)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (TON.)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (TON.)	
1978	7.200	3.500	4.600	5.250	2.500	2.550	837	900	12.200
1983	3.728	3.255	3.559	5.442	5.177	7.576	2.006	1.094	17.367

Fonte: RODRIGUES, 1984 : 18.

A Tabela demonstra coeficientes que nos permitem elaborar as seguintes conclusões:

a - Uma redução drástica na área dedicada ao café. Dos 7.200 ha em 1978, caiu-se para 3.728 ha, registrando-se uma queda na área plantada de 48%. O mesmo fenômeno se verifica com a área de arroz que dos 4.600 ha de 1978 foi reduzida para 3.559 em 1983, quando a lógica deveria indicar uma sensível evolução da área por tratar-se de produto de primeira necessidade. Percebe-se que a rizicultura não acompanhou, em termos de expansão de área, a densidade demográfica que em 1979 era de 0,026h/km e, em 1983, já era quase o dobro, 0,047h/km significando, entre outras coisas, que a lavoura do arroz restringiu-se ao atendimento ditado pela auto-subsistência, sem excedentes comerciáveis e representando, porque não dizer, um retrocesso nas metas propugnadas e um sinal evidente da pauperização do parceleiro que se priva de mais uma fonte de renda monetária, passando segundo Accarini (1987:45) a praticar uma "agricultura de baixa renda" resultante da exploração a que se vê submetido por ocasião da venda de seu produto e pela contumaz presença de atravessadores e intermediários.

b - Levando-se em consideração que em 1979 o número de "parcelas" ou lotes distribuídos girava em torno de 2.607 e de que a produção de arroz, foi de 3.500 toneladas e que, em 1983 o número de parcelas já havia atingido a sua plenitude, 4.672, mas a produção de arroz foi de apenas 3.255 toneladas, vamos ter uma produtividade média de 1.342 quilos para cada "unidade produtiva" em 1978 e apenas 696 quilos em 1983

c - Observa-se, também, uma sensível evolução na área colhida de milho que das 2.500 toneladas produzidas em 1978 saltou-se para 5.177 em 1983, registrando-se uma expansão positiva de 107 %. No que tange a produção, muito embora tenha conservado praticamente a mesma em relação ao período anterior, das 2.550 toneladas de 1978 evoluiu-se para 7.576 em 1982, alcançando uma excelente "performance" em relação as demais "lavouras", ostentando uma taxa de expansão positiva em torno de 197%. Esses fatos nos levam a indagações e norteiam as nossas conclusões.

Por que a cultura do milho expandiu, a área do café foi, drasticamente, reduzida juntamente com a do arroz?. Por outro lado, porque aumentou-se a produção do feijão e maximizou-se a produção da mandioca (esse produto por não tratar-se de grãos não foi incluído na tabela 18) cuja produção em 1978 havia sido de 5.350 toneladas mas que em 1983 atingia 14.563 toneladas?

O que ocorreu, segundo o nosso entender, foi uma acomodação funcional ditada por uma série de fatores circunstanciais adversos aos "parceleiros" mas plenamente previstas pelos produtores desse espaço.

Diante da impossibilidade de se praticar uma agricultura comercial ou especulativa" (Accarini, op.cit.:43/45) assumem ônus e encargos de uma "agricultura de baixa renda" onde determinados produtos como o feijão, a mandioca e o arroz, como representam a base da alimentação do homem rural, assumem posição de destaque nesse depauperado setor produtivo.

A redução da área de café e o aumento das pastagens estão conectadas a introdução, de forma abrupta e radical, da bovinização no "Marechal", nos demais projetos e em toda a Amazônia, significando que esse processo de "assentamento e de colonização" apenas prepara a terra à "capinização" e a consequente expulsão dos trabalhadores rurais para "novas frentes" ou para as cidades. Com a intenção de demonstrar a dinamicidade dessa transformação invocamos o fato de que no "Marechal", em 1978, o rebanho bovino, que não passava de 5.000 cabeças para uma área de pastagens em torno de 7.500 hectares, em 1983 evoluiu para 11.340 cabeças e a área de pastagens alcançou 17.325 hectares registrando-se um acréscimo quantitativo em torno de 126% para o rebanho e 131% em relação às pastagens, fatos que justificam a expansão do cultivo do milho. Esses são, em suma, alguns dos resultados da aplicação de uma política avezada em priorizar minorias em detrimento aos interesses sociais e das classes obreiras. O cerceamento creditício, pelo seu contumaz procedimento em dificultá-lo ao máximo, quando a aplicação reveste-se de algum risco e o tomador é um pequeno produtor, ou ainda através de procedimentos institucionalizados que majoram o preço do dinheiro, inviabilizam a sua aplicabilidade num setor que produz mercadorias essenciais mas que não alcançam no mercado preços compatíveis com o custo da produção e dos juros, encarregam-se de distanciar a possi-

bilidade de "crédito" a quem mais dêle necessita.

b- A questão creditícia - O jogo de interesses dos grupos hegemônicos urde tessituras que enredam, cada vez, o despossuído e descapitalizado escamoteando-lhe todas as possibilidades de crescimento ou evolução e permitindo concentração de capital em segmentos sociais privilegiados:

"O agricultor, vale observar, não é o único beneficiário do crédito, pois até no financiamento à cultura dita de subsistência, o capital industrial e comercial tem seus interesses contemplados. Assim é que, entre dois mil financiamentos de lavoura branca examinados na documentação local, constam para os anos de 1977 a 1979 em Ariquemes, nada menos do que 340 financiamentos de mo-to-serras" (Hébette & Acevedo, op.cit.:33).

Muito embora os autores não declinem os beneficiários desses empréstimos de lavoura branca as evidências e as nossas pesquisas junto aos "parceleiros do Marechal" fundamentam as assertivas de que não destinaram, pelo menos diretamente, à financiamentos de lavoura de subsistência dos "Marechais". É bem provável que esses financiamentos levassem a rubrica de "investimentos ou comercialização" onde o Banco garante a sua contra-partida através de instrumentais jurídicos como a exigência de avalista, financeiramente idôneo, alienação fiduciária de máquinas ou equipamentos financiados ou para o caso de investimentos para a comercialização, o penhor mercantil do produto armazenado. (Accarini, op.cit.:154) De um modo geral, os "Marechais" dificilmente se enquadrariam às exigências para concessão de créditos, no aludido período, uma vez que não dispunham sequer da opção de oferecer seus "lotes" como garantia, dada a ausência dos "títulos de propriedade".

Todavia, pesquisas nesse sentido, reforçam a tese de que, através do pequeno produtor, os grupos hegemônicos praticam apropriações para favorecer determinados segmentos como se pode depreender da "denúncia" dos citados pesquisadores:-

"Comenta-se o caráter quase compulsório desse financiamento; da lavoura branca sem intervenção do órgão de assistência técnica e sem consulta ao interessado, o financiamento da lavoura branca vinha acompanhado de crédito para compra de móto-serra, sendo especificados no contrato a potência da máquina, os acessórios e a marca Stihl cujo representante exclusivo era um comerciante local que se tornou uma das maiores fortunas da cidade. E para garantir os interesses e a tranquilidade daquele negociante, o banco era quem lhe pagava diretamente o valor estipulado, sem o dinheiro passar pelas mãos do mutuário" (idem, ibidem, ibidem).

Como sempre o capital direciona-se aos que, de uma certa maneira, já o possuem. Em 1980, por exemplo, dos 857 projetos de financiamentos aprovados pelo Banco da Amazônia S.A. (BASA), agência de Ariquemes, 305 foram para a lavoura de cacau, 178 para implantação de seringais de cultivo racional e os 374 restantes para custeios gerais e investimentos diversos. Araujo, 1984:1) Em 1984, o recém criado, Banco do Estado de Rondônia S.A. (BERON) prioriza a cacauilicultura em detrimento, mais uma vez, dos pequenos produtores alocando-lhes 80% dos investimentos destinados a custeio e apenas 20% para os demais setores agrários, segundo a nota de um jornal local:-

"Cerca de 400 milhões de cruzados foram investidos pelo BERON nos últimos dias no setor agrícola de Ariquemes...
... Só a lavoura do cacau levou 320 milhões de cruzados como custeio com prazos de oito anos... (Fracaroli, 1987:7)

A desigualitária distribuição de terras, investimentos infra-estruturais e a parcialidade na concessão creditícia, concentrando-se em determinados pontos nodais do espaço agrário, privilegiando determinados segmentos sociais, responsabilizam-se pela formação de "lobbys" e pelo malôgro produtivo e social de toda uma ação colonizatória em Ariquemes, ou num outro ponto qualquer, o que provocou do Secretário da Agricultura do Estado, em 1985, críticas contundentes como a extraída do jornal "Parceleiro":

" 100 mil agricultores não atingiu a produção de 400 mil toneladas de grãos, não atingindo a média de quatro toneladas por agricultor. Um agricultor para ter perspectivas de prosperidade tem que produzir no mínimo entre arroz, milho, feijão e café, 150 sacos anuais. O nosso não está produzindo a metade. O Estado importa óleo de soja, fubá e farinha de milho" (Ferreira, 1985:3).

Produzindo pouco e mal numa vasta extensão territorial e exigindo investimentos em setores sociais num montante muito além das possibilidades orçamentárias, do Município ou do Estado, a comunidade já começa a colher os resultados de uma descompensada e mal estruturada malha agrária. Não dotado de suporte financeiro que lhe permita construir silos e armazéns, abrir e conservar estradas vicinais, cuja rede, sómente no Município, ultrapassa a casa dos 2.578 quilômetros (Caetano, 1986) e enfrentado profundos problemas nos setores educacionais e de saúde os gestores administrativos deparam-se com o cruciante dilema de ter que aplicar sem ter onde e como arrecadar. Acuados pelas pressões burocráticas e políticas, e sujeitos a todas as modalidades de expoliação, os produtores agrários, desestimulados ante a voracidade da expropriação do

seu trabalho, diminuem os índices de produtividade e enveredam na ciranda da miserabilidade.

"pesquisas recentes mostram que o produtor agrícola fica com apenas 18%, em média do valor pago pelo consumidor" Streit, 1983:4).

Ao ser remunerado abaixo da inflação e não conseguindo repor o "montante" dispendido, automaticamente, ve-se privado de utilizar sementes adequadas e de qualidade e do acesso aos insumos vitais, abandona as roças mais exigentes de custeios e, grande parte, abandona, inclusive, o próprio lote²³ ou passa a praticar uma agricultura de subsistência, cujo primitivismo pode ser comparado a das "Nações" indígenas.

"... hoje o agricultor tem que entregar o arroz com no máximo 13% de umidade. E como ele vai secar esse arroz no sistema de inverno da Amazônia ? (Sales, 1984:3).

Não tendo onde e como secar a mercadoria²⁴ e não dispondo de condições para estoca-la o "parceleiro" torna-se uma dócil vítima nas mãos dos atravessadores.

"... o produtor ainda é pobre, não tem condições de esperar tanto. Ele tem que vender logo para comprar o sal, o açúcar, o remédio e outras coisas. Ai ele é obrigado a entregar para o comprador particular (atravessador) que lhe paga, no máximo, 6 mil cruzeiros por saca que, pelo C.F.P., poderia atingir até 15 mil cruzeiros" (idem, ibidem, idem).

O candente discurso do Deputado Federal por Ariques revela a situação altamente preocupante, ocasionada pela ação de forças políticas oriundas das decisões centralistas e majoritárias. Ao clamar pela concessão de tratamento "diferen-

ciado" para com as mercadorias agrícolas de Ariquemes deixa transparecer as grandes contradições de um sistema injusto, totalitário e segregacionista, principalmente ao afirmar que o "parceleiro":-

"... precisa preço diferenciado-mínimo maior do que dos centros produtores do sul, dados os custos de produção aqui serem mais altos.

... por tudo isso que o nosso agricultor vai mal. Em consequência, o Estado vai mal. Muito mal" (idem, ibidem, idem).

No nosso modo de ver, o estabelecimento de preços diferenciados apenas postergam os atuais problemas porque não atenuam o peso dos grilhões representados pelos atravessadores e deve ser considerados como medida paliativa, de cunho conjuntural. Ao envolver subsídios governamentais, bancando as diferenças no preço real em relação às mercadorias produzidas em outros Estados e com preço de mercado mais competitivas, apenas serviria para fecundar as relações "paternalistas" até então existentes porquanto não introduz mudanças na estrutura das relações e aprofunda, ainda mais, os laços de dependência entre o produtor-agência de financiamentos e política administrativa. Consideramos que a solução pode ser encontrada com a introdução de transformações nas relações de produção, pressupondo-se uma maximização na assistência técnica, facilitação de acesso dos produtores aos insumos, sementes selecionadas e com germinação garantida, máquinas de semeaduras, sacarias, além de melhorias e assistência permanente nas vias de acesso aos lotes, instalação de unidades secadoras e máquinas de beneficiamento coletivos, silos e armazéns dimensionados para receber toda a produção ofertada. Enfim investindo decisivamente na maximização dos fatores que conduzam à maior lu-

cratividade. Isto é, produzir mais e melhor, num menor espaço, com menor custo e com a garantia de taxa de lucratividade compensatória tangível através do monitoramento, técnico-administrativo, do plantio à venda final do produto, sem hiatos ou interrupções com garantia, na ponta, de preço justo de mercado, parece-nos ser a única e viável saída para o impasse criado pela estruturação do atual arranjo espacial de Ariquemes. Semelhante política tenderia romper o "efeito cascata": - baixa produtividade, queda da renda monetária, colapso no setor comercial e mercantil pela retração de demanda, diminuição nas arrecadações com objetivos socializantes, empobrecimento, expansão física das cidades, proletarianização do homem do campo, bovinização ou capinização e assim, sucessivamente. O rompimento do elo dessa cadeia, socialmente perversa, pressupõem maximização da produtividade agrícola e a adoção política de ação integrada que trate de recuperar e incorporar socialmente o parceleiro certo de que, a sua aniquilação e condução à miserabilidade significa mergulhar-se num processo autofágico. O reconhecimento desse produtor, como produtor, reestabelecendo-lhe todas as prerrogativas que lhe são inerentes, envolvendo mudanças no discurso político e revisando elementos de ordem estrutural, parece-nos ser uma segura opção para o dilema do pequeno produtor agrícola de Ariquemes.

TABELA 19

PRODUÇÃO DE MERCADORIAS AGRÁRIA DE ARIQUEMES E ESTADO -1980 / 1985																						
		ARROZ			FEIJÃO			MILHO			CAFÉ			CACAU			SERINGA(1)			BOVINOS (2)		
		A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C		Nº cab.	
1980	ARIQUEMES	20.922	19.372	926	9.000	3.016	335	7.747	6.309	814	3.009	3.011	1.000	065	16	246	2.697	—	—		23.123	
	RONDÔNIA	104.873	117.016	1.115	28.681	13.337	465	65.900	67.023	1.017	24.768	33.577	1.355	6.847	2.245	328	7.465	—	—		251.419	
1981	ARIQUEMES	21.543	36.623	1.700	5.323	1.490	279	10.000	18.000	1.800	3.009	2.944	978	1.117	179	160	7.040	—	—		25.406	
	RONDÔNIA	125.264	217.030	1.733	26.466	8.167	309	66.888	114.065	1.705	28.148	29.152	1.035	10.789	3.460	320	13.733	—	—		254.348	
1982	ARIQUEMES	11.500	17.250	1.500	100	60	600	8.640	15.552	1.800	5.955	5.836	980	5.635	1.030	182	7.040	—	—		25.000	
	RONDÔNIA	111.285	188.714	1.696	67.556	45.195	669	80.830	136.434	1.688	44.991	45.104	1.003	17.625	6.783	384	13.733	—	—		347.279	
1983	ARIQUEMES	7.800	9.360	1.200	2.500	1.200	480	7.320	10.248	1.400	6.020	6.550	1.088	10.750	2.770	257	8.598	—	—		39.500	
	RONDÔNIA	74.940	100.576	1.342	41.233	21.111	512	66.785	97.432	1.459	46.344	50.646	1.093	22.547	9.960	441	16.648	—	—		575.083	
1984	ARIQUEMES	21.501	25.801	1.200	6.200	3.120	503	12.215	17.101	1.400	7.318	5.152	704	16.970	5.994	353	8.598	—	—		44.068	
	RONDÔNIA	120.862	181.847	1.504	86.356	51.658	598	107.752	158.012	1.466	56.334	39.732	705	31.121	15.634	502	16.648	—	—		776.478	
1985	ARIQUEMES	25.044	30.053	1.200	1.230	5.080	413	4.820	8.676	1.800	8.159	9.345	1.148	20.354	9.831	483	8.598	—	—		53.111	
	RONDÔNIA	147.851	219.101	1.482	59.629	36.050	604	90.850	147.764	1.626	62.653	74.124	1.783	36.617	22.722	620	16.648	—	—		918.070	

CONVENÇÃO

1 - SERINGA - AINDA SEM PRODUÇÃO, REFERENCIA ÁREA PLANTADA.

2 - BOVINOS - NUMERO DE CABEÇAS EXISTENTES

A - ÁREA COLHIDA = (ha)

B - PRODUÇÃO = (t)

C - PRODUTIVIDADE = (Kg / ha)

FONTE : CEPA - RO - COMISSÃO ESTADUAL DE
 PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE RONDÔNIA.
 CONVENIO SEAG / ASTER / MA / RO - PORTO
 VELHO . 1.985 : 140 / 148

O Malogro Produtivo

Os projetos de colonização implantados em Ariquemes no período de 1975 à 1984, excetuando as áreas destinadas à licitação e as particulares que não foram desapropriadas pelo INCRA e as províncias mineralógicas, abrangem uma área física de 885.412 ha subdivididas em 7.707 lotes de variáveis dimensões, apresentaram, no período de análise, (1980/1985) utilização sempre inferior a 10% da sua totalidade. Esse coeficiente pode ser considerado irrisório se levarmos em consideração os propósitos e objetivos pelos quais foram criados os Projetos de Colonização em Ariquemes. Indicadores contidos na Tabela 19 ressaltam o pífio aproveitamento desses espaços rurais, dando-nos uma idéia da lenta evolução quantitativa registrada nesse espaço. De uma área plantada de 51.147 ha (1980), após 5 anos, atingiu-se apenas 86.158 ha.. Levando-se em consideração que a soma da área dos referidos projetos é de 885.412 ha o aproveitamento foi, em 1980, de apenas 5,77% e em 1985 de apenas 9,73%, como pode-se verificar na Tabela 20:

EVOLUÇÃO DAS AREAS NO PROJETO (1980/1985) EM HA		
Anos	Áreas Plantadas em ha	% dos Projetos
1980	51.147	5,77
1981	56.458	6,37
1982	47.203	5,33
1983	56.154	6,34
1984	87.491	9,88
1985	86.158	9,73

Fonte: Tabela 19.

Os percentuais de utilização da terra (área plantada) apresentaram, no mencionado período, uma escala muito abaixo das expectativas. De 0,60% para o biênio (80/81) à menos 1,04% para (81/82) e 1,01% (82/83) e, sómente alcançando 3,54% em (83/84) graças a implantação do Projeto Machadinho e, cuja expansão então verificada deve ser creditada à acréscimo de novas áreas e não a melhoria de aproveitamento nas áreas já existentes. Registre-se o fato de que no período (84/85) a expansão foi de apenas 8,15%. Todavia como, na maioria absoluta desses 7.707 lotes boa parte da cobertura vegetal original já foi derrubada e, "devidamente", incendiada eles enquadram-se, apesar da improdutividade, dentro dos parâmetros estabelecidos pela Política agrária brasileira onde o simples e nefasto ato depredatório (derrubada e queimada) são considerados como evidentes sinais de "melhoria e ocupação da terra" o que, de certo modo preserva a incolumidade do direito de propriedade mas a desvirtua, totalmente, dos seus objetivos sociais.

A tabela 19 nos permite ainda visualizar uma manifesta "tendência" em diminuir, cada vez mais, os espaços destinados à "lavoura de consumo local ou regional" arroz, feijão e milho.

O declínio das áreas destinadas às lavouras temporárias ou anuais é inversamente proporcional a expansão da cacauicultura no (Burareiro e Burareiro Licitação) e cafeicultura (Marechal e Machadinho) e pelo avanço das pastagens, em todos os Projetos, substituindo lavouras perenes como as do café e as seringueiras²⁵, e em algumas áreas o próprio cacau, mas de um modo mais efetivo e sistemático, as áreas das lavou-

ras temporárias. Tabela 21

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE CULTIVOS PERENES E PASTAGENS (1980/1985) EM HA.			
ANOS	CACAU	CAFÉ	PASTAGENS
1980	65	3.009	7.707
1981	1.117	3.009	8.466
1982	5.635	5.935	8.333
1983	10.750	6.020	13.166
1984	16.970	7.318	14.689
1985	20.354	8.139	17.903

Fonte: Tabela 19.

Obviamente, como bem se percebe na Tabela 21, a expansão física da cacauilcultura se fez num ritmo forte e seguro a partir dos anos 80, alcançando em 1981 um aumento quantitativo de 1.618% e em 1982, 404,4%. O surto expansional dessa cultura em 1983, relacionada ao ano anterior que foi de 90,7%, marca o final do "boom" de implantação dessa lavoura e, até certo ponto, arrefecimento nos ímpetus produtivos fato decorrente dos desístimulos que se abateram sobre a lavoura. Em 1984, a expansão relativa ao ano anterior que havia sido de 57,8% despencou para 19,9% em 1985. Um conjunto de fatores negativos contribuiu para a contenção quantitativa e qualitativa do cacau, como assistência técnica, questões de mercado, apoio creditício, etc, temas que já abordamos no Capítulo ao qual queremos acrescentar os danos causados pela prática indiscriminada da "coivara" que somente no ano de 1983 foi a responsável por prejuízos da ordem de 500 milhões de cruzeiros com a queima de 765 hectares de cacauais. (Parceleiro, 1983:3) Por outro lado a expansão física da cafeicultura, lavoura com a qual pretendia-se sedentarizar os parceleiros do "Marechal",

ao alcançar em 1983 uma expansão de 97,9% em relação ao ano anterior parecia indicar que, em breve, essa província transformar-se-ia num novo pólo cafeeiro de Rondônia. Todavia os indicadores verificados nos anos subsequentes, 21,5% em 1984 e sómente 11,2% em 1985, demonstram, cabalmente, o sepultamento dessas vãs esperanças. Mas enquanto encurtaram as áreas físicas destinadas às lavouras perenes e de subsistência, sorrateiramente, adensaram-se os espaços dedicados às pastagens que, em Ariquemes, notabiliza-se pela sua expansão segura e firme. O auge desse crescimento, verificado no período, parece coincidir com a do menor índice de desenvolvimento físico verificado nesse interregno com a lavoura do café (1983).

O quadro demonstrativo da produção de grãos (arroz, feijão e milho) para o período compreendido entre 1980/85 destaca uma produtividade média de 38.051 toneladas/ano com o seu pico produtivo fixado no ano de 1981 quando atingiu 56.113 toneladas. Tabela 22.

PRODUÇÃO DE GRÃOS EM ARIQUEMES (1980/1985) T.					
ANOS	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	CAFÉ	CACAU
1980	19.372	3.016	6.309	3.011	16
1981	36.623	1.409	18.000	2.944	179
1982	17.250	60	15.552	5.836	1.030
1983	9.360	1.200	10.248	6.550	2.770
1984	25.801	3.120	17.101	5.152	5.994
1985	30.053	5.080	8.676	9.345	9.831

Fonte: Tabela 19 e FIBGE, 1987.

Esses indicadores se cotejados sómente com os potenciais produtores de grãos dos projetos P.A.D. e P.I.C. Marechal, que em seu todo representam, nada mais nada menos do que 6.227 parcelas, efetuada a divisão vamos ter uma produção média de apenas 6.110 quilos/ano por unidade. Se, todavia, considerarmos apenas a produção do anos de 1983 vamos ter uma média em torno de 3.341 quilos/ano por parcela, enquanto que a do ano agrícola mais favorável não ultrapassou a casa dos 10.000 quilos por unidade, isto é:- 9.012 quilos/ano. Muito embora, se perceba uma gradual evolução produtiva para as lavouras perenes, tipo café e cacau, com um pequeno tropeço para o café no ano agrícola de 1984, mesmo assim esses totais auferidos colocam-se muito aquém dos índices de produtividade obtidos, com essas mesmas mercadorias, no próprio Estado de Rondônia e inferior também, as médias nacionais de produtividade. Tabela 23

PRODUTIVIDADE COMPARATIVA-MÉDIA DAS MÉDIAS (1980/1985)T			
Mercadorias	Ariquemes	Rondônia	Brasil
ARROZ	1.286	1.478	1.635
FEIJÃO	. 435	509	456
MILHO	1.385	1.493	1.786
CAFÉ	1.011	1.056	2.681
CACAU	279	430	637

Fonte: Tabela 19 e FIBGE, 1987

A exposição das médias das médias anuais, obtidas no período, indicam uma flagrante inferioridade produtiva de Ariquemes em relação aos Estados de Rondônia e às médias nacionais. A produtividade de arroz, por exemplo, é 14,9% inferior a do Estado e 27,1% a menor em relação ao Brasil. O fei-

jão está aquém da média estadual em 17,0% e 4,8% da Nacional. O milho vem com uma produtividade inferior em 7,7%, relativo ao Estado e 28,9% do setor agrário classificando-se também com médias inferiores às obtidas no Estado e nas demais regiões produtoras brasileiras. O primeiro vem com uma produtividade média inferior a 4,4% com referência ao Estado, e 16,6% à média da Nação. O cacau coloca-se, nesse período, 54,1% abaixo da média Estadual e 128% inferior ao conjunto dos grandes e tradicionais produtores do País. Os rendimentos médios obtidos nos projetos mais recentes, também não são dos mais animadores como se pode verificar nos indicadores de produtividade do "Projeto Machadinho", ano de 1986, onde o rendimento do arroz foi de 1.110 kg/ha; o do feijão 0,52 e do milho 8,93. (Pinho & Ferreira, op.cit.:14)

a - A questão da produtividade - A substancial melhoria da produtividade tem sido apontada, com menor ou maior ênfase, por uma maioria absoluta de estudiosos como a solução para o desenvolvimento das atividades agrárias. A ideologia capitalista destaca também a baixa produtividade como consequência direta de alguns fatores que consideram inerentes aos pequenos e descapitalizados produtores rurais. Liderando a lista dos fatores negativos, segundo essa corrente, comparecem a falta de dedicação ao trabalho, por parte do pequeno produtor, e a excessiva valorização que este dedica ao lazer e a ociosidade. Fazem ainda parte desse rol de críticas a compulsão cultural, de que são dotados, à gastos com superfluos e excessivos dispêndios com atividades não lucrativas e nem prioritárias. Consideram ainda que os pequenos produtores não tem o hábito da poupança e nem investem em suas proprieda-

des visando otimizar a produtividade e maximizar lucros. Advogam também que a prática da política educacional que leva a escola até o campo constitui, acima de tudo, como um preponderante fator de facilitação dos canais de esvaziamento deste campo, argumentando que a nova geração, na medida que aprimora os seus conhecimentos, deixa as atividades que desenvolvia na área rural, indo empregar-se na cidade. (Schultz, 1965:37/39).

Para os menos avisados ou simplesmente preocupados com os aspectos formais e funcionais dos fenômenos sociais, essas assertivas são, realmente, pertinentes e encontradiças nas relações rurais. Nas pesquisas que realizamos no campo tivemos a oportunidade de participar de inúmeras manifestações de atividades sociais, religiosas, esportivas, etc. Para o homem do campo, fisicamente isolado dos aglomerados urbanos, os acontecimentos de cunho religioso, como a esporádica missa realizada na igreja do Núcleo, os casamentos, batizados, comunhões, quermesses e demais atos sacros, revestem-se de alta significação social, principalmente para quem é privado de todas as benesses urbanas. As festas nos "centros sociais", as longas churrascadas, muito fartas de bebidas e alimentos, embora contrastem com a pobreza dos promotores representa, não um desperdício ou gastos com supérfluos mas, o atendimento a uma das necessidades básicas fundamentais de todos os seres humanos que é o lazer e a sociabilização. Esses acontecimentos constituem uma das poucas opções de manifestação de júbilo, de entretenimento e de lazer. . Através desses eventos que se mascaram as contumazes privações sociais e os contidos sentimentos de angústias e de frustrações. Através deles realizam-se socialmente e renovam as forças para os desiguais embates do cotidiano. Os torneios de futebol, os jogos de malha, a bocha e o

truco tem o mesmo significado dos cinemas, teatros, restaurantes, barzinhos, clubes, tenis, os grandes estádios de futebol, os espetáculos artísticos, o telefone e todo os demais eventos modernos a disposição em qualquer cidade, quer sejam, pequenas, médias ou grandes. Quando realizavamos, em nossa pesquisa, enquête a respeito da lucratividade obtida com as diversas atividades produtivas ocorridas, principalmente na área do projeto "Marechal", constatamos a princípio com uma certa surpresa, que nem sempre a renda auferida, margem restante entre as receitas e despesas, eram aplicadas diretamente em "investimentos" na área produtiva (propriedade) ao verificar que, de 93 entrevistas, 11,8% adquiriram veículos de passeio e 11,8 eletro-domesticos. Pela ordem, geladeiras, fogões e televisores. Enquanto 9,6% aplicaram em gado, 54,8% não especificaram suas aplicações alegando, simplesmente ter investido no lote. Nenhum dos proprietários possuíam veículos utilitários ou de carga, nem tratores ou implementos agrícolas. Suas propriedades também não contavam com silos, armazéns, água encanada, geração de energia elétrica ou instalações sanitárias anexadas ao corpo da residência. Em termos de custos-benefícios, a aplicação em bens imóveis e eletro-domésticos, não investindo em setores que visam a maximização da produtividade de mercadorias agrícolas, pareceu-nos, perfeitamente adequados e compreensíveis uma vez que as taxas de retorno não remuneram, condignamente, o volume de trabalho empregado e representam um verdadeiro desestímulo à poupança. Os pequenos produtores estão perfeitamente conscientes de que as relações de mercado não lhe são favoráveis e que o aumento da produtividade significa, dentro da conjuntura existente, elevação dos custos e diminuição dos lucros devido a inexorável lei da oferta e pro-

cura. O aprendizado do rudimentar mecanismo de mercado veio-lhes através das dolorosas experiências de "ensaios e erros". A esse respeito, o Presidente da Cooperativa Agro-Pecuária Mista de Ariquemes, já registrara no "Jornal O Parceleiro" em 21 de agosto de 1979, uma radiografia muito cruel dessas relações em Ariquemes:-

"O Município perdeu, sómente nesta safra agrícola, um total de 400 mil sacos de arroz, 250 mil de milho e aproximadamente 15 mil de feijão. Quem adquiriu um saco de 60 quilos de semente de feijão a CR\$ 1.200,00 sofreu prejuízos consideráveis pois o produto vendido a atravessadores não teve a cotação superior a CR\$ 250,00 o saco..." (Hirama, 1979:7)

Em 1983 a Delegacia Regional de Agricultura de Ariquemes, através de um dos seus mais eminentes técnicos, vivamente preocupada com as desiguais relações de mercado altamente punitivas ao produtor rural, elabora programa de associativismo que ressalta a questão da falta de incentivo ao produtor. Desse documento extraímos que:

"...é necessário que se aproxime o agricultor do consumidor. Pesquisas recentes mostram que o produtor agrícola fica com apenas 18%, em média, do valor pago pelo consumidor. Na medida em que ele aumentar este percentual, mais motivado estará para adoção de novas tecnologias, ou mesmo aceitação de modernos conceitos de saúde, armazenagem, de transporte e de comercialização" (Streit, 1983:4).

Embora não desejando entrar no mérito das questões colocadas por Streit (op.cit), a verdade é que o produtor continuou sendo explorado, os preços prosseguiram aviltados, a pauperização crescendo enquanto a produtividade vem despencando a cada ano agrícola. O pequeno produtor continua à mercê

dos atravessadores e sem nenhuma proteção institucional. Não é sem razão que os indicadores da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado apontavam no segundo semestre de 1986, a cidade de Ariquemes como a possuidora, juntamente com Rolim de Moura, do maior número de Comércio atacadista de Cereais (café, cacau, castanha, arroz, milho e feijão) de todo o Estado de Rondônia. De 303 unidades instaladas no Estado, 40 delas achavam-se em Ariquemes. (S.I.C., 1986:59)

A questão da produtividade, que na prática apresenta-se muito mais complexa do que possa aparentar, envolve uma variada gama de fatores de produção, perfeitamente elencados por (Streit 1983), como: saúde; terra, acesso, mão-de-obra, educação, tecnologia e assistência técnica, crédito rural, máquinas-ferramentas-implementos, sementes, adubos e corretivos, defensivos, armazenagem, transporte e comercialização, para em seguida fazer a seguinte afirmação:

"A solução correta de cada um destes fatores deve levar o agricultor e, por extensão, a comunidade, a ocupar um espaço maior no contexto da economia local, obviamente. Para solução destes itens, necessário se faz que sejam implantadas ações específicas a cada um deles, sequencialmente. Há uma ordem a ser seguida e, salvo melhor juízo é esta acima"(Streit, op.cit.:3).

Embora o autor defenda a concomitância das ações, prioriza a ordem de precedência. Como esse documento foi elaborado há cinco anos atrás, acreditamos que, na atualidade, a ordem de precedência seria exatamente a inversa. Na questão da comercialização, armazéns, transportes, entre outros, residem hoje os pontos cruciais das relações de produção tão desfavo-

ráveis aos produtores rurais de Ariquemes. Sem desprezar a fundamental importância dos demais fatores, acreditamos que o ilustre técnico concordaria com a nova ordem de precedência. A total reversão dessa situação, que pressupõe mudanças estruturais, envolvem desde posturas políticas diferenciadas, fomento às pesquisas e experimentações, modificações nos mecanismos de comercialização, incentivo ao cooperativismo rural, introdução de cultivos agrícolas alternativos e de pequenos animais e especialização, com possíveis "zoneamentos" específicos e incentivados.

A necessidade de se fazer renascer o incentivo à produtividade recupera, necessariamente, um "rol" de fatores imprescindíveis e essenciais, elencados por (Streit, op.cit.) A simples incentivação de fatores isolados como o aumento da produtividade em si, parece-nos representar, além da sua inocuidade pelos reflexos já apontados, uma ação despropositada se não acompanhada de profundas mudanças nas relações de mercado entre:- produtor, intermediação, consumidor.

A existência de programas incentivados que não percam de vista o conjunto dos fatores produtivos, estimulando e incentivando o "parceleiro" a aumentar a rentabilidade certo de receber justa compensação, pelo trabalho e pelos novos fatores de produção utilizados, constituem ações defendidas por (Shultz, 1965), (Jonhston & Kilby, 1977) e (Accarini, 1987). A maximização do trabalho agrário sómente será conseguida quando a taxa de retorno for compatível as aplicações em novos fatores e ao trabalho:

"São fracos os incentivos para essas pessoas trabalharem mais do que fazem, porque a produtividade marginal do trabalho é muito baixa, e os incentivos para economizarem mais do que fazem são fracos, porque a produtividade marginal do capital é também muito baixa" (Schultz, op.cit.:39).

O posicionamento crítico, oriundo das classes dominantes ou do ideário dos majoritários, objetiva mascarar verdades e inverter as causas pelos efeitos. Na defesa de posturas conservadoras e o primado da concentração de capitais e, como consequência direta o Poder político, sustentam teses que defendem intransigentemente a "divisão interna do trabalho", arquitetando relações e arranjos, muito funcionais, que visam impedir a mobilidade vertical sócio-econômica, dos pequenos agricultores, ao cercear-lhes acesso aos canais que conduzem à socialização dos lucros e a distribuição mais equitativa dos créditos e assistência técnica bem como aos resultados finais, das pesquisas e experimentações agro-tecnológicas. Considerados ainda, pela classe economicamente majoritária, como incapacitados à prática do auto gerenciamento e acumulação de capitais por absoluta carência de dedicação ao trabalho e vocação à poupança, esse segmento ainda é criticado pela avidez com que procura ter acesso ao sistema educacional fato esse que, segundo a classe hegemônica, apenas serve como veículo viabilizante aos "escapes" das novas gerações rurícolas para a cidade, ao adequar-lhes, embora rudimentarmente, à empregos urbanos. Assim, fundamentados em tais premissas, os detentores do Poder, passam a utilizar, amiudemente, a cantilena da "produtividade" e dos perigos representados pelo acirramento do êxodo rural. A enfática defesa da fisiológica política-agrária na qual, o pequeno produtor deve e precisa produzir mais e melhor e que, para atingir essa desiderata, necessita dedicar-se

com mais afinco ao trabalho, comparece eivada de superficialidade e plena de cinismo. Em nenhum momento mencionam as questões de preços, que assegurem a lucratividade dos produtores, ou levam em consideração o binômio: custos-benefícios e nem, tão pouco, comparecem questões pertinentes a infra-estrutura, notadamente a saúde o que, em Ariquemes, toma proporções calamitosas:

"De acordo com pesquisas feitas em documento elaborado por técnicos da EMBRAPA, cerca de 90,4% dos colonos, após a chegada no projeto "Machadinho", contrairam doenças ou manifestaram problemas de saúde, decorrentes de Malária, levando-os a perder uma média de 55 dias de trabalho parados devido às enfermidades"(Pinho & Ferreira, op.cit. :14).

A questão da saúde, que afeta principalmente o homem rural, toma proporções catastróficas em Ariquemes ante a total indiferença do Poder público e dos demais segmentos sociais. O descaso para com as mazelas, notadamente as que afetam os setores economicamente menos favorecidos, não são considerados ou suscitam destaques. Dados e indicadores estatísticos são, contumazmente, desprezados ou ignorados quando depõem contra a falsidade e a hipocrisia reinantes. O grande flagelo que assola Ariquemes, a malária, é desconsiderado e tratado com indiferença e até com uma certa dose de irresponsabilidade. Ignora-se, por exemplo, que essa molestia é a responsável por duas mortalidades diárias ou por 60% de todas as "causas mortis" registradas. (a gastroenterite comparece com 20% e as doenças renais com 10%). (Meleir, 1984) Essa enfermidade é tão maléfica e danosa à sociedade que os órgãos de Saúde, como a Secretaria de Saúde, SUCAM e as Secretarias Municipais empregam mais da metade de seus potenciais para debela-

la, sem contudo disporem do necessário apoio logístico, institucional, financeiro e até mesmo político. A expansão, disseminação e intensificação dessas enfermidades tem as suas raízes em causas políticas, na insensatez administrativa e no descaso governamental para com a vida humana. O aleatório e inconsequente avanço das fronteiras agrícolas, sem prévio estudo ambiental, adequado saneamento básico e o posterior encadeamento de ações profiláticas e curativas, quando da introdução do colono, simplesmente nunca existiu em Rondônia, ratificando-se um verdadeiro descaso para com a vida humana. Os reflexos dessa inconsequente política refletem-se, como não poderia deixar de ser, na economia de um modo geral:

"Rondônia continua sendo hoje um dos Estados de maior incidência da doença no País e representa ano a ano uma perda de mais de 500.000 dias de trabalho"(SESAU, 1987:16).

Esse verdadeiro surto epidêmico vítima, preferencialmente, o homem do campo pela sua atuação na área de ação do transmissor e porque, não dispondo de recursos profiláticos, de proteção ou de condições de locomover-se em tempo, em busca de socorros médicos e hospitalares, torna-se um alvo contumaz da ação dos anophelinos e, conseqüentemente, o grande disseminador da doença. Presa de enfermidades constantes o colono vê-se compelido a abandonar o seu lote ou morrer. Todavia, como a mobilidade migracional continua incessantemente, a sua substituição faz-se quase que automaticamente sem causar maiores prejuízos para a produtividade, sem afetar a rentabilidade e a expansão física da rede bancária, o aprimoramento e sofisticação dos Super-Mercados, ou o crescimento do "Comercio Cerealista" que, já em 1985, compunha-se de 5 máquinas benefi-

ciadoras de arroz, passando para 16 em 1988 e 32 empresas ce-
realistas, enquanto que o Comércio Varejista contava com 20
dos 185 (Super Mercados, Hiper-Mercados, Hiper-Box) existentes
em todo o Estado.

Todavia a classe dominante teima em ignorar a im-
portância dessa grande massa "produtora e consumidora", verda-
deira seiva que alimenta esse fecundo e próspero mercado urba-
no. O continuismo dessa insidiosa política principia, na atua-
lidade, a dar mostras da sua inoperância e debilidade. A in-
discriminada autofagia que se encarregou, durante mais de uma
década, em sugar os setores produtivos e aplicar mal e ino-
portunadamente vem corroborando para intensificar as adversi-
dades e, compulsoriamente, condenar o homem do campo à prole-
ratização acrescentando novos problemas ao núcleo urbano de
Ariquemes.

Esse forçado ato migracional que representa a fa-
lência das relações produtivas, contribue ainda para com o de-
clínio dos fluxos de rendas agrárias e o estiolamento do Co-
mércio local. Convém atentarmos para o fato de que a população
rural, nesse Município, é superior à urbana, cerca de 120 mil
para 85 mil. (Prefeitura Municipal, 1988)

Essa inaceitável dicotomia, campo cidade, no qual o
caráter de subalternidade é constantemente imposto e cobrado
pelo aparato urbano, escudado numa política ignóbil, concen-
tradora e insensível tende a fortalecer o hiato dessa bi-pola-
ridade e colocar em risco a sobrevivência, principalmente da
cidade, como urbe. Entretanto na medida em que estabelecerem-

se relações de produção, a níveis mais cordatos e equitativos, elevando-se os índices de rentabilidade real do produtor, recuperando o seu poder de compra e de negociações, com o consequente estabelecimento de políticas preocupadas com a equitatividade de forças e que adote ações que primem pela distribuição igualitária de todas as benesses sociais, mormente direcionando-se ao fomento dos fatores de produção no campo, por certo as diferenças campo-cidade serão amainadas, o equilíbrio re-estabelecido e os jovens, então, escolarizados nos campos, não mais precisarão deixar as suas lides campais à procura de trabalho, economicamente mais compensador, nas urbes.

A Terra como Mercadoria e a Ciranda da Miséria

A questão da mobilidade demográfica, pelo menos teoricamente, num momento histórico provocou apreensões nos altos círculos políticos do Estado. Todavia a produção do espaço agrário em Rondônia favoreceu-se desse "desarranjo social" e dele fez o seu apanágio. Mas se o momento da criação movia-se pelo imediatismo e pela inconfessável predisposição em favorecer, deliberadamente, a expansão capitalista na "fronteira de recursos" o Estado que então se criara, viera para ficar. Ele se fizera herdeiro de todos os desequilíbrios, arranjos e desarranjos, então perpetuados. Passado a "euforia" de irresponsabilidade e despertado do sonho do "Milagre brasileiro" no qual, direta ou indiretamente, embalaram-se "as elites políticas" do País, defronta-se agora com a concretude do cotidiano. Os gestores da política de internalização, ocupação dos vazios demográficos ou de transferência de onde tem gente demais para onde tem gente de menos, investidos das funções de críticos mordazes, de suas confortáveis tribunas, lançam suas forças contra o desperdício e a dependência sócio-econômica dos Estados periféricos. A implantação da rede viária, aliada à política dos subsídios e "colonização dirigida", transformam Rondônia em realidade. Todavia os "fixos" criados pelo Estado provocam, como não poderiam deixar de ser, a maximização dos "fluxos" (Santos, 1985:76) para os quais, em absoluto, o Estado estava apto para absorver-los.

"... entram 18 mil pessoas por mês, 200 mil por ano, em busca de melhores condições de vida... Das 15 cidades, Costa Marques teve o crescimento mais explosivo, saltando de cinco para 35 mil habitantes em cinco anos, porém a população de Ariquemes cresceu de

35 para 102 mil habitantes. Nove cidades já ultrassaram os 40 mil moradores. A capital Porto Velho está com 202 mil habitantes.

Na capital somente seis em cada 10 habitantes tem água encanada. No interior, 25 pequenas comunidades não tem nada e, no geral, apenas metade, 52% da população do Estado possui água. O sistema de esgoto existe em apenas duas cidades, na capital e na velha Guajará-Mirim. Mesmo assim, nessas duas cidades, apenas um em cada 25 moradores conta com esse serviço" (Angelim, 1986:5).

O mingramento das verbas federais, principalmente pós segunda metade da década de 80, reavivou a responsabilidade de geração de recursos próprios visando corrigir as distorções de seu anômalo crescimento, remete os administradores de Rondônia ao indesejável processo de ter que expurgar a si próprios, despertando para a necessidade de reavaliar a perda da "noção de tempo espacial", reajustar-se para os tempos da "modernidade" e rever os tácitos contratos, eivados de vícios de unilateralidade, celebrados entre o "velho" e o "novo". Ou seja, "o velho" representando posturas políticas retrogradadas e insensíveis para com o social e o "novo" pleno de dinamicidade e carente por transformações infra-estruturais. As próprias contradições internas, criadas pelo embate capital e trabalho, clamam pela edificação de um "novo" Estado, desincompatibilizado dos "entulhos de autoritarismo e dotado de sensibilidade para produzir relações que privilegiem o trabalho e permaneça atenta para o atendimento das classes obreiras. Ou seja, um Estado igualitário voltado para o social e capaz de romper os compromissos para com o passado conservador.

"... o velho, na região são também os grupos sociais preexistentes e as suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço. Eles constituem desse modo, seja um obstáculo "natural", seja, às

vezes, um dado da expansão capitalista e exigem, desse modo, um tratamento especial, pois quando o velho não pode colaborar para a expansão do novo, a lógica do capital manda que seja eliminado.

O novo é essencialmente representado pelas inovações, cuja matriz atual é dada pela ciência e pela técnica, isto é, as comunicações modernas, os mecanismos modernos de captura da acumulação e da poupança, os transportes modernos, etc.

O velho é, sobretudo o domínio das relações sociais, da provisão de serviços públicos, da maior parte da produção designada ao consumo, dos transportes de massa, assim como as velhas formas de povoamento" (Santos, op. cit.:1985:79).

Necessariamente não estamos tomando as categorias de análises "velho" e o "novo" conectados a questão da temporalidade mas aos papéis que desempenham como produto das desigualdades das relações capitalistas e não capitalistas de produção que, no específico caso de análise produziram-se num curto espaço temporal. Esse dualismo conflitante, historicamente contraditório, é resultante dos embates que ocorrem nas "fronteiras" hierarquizando classes de acordo com as formas de acumulação que impõem. Essas formas de acumulação, enquanto remuneram o capital, possibilitando a sua acumulação ampliada, são punitivas ao trabalhador não remunerando-o adequadamente e nem permitindo que a mercadoria por eles produzidas transforme-se em renda monetária. A tácita cisão entre os que acumulam cada vez mais e os que, submetidos a um processo de expropriação, proletarizam-se faz emergir distintos segmentos sociais. O objetivo primacial que induz esses segmentos às "fronteiras" ou seja, a busca da riqueza fácil e pelo canal mais rápido, além de convalidar todas as ações reforça, psicologicamente, as relações entre capital, sucesso e poder.

De certo modo, o trabalho torna-se subalterno, dependente e descartável. Em Rondônia a questão da "pioneiridade", por exemplo, está eivada desses substratos. Pioneiro é aquele que, economicamente, logrou sucesso e apropriou-se de "papeis" que, julgando inerentes ao pioneirismo, outorgam-lhe direitos "hereditários" que os colocam acima das leis comuns e os fazem insensíveis aos compromissos e responsabilidades para com a comunidade. Ao advogar, foro especial, contrapõem aos princípios igualitários e coletivos do Estado, enquanto instituição. Amalgamados em grupos sociais bem estruturados e economicamente expressivos, pois foram os únicos que se beneficiaram das relações de produção, usurpam com relativa facilidade o Poder Político constituindo as "oligarquias" que agem ao arrepio da lei e indiferentes às necessidades de patrocinar ações que visem a "modernidade", a desconcentração de rendas e trate de uma redistribuição mais criteriosa das forças "emuladoras" do crescimento econômico. A visão desse grupo é tópica e exclusivamente restrita ao seu espaço territorial. Não tem linhas ideológicas a seguir e nem compromissos sociais a cumprir. As agremiações políticas, que não passam de siglas inconsistentes, representam para o grupo méros trampolins que viabilizam os meios jurídicos que dão acesso ao Poder consuetudinário o que lhes permite maximizar a capacidade de manusear a incauta e despreparada "maioria útil" constituída pelo segmento trabalhador, de um modo geral. Esse, ao nosso ver, constitui o "velho" e que, devido às relações de produção, contrapõem-se ao "novo" imbuído pela crença de que se assim não o fizer perderá a hegemonia do Poder. As tramas urdidas para a manutenção de desequilibradas relações de produção, escorem-se no casuísmo e na fisiologia visceral. Dessa classe é

que saem os sonegadores de impostos, taxas estaduais e municipais e aqueles que, sem nenhum pudor, apropriam-se do espaço público e, portanto da coletividade, como ruas, quadras inteiras, espaços reservados ao lazer, lotes rurais e urbanos e, ainda direta ou indiretamente, locupletam-se do herário público, mancumunam-se com o arbítrio e a incompetência e com a impunidade e o descalabro político administrativo. É desse grupo, em nossa categoria de análise denominado de "velho" que emergiram, em Ariquemes, os responsáveis pela transmutação de uma das mais promissoras urbes do Estado de Rondônia num amontoado confuso e desconexo, muito longe de assemelhar-se a uma urbe planejada.

Ao apontarmos por essa categoria de análise, utilizada por Santos (1985) o fizemos isento do referencial dualístico estrutural onde o "velho" por ser arcaico, contrapõe-se, necessariamente, ao "novo" que é moderno. Em nossa análise, essa questão extrapola a preocupação temporal. A categoria "velho", por nós utilizada, não significa antigo e sim reacionária, anti social e fisiológica. Não existe, portanto nenhum maniqueísmo opondo o antigo ao novo porquanto o primeiro, porque carregado de experiências anteriores (antigas) possa ser considerado, somente por isso, como ultrapassado e o segundo, o "novo", porque primando pela atualidade signifique, necessariamente, modernidade e desenvolvimento.

Em Rondônia o "velho" mantém posturas muito compromissadas com o conservadorismo gerando relações essencialmente paternalistas e institucionalizando "lobbys" que ignorando os problemas sociais, aniquilam as forças produtivas e enfraquecem o Estado. A adoção de linhas de trabalho preocupadas com a verdade e escoimadas dos "clientelismos" fortalecendo pesquisas e o desenvolvimento de metodologias científicas em substituição às posturas empíricas que tantos males tem causado a administração Pública, permitirão novos balisamentos na política de arrumação espacial e o desenvolvimento de ações capazes de utilizar com racionalidade a "potencialidade" produtiva do Estado, corrigir distorções internas herdadas e criar medidas capazes de moderar o vertiginoso impacto da mobilidade rural, redirecionando, dentro de políticas estabelecidas criteriosamente, os que adentram o Estado em busca de "terra e trabalho" e principalmente, reaparelhando os setores ligados ao pequeno produtor rural, criando-se estratégias que lhes outorguem o direito ao "crescimento econômico" e ao desenvolvimento social, colocações que, aliás, já nortearam o discurso do Secretário de Agricultura do Estado que ao referir-se, em 1985, ao pequeno produtor afirmou:

"... é necessário ainda, dar apoio para que consiga estocar suas safras em armazens, sem falar da necessidade de auxiliá-lo a comercializar os produtos. Só através dessa infra estrutura é que o Governo vai conseguir fixar o pequeno produtor na terra. Caso contrário, como já está ocorrendo em Rondônia, haverá o exodo rural, pois sem condições para produzir e comercializar, os pequenos proprietários que receberam lotes de 100 hectares do INCRA, durante a administração passada, estão negociando suas terras por preço aviltados, vendendo suas propriedades por 5 milhões de cruzeiros, e rumando para a cidade, onde agudizam os graves problemas já existentes" (Ferreira, 1985:1).

Todavia, o "apoio" mencionado pelo Secretário de Estado no sentido de, implicitamente, interferir no ciclo produção-comercialização, pouco ou nada foi realizado mesmo porque a adoção de estratégias que impliquem em mudanças no setor demandam disponibilidade de capitais e redefinição na política de desenvolvimento global o que, convenhamos, não parece constar das preocupações da classe "política brasileira". O que se tem verificado é a adoção de procedimentos administrativos tendenciosos e plenos de dubiedade que, na última década, penalizou duramente o pequeno produtor rural de Rondônia cerceando-lhe os meios de comercializar suas mercadorias, ou até mesmo de produzi-las, condicionando-os a prática de agricultura tradicional onde o processo de depauperamento é contínuo e crescente.

Essa agricultura tradicional, ou com mais propriedade denominada de "roça do toco"²⁶, voltada praticamente para o auto-sustento, com pouco ou quase nada de excedentes comerciáveis envereda o pequeno produtor no ciclo da miséria tornando-os partícipes de um desgastante movimento descapitalizador cuja tônica dominante assenta-se na constante apropriação do trabalho. Dentro dessa linha processual os parceleiros do "Marechal", desde a implantação do projeto, jamais lograram receber remuneração condizentes ao volume de trabalho empregado na produção de mercadorias agrícolas, quer pelo baixo preço de mercado que esses produtos tradicionalmente alcançam, quer pela existência de intermediações em vários níveis, privando-os de rendas monetárias condizentes às necessidades e capazes de fazer integra-los ao processo produtivo através da prática de uma lavoura de mercado. Os resultados desse "confronto",

absolutamente desigual, provocou marginalização desse importante segmento produtivo. As relações de produção desfavoráveis acrescente-se, ainda, um formidável elenco de adversidades como a contumaz presença da malária, o distanciamento físico dos centros urbanos e, conseqüentemente, de assistência médica, técnica, escolar, creditícia e o ilhamento que muitos dos lotes são submetidos durante o longo inverno chuvoso amazônico. A somatória dessas ações negativas impulsionam o pequeno produtor do Marechal ao derradeiro e desesperador ato final: a venda do lote. Consuma-se, nesse ponto, o insidioso processo de expropriação e expoliação. Como as ofertas são muito superiores à demanda, os valores são amesquinhados, de tal maneira, que jamais remuneram os investimentos em "trabalho" aplicados nesses lotes, como derrubada à machado e foice de dezenas de hectares da floresta amazônica, destocamento, limpezas constantes, plantios de árvores frutíferas, implantação de pequena área de pastagem, geralmente cinco hectares, casa de pau-a-pique ou tábuas de madeira rústica com coberturas de lascas, folhas de palmáceas ou telhas de amianto e com chão batido, além da implantação de cinco ou dez hectares de lavoura perene, café e seringa, quase sempre improdutiva quando se refere às seringas e de baixa produtividade e em estado de abandono em relação ao café. Enfim, o que deveria significar investimentos, pois correspondem a milhares de horas/trabalho, não recebe a devida valorização no mercado imobiliário local alcançando cotações irrisórias que servem para sacramentar o último passo da expropriação do trabalho e do trabalhador. Desta forma as vendas dos lotes não proporcionam, em última instância, mínima capitalização que credencie o pequeno produtor rural, aplicar num outro lote rural ou em algum

outro negócio especulativo ou estabelecer-se comercialmente e, muitas vezes nem permite adquirir um terreno urbano localizado nas franjas periféricas das cidades. Com a venda do lote completa-se o papel que lhe foi determinado pela divisão interna do trabalho e de acordo com as expectativas da cadeia sincrônica de dominação. A transformação da terra em mercadoria subvalorizada, constitui-se em fato corriqueiro que ocorre diuturnamente, ante os olhares complacentes e, até certo ponto, coniventes de um Estado compromissado com o poder econômico. Em 1983 por exemplo o preço médio, por hectare de terra nua era de CR\$ 8.039,00 e por apenas CR\$ 5.000.000,00 podia-se adquirir um lote com as benfeitorias básicas, inclusive com café, na linha C-55 da BR 421 em pleno Projeto "Marechal Dutra". Em abril de 1988 presenciámos transações de "posse" de pequenos lotes por CR\$ 270.000,00, já aberto e com roça de arroz e ofertas de outras áreas de 100 hectares, com muita madeira de lei, por CR\$ 250.000,00. A nucleação projetada com a implantação dos NUAR's (núcleos de apoio rural) que deveriam reunir um "equipamento" básico fundamental em termos de assistência técnica, médica, armazem, bancos, escolas e demais estabelecimentos comerciais como os instaladas: Boa Vista; Alto Paraíso; Cacauplandia e Cafelandia (vide Figura 23), não foram suficientes para arrefecer a dinamicidade dos movimentos de vendas das unidades agrárias que compõem tanto o Projeto Marechal como o Burareiro. Esse fenômeno que já vinha se verificando desde e, durante, a implantação dos Projetos pois da 2.220 famílias assentadas, no período de 1975/1978, 143 desistiram e foram substituídas, pelo INCRA, por outros candidatos. Entre os anos de 1979/1983 das 2.452 famílias assentadas, 636 desistiram. Ao todo somam-se 636 famílias desistentes, apenas no "Ma-

rechal". Os artifícios utilizados pelo INCRA, na tentativa de sedentarizar o "parceleiro", como a não expedição de Títulação definitiva antes da comprovação de "posse" real e o desenvolvimento da parcela, o que podia ser comprovado, no prazo de dois anos, pela existência de uma pequena derrubada, plantação de capim e um tapiri. Essa norma, apenas serviu como "entrave" aos parceleiros que dotados de algum recurso financeiro, força de trabalho familiar e a presença de estradas, reuniam condições de pleitear, junto aos Bancos locais, concessão de crédito para a implementação de suas atividades. Como não detinham o "Título Definitivo" e nada tinham a oferecer como garantia real aos financiamentos pretendidos, foram aliçados dessa alternativa. O sistema implantado criava, de fato, as suas insólveis contradições. Vejamos o depoimento de um importante administrador do INCRA:

"Após o recebimento do lote, com a A.O. (Autorização de Ocupação), 2 anos após o parceleiro recebe o "Título Definitivo" condicionado ao desenvolvimento da parcela. Essa era a filosofia do INCRA, desde o princípio. Em 1979, achou o INCRA que a demora na concessão do T.D. estaria atrapalhando a emancipação do parceleiro, notadamente no que concerne a obtenção de financiamentos, etc., passou, então, a conceder o máximo de "T.D.", passando a receber o Título gente que não tinha nada na propriedade e que continuaram a não ter, usando o Título para outros investimentos e negócios ou, simplesmente, abandonando a parcela. Em vista disso, o INCRA resolveu voltar aos critérios antigos, condicionando a concessão do T.D. após a verificação mínima estipulado" (Lopes de Oliveira, 1981:1).

O "imbróglio" de um assistencialismo, pretenciosamente socializante, na concessão de terras, as amarrações infra-estruturais e as incentivadas relações de produção, extremamente capitalistas e vivamente apoiadas no objetivo de "fazer valorizar" essas terras" transformando-as em mercadorias, em

que pesem os sacrifícios e as boas intenções da vanguarda constituída pelo pessoal do INCRA, os resultados obtidos com os "projetos de colonização de Ariquemes" não podiam ser diferentes. As transações imobiliárias surgem, portanto, como consequência direta dos arranjos perpetrados no espaço e, com ou sem consentimento formal do INCRA, incorporaram-se ao cotidiano de Ariquemes. Tabela 24

TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM ARIQUEMES (1980/ABRIL DE 88)										
PROJETOS	A N O S									
	80	81	82	83	84	85	86	87	88	TOTAIS
BURAREIRO	01	07	18	24	75	98	115	57	14	409
MARECHAL	-	15	31	61	219	317	376	183	34	1.236
LICITAÇÃO	-	-	-	-	-	-	12	02	-	19
SUB-TOTAIS	01	22	49	85	294	415	503	242	48	1.664

Fonte: Cartório de Notas e Protestos-Ariquemes 80/86.

Cartório de Notas e Anexos-Ariquemes 86/88.

O extrato das transações, oficialmente sacramentadas, demonstra preponderância numérica de vendas para o "Marechal" em relação ao "Burareiro", aparecendo o primeiro com 1.236 transações, efetuadas^{DO ANO} de 1980 à abril de 1988 e o segundo com 409 no mesmo período. Levando-se em conta que o número de lotes de cada projeto, respectivamente é de 4.672 para o Marechal e 1.555 para o Burareiro, vamos ter um percentual de vendas de 26,4% para o P.I.C. "Marechal" e 26,30% para o P.A.D. "Burareiro" o que dá uma certa equivalência relativa para ambos os projetos. Todavia não é a questão "relativa" que deve concentrar as atenções mas sim a quantitativa e as relações de produção, historicamente, embutidas de modo a aparentar um procedimento perfeitamente usual e comum. O aceleramento do

processo de vendas, legalmente registradas, demonstram os desequilíbrios oriundos das relações de produção e representam o cumprimento integral das etapas contidas no plano que norteou a arrumação espacial na "fronteira de recursos" da Amazônia Ocidental.

O que, entretanto, lamentam os produtores desses espaços é a prematura antecipação de um "momento" previsto para acontecer sómente quando a estrutura capitalista já estivesse sido implantada. As queimas de etapas, vitalmente imprescindíveis, como o "momento" para a implantação e emancipação de todos os projetos criados e a criar, o "momento" para complementação da infra estrutura viária, o "momento" para acumulação capitalista do empresariado rural e urbano, principalmente no tocante á dinamização e domínio de uma importante faixa do mercado nacional cacauero, quer a nível de produção, quer a nível de comercialização. Na realidade o desencadeamento do "processo" de vendas, onde as ofertas colocam-se, infinitamente, superior às demandas e ocorrem num "momento" de retração do mercado imobiliário devido a escasses de capitais disponíveis, por parte do empresariado local, até certo ponto contraria os objetivos de acumulação e de expansão do capitalismo agrário. Na realidade, os gestores do espaço ao adotar critérios de setorização em que se discriminava o "pequeno produtor", relegando-o às funções secundárias e complementares e cuja destinação precípua era a de produzir mercadorias de baixo custo ao consumidor, estavam apostando na sua infinita capacidade de resistência à miséria e no seu inesgotável conformismo ante o sofrimento e a expoliação. Dentro dessa ótica é que alguns eventos, de duvidosos resultados, como a implan-

tação de 2.622 unidades produtoras de café e o plantio de 8.589 hectares de seringueiras de cultivo, fizeram a burguesia ariquemensse acreditar que esses cultivos perenes seriam capazes de sedentarizar o pequeno produtor no campo e até mesmo de transformar essas pequenas unidades produtivas do "Marechal" em "pequenas propriedades rurais prósperas. É evidente que a preocupação em tê-los como farta e inesgotável reserva de mão-de-obra para servir as necessidades oriundas dos "Burareiros" cacauilcultores e dos demais produtores capitalizados o que, por razões óbvias acabou não acontecendo, precedeu todos os demais objetivos e finalidades. Todavia o rompimento da sucessão das etapas previstas e planejadas, de forma muito extemporânea, puzeram à mostra a fragilidade e a inconsistência das amarrações sub-reptícias e altamente contraditórias. A ganância expoliativa, não permitindo que essas pequenas unidades agrárias produzissem um volume de mercadorias compatíveis com as suas necessidades de crescimento isto é , com excedentes comerciáveis representativos, auferindo renda monetária e a consequente valorização do produtor e do seu imóvel, foi fundamental para a "queima" das etapas e pela antecipação de "momentos" ainda não desejáveis. Ao apertar o cerco da exploração desencadearam-se efeitos negativos que culminaram num subvalorização dos espaços agrários e urbanos produzidos. Nessa mesma vertente o Estado, enquanto instituição, com sua postura inequalitária e indiferente à necessidade de implementar política agrária voltada para a sua própria realidade também, contraditoriamente, ao servir os interesses do capital, constitui-se num seguro canal que conduziu, com muita rapidez, os produtores agrários, especificamente os pequenos, à proletarização e a consequente aceleração da ciranda da miséria.

A transformação da terra de trabalho em mercadoria de preço aviltado e facilmente descartável, decorridos apenas doze anos do início da implantação dos "projetos" representam, na atualidade, a intensificação de fluxos migratórios, campo-cidade, de consequências sociais e econômicas desastrosas. Para melhor exemplificação do fato, recorremos aos anúncios de vendas inseridos nos classificados do jornal *Parceleiro* de 10 de maio de 1988 onde aparecem 8 ofertas de vendas de lotes rurais e no jornal do dia 10 de junho com 5 deles voltando a ser ofertados, numa demonstração de mercado desaquecido. Dentre as "ofertas" 4 lotes tem culturas perenes (cacau); 2 são de pastagens e dois não receberam melhorias substanciais a não ser uma área de derrubada.

"Lote de 500 hectares com 40 alqueires de pastagens formado e cercado e mais de 40 alqueires em formação. Curral de madeira com embarcadouro de primeira qualidade. Documentação em dia. Aceita carro no negócio."
"Lote de 300 hectares tendo 42 alqueires de pasto formado, água da boa, terra mixta e localizada a 17 quilômetros da cidade. Aceita madeira beneficiada ou mesmo em toras como parte do pagamento. Documentação em dia."

Anúncio típico de venda de mercadoria, perfeitamente transacionável, onde o ofertante demonstra a sua intenção de "facilitar a transação", inclusive propondo parte do pagamento em espécie. Os lotes que possuem cacau implantado, dois localizam-se no P.A.D. "Burareiro e dois na área da Licitação;

"Lote de 105 alqueires com 10 mil pés de cacau produzindo. Terra de boa qualidade, plana, água, estrada conservada. Localizado a 15 quilômetros de Cacauplandia e 60 de Ariquemes. Aceita permuta em carro. Documentação em dia"

"Lote de 250 hectares com 20 mil pés de cacau produzindo, uma casa média de 7x8 metros com banheiro interno. Boa topografia."

Aceita carro no negócio. Documentação em dia. Preço CR\$ 2.500.000,00"

A proposta de fazer incluir veículo como parte de pagamento de lotes produtivos e que contam com a presença do cacau demonstra, com muita clareza, o grau de desesperança que se abateu sobre os produtores de Ariquemes, quer sejam pequenos, médios ou grandes. A aceitação de veículos, como parte do pagamento, tanto pode indicar mudança no ramo de atividades, como também a viabilização de meio de transporte para deixar Ariquemes. Se considerarmos que uma roça de cacau na Bahia (Canavieiras, sul do Estado) com 20.000 pés de cacau rendeu em 1984 cerca de 90 milhões de cruzeiros ou o equivalente a 7,5 milhões de cruzeiros mensais e de que a implantação de uma lavoura de cacau, em Ariquemes, 1983, custava CR\$440.000,00 por alqueire, multiplicando-se esse custo, sem correções e mais nada, por 8,264 alqueires, que é o espaço que contém cerca de 20.000 pés de cacau, vamos ter CR\$ 3.636.160,00, o que representa uma soma superior ao preço pelo qual esta sendo ofertado o lote com 250 hectares, roça de cacau, casa etc.

Dos outros dois lotes restantes de cacau que, pelas dimensões, acredito pertencerem ao "Burareiro Licitação" são:

"Lote com 2.000 hectares tendo 80.000 pés de cacau... localizado a 125 quilômetros de Ariquemes, etc, etc, documentação em dia"

"Lote de 15.500 hectares, 80 mil pés de cacau com 2 e 3 anos. Muita madeira, terra mixta, boa aguada, 4 alqueires de pasto formado. Localização, 80 quilômetros de Ariquemes. Documentação em dia. Aceita permuta com carro ou outros imóveis em outros Estados. Preço CR\$ 15.000.000,00"

O descalabro das relações de produção e da estrutura da malha fundiária, somadas aos desvios e inautenticidade

das proposituras de colonização, atingem a todos os que acreditaram na produção agrária de Ariquemes. Se o sistema foi injusto e expoliativo para com os pequenos produtores ele certamente descapitalizou os médios e grandes que investiram massivamente na agricultura de grande porte levando um cacauilcultor, de grande porte, oferecer o seu lote cujas benfeitorias e investimentos ultrapassam, em muito, o preço estipulado para a venda com é o caso desse último anúncio transcrito, onde somente o custo de implantação dos 80 mil pés de cacau, a preço de 1983, atinge CR\$ 16.000.000,00, desprezando-se os demais investimentos, custos de capitais, inflação, correção monetária, etc. O que, em suma, representam descapitalização, empobrecimento e decepção claramente manifestadas nas condições de vendas estipuladas onde aceitam-se permutas por carro ou: "outros imóveis em outros Estados" (o grifo é nosso). Na mesma linha aparecem os dois últimos "classificados":

"Vende-se 156 alqueires de terra boa, 8 alqueires em aberto, boa aguada, documentação em dia..."

"Vende-se 52,5 alqueires na linha C.10 da BR 421 com 3 alqueires derrubado, terra e aguada boa, estrada, documentação em dia e mais uma casa na cidade com 3 quartos, etc, etc...Preço CR 1.300.000,00".

A ciranda da miséria, de há muito, iniciou o seu giro colocando na roda, exatamente os produtores rurais onde, indiscriminadamente usurpa empreendimentos, solapa capitais, aprorria-se do trabalho e, dos mais renitentes e combalidos, a própria vida. No projeto Machadinho, por exemplo, idealizado para acantonar um contingente de mão-de-obra muito mais depauperado que a do "Marechal", como se isso fosse possível, decorridos 6 anos da sua implantação os resultados, mais uma vez, revelam a insensatez e o desrespeito para com a vida hu-

mana. Vejamos alguns tópicos dessa obra de desperdício e do malôgro.

O projeto "Machadinho" que localiza-se a nordeste do Município e a 150 quilômetros da cidade de Ariquemes cobrindo um espaço de 85.826 hectares e dividido em 1.480 parcelas de cerca de 48,3 ha cada (refiro-me apenas a parte do projeto que localiza-se no Município de Ariquemes), dispunha-se abrigar 1.480 famílias. Criado em 1982 o "Machadinho", em menos de dois anos, praticamente esgotara a sua capacidade de novos assentamentos e fazendo repetir os mesmos descalabros verificados nos demais projetos: ausência de saneamento e de infra-estrutura básicas, parceleiros despreparados, falta de assistência creditícia e técnica, solos inadequados para a prática de agricultura rudimentar (roça de toco) e, acrescido do distanciamento físico para com a cidade de Ariquemes. Ocupando uma área de relevo irregular, pleno de igarapés e densa rede de pequenos rios drenados pelo Machadinho, tributário do Ji-Paraná, esse espaço é, ainda, considerado como principal foco malarígeno de toda a Amazônia Ocidental. Em 1982 ao entrevistarmos o coordenador desse projeto, o engenheiro do INCRA José Lopez de Oliveira, quando então se preparava para introduzir no "Machadinho" as primeiras levas de "parceleiros", perguntamos se algum trabalho preventivo havia sido realizado, no sentido de evitar um surto epidêmico da malária. Eis a sua resposta:

"... não se faz trabalho nenhum nesse sentido. O trabalho é feito após a entrada do colono com a recomendação de construir a residência longe de águas paradas, etc...
... não existe trabalho de erradicação, mas de convivência e controle. Nós mesmos, em 13 servidores, 7 já pegaram a malária. Aqui em Ariquemes a malária é gripe. Está no coti-

diano do pessoal.

O coordenador do "Burareiro", por exemplo, já teve doze malárias e o do "Marechal", duas."

O absoluto descaso, para com a "prevenção" ou saneamento, no sentido de se evitar a eclosão de focos malaríge- nos num sítio onde a natureza oferece todas as condições ideais para a sua proliferação devido a grande quantidade de águas límpidas (Gourou, 1950:183) fez com que a incidência da malária alcançasse, em bem pouco tempo, cifras calamitosas que colocaram em risco a própria existência do projeto. A esse res- peito, "O Diagnóstico Sócio Econômico do Projeto Machadinho" elaborado em 1987, graças a convênios entre Prefeitura Munici- pal de Ariquemes, Governo do Estado, no ítem Saúde, foi extre- mamente enfático:

"A situação no setor Saúde no projeto é bastante precária, com o fator econômico tendo expressiva influência na alta preva- lência de doenças, principalmente a malária que constitui-se no maior problema neste setor, afetando sobremaneira o produtor, agricultor e familiares, contribuindo, por outro lado, para a seletividade negativa, visto a rotatividade nos lotes. (Pinho & Ferreira, 1987:24).

Muito embora os relatores tenham atribuído ao fator econômico uma prevalência substancial, não é menos correto afirmarmos que outras causas e fatores corroboraram no sentido de, indevidamente, ter-se implantado um projeto de colonização num sítio totalmente inadequado para receber, naquele momen- to, cerca de 7.400 pessoas. Indiferentes para com os resulta- dos e custos sociais foram abertas as parcas rodovias, em meio a floresta densa, internando milhares de famílias no meio da mata onde ficaram à mercê de toda sorte de endemias, notada- mente a malária.

Indicadores estatísticos oriundos da SUCAM, janeiro à julho de 1987, apontam um "crescendo" assustador no número de lâminas examinadas e consideradas positivas. Considerando-se que a população do núcleo urbano seja de 10.000 pessoas e que a rural gire em torno de 20.000, a quantidade de lâminas examinadas e positivadas com a malária, tanto no meio urbano como no rural, a situação pode ser considerada calamitosa. Tabela 25.

INCIDÊNCIA MALARIGENA - MACHADINHO 1º SEM/87					
MESES	LÂMINAS EXAMINADAS		LÂMINAS POSITIVADAS		TOTAL GERAL LÂMINAS POSITIVAS
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	
JANEIRO	314	3.451	95	1.185	1.280
FEVEREIRO	299	3.750	75	1.298	1.373
MARÇO	342	4.129	97	1.515	1.612
ABRIL	340	4.410	118	1.484	1.602
MAIO	538	4.104	202	1.521	1.723
JUNHO	474	4.345	173	1.733	1.906
JULHO	631	5.935	257	2.614	2.871
TOTAIS SETORIAIS	2.838	30.104	1.017	4.350	12.367

Fonte: Pinho & Ferreira, 1.987

Dos 2.838 exames efetuados no meio urbano, 1.017 manifestaram a presença da doença ou seja: 35,8% estavam com malária. No meio rural das 30.104, lâminas examinadas, 11.350 confirmaram a presença do impaludismo (37,7%). A tabela 25 demonstra, com muito clareza, a evolução quantitativa da moléstia, principalmente no meio urbano onde o fator concentração demográfica implica, diretamente, na auto-infestação, princi-

palmente dado ao fato de que os "parceleiros", infectados no meio rural, vem para o núcleo para receberem socorros médicos, ou aguardar remoção para um centro de maiores recursos, aumentando a proliferação da doença, uma vez que o trabalho de profilaxia de combate ao vetor ou de saneamento básico, no núcleo, deixam muito a desejar. Tabela 26

QUADRO EVOLUTIVO DA MALARIA 1º SEM/87			
MESES	LAMINAS EXAMINADAS	LAMINAS POSITIVADAS	%
JANEIRO	3.727	1.280	33,9
FEVEREIRO	4.029	1.373	34,0
MARÇO	4.471	1.612	36,0
ABRIL	4.750	1.620	33,7
MAIO	4.642	1.723	37,1
JUNHO	4.819	1.902	39,5
JULHO	6.566	2.871	43,7
TOTAIS	33.042	12.367	37,4

Fonte: Pinho & Ferreira, 1987

A evolução mensal, que pode ser constatada na tabela 26, indica que de janeiro à julho de 1987 houve aumento da incidência da molestia de 124%. "O Diagnóstico Sócio Econômico do Projeto Machadinho" fala também da incidência de outros tipos de doenças e da precária capacidade de atendimento por parte da rede física hospitalar instalada:

"Também são consideradas doenças de grande incidência na região: verminose, a gastroenterite e a leishmaniose. A carência na área de Saúde é também evidenciada pela rede física existente, que não atende satisfatoriamente a demanda, devido à falta de recursos humanos, materiais, bem como energia elétrica, que é um grande entrave" (op.cit.:idem, 25).

Na mesma página o documento, em epígrafe afirma que o número de leitos existentes, na "Unidades de Acompanhamento da Malária " e "Unidade Mista de Saúde", é de apenas 48 e que se reduzirá para 36 com, a extinção da "Unidade de Acompanhamento da Malária". Ora, considerando-se que a média mensal de casos de malária, gira em torno de 1766 casos, ou seja, 58,8 casos por dia e dos quais, apenas 50% necessitem de internamento, a capacidade dos leitos instalados esgotariam em apenas dois dias.

Além da saúde, deficiências podem ser constatadas também no setor educacional onde a rede física instalada é totalmente insuficiente para atender a demanda tanto da área urbana, quanto da rural. (op.cit.:idem,27), oferecendo cerca de 36 salas de aulas (urbano e rural) para um alunado em torno de 1.704 para ambos os setores.

Este projeto que notabilizou-se pela sua prematuridade e inconsistência sacramentou, na prática, agressão inominável contra o ser humano e a natureza:

"o que se verifica hoje é o intenso desmatamento com o objetivo comercial, não preservando o habitat natural e trazendo consequências sérias no equilíbrio do ecossistema, tais como a degradação do solo, aumentando o índice de erosão laminar.

... com precipitação média anual elevada, a lixiviação é notória, contribuindo, para o empobrecimento do solo, tornando-os sujeitos à erosão

Associados a esse fator, cita-se ainda: alterações na textura e estrutura dos solos, rebaixamento do lençol freático, perda dos macro e micro nutrientes, empobrecimento da matéria orgânica. O sistema hidrológico sofre alterações, principalmente, pela não observação de regras naturais, o que não permite o desmatamento nas cabeceiras e ao longo dos rios. A proporção que ocorre o desmatamento, propicia a incidência de en-

chentes no período chuvoso, ou mesmo o rebaixamento sensível na estiagem. Outro fator importante é que a mata fornece alimento aos peixes, sendo estes ricas fontes de proteínas na alimentação do homem..." (op. cit: Idem, 35).

A devastação ambiental e os consequentes desequilíbrios não trouxeram, nem a curtíssimo prazo, benefícios econômicos ou sociais que pudessem justificar a iniciativa.

"Acrecidos aos inúmeros problemas enfrentados pelos agricultores, como baixo teor de fertilidade do solo, falta de insumos disponível no mercado local, comercialização do produtos e doenças, o nível de pauperização do colono é visível e significativo, o que esta contribuindo para que parte deles ingressem como força de trabalho em outros municípios mais próximos como Ariquemes e, principalmente, Jarú" (idem, ibidem, 12).

Se considerarmos o fato de que tanto em Ariquemes como em Jarú há predominância, nas atividades agrárias, da pequena propriedade familiar e que os setores secundários e terciários dessas cidades são incipientes para receber os engrossos do campo, conclue-se que estamos diante de um processo de proletarianização e pauperização em marcha o que, aliás, pode ser constatado pelas indexações de bairros, muito pobres, às periferias das mesmas.

Cenas dramáticas que parecem reviver, numa área de colonização super recente, os problemas vividos pelos nordestinos no auge das grandes secas ou das regiões assoladas por hecatombes naturais como as enchente no sul do país, foram revividas em Ariquemes, no dia 29 de janeiro de 1988, quando a população incentivada pela imprensa local, arrecadou víveres para socorrer os flagelados pela fome do núcleo Machadinho:

"O presidente da Associação dos moradores do Machadinho fez na manhã de ontem, diversas reclamações quanto à situação crítica

pela qual passa os moradores daquele Núcleo. Segundo João Francisco, diversos moradores do Machadinho estão passando fome, principalmente, aqueles que residem nos lotes "(F. dos Santos, 1988:1981)

A campanha que envolveu a coletividade Ariquemense visava socorrer os "flagelados da política agrária", vítimas da irresponsabilidade e da indiferença governamental. Outros sítios, também menos favorecidos, não tiveram sorte diferente, como podemos depreender da denúncia feita por Alvaro Ronconi ao Prefeito Municipal de Ariquemes, em 19 de novembro de 1987, quando afirmou que já transporou oito cadáveres e centenas de parceleiros em busca de tratamento em Ariquemes. Em tom contundente o administrador segue em seu discurso:

"Os parceleiros estão morrendo de malária e de fome. As esperanças estão chegando ao seu final e por sinal tragicamente...A situação é deprimente e aquelas famílias estão pedindo socorro às autoridades competentes. As linhas do desespero são as seguintes: C-10, C-14, C-18, C-30, C-38, C-42, C-46, C-50 E C-54" (Gregório, 1987).

Melancolicamente processa-se uma profunda deturpação nas finalidades para as quais foram criados os projetos de assentamento no município de Ariquemes. O malogro produtivo, a transformação da terra de produção em terra de mercadoria aviltada pelas desfavoráveis circunstâncias acionam a ciranda da miséria enquanto que a prodigalidade das riquezas minerais existentes no Município, incumbem-se de redirecionar as forças produtivas para a garimpagem da cassiterita, principalmente o da Linha C-75, jurisdição do Distrito de Machadinho. A garimpagem manual que havia sido proibida após 1972, é portanto, liberada para salvar o Município do caos. E o que era produtor rural transmuda-se em garimpeiro. A terra que deveria produzir gêneros alimentícios passa a produzir cassiterita e os núcleos que eram para ser cidades, caminham para corrutelas. Figura 23

FIG. 23

MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

ESTADO DE RONDÔNIA - 1.986

DESENHO :
AKENI SHINASAKI

ESTADO DE RONDÔNIA (MAPLAN) - 1986

Ariquemes, Aglomerado Urbano Produzido pelos Projetos Rurais.

Nascida em torno de um dos postos telegráficos, disseminados por Candido Mariano da Silva Rondon, a vila dos Papagaios, ou dos Ariquemes, modornava sobre as barrancas que marginam o lado esquerdo do rio Jamari que, pacato e silenciosamente, testemunhou a transformação desse núcleo em curru-téla dos garimpeiros de cassiterita e amparou, em seu porto, durante longas décadas o vae e vem dos coletores de metais e pedras. Ao longo do tempo pode sentir, muito de perto, as metamorfóses econômicas acionadas pelos jogos de interesse políticos alienígenas. Presenciou e sofreu os consecutivos surtos, depredadores e inconsequentes, dos coletores que ora buscavam o látex, ora a cassiterita, castanha e demais mercadorias exóticas. Desesperou-se com a decadência da borracha e esvaiu-se com a proibição da lavra manual da cassiterita. Nenhuma dessas ações visaram a implementação do seu espaço ou redundaram em quaisquer tipos de benefícios aos que ali mourejaram. As forças transformadoras, oriundas de outros pontos cardeais apresentavam-se com estranhas rubricas, incompreensíveis e longe do alcance dos indígenas que foram eliminados, dos faiscadores e coletores que perderam-se nas barrentas águas do Jamari ou foram tragados pelas endemias tropicais. Impotente, assistiu a decadência e o esquecimento. Era o fim da Vila Velha, berço ou

manjedoura dos Arikemes e da futura Arikemes. Figura 24

Fig. 24 - Vila Velha, atual Vila Marechal Rondon. No centro de um círculo, laseado de vários tipos de casas de diferentes épocas, o poste telegráfico em forma de cruz. Uma das raras reminiscências de Rondon. Foto do autor

A expansão capitalista brotada das desiguais relações de trocas entre os centros ricos e as periferias pobres, encarregam-se de empurrar as fronteiras para o Oeste do Continente, fincando os bastiões avançados da sua insaciável sede expansionista. O autoritário Estado brasileiro, intermediando as relações capital-trabalho, dissemina os seus "fixos" para que num futuro próximo garantam os fluxos de capitais (Santos, 1985:76) que tomarão de assalto as suas riquezas vegetais e minerais, reorganizando esse espaço de acordo com a ótica capitalista.

Para esse novo momento, acordam-se as "entourages" dos organismos oficiais e instituições tecnológicas, rasgando-se clareiras em meio a densa selva e implantado-se, num fechar d'olhos, as bases físicas que servirão de apoio logístico ao "assalto" à Amazônia ocidental. A praticidade tecnico-científica, dos "modus-operandi" dos enviados do Poder, leva-os a optar por um novo "locus", agora localizado sôbre um amplo platô onde se implanta um aeroporto, batizando-o como Nova Ariquemes, uma compungida homenagem aos antigos "senhores" dessas terras. Figura 25

Fig. 25 - Vila Nova Ariquemes estágio que precedeu, historicamente a atual localização de Ariquemes. Foto do Autor.

O cuidadoso preparo de um palco no qual as negociações foram conduzidas pelo capitão Silvio Gonçalves de Farias, que segundo o modelo do Brasil pós 64 investia-se de poderes plenipotenciários, envolveram de um lado um Estado autoritário

e de outro os seringalistas, antípodas de um mesmo sistema, desconsiderando-se as existências dos milhares de seringueiros e "pequenos posseiros". Aos mais renitentes e ousados, a benevolência Estatal condescendeu em alojá-los numa área reservada à noroeste do então Distrito de Ariquemes, cuja localização coincidia com os limites do Município de Porto Velho, distanciado a mais de 180 quilômetros do futuro centro dos projetos a serem implantados. Como bons soldados, da borracha é claro, isolaram-se na selva, como se pode constatar na Figura 15.

As demarchés que transcorreram normalmente redundaram em desapropriações, permutas e compras de seringais permitindo uma arrecadação de mais de um milhão de hectares de terras. A partir de então, da prancheta teleguiada pelas hegemônicas forças exógenas, traçaram-se linhas e travessões, subdividindo o espaço em milhares de figuras retangulares, agrupadas em conjuntos, ditamente homogêneos, aos quais alcunharam de "Projetos Agrários" dirigidos e integrados.

Corria célere o ano de 1972. O País sufocado sob a ótica ditatorial e mergulhado no clima verde-oliva entoava lóas a sua "grandiosidade". Havia chegado o tempo dos grandes "eventos" e das formidáveis realizações. Era tempo de acreditar, de crescer e de expandir. "Ame-o ou deixe-o" era a senha do sucesso. Exatamente nesse estágio de euforia é que se fecharam as comportas da Transamazônica ao pequeno produtor agrícola que para lá fora tangido. O quimérico projeto das agrovilas, destinado a abrigar mais de milhão de nordestinos deserdados pelas históricas secas produzidas pelas legendárias estruturas agrárias, de repente, bafejados pelos ventos dos

acordos unilaterais mudou completamente de direção, permutando o pequeno expropriado pelo grande capitalizado certo de que, com essa metamorfose conjuntural-a implantação de grandes projetos agro-pecuários, alcançar-se-iam crescimento e prosperidade regionais.

Com o fechamento da fronteira agrária ao pequeno produtor, estrategicamente, abria-se uma nova opção aos caudais migracionais direcionados à Transamazônica: o Território de Rondônia. A emergência dessa nova opção de ocupação espacial, onde cada colono receberia seu lote de acordo com as suas intrínsecas vocações, já constava dos prévios acordos e faziam parte dos regulamentos, adredemente preparados. Os pretendentes dotados de capitais poderiam participar de leilões e tornarem-se proprietários na "Gleba Burareiro". Os possuidores de escolaridade, comprovada através dos devidos "cartuchos", iriam para as terras destinadas ao cacau no "Projeto Burareiro" e os, historicamente deserdados da sorte, pequenos e reais trabalhadores rurais, seriam acantonados no "P.I.C. Marechal Dutra" como futura reserva de mão de obra para os projetos capitalizados.

No ano de 1976, já em plena efervecência dos afluxos migracionais, preparava-se o novo e definitivo núcleo urbano, centro nevrálgico local, dos "neo" arranjos perpreatados no espaço. Esse núcleo, precedido de um projeto urbanístico, propunha sacramentar, na nova cidade que ali seria produzida, todo o elitismo e segregacionismo praticado nos "Projetos Agrários" Figura 26

Esse projeto desenvolvido em torno de um imponente eixo central (Setor Institucional), tangenciado por amplas avenidas de pistas duplas seria destinado aos órgãos institucionais e oficiais que são, realmente, numerosos: 13 órgãos

estaduais; 15 Federais além das 21 entidades classistas. Nesse privilegiado setor o Banco do Brasil emergiu, à escoteiro, com seu faustoso edifício contrastando com a pobreza generalizada.

Figura 27

Fig. 27 - Agência do Banco do Brasil em Ariquemes. Prova incontestável da pujança do capital financeiro. Conta-se que essa agência é considerada como 3a. do Brasil, em termos de movimento de crédito agrícola. Foto do autor.

Os setores: comercial e de serviços, ladeariam essas avenidas ocupando a totalidade das quadras, facilitando o acesso e a locomoção dos usuários, num estilo semelhante aos das "super quadras" institucionalizadas pelo projetista "Lucio Costa" na cidade de Brasília. Os setores de moradias, (2,3 e 4) principalmente, foram programados também em super quadras, onde cada vivenda contaria com duas frentes, uma para acesso e circulação, outra para lazer e recreação em verdadeiros "play ground's" privativos. Nesses setores, evidentemente residiriam os "Burareiros", médios empresários do surgente mercado ca-

caueiro, juntamente com funcionários públicos graduados, comerciantes e empresários urbanos e os profissionais liberais enfim, a burguesia urbana. Com destaque as áreas reservadas para os projetos industriais, apoio rodoviário, setor recreativo, apoio social e reservando-se a porção, noroeste e sudeste da cidade, como área para futura expansão urbana. Todavia, os gestores do espaço não previram que os desequilíbrios nas relações de produção, mais cedo do que supunha-se, encarregar-se-iam de transformar as minúcias desse projeto numa verdadeira balburdia. A ousadia de um planejamento urbano que consagrou setorizações e zoneamento, não sequenciais ou contínuos, encarregou-se de disseminar a utilização do "chão urbano" por quase todo o perímetro da urbe provocando, com isso, uma excessiva horizontalização da cidade, uma latente ausência da uniformização na utilização desses espaços e uma consecutiva alternância de espaços vazios com ocupados. Basta dizer que o número de datas sem uso, em 1986, era de 3.675 para um total de 8.377 ocupadas o que, segundo informações do setor de cadastro da Prefeitura Municipal de Ariquemes, representava 43% do espaço urbano sem uso e devida utilização. Essa estatística na prática, significa que a totalidade dos espaços que necessitam receber melhoramentos e investimentos urbanos equivalem ao de uma cidade de cerca de 400 mil habitantes.

No entanto o aglomerado, disforme e descontínuo, na realidade não chega a casa dos 60 mil habitantes. Assim, a área de atuação do Poder Público municipal fica excedida, em muito, a sua capacidade econômico-financeira. Isso equivale a dizer que, com pouco mais de dez anos de existência, a cidade de Ariquemes apresenta problemas de urbes centenárias como:

trânsito e circulação caóticos, ausência de sinalização e controle de tráfego; iluminação pública deficiente; precariedade nos calçamentos; guias e calçadas; problemas com escoamento e captação de águas pluviais; ausência de arborização, limpeza e coleta sistemática de lixo; problemas com a segurança pública; absoluta carência de energia elétrica; precariedade no fornecimento de água potável canalizada e inexistência de esgotos canalizados. Dos 11.108 prédios existentes somente 6.900 (62,1%) possuem instalações de energia elétrica. Todavia um dos setores residenciais urbanos, dos mais populosos da cidade-setor 9, não contava, até julho de 1988, com esse benefício. Na mesma época, somente 4.980 domicílios recebiam o benefício da água canalizada (39,9). Setores inteiros como o 3, 5 e 8 e 9 não dispõem desse fundamental serviço urbano. O esgoto sanitário canalizado inexistente na cidade, como em quase a totalidade do Estado (Guajará Mirim e Porto Velho possuíam, até 1986, respectivamente 23 e 18 quilômetros de rede de esgotos instalados. (S.I.C. op.cit.:27)

O aparelhamento urbano, setor saúde, para uma população de aproximadamente (pelas nossas estimativas) 137.340 habitantes dos quais 82.630 no meio rural contava, até 1985, com apenas 263 leitos hospitalares ou seja, 1 para cada grupo de 522,2 pacientes. Essa relação, em se tratando de Ariquemes um dos centros Nacionais de incidência da malária, considerando-se ainda que:

"Em 85/86 o acréscimo de pessoas acometidas pela doença foi de 17.232 em Ariquemes e 22.866 em Machadinho" (SESAU, op.cit.:16).

Acrescente-se a ocorrência de "sarampo" que em 1985 foi de 55,81 por grupo de 100 mil pessoas e elevou-se, segundo a mesma fonte, para 420,96 em 1.986 concluimos que o número de leitos hospitalares existentes é absolutamente ridículo.

Indiferentes aos problemas sociais e a sua própria sorte, os cidadãos dessa urbe tem sido penalizados por uma administração pública municipal cujos critérios ao estabelecer prioridades, não levam em consideração a questão custo-benefícios e nem priorizam os setores mais carenciais da sociedade como bem podemos depreender do parecer da "Comissão Municipal de Agricultura" que, no ano de 1985, ao analisar o Orçamento Programa da Prefeitura Municipal de Ariquemes exarou a seguinte denúncia:

"O questionamento dessa Comissão reside no fato da Prefeitura Municipal apresentar Orçamento-Programa defasado já no 1º trimestre do ano e com uma distribuição de despesas cujos critérios e prioridades não foram entendidos, haja visto que o Gabinete do Prefeito consome, 5,12% do total orçamentário enquanto que a Saúde conta com apenas 4,14, Educação com 9,23 (o grifo é nosso) e obras, onde se inclui o Sistema de Transporte Urbano e Rural, com 22,9% dos quais restam em junho/86 apenas 8,2% antes que os trabalhos fossem iniciados (Bailão et alii, 1985:6).

Semelhantes e despropositados ações e atos cerceiam o desenvolvimento dessa urbe condenando-a a um processo de reversão cujos danos já se fazem sentir em Ariquemes. Todavia, a agudização desses problemas tem o seu fulcro nos resultados decorrentes da desigual relação econômica e política desenvolvidas entre o campo-cidade. A busca para a minorização do caos administrativo, todavia, poderá ser encontrada na maximização de ações que visem uma maior produção de mercadorias agrárias e, para tanto, mister se faz corrigir as distorções

de mercado existentes, como também se torna imprescindível que se revertam o fluxo das prioridades, concentrando ações que busquem a solução para os problemas infra-estruturais, mais candentes, como os fatores responsáveis pela produtividade no campo: Saúde; Sistema Viário; Educação; Armazenagem; Assistência Creditícia; Transportes; Pesquisas e Experimentações; Extensionismo Rural e, acima de tudo, comercialização que remunere condignamente o produtor rural.

A urgência em adoção de novas práticas e métodos administrativos, enxugando-se custos operacionais; agilizando e redimensionando a rede arrecadadora de impostos e taxas e eliminando-se as criminosas e pactuadas evasões representarão, a curto prazo, uma reversão desse processo esgnatório já em marcha há vários anos.

Município eminentemente agrário e sem a assumir política e administrativa essa condição, Ariqueemes enquadra-se entre as cidades brasileiras com maior índice de densidade demográfica rural, cerca de 0,07 habitantes por hectare (Considerando-se todos os projetos implantados a partir de 1984 a área rural ocupa um espaço de 1.341.969 ha e a sua população rural, estimada, gira em torno de 82.630)

A assunção de postura ruralista, atenta para os acertos e desacertos de suas relações, e a adoção de uma intransigente defesa em prol dos produtores rurais e de suas mercadorias, o que representará o reequilíbrio do pequeno e médio "parceleiro" e, conseqüentemente, a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico e social do Município.

NOTAS - CAPÍTULO 4

1 - Na década de 70 a 1975, o Governo Federal lança o Programa de Integração Nacional (PIN) que viabiliza os investimentos oficiais na Amazônia Ocidental, notadamente em Rondônia onde instalam-se os Projetos Integrados de Colonização. Vejamos o texto de "de Oliveira" à respeito dos objetivos desse Programa:-

"... o lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN), através do Decreto-Lei 1.106 de 16/06/70, o qual, sob uma visão integracionista da nação, objetivava melhorar as condições para a expansão do capital e para minimizar a crise de desemprego no Nordeste e no Centro-Sul, assentando, em projeto de colonização, migrantes dessas duas áreas. A integração física e a ocupação passaram a ter uma importância vital, visto que a finalidade era fazer uma união entre áreas menos e mais desenvolvidas, do Norte e do Sul, e trazer a mão de obra não qualificada do Nordeste para utilizar e ocupar as terras e outros recursos naturais da Amazônia e do Planalto Central, realizando assim, uma integração Leste-Oeste." (Adélia Engracia de Oliveira. Ocupação Humana in: Amazônia Desenvolvimento. Integração-Ecologia-Eneas Salati et alii. São Paulo, Editora Brasiliense em Co-edição com CNPq, 1983, p.271).

Esse Programa injeta vultuosos capitais em investimentos no setor viário, principalmente as rodovias, ditamente de integração, tipo "Transamazônica (BR-230) a Cuiabá-Santarém (BR-165), e a perimetral Norte, com a intenção de conectar a Amazônia com o Centro Sul, processando-se ligações hidro-rodoviárias. Praticamente, um ano após o lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1º de junho de 1971, pelo Decreto-Lei 1178, foi lançado o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) que:-

"completava o PIN e cujos objetivos oficiais eram:

- a) tornar mais fácil a aquisição de terras;
- b) melhorar as condições do trabalho no meio rural;
- c) promover a agroindústria no Nordeste e na Amazônia.

Tanto o PROTERRA como o PIN eram tentativas de reorientar a estratégia anterior de desenvolvimento regional, que havia dado ênfase à concentração dos incentivos fiscais no setor industrial e, assim, acabara por se confinar quase que exclusivamente a áreas urbanas..." (Adélia Engracia de Oliveira, op. cit.: 271/272- idem, ibidem).

Como essas justificativas "oficiais", criam e instalam-se, até 1975 os Projetos de Assentamento, denominados em Rondônia de (Projetos Integrados de Colonização P.I.C.)

PROJETOS	AREA TOTAL HA.	FAMÍLIAS ASSENTADAS ATÉ 1972
Ouro Preto	512.585	5.133
Gy Paraná	486.137	4.756
Sydney Girão	60.000	500
Paulo de Assis Ribeiro	293.580	2.974
Adolpho Rolh	413.552	2.747
Total	1.765.854 ha	16.110

Fonte CETR- 1979-p.15

2 - O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)-1975/1979, abre de forma oficial as portas da Amazônia às investidas dos grandes capitais. De área prolema, a Amazônia passa a ser encarada como "fronteira de recursos":

"...o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)...lançado pelo Governo Geisel, deixou de lado a visão da Amazônia como

área problema" e passou a preocupar-se como a "fronteira de recursos", o que deu ensejo para que o capitalismo se expandisse cada vez mais na região e a questão de seu desenvolvimento fosse dirigida pela grande empresa privada. Esse II PND continha, ainda a filosofia de "integração nacional" do plano anterior e se referia, também ao fato de que o Nordeste, a Amazônia e o Centro Oeste eram considerados, dentro da política global, como sócio-economicamente complementares no fluxo de fatores de produção (mão de obra, terra e outros recursos naturais) ou fluxo de produtos. Além disso, as relações dessas áreas com o Centro Sul eram, também, consideradas principalmente no que se referia ao fluxo de mercadorias, de capitais e de tecnologia.

Entre os programas lançados pelo Governo Geisel em 1975 a serem usados como estratégia para o desenvolvimento da Amazônia, destacou-se um, especial, referente à criação de pólos de crescimento na região, o que foi detalhado em termos programáticos pela SUDAM em seu II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA) " (Adélia Engracia de Oliveira.. Ocupação Humana. in: Amazônia-Desenvolvimento-Integração-Ecologia. Enéas Salati et alii. São Paulo, Editora Brasiliense em Co-edição com CNPq, 1983, p.274).

3 - A estruturação do Projeto Marechal Dutra no tocante as suas vinculações com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a tipologia dos parceleiros que a ele foram destinados, os cultivos aos quais teriam que se dedicar e o estabelecimento de uma teia de dependência e monitorações, fizeram desse Projeto um "PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO" e não, Projeto de Assentamento Dirigido, como aparece em muitas referencias documentais e bibliográficas. Essa é, inclusive, a opinião do Engenheiro Agrônomo, Antonio Renato Rodrigues, funcionário do INCRA e executor do referido empreendimento.

4 - Em Rondônia, até o ano de 1972, registrava-se um absoluto predomínio de latifúndios, isto é:-

"... unidades com dimensões superiores a 5.000 ha, que, embora representassem apenas 1,2% do total de imóveis rurais, detinham 68,7% da respectiva - área" (Irene Garrido Filho - Os Problemas Fundiários e Agropastoris in: A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica- Vol.1 Coordenação: Orlando Valverde- Vol.1 - Rio de Janeiro, Convenios IBGE/INCRA, 1979, p.203).

A mesma pesquisadora denuncia a presença, já desde 1968, de um poderoso grupo de empresas mineradoras:-

"Existiam em Rondônia em 1968 dez companhias de mineração: Jucá, Mamoré Metalurgia e Companhia Industrial Vale do Amazonas (CIVA) - no alto do rio Candeias; Santa Barbara e Mineração de Rondônia Limitada - no alto do Jamari; Massangana no rio Massangana; Mineração Rocha no rio Machadinho; Jacundá no vale do Jacundá e São Lourenço e MACISA no noroeste do Território das quais, pelo menos 4 localizadas no Município de Ariquemes (Santa Barbara, Mineração de Rondônia S.A., Massangana e mineração Rocha". (Irene Garrido Filha, op.cit. idem, ibidem, p.185).

5 - Os pesquisadores Hébette & Acevedo tecem uma longa narrativa sobre os leilões de terras no "Burareiro" Licitação, afirmando que:-

"Quanto os lotes de 1.000 ha é possível distinguir um grupo predominante familiar de sete pessoas com lance de 246,75 cruzeiros e outro grupo de sete, com lance de 196,85. Esta vez, inclusive, como é fácil notar, os preços foram bem menores; dezesseis lotes de 1.000 ha foram cedidos por preços inferiores a cem cruzeiros por hectáre..."

No mesmo texto os autores falam a respeito de um terceiro leilão:-

"Em 1979, foi editado um terceiro leilão para dar destino aos 34 lotes remanescentes das licitações anteriores. As associações, desta vez, foram muito mais modestas, embora sem deixar de existir."

Enfatizam, também os autores o caráter multidisciplinar dos licitantes e o abseteismo dos mesmos quando afirmam:-

"Nenhum deles, obviamente, reside na Gleba, a maior parte nem reside na região, são paulistas, cariocas, baianos...advogados médicos, economistas, industriais, uma dona de Faculdade, altos funcionários de diversas Secretarias de Governo e de órgãos regionais,...diretores de instituições como a CEPLAC ou Companhia de Telecomunicações, engenheiros civís, militares, ex prefeito da capital do Território, ex delegado de polícia, administradores de empresas..."

A denúncia dos autores não fica sómente aí. Eles afirmam que, inclusive, alguns licitantes já eram possuidores de lotes em Ariquemes:-

"Alguns deles, aliás, já tinham recebido e ainda detém lotes no PAD".(p.17)
(Hébette, Jean & Acevedo, Rosa E. 1982. O Estado e a Reprodução Social. Série Seminários e Debates nº9 - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - (NAEA) - Universidade Federal do Pará-Belém. PA.

6 - Em Ariquemes, a denominação de "Burareiro" esta impregnada de conotação sócio-econômica, indicando uma certa proeminência social e emprestando, a esses "burareiros", uma conotação de superioridade em relação, por exemplo, aos "parceleiros" do Marechal Dutra. Todavia, esse vocábulo tem as

suas raízes históricas na zona cacauera da Bahia de onde foi importado:

"Burareiro é também a denominação regional dada, no sul da Bahia. (microrregiões cacauera) à roça, sistema agrícola que Wai-bel denominou rotação de terras primitivas (a shifting cultivation dos geógrafos de língua inglesa). O emprego do vocábulo burara, indicando igualmente:

- a) o roçado;
- b) a pequena lavoura de cacau;
- c) a pequena propriedade cacauera, decorre da circunstância de serem iniciadas as culturas de cacau com uma derrubada, queimada e plantio das sementes em fileiras intercaladas com a mandioca e a banana. É claro que as grandes lavouras de cacau são implantadas do mesmo modo; porém, o pequeno cacauicultor-o burareiro-o faz com mais frequência, porque é mais instável". (Angela Moraes Neves - Ana Maria Teixeira Lopes-1979-121 in: Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica-" FIBGE -. Rio - RJ.

7 - Impressionado com a dinamicidade do movimento migracional, em direção à Rondônia, o pesquisador francês Hervé Théry deixou-se levar pela "grandiosidade" concreta do fato ao afirmar que:

"de ce fait, les principaux resultats de la colonisation de L'INCRA ne se chiffrent pas en valeur dela production, mais en colons fixés et, généralement, contents de l'être" (Hervé Théry-Rondônia-Mutations d'un Territoire Federal em Amazonie Brésilienne. Thèse de 3e cycle-Université De Paris 1-1976-France-Paris).

8 - O posicionamento da CEPLAC à respeito dos objetivos da colonização em Ariquemes sempre foram muito claros e explícitos, conforme se pode apreender com a leitura do texto:

"... enquanto que Ariquemes é área exclusivamente para médias e grandes empresas agrícolas que queiram se dedicar ao cultivo

do cacau, desdobrada em dois programas: Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro, com unidades de 250 ha para empresa média, e Projeto de Licitação Burareiro, com lotes de 500 ha para fixação de grandes empresas".

CEPLAC-Divisão de Comunicação. "Rondônia Um Irreversível pelo Cacaueiro in: Cadernos da Amazônia - 1 - Divisão de Comunicação - Ilheus - BA. p.11

9 - Osmar Silva, 1986 - Ariquemes, Estado de Rondônia. (Entrevista).

O entrevistado é fundador e Diretor do Jornal - Parceleiro - Primeiro noticioso escrito fundado na cidade de Ariquemes, onde reside desde 1976.

Osmar Silva é proprietário de lotes no Projeto Burareiro onde desenvolve lavoura de cacau. Como jornalista dirigiu na cidade de Itabuna-Bahia o jornal Diário do Cacau da Universidade de Santa Cruz, mantida, em parte, pela CEPLAC. Como assessor do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (Ilheus-Itabuna-BA) participou das primeiras reuniões que ventilaram sobre o "retorno do cacau as suas origens".

10 - Carlos Guerreiro, 1986 - Ariquemes, Estado de Rondônia. (Entrevista)

O entrevistado, Carlos Guerreiro é baiano natural de Itapebi, sul da Bahia. Considerado como "Um dos pioneiros" de Ariquemes, é proprietário de lote no Projeto Burareiro onde trabalha com lavoura de cacau.

Carlos Guerreiro foi um dos que se encantou com as promessas da CEPLAC a respeito das maravilhas de Rondônia .

11 - A presença de parceleiros procedentes da Bahia, em todos os projetos de Colonização de Rondônia, até 1983 representava 982 famílias, ou seja: 6,1% de um total de 16.044 parceleiros oriundos de todas as regiões brasileiras, principalmente do Centro-Sul. Todavia, na relação "ALFA" da INCRA de Rondônia, elaborada pelo técnico Eustáquio Chaves Godinho, pudemos constatar que, até 1983, de um total registrado de 518 abandonos de parcelas (lotes), 270 eram baianos. O que representa 52,1%.

Relação ALFA - Eustáquio Chaves Godinho.

Setor de Assentamento Titulação - INCRA - Porto Velho, Rondônia 183.

12 - O engenheiro agrônomo, Augusto Monteiro, profundo conhecedor de cacauicultura baiana ressalta, com muita propriedade, a situação da lavoura do cacau em 1957:-

"O panorama reinante na lavoura do cacau, em 1957, era desolador. Sessenta por cento das plantações encontravam-se em acentuado estágio de decadência. Pragas e doenças não eram combatidas nem controladas, observando-se ainda a inexistência de manejo adequado na maioria das propriedades. Não havia programa de pesquisa e experimentação. Os órgãos assistências do cacau mostravam-se inoperantes. Não existia nenhum sistema de crédito orientado para a cacauicultura, nem serviço de extensão rural. A infraestrutura da região produtora de cacau um porto da Bahia era precaríssima. Não existia um porto... um porto capaz de operar economicamente. A eletrificação rural era absolutamente nula. A mão de obra era desqualificada, com baixa condição de vida humana. O sistema cooperativista apresentava sintomas de total descapitalização na comercialização do cacau. Constatava-se um desânimo absoluto entre os produtores, em decorrência de uma gama de problemas que os atingiam diretamente"

Augusto Monteiro- Avaliação Econômica da Atuação da CEPLAC de 1957 a 1984 in: "Jornal do Cacauilcultor. Ano 13 abril/maio/junho de 1985 nº136- Ilhéus - BA.p.8.

13 - No manual de Fitopatologia - Coordenação de Ferdinando Galli encontramos um grupo de doenças as quais esta sujeito o "Theobrama cacao L" - cacau.

A Podridão Parda (*Phytophthora palmivora*); Morte Súbita ; Podridão de Monília (*Monilia rorei* Ciferri), Podridão dos Frutos (*Botrydiplodia Theobramae*) ; Dieback da qual o principal fungo é (*Calonectria rigidiuscula*, comumente associado a dois outros fungos *Botryodiplodia theobramae* e *Phytophthora palmivora*); Murcha (*Ceratocystis fimbriata* Ellis and Hasted); Galhada da Almofada Floral - principais agentes são. (*Agrobacterium tumefaciens*, *Calonectria rigidiuscula* e *Fusarium roseum*); Podridão das Raízes, onde vários agentes estão associados como: *Armiullaria mellea* e fungos do gênero *Rosellinia* *Botryodiplodia*, *Ceratocystis*, *Ganoderma*, *Macrophoma*, *Rhizoctonia* e outros); Doença Rosada (*Corticium salmonicolor* Berk & Berk).

Além dessas doenças mencionadas, aparecem outras com menor incidência ou importância como: Antracnose (*Glomerella cingulata*); Podridão Mole (*Macrophoma* sp); Murcha de Cherelle, além de nematóides associados a essa lavoura.

Acrescente ainda que pelo menos cinco tipos de vírus atacam os cacaueiros, principalmente no leste da África e em Trinidad mas, segundo Salgado (1960), é provável que essas viróses já se encontrem disseminadas em outras áreas produtoras. Todavia, os especialistas consideram a Vassoura de Bruxa

(*Crinipellis pernicioso-Stahel & Singer*) como uma das doenças mais presentes nas áreas produtoras. Em Ariquemes, por exemplo, a sua incidência já pode ser considerada calamitosa. Vejamos, segundo o Manual de Fitopatologia citado, os seus sintomas Etiologia e Controle:

"Sintomas

A Vassoura de Bruxa provoca um superbrotamento das partes terminais do cacauzeiro. O sintoma característico consiste na formação dos brotos hipertrofiados, de excessivo desenvolvimento, aparentando vassoura, donde o nome da doença. De início o desenvolvimento da vassoura é rápido, porém depois de 5 a 6 semanas começa a secar, podendo cair ou ficar aderente à árvore.

Nas almofadas florais também há o aparecimento do sintoma na forma de vassoura, enquanto que frutos afetados tomam a forma de cenoura ou morango, secando e apodrecendo posteriormente.

Etiologia

O agente causal da Vassoura de Bruxa foi identificado inicialmente por Stahel como *Marasmius perniciosus*, porém, mais tarde Singer transferiu essa espécie para outro gênero, *Crinipellis*, o que foi endossado por outros pesquisadores.

A disseminação do fungo se dá geralmente pelo vento, chuvas e homem, enquanto que a penetração ocorre principalmente nos tecidos jovens através dos estômatos.

As condições favoráveis para o desenvolvimento da doença, de uma maneira geral, consiste em alta umidade, temperatura variando do mínimo de 15°C ao máximo de 29°C e uma boa distribuição de chuvas.

Controle

O fato da Vassoura de Bruxa afetar somente tecidos meristemáticos, dificulta o seu controle através do uso de fungicidas, devido ao seu rápido crescimento.

Vários fungicidas têm sido utilizados, principalmente à base de cobre, mas nenhum deles mostrou-se eficiente, tendo apenas controlado parcialmente a doença além do custo considerado alto.

Outra medida, recomendada por alguns pesquisadores, consiste em remover ou destruir a Vassoura cortando um pouco abaixo da sua

base. Esta medida também é considerada antieconômica.

O método mais adequado seria a utilização de material resistente. Neste sentido os pesquisadores têm trabalhado e obtido alguns clones com reações de resistência, mas há necessidades de mais estudos e obtenção de clones resistentes de melhor valor comercial.

No Brasil, como foi citado antes, a Vassoura de Bruxa está disseminada por toda a região amazônica, de onde é originária. Até o momento, na Bahia, estado que detém cerca de 90% da produção do país, ainda não foi detectada a presença desta doença, mas a ameaça de entrada continua a existir e a cada dia mais acentuada se torna, uma vez que há uma constante comunicação entre as duas áreas com deslocamento de pessoas nos dois sentidos. Parece existir em Brasília e no Rio de Janeiro comércio do cacau "cupuaçu", trazido da Amazônia, para preparo de sorvetes e refrescos. Este cacau cupuaçu é um dos suscetíveis ao *Crinipellis* e sua comercialização nestes e outros centros próximos à Bahia constitui uma das maiores ameaças de propagação da doença" (Clélio Lima Salgado In Doença do Cacaueiro - Tehobrama cácao L in: "Manual de Fitopatologia, Volume II Doenças das Plantas Cultivadas, Coordenação de Ferdinando Galli. Editora Edição Ceres IV - Vol. 2 - Editora Agronômica Céres Ltda, Direção de João Peres Romeiro - São Paulo, 1960 - S.P. Capítulo 10, pág 121/127.

14 - O custo dos investimentos na programação da cacauilcultura de Rondônia, pelo menos até 1975, foi bastante expressivo e, até certo ponto, temerário uma vez que investia-se em implantação de uma atividade agrária que não era precedida de pesquisas, experimentos e estudos. Ousariamos afirmar que a implantação da lavoura cacaueira em Ariquemes, pelo me-

nos, pecou pela imaturidade e afoiteza. Todavia, vejamos o depoimento de um dos técnicos responsáveis pela introdução do cacau em Rondônia, Alvares Afonso:-

"Um outro ingrediente, sem o qual muito pouco teria sido feito, é o fator capital, ora representado pelos financiamentos do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia, numa linha de crédito de juros adequados e prazos carencias ajustados à natureza do empreendimento - PROTERRA ou POLAMAZONIA - que canalizaram para a atividade do cacau 920 milhões de cruzeiros nos últimos cinco anos, em Rondônia.

Frederico M. Alvares Afonso - Dez Anos de Cacauilcultura. CEPLAC - 1980 Belém PA p.8

15 - Produto tipicamente "amazônico, o cacaueiro seguiu uma longa trajetória, até encontrar na Bahia, condições excepcionais ao seu desenvolvimento:-

"O cacaueiro é originário da cabeceira da Bacia Amazônica, de onde se dispersou em duas direções:-

a) para o leste, ao longo do rio Amazonas, dando origem ao tipo denominado "Forasteiro" ou "amelonado";

b) para o norte e oeste, cruzando os Andes e avançando pela América Central até o Sul do México, dando origem ao tipo crioulo.

O cacaueiro foi introduzido na Bahia em 1746, com sementes trazidas do Pará pelo colono francês Frederico Warneaux, plantadas por Antonio Dias Ribeiro na Fazenda Cubiculo, à margem direita do Rio Pardo, hoje município de Canavieiras".

CEPLAC - Atlas do Cacau - Centro de Pesquisa do Cacau, 1982, Ilheus Itabuna - Bahia. p.4/5

16 - A respeito do cacau considerado como de superior qualidade vejamos o que diz a CEPLAC:-

Devido a variação do cacau de produtor para produtor, os consumidores tradicionais (Estados Unidos e países europeus) estabeleceram normas de qualidade para evitar a co-

mercualização de produtos incompatíveis com as exigências do mercado internacional. Para atender a essas exigências, O Conselho Nacional de Comércio Exterior, através da sua Resolução 42, que trata da classificação de cacau, determinou que somente dos lotes do tipo I (superior) e Tipo II (Good Fair) podem ser exportados.

Para atingir essa classificação é necessário que passe por critérios estabelecidos pela Resolução 42 do CONCEX, como umidade até 2 por cento máxima de 8 por cento e tolerância de até 2 por cento de mofo, danos causados por insetos, deficiência na fermentação, germinação e quebra. As amêndoas devem ainda ter um peso médio de uma grama, aroma natural, sem odores ou matérias estranhas. Se o cacau ultrapassar estes limites de tolerância, poderá ser classificado como abaixo do padrão, somente exportado com a autorização especial da CACEX, e refugo totalmente vetado para exportação". - Classificação de Cacau - A CEPLAC zelando pela Qualidade do Produto Brasileiro in: Jornal do Cacauilcultor nº138 p.7. ano 13, agosto de 1985.

17 - Rondônia como um todo, ou particularmente o Município de Ariquemes, dado aos princípios que norteiam as suas gêneses, deixam a expropolar a multiplicidade de segmentos sociais e diretivos, a num inequívoca demonstração de ausência de preocupação com o social ou com os destinos do próprio Município, passando a impressão de que ali reina uma verdadeira Torre de Babel, ou um verdadeiro paraíso de "lobistas" onde cada um preocupa-se consigo próprio sem a menor consideração para com os princípios comunitários. Entre outros a cidade possui as seguintes associações classistas: ATRON (Associação dos Técnicos Agrícolas de Ariquemes); AERON (Associação dos Engenheiros Agrônomos de Ariquemes); Clube dos Engenheiros de Rondônia; Sociedade Médica de Ariquemes; Associação dos Madeiros de Ariquemes; Sindicato dos Motoristas Profissionais de Ariquemes; Sindicato Rural de Ariquemes; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ariquemes; Associação dos Professores de

Ariquemes; Associação dos Funcionários Públicos de Ariquemes; C.T.G. (Centro de Tradição Gaucha de Ariquemes); APA (Associação dos Pecuaristas de Ariquemes); APROCAR (Associação dos Produtores de Cacau de Ariquemes); SOGIGUARI (Sociedade Civil Guaranaitcultora de Ariquemes); ACIA (Associação Comercial e Industrial de Ariquemes); O.A.B. (Ordem dos Advogados do Brasil- seção de Ariquemes); Associação dos Contabilistas de Ariquemes); CITAMTA (Cooperativa Industrial dos Trabalhadores Autonomos em Madeiras e Toras de Ariquemes); ACAR (Associação Atlética Banco do Brasil); ABAS (Associação Atlética do BASA; ASSERON (Associação dos servidores do Beron); ABA (Associação dos Bancários de Ariquemes).

Conta ainda a cidade com os seguintes órgãos Estaduais, todos devidamente instalados e com o seu corpo funcional completo:

Delegacia da Agricultura; Delegacia da Promoção Social; Delegacia de Polícia Civil; Companhia de Agua e Esgoto de Rondônia; Agência de Rendas; Centrais Elétricas de Rondônia; Conselho Regional de Trânsito; Polícia Militar; Departamento de Estradas de Rodagem; Instituto Estadual de Florestas; Telecomunicações de Rondônia e EMATER.

Os órgãos Federais não ficam atrás, aliás preponderam quantitativamente:

Delegacia do Ministério da Agricultura, CIBRAZEM; COBAL; Empresa de Correios e Telégrafos; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal; Superintendência do Desenvolvimento Florestal; Superintendência do Desenvolvimento da Heveicultura; Empresa Brasileira de Pesquisas Agro-Pecuárias; De-

partamento Nacional de Estradas de Rodagem; Fundação de Servidores de Saúde Pública; SUCAM; CEPLAC; e SENAR, isso para não citar em entidades tipo CEAG e as ligadas ao Poder Município tipo CODARI (Companhia de Desenvolvimento de Ariquemes) e tantas outras. Ao todo são cerca de 52 entidades, algumas funcionando apenas "pró-forma", sem nenhuma autonomia ou objetivo e absolutamente ausentes dos problemas que afligem o Município. Algumas delas sem condições si quer para fornecer informações e dados estatísticos da área onde atuam, caso da CEPLAC que ante a nossa solicitação, via Telex nº415 de 25 de 7 de 88 a respeito da produção da cacauilcultura de Ariquemes, respondeu que deveríamos nos dirigir diretamente a Porto Velho. O mesmo ocorreu com a SUCAM, (1986) que não dispunha de informações estatísticas a respeito da incidência da malária em Ariquemes.

18 - Possuindo uma das maiores reservas de cassiterita de todo o Brasil e uma grande quantidade de ouro aluvional que pode ser extraído em seus rios, notadamente o Madeira, Rondônia é o paraíso das empresas mineradoras e dos garimpeiros. Para que se tenha uma idéia aproximada da produção desses metais, uma vez que a maioria da produção é exportada "clandestinamente", o Estado produziu, oficialmente, de 1980 a 1985:

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985
CASSITERITA (TON)	10.255	11.880	11.332	11.540	10.685	20.172,98
OURO (Kg)	—	816,966	1.350,528	3.454,462	1.879,9003	1.481,524

FONTE: PRINCIPAIS INDICADORES — SECRETARIA DE ESTADO DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SIC) P. VELHO, 86, p. 48.

A esse respeito consultar Irene Garrido Filho- Os Problemas Fundiários e Agropolíticos in: A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica - IBGE/INCRA, 1975, p.185 e notas nº4 capítulo 4 deste trabalho.

19 - O interessante a ser destacado, como evidente "sinais dos tempos" e inequívoca manifestação da "força" do capital financeiro, é que durante a expansão das frentes pioneiras no Oeste paulista, Norte e Noroeste do Estado do Paraná o que primeiramente, pontificavam nos povoados, como exemplo de que a "civilização havia ali chegado", eram as edificações da Igreja Católica; Farmácia; Casas Pernambucanas e, com a rodovia, um Posto de Gasolina geralmente representando a Companhia Esso. Atualmente nas frentes de expansão da Amazônia Ocidental o que se destaca inicialmente, em meio dos tapirís e dos amontoados de improvisados barracos, são os imponentes edifícios dos Bancos, principalmente o do Brasil S.A., proliferando com uma rapidez digna de registro graças as "performances" que obtém em suas atuações. A esse respeito Hébette & Acevedo, op.cit.:28 comentavam que, no ano de 1980, o Banco do Brasil, na cidade de Ariquemes situava-se entre as três agências de maior importância para o movimento do crédito agrícola em todo o País. Para que se tenha uma idéia da pujança do setor existiam, em junho de 1986, em todo o Estado de Rondônia 123 agências bancárias distribuídas equitativamente de forma que nenhum Município, ficasse sem um representante do capital financeiro. Essa distribuição "brindava-os" na seguinte ordem: Porto Velho 29 agências; Ji-Paraná 12; Cacoal 11; Ariquemes 10; Jaru e Pimenta Bueno 8; Guajará-Mirim 7; Rolim de Moura 6; Ouro Preto 5; Colorado, Costa Marques e Presidente Médici 4;

Cerejeiras 3; Espigão do Oeste 2. Fonte: Principais Indicadores, idem, ibidem: p.75.

20 - Com o sentido de dissipar dúvidas, que teimam em persistir, a respeito do real significado do crédito rural vamos transcrever o texto da obra: "Economia Rural e Desenvolvimento" que, ao elucidar completamente o assunto, esclarece, também, a sua abrangência:

"O crédito pode atender a três finalidades básicas: investimentos, custeio às vezes denominado capital de giro e comercialização. Nessa classificação geral podem, inclusive, ser enquadrados os recursos aplicados na compra de terras (crédito fundiário), o crédito de pré-comercialização destinado a financiar a colheita e/ou a preparação do produto antes de vendê-lo e outras linhas específicas de financiamento.

O crédito de investimento possibilita a aquisição de terras, animais de trabalho ou reprodução, tratores, colheitadeiras e equipamentos de uso rural, fundação de lavouras perenes e formação de pastagens, correção e conservação do solo, abertura de canais de drenagem, obras de irrigação, construção de armazém e outros itens que compõem o capital de instalação e o capital de exploração permanente de um empreendimento rural.

Para cobrir custos relativos a fertilizantes, defensivos, sementes e mudas, tratamentos culturais, vacinas e remédios, combustíveis e lubrificantes, alimentação animal e outros itens que integram o capital de exploração transitório, o produtor poderá recorrer ao crédito de custeio. Grosso modo, pode-se dizer que os créditos de investimentos e custeios financiam, respectivamente, os custos de produção fixos e variáveis.

O prazo e o valor desses financiamentos dependem da finalidade a que se destinam, podendo ser liquidados de uma única vez ou em parcelas. Em alguns, como é o caso dos que se destinam a culturas perenes cuja produção leva algum tempo para iniciar-se, o prazo de liquidação, especialmente no crédito de investimentos, pode incluir um período inicial chamado prazo de carência - durante o qual não há pagamento da princi-

pal, dos encargos ou de ambos.

Considerando-se, por outro lado, que a descontinuidade do fluxo de produção e, portanto, das receitas obtidas pelo produtor é uma das características marcantes das atividades rurais, a época de liquidação dos financiamentos deve ajustar-se a essa peculiaridade. Nesse contexto, o crédito de comercialização desempenha papel de grande importância estratégica pois, nos períodos em que há concentração de oferta, os preços e as receitas declinam mais que proporcionalmente se a elasticidade-preço da demanda por bens de origem rural for menor do que a unidade, como geralmente ocorre.

Desse modo, após obter a produção, o agricultor poderá recorrer ao crédito de comercialização para liquidar o financiamento de custeio, amortizar parcelas do crédito de investimento, saldar outros compromissos e aguardar oportunidade para vender excedentes, desde que dispõnha, obviamente, de condições para armazená-lo. " (José Honório Accarini, Economia Rural e Desenvolvimento Reflexões sobre o caso brasileiro - Editora Vozes Ltda, Petrópolis - RJ - 1987, p.153/154)

21 - Santo Rosson Filho - brasileiro, paranaense, engenheiro agrônomo egresso da conceituada "Escola de Agronomia Luiz de Queiroz, filho de agricultores, esteve presente a abertura das primeiras "picadas". Profundo conhecedor dos segredos da "Hiléia", experiente nas lides agrárias, abriu e implantou vários lotes em toda a Rondônia. Acabou seus dias, tragicamente, na cidade de Ariquemes como todo pioneiro: esquecido por todos. As frentes de expansão não possuem memórias e todos aqueles que não acumularam bens e capitais são descartados e substituídos pelas novas hordas chegantes.

22 - As denominações atribuídas pelo INCRA para imóveis rurais, notadamente a avaliação do que seja "latifúndio" toma conotações muito específicas, geralmente fugindo do seu verdadeiro e real significado, como afirma o jurista R. Laranjeiras:

"O legislador previu dois tipos de latifúndio:

por dimensão e por exploração.

A grande gleba, hoje pode ou não ser latifúndio, de acordo com a disposição artificial da lei; que carcomeu todo o seu exato significado gramatical. O termo latifúndio vem de *latus*, grande, e *fundus*, herdade; por isso não deveria de perder a sua expressão de grandeza geofísica. Latifúndio tem sempre sentido comum e popular de grande porção de terra, parcela fundiária de vantajosas proporções.

Todavia, o Estatuto da Terra não entendeu que, em quaisquer circunstâncias, tivesse de ser assim. Não só deixou de conceber como latifúndio a área grande, como também reputou como latifúndio até mesmo uma área dada que venha a ser pouco maior do que a do simples módulo. Dai ter inventado aquelas formas de latifúndios por dimensão e latifúndios por exploração..." (Laranjeira, 1983:103).

Dentro desse enfoque, muito pessoal, O Decreto nº55.981 de 31 de março de 1965 define o que, para o INCRA, vem a ser Latifúndio por Dimensão e Latifúndio por Exploração.

"Latifúndio por Dimensão - quando o imóvel, em duas hipóteses, estenda a sua área da maneira a saber:

a) exceda, na área agricultável, a seiscentas(600) vezes o seu próprio módulo, o módulo da propriedade- Art. 6º.IV a. 1ª parte.

b) exceda, também, na dimensão da sua área agricultável, a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais da zona em que se classifique - Art. 6º, IV, a 2ª parte. O §1º do artigo 10 da L.E. - INCRA nº5/73 sintetiza:

Serão considerados como latifúndios por dimensão os imóveis rurais que tenham o número de módulos superior a 600,00 (seiscentos vírgula zero, zero), sendo como tal classificados nos respectivos certificados de cadastro". (idem, ibidem. idem).

Neste caso, emprega-se o termo latifúndio por dimensão às propriedades fundamentando-se, exclusivamente no fa-

tor dimensão.

Por outro lado o conceito "oficial" de "Latifúndio por Exploração" enfatiza o seguinte:

"Serão considerados latifúndios por exploração e, como tal serão classificados nos respectivos cadastros os imóveis rurais que tenham número de módulos igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero zero) e que não preencha as condições do artigo 9º desta Instrução Especial, para se classificarem como empresas rurais" (idem, ibidem:104).

Resta ainda a classificação reservada aos imóveis rurais considerados como "Empresa Rural":

"O imóvel rural será classificado como Empresa Rural, na forma do inciso VI do art. 4º o Estatuto da Terra, quando preencher as seguintes condições:

- a) número de módulos igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero zero) e não superior a 600,00 (seiscentos vírgula zero zero).
- b) aproveitamento em qualquer dos tipos de exploração indicados na Tabela 111 desta Instrução Especial de mais de 70% (setenta por cento) da área aproveitável do imóvel.
- c) coeficientes de condições sociais e produtividade, calculados na forma dos artigos 17 e 21 desta Instrução especial, iguais ou inferiores a 1,0 (um vírgula zero)" (idem, ibidem,:105).

Esses subsídios embasam, teoricamente, as conceituações utilizadas pelo INCRA referentes as denominações atribuídas aos imóveis rurais em Ariquemes. Entretanto, mesmo com a assimilação do arrazoado teórico e com, a tabela na mão, diante da concretude dos fatos, as coisas tornam-se bastante obscuras e, até certo, incompreensíveis se intentarmos interpretar a realidade à luz do texto oficial. Um típico exemplo, disso tudo, vamos extrair da "Relação de Cobranças de ITR (Imposto Territorial Rural) emitido pelo Ministério de Reforma

Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD e INCRA), de 30/03/87, que deixa transparecer incrível distorções e consagra uma descarada ação induzida no sentido de forçar "enquadramentos", segundo os dispositivos da Lei, com a única finalidade de tornar "legal" o que deveria ser "ilegal". Dessa relação de "ITR", vamos considerar apenas e tão somente, as empresas que listamos como "latifúndios" na nossa Tabela 12.

Na tabela 12, de acordo com a listagem do ITR, 5 propriedades são classificadas, em sua totalidade, como "Latifúndio de Exploração". (Vejamos os proprietários, respectivas dimensões, número de empregados e valor estipulado de "ITR" a ser recolhido).

PROPRIETARIO	DIMENSAO(ha)	EMPREGADOS(nº)	ITR (CR\$)
Francisco Braga de Paiva	30.000	28	456.483,45
Guaratiara Rec. Naturais	23.421	34	66.442,94
Rubens Franco Borges	3.043	22	17.344,96
Fernando Ferreira	2.000	--	218,83
Gerson Papareli	1.213	21	12.398,44
Dilson Caldato	1.000	15	4.983,78

A mesma relação considera, todavia, como "Empresa Rural" 3 propriedades:

João Carlos Di Genio	75.630	09	58.161,31
Osmar Ferreira Barbosa	3.000	--	1.889,71
Vico Capistrano Alencar	1.083	08	3.237,88

como "Empresa Rural" e parte como "Latifúndio de Exploração":

1) Joaquim P. da Rocha-de um total de 128.733 ha 107.500 (L.E.)
com 12 empregados e 2.123 (E.R.) com 28 empregados.

Obs- O ITR da (L.E.) é de 504.703,14
" " (E.R.) é de 18.590,61

2) A. Cantanhéde & Cia - de um total de 58.113 ha 37.574 (L.E.)
com 30 empregados e 20.539 (E.R.) com 04 empregados.

Obs- O ITR da (L.E.) é de 180.349,49
O ITR da (E.R.) é de 16.771,42

3) Frey Ro . Fl.S.A.- de um total de 16.729 ha 11.929 (L.E.)
com 518 empregados e 4.800 (E.R.)

Obs. O ITR da (L.E.) é de 119.954,00
O ITR da (E.R.) é de 6.781,93

Acrescenta-se a esse rol duas empresas consideradas
como "Mineradoras".

a) Paranapanema Saminea S.A. com um total de 74.140 sem a de-
claração da quantidade de empregos ou empregados existentes e
dequanto recolhe de I.T.R.,

b) Mineração Jacundá com um total de 6.000 ha e 340 empregados
recolhe a "significativa" quantia de 14.442,73 cruzados.

Como entre o "universo conceitual", os dispositivos
legiferantes e a realidade dos fatos escoraram-se "insondáveis
casuismos e protencionismos", adotamos a denominação de lati-
fúndios às propriedades que, em Ariquemes, não estejam cir-
cunscritas aos "Projetos , propriamente ditos", e que possuam
1.000 ou acima de 1.000 hectares.

23 - A questão da desistência, abandono do lote ou "absenteísmo", não tem merecido, por quem, de direito, atenções mais acuradas procurando-se detectar as causas das ausências e otimizar políticas que vizem, se não impedir, pelo menos radiografar com precisão a intensidade das forças de repulsão que estão agindo no espaço rural de Ariquemes.

Com intuito de processar a reposição de colono ausente o INCRA registrava, em sua contabilidade, as famílias assentadas, as desistentes e a procedência dessa famílias. Todavia com a emancipação dos "Projetos" o INCRA passou para as mãos do Estado, e este para os Municípios, a responsabilidade por esse acompanhamento. E , então, tudo ficou como nada houvera acontecido.

Segundo os dados do INCRA entre as 2.220 famílias assentadas no P.I.C. "Marechal" no período de 1975/78 aconteceram 143 desistências. No período de 1979/83 foram assentadas 2.452 com 636 desistências. O que em suma significam 779 desistências para as 4.672 famílias assentadas no referido "Projeto", representando em números relativos: 16,6%.

Após esse período não se tem mais registros. Há de se crer, todavia, que os percentuais relativos tenham aumentado consideravelmente, principalmente no ano de 1987, devido a abertura da lavra manual da casseterita no Município de Ariquemes e ao acentuado estado de proletarianização a que estão submetidas os "médios e pequenos agricultores" do Burareiro, Marechal e dos novos projetos, principalmente o "Machadinho".

24 - A estrutura oficial parece favorecer os atravessadores e punir, impiedosamente, o trabalhador de modo que o desânimo e a descrença em relação ao Estado, e a tudo que dele diz respeito, cause sempre uma profunda consternação. A questão da comercialização das culturas temporárias, principalmente o arroz, tem contra si todo um aparato de entraves burocráticos e exigências estapafúrdias capazes de aniquilar, na raiz, toda e qualquer pretensão de tornar esse Município auto-suficiente na produção de gêneros alimentícios. No sentido de fundamentar, historicamente, essas afirmativas vamos transcrever, quase que na sua íntegra, reportagem publicada pelo Jornal "O Parceleiro" com o título - "CFP não beneficia pequeno produtor que vende arroz por 1/3 do valor:

"Só recebemos arroz com no máximo 13% de unidade. Se o percentual estiver acima disso, o agricultor deverá seca-lo na roça ou no secador da Cibrazem para depois comercializa-lo. A Informação é do classificador Jorge Maximiano dos Santos, da Secretaria da Agricultura que trabalha em Ariquemes (Parceleiro, Ano V, nº 244 de 24 de março de 1984:2).

Ora, levando-se em consideração que o inverno (chuvoso) em Ariquemes abrange os meses de colheita que vão de fevereiro a maio e que no mes de março concentra-se o pico da colheita e que esses meses, coincidentemente, são chuvosos, a exigência emanada da Secretaria da Agricultura inviabiliza a comercialização direta do produtor para com o organismo comprador oficial.

Deixemos, todavia, que a reportagem aponte, criticamente, os fatos:

"É aí que o agricultor enfrenta maiores dificuldades. Com o regime de inverno de Rondônia é que quase impossível secar na roça. Principalmente quando se trata de grande quantidade. Neste caso, o produtor é obrigado a arcar com enormes despesas de transporte, 1 mil cruzeiros por saco num raio de 50 quilômetros; 600 cruzeiros de aluguel da trilhadeira; 1 mil cruzeiros por colheita de cada saco; de 200 a 400 cruzeiros para secar cada saco na CIBRAZEM e mais 240 cruzeiros com braçais no serviço de cargas e descargas por saco.

Com todo estes custo além da derrubada, roçada, plantio e trato cultural, o produtor ainda depende da qualificação do produto. Os números de grãos inteiros e quebrados são importantíssimos para que ele obtenha um preço melhor. Se ele conseguir um índice de 57% de grãos inteiros contra 13% de quebrados, poderá ganhar até 14 mil cruzeiros por saco. Mas se não se submeter a todo esse ritual, esperar até 10 dias para a CIBRAZEM secar seu produto, não obterá mais que 6 mil cruzeiros por saco entre os compradores da iniciativa privada." (idem, ibidem, idem).

Mas os entravés não ficam somente aí. As exigências continuam e se encarregam de afastar o "pequeno produtor" da possibilidade de alcançar um preço justo pela sua mercadoria:

"Se o agricultor vier só com 20 ou 30 sacos para secar na CIBRAZEM, nós não podemos receber. A máquina seca no mínimo, 70 sacos por vez e atinge até 210 sacos. Quem fala é José Donizete Scaldelai, chefe da unidade da CIBRAZEM em Ariquemes. Nesse caso, se o arroz tiver mais de 13% de unidade, só resta vender ao comerciante por preço baixo. A menos que se junte dois ou três agricultores com pequenas quantidades somando um mínimo de 70 sacos. Fora daí nós não temos como secar o produto...

... Dentro desse critério quem perde é o pequeno produtor, diz Valdemar Luiz Garcia, agricultor da Linha C-65 da BR-421. Este traz de 15 a 30 sacos para vender e comprar remédios, sal, açúcar, óleo e outras coisas. As vezes em cima da carga já vem um membro da família doente precisando de cuidados médicos. Como não conseguiu secar na roça por causa das chuvas e não consegue secar na CIBRAZEM e nem teria condições de esperar 10 dias, como eu, ve-se obrigado a

vender o arroz por um preço que não paga
nem o trabalho de colher. Esta é a verdade.
.."(idem, ibidem, idem).

A prática dessa exploração tem a finalidade de proletarizar o pequeno produtor, expropriando o produto do seu trabalho e, a sua própria vida, fechando-se a "fronteira agrária ou de recursos para o expoliado produtor rural.

25 - As seringueiras deveriam se constituir numa das lavouras perenes, fundamentais, a serem implantadas em Ariquemes. No papel elas representavam um seguro investimento econômico e social e se prestariam ao desencadeamento de um processo de reflorestamento desse castigado espaço da Amazônia Ocidental. Antecipando às pesquisas e experimentações a Secretaria de Agricultura do Estado incluiu essa cultura em seus "modelos" agrários projetando, inclusive, sua evolução e rentabilidade. Achavam, os teóricos, que o simples estudo da potencialidade dos solos e regime climático da região permitiram definições seguras sobre a implantação de culturas homogêneas nessas áreas. A implantação das seringueiras, que contava com o aval técnico da SUDHEVA, alcançaria uma área de 35.000 ha. Como essa cultura é carente de mão de obra farta, evidentemente Ariquemes foi "consagrada" como uma das regiões preferenciais para a implantação da Heveacultura. Lastimavelmente, desse cultivo, participariam os pequenos produtores de Ariquemes.

Decorridos alguns anos, do início dessa inconsequente aventura, os resultados começaram a eclodir, para desespero dos incautos e indiferença dos responsáveis pelo evento. Vejamos alguns tópicos desse inusitado acontecimento:

1 - 10 de março de 1984 - O Jornal "O Parceleiro"

destaca:

"Estranho mal mata seringueiras em Ariquemes"

- Os produtores de seringa do Município estão seriamente preocupados com as plantas oriundas das clones 38/99 que estão morrendo com a idade variável de 2 a 4 anos "... O agricultor Luiz Carlos Kozarki da Linha C-80 da BR 364, Lote 27-Gleba 4 já perdeu cerca de 20%, de sua área de 50 hectares, com idade de 4 anos..."

2 - 31 de outubro de 1985-O mesmo Jornal estampa a

seguinte matéria:

"Produtor de seringa sofre dificuldades gravíssimas"

"Os heveicultores de Rondônia e em especial de Ariquemes vem enfrentando sérias dificuldades uma vez que as seringueiras provenientes do clone FX 3899 estão tendo as folhas amareladas e caindo além do que as plantas estão morrendo antes de atingir o quarto ano de vida"

3 - Em outubro de 1985 um dos maiores plantadores de Seringa de Ariquemes, Hugo Frey, confessava-nos que dos 25 mil hectares implantados em Ariquemes a metade já esta perdida e que, dos 850 hectares, que implantou em suas propriedades, 50% esta abandonada. concluindo, pergunta desoladamente:

- Quem pagará esse enorme e inútil investimento?

E mais uma vez o clone FX 3899, fornecido pela Secretaria da Agricultura, é apontado como completamente inadequado ao ambiente de Rondônia.

A verdade é que não aparecem os responsáveis. As desculpas são evasivas e a única produção de borracha, registrada em Ariquemes, origina-se das espécies nativas.

26 - Em Ariquemes, principalmente no "Marechal" e "Machadinho" praticam-se "a roça do toco" sistema de plantio muito comum em alguns Estados nordestinos, como Maranhão e Piauí, e utilizado pelas Nações indígenas de quem, certamente, o nosso caboclo absorveu

"... a roça do toco tem esse nome porque é feito em área recém desmatada, onde o agricultor não faz a destoca. Logo depois do desmatamento, vem o fogo e em seguida, o plantio feito no intervalo dos tocos... Os agricultores não utilizam adubos nem defensivos de qualquer tipo. Plantam principalmente feijão, arroz, milho e mandioca" (Romeiro, 1988:15).

A "roça do toco" caracteriza-se também pela sua rotatividade que a torna conhecida com "agricultura migratória". Todavia, a "roça do toco" que se pratica em Ariquemes, ao conservar as características originais do "modelo indígena", priva-se da sua rotatividade, pelo menos na forma como ela é praticada originalmente. Em Ariquemes questões de ordem técnica e legal comparecem justificando essa adaptação. As de ordem legal como delimitação física do lote e a proibição do I.B.D.F. de autorizar desmatamentos que ultrapassem a 50% do lote aliado às de ordem "natural", como as dificuldades técnicas representadas pelo obstáculo, em si, da floresta amazônica que exige, para a derrubada de um hectare, o dispêndio de centenas de horas/trabalho, atenuam a migratoriedade do sistema da "roça do toco" mas corrobora, por outro lado, para acelerar o processo de perdas dos micro e macro-nutrientes do solo uma vez que as

"queimadas" são repetidas, praticamente nos mesmos locais, durante anos consecutivos, tornando esses solos muito mais vulneráveis às intempéries, principalmente à ação dos elevados índices de precipitação pluviométrica, que ocorrem durante o inverno chuvoso. Todavia como a ação bacteriológica processa-se, com muita rapidez nesses espaços, o material vegetal como tocos, galhos e tóras que não foram retirados, após a derrubada, ao sofrer um precoce degradação, volatizam-se, sem permitir o seu reaproveitamento pelo solo, colaborando ainda mais para o seu empobrecimento. Essa decomposição, muito rápida, cria também outros tipos de problemas como os que ocorrem nas áreas de pastagens, formação recente, onde é muito comum o aparecimento de enormes crateras, devido a deteriorização muito rápida dos troncos e raízes de grandes árvores, que recobertas pelo denso capinzal, que se forma, constituem verdadeiras armadilhas mortais para o gado.

Para um melhor aprofundamento no assunto ler o interessante trabalho: "Lição para o Nordeste-Em funcionamento, um campo de pesquisa para os agricultores pobres" in: Novas técnicas: Manejo e jeito novo de fazer trabalho render mais - Editor Gabriel Romeiro, Revista Globo Rural, Ano 3 nº35, 1988, pág. 15, Editora Rio Gráfica Limitada- São Paulo-S.P.

BIBLIOGRAFIA CAPÍTULO 4

ACCARINI, José Honório - 1987 -

Economia Rural e desenvolvimento (Reflexões sobre o caso Brasileiro)

Editora Vozes Ltda, Petrópolis - RJ.

ALVARES Afonso, Frederico Monteiro - 1980 -

Rondônia - Dez Anos de Cacaucultura

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CE-PLAC) - Departamento Especial da Amazônia (DEPEA), Belem - Pará - PA.

ALVARES Afonso, Frederico Monteiro - 1979 -

O cacau na Bahia - Boletim Técnico 66

Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC) Itabuna, Bahia - BA.

ANGELIM, Angelo - 1986 -

Crescimento Urbano e Quadro Caótico

In: Jornal "O Parceleiro, Ano VII, Nº 404, janeiro de 1986 - Ariquemes - RO.

APROCAR - Associação dos Produtores de Cacau de Ariquemes 1986 - RO - In: Memorial ao DR. Josuelino de Souza Britto - Secretário Geral da CEPLAC - Documentos Datilografado - Ariquemes - Rondônia - RO.

CEPARO - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Rondônia - 1985 -

"Prognóstico Agropecuário de Rondônia - 1985/86 - Convênio SEAG/ASTER/MA/RO Porto Velho, Rondônia - RO.

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - 1984 -

Comentários sobre as importações de Chocolate - Série Estudos Econômicos nº7

CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) (1985) - Relatório Sintético 1984 -Brasília - DF.

CEPLAC-DEPEA - 1986 - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira Departamento Especial da Amazônia - In: Considerações Sobre Aspectos Técnicos da Cacaucultura de Rondônia Documento em Atenção ao "Memorial APROCAR"

Documento Datilografado - Ariquemes - Rondônia - RO.

CURI, William, José (Coordenador) 1.980

Síntese do Sistema Agrícola de Produção para o Pequeno Produtor de Rondônia - Secretaria da Agricultura - Governo de Rondônia- Mimeografado - Porto Velho - Rondônia - RO.

FERRANDIS, Antine - 1986 -

Relato sobre a Situação do Cacau em Ariquemes - Entrevista concedida em setembro de 1986 - Associação dos Produtores de Cacau de Ariquemes - Ariquemes - Rondônia - RO.

FERREIRA, Gabriel de Lima - 1985 -

A Baixa Produtividade na Agricultura de Rondônia - In: "O Parceleiro" - p.3 ano VI Nº 297 de 13/04/85 - Ariquemes - Rondônia - RO

FERREIRA, Gabriel de Lima - 1985 -

Proletarização do Homem do Campo - In: Jornal "O Parceleiro" - Ano VII, Nº 379, dezembro de 1985 - Ariquemes - Rondônia - RO.

FRACAROLI, Sérgio - 1984 -

Beron já investiu CR\$ 400 Milhões na Agricultura de Ariquemes In: "O Parceleiro" - p.7 Ano V nº 244 de 24 de março de 1984 - Ariquemes - Rondônia - RO.

FRANCISCO Dos Santos, João - 1988 -

Campanha em Favor do Núcleo Machadinho Irmana Ariquemes In: Jornal "O Parceleiro", Ano IX, nº 762, 28 de janeiro de 1988 - Ariquemes - Rondônia - RO.

GODINHO, Eustáquio Chaves Godinho - 1983 -

Tabulação dos candidatos aprovados nos Processos Seletivos - INCRA/Coordenadoria Especial Do Estado de Rondônia - Documento datilografado - Porto Velho - Rondônia - RO.

GOMES Bailão, Cheila Aparecida - Coordenação - 1985 -

Problematização e Proposições a cerca do Setor Transporte no Município de Ariquemes - Comissão Municipal de Agricultura - junho de 1985 - mimeografado - Ariquemes - Rondônia - RO.

GREGÓRIO, Belmiro - 1987 -

Fome e malária estão matando Parceleiros - Telex Assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Ariquemes à Radio Ariquemes 19/11/87 - Ariquemes - Rondônia - RO.

HEBETTE, Jean & Acevedo, Rosa E,. - 1982 -

O Estado e a Reprodução social - Ariquemes - Rondônia.
Série: Seminário e Debates - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA - Universidade Federal do Pará) - Belém - PA.

HIRAMA, Antonio Massao - 1979 -

Uma lavoura de muito trabalho e pouco lucro In: Jornal "O Parceleiro" Ano I, nº 26 de 21 de agosto de 1979

JOHNSTON, Bruce F & Kilby, Peter - 1977 -

Agricultura e transformação Estrutural (Estratégica Econômicas de Países em desenvolvimento. Tradução de Rui Jungman.
-Zahar Editores - Rio de Janeiro - RJ.

LOPES de Oliveira, José - 1981 -

"Os Projetos do INCRA em Ariquemes - Entrevista concedida em setembro de 1983 -
INCRA - Ariquemes - Rondônia - RO.

MELO, Raimundo - 1984 -

Cacau: Situação difícil em Rondônia In: Jornal "O Parceleiro" p. 8 - Ano V, 245 de 31 de março de 1984 - Ariquemes - RO.

MIRANDA, Gilberto de Assis - 1986 -

Exposição de motivos nº06 - Secretaria de Estado da Indústria Comércio Ciência e Tecnologia. Governo do Estado de Rondônia - Documento datilografado - Porto Velho - Rondônia - RO.

MONTEIRO, Augusto - 1985

Avaliação Econômica da Atuação da CEPLAC de 1957 a 1984 - Jornal do Cacauilcultor, Ano 13 - abril/maio/junho de 1985 nº136 - Rodovia Ilhéus - Itabuna, Km 22 - Ilhéus - BA.

PINHO, Antonio Mascarenhas & Ferreira, Maria Helita Alves. 1987 - Coordenadores - Diagnóstico Sócio Econômico. Projeto Machadinho - Governo de Rondônia/Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/ Prefeitura municipal de Ariquemes -

Mimeografado - Porto Velho - RO.

RODRIGUES, Antonio Renato - 1983 - Coordenador do Projeto "Marechal Dutra" - Entrevista concedida em junho de 1983

INCRA - Ariquemes - Rondônia - RO.

RODRIGUES, Antonio Renato - 1984 -

Dados Gerais de Projetos - Colonização Projeto - "Marechal Dutra" - Departamento de Projetos e Operações - DP- INCRA - Documento datilografado - Porto Velho - Rondônia - RO.

SALES, Francisco - 1984 -

" O Estado vae mal porque o Agricultor vae mal" in: "O
Parceleiro" - Ano V, nº244 de 24 de março - Ariquemes -
Rondônia - RO.

SANTOS, Milton - 1985 -

Espaço e Método

Livraria MObel S.A. - São Paulo - SP.

SESAU - Secretaria de Estado de Saúde - 1987 -

Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos -

Documentos Básicos para implantação de cargos e salários
para profissionais de saúde.

Mimeografado - Porto Velho - RO.

SHULTZ, Theodor W. - 1965 -

A Transformação da Agricultura Tradicional - Tradução de
J.C. Teixeira Rocha

Zahar Editores - Rio de Janeiro - RJ.

S.I.C. - Secretaria de Estado de Indústria, Comércio , Ciência
e Tecnologia - 1986 -

Principais Indicadores 2º Semestre de 1986

Xerografado - Porto Velho - Rondônia - RO.

STREIT, Danilo - 1983 -

Programa de Associativismo - Delegacia da Agricultura de
Ariquemes -

Documento datilografado - Ariquemes - Rondônia - RO.

TURCHI, Lenita Maria - 1981 -

A Colonização Dirigida no Processo de Expansão e Ocupação de Fronteira Agrícola: Território Federal de Rondônia. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), São Paulo - S.P.

WOOD, Charles H. & SCHMINCK, Marianne - 1983 -

Culpando a vítima: Pequena produção agrícola em um Projeto de Colonização na Amazônia. In: O Despovoamento do Território Amazônico.

Cadernos NAEA, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém - PA.

SÍNTESE CONCLUSIVA

A concentração de força de trabalho e riqueza em determinados pontos do território brasileiro permitiu um desenvolvimento desarmónico de consequências danosas para o país. A compreensão das causas desse crescimento e dessa desigualdade nos reportou às fases de exploração inicial do espaço brasileiro e de como um conjunto de forças produziram o espaço nordestino, no qual, cujas arrumações encarregaram de fazer emergir uma aristocracia agrária infensa às mudanças sociais e insensível às transformações estruturais. Essa "arrumação" empresta a esse espaço papéis e funções condicionados a produção de matéria prima, gêneros alimentícios e mão de obra. Desde muito cedo sacramentou-se uma divisão territorial do trabalho, cabendo ao Nordeste a função de complementariedade no processo de crescimento económico do Sudeste-Sul enquanto ao Norte reservava-se a histórica missão de constituir-se numa inesgotável província fornecedora de produtos exóticos e minerais essenciais destinados a suprir a fome expansionista das multinacionais.

A fase industrializante eclodida pós Segunda Grande Guerra, ao transnacionalizar a economia interna encarregou-se de integrar espaços diferenciados dentro da ótica do consumismo estabelecendo novas dependências e acirrando as antigas. A industrialização definiu eixos concentracionistas e processou o "boom" urbano, verticalização das cidades e a proletarianização das classes obreiras, notadamente as recém egressas do campo. O Poder político, monitorado pelos interesses de poderosos grupos

econômicos, estabeleceu metas que priorizaram o consumismo em detrimento de vitais prioridades sociais. Isto significava a submissão do Estado ao poder do capital e a consequente submissão da atividade agrária à força do capital e dos interesses do Cartéis. O capital industrial-financeiro interfere na composição dos novos arranjos espaciais patrocinando "paisagens" eivadas de modernidades mas, altamente comprometida e dependente.

As necessidades e interesses mercadológicos encarregam-se de fazer do Brasil um grande exportador de grãos e de minerais, perpetuando arranjos e acomodações espaciais como expansão da rede rodoviária, alargamento da fronteira agrária, novas composições na malha fundiária e redirecionamento nos fluxos migratórios internos. Preocupados com esse estado de coisas organizam-se planos nacionais de desenvolvimento onde a desigual concentração populacional interna leva a criação de programas de redistribuição migracional. É assim, que o excedente populacional no Nordeste deveria encaminhar-se para os espaços vazios de gente da Amazônia que, por força das contingências, passa a integrar capitalisticamente o novo Brasil dentro, é claro, da ótica da complementariedade. Os confrontos entre capital e trabalho eclodidos na nova fronteira de recursos, Amazônia, leva o Poder a repensar metas estratégicas culminando pela adoção de novas políticas migracionais embasadas em novos interesses e necessidades.

A ocidentalização dos fluxos migratórios que ocorrem a partir da década de setenta tem a finalidade de valorizar os novos espaços incorporados em nome de uma pretensa reforma

agrária. A implementação desse espaço, através dos seus elementos essenciais visava apenas a concretização desse valor isto é, transformar a terra virgem em mercadoria. Obviamente o objetivo primacial não era a terra de labor. É assim que o estado de Rondônia transmuda-se em novo polo receptor das migrações internas, fiel ao propósito de se constituir num centro onde o poder do capital tomaria proporções inimagináveis. Para cumprir essas novas desideratas o Estado Nacional aparece como o intermediador entre o capital e o trabalho aprofundando as diferenças entre os economicamente abastados e os deserdados pela sociedade consumista, ao franquear irrestritamente o campo ao capital. A implantação da Colonização Dirigida em Rondônia, notadamente Ariquenes, discriminava o autêntico trabalhador e favorecia o especulador e o empresário. É assim que zoneamentos territoriais específicos emcarrengam-se de encaminhar os produtores mais ricos para as glebas mais uberrimas e para os cultivos de mercado, evidentemente mais rentáveis, enquanto que os despossuídos eram direcionados às terras de baixa fertilidade onde teriam a incumbência de implantar lavouras "brancas" e de permeio, o café e a seringueira. É assim que o município transforma-se num laboratório experimental onde modelos diferenciados de colonização foram postos lado a lado numa inequívoca demonstração da força e poderio de um Estado Nacional desigualitário e comprometido com o capital.

O malogro produtivo e as frustrações emergidas dessa ardilosa "arrumação" repercutiram profundamente na estrutura socio-espacial, comprometendo equilíbrios e o processo de desenvolvimento.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.